



INOVAÇÃO EXCELÊNCIA

OBSERVATÓRIO DA NOVA TRAVESSIA DO TEJO

**ESTUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTES SÓCIO-
ECONÓMICOS DA PONTE VASCO DA GAMA**

RELATÓRIO FINAL

(VERSÃO FINAL)

JUNHO DE 2001

ÍNDICE

Introdução	5
PARTE A. ANÁLISE	12
<hr/>	
I. Transportes e Mobilidade	13
1. Principais conclusões do capítulo	14
2. Análise da mobilidade	15
3. Alterações resultantes da Nova Travessia	29
4. Os novos tráfegos	37
II. Actividade Económica e Emprego	46
1. Principais conclusões do capítulo	47
2. Evolução da actividade económica na ONTT e ao nível do concelho	49
3. Evolução da estrutura Sectorial na ONTT e ao nível do concelho	56
4. Impactes da PVG na actividade económica das empresas e nos concelhos da ONTT na perspectiva dos empresários	71
III. Mercado Imobiliário	74
1. Principais conclusões do capítulo	75
2. Análise ao nível da ONTT	76
3. Análise ao nível do Concelho	87
4. Prospectiva	100
IV. Equipamentos e Infra-estruturas	102
1. Principais conclusões do capítulo	103
2. Caracterização sumária da situação na década de 90	105
3. Análise ao nível do Concelho	115
4. Corredores logísticos na área do ONTT – Tendências e perspectivas de evolução	136

V. Indicadores	138
1. Transportes e Mobilidade	144
2. Actividade Económica e Emprego	154
3. Mercado Imobiliário	159
4. Equipamentos e Infra-estruturas	165
VI. Prospectiva	169
PARTE B. ANEXOS	179
I. Transportes e Mobilidade	180
II. Actividade Económica e Emprego	187
1. Actividade Económica	188
2. Emprego	197
3. Inquérito às Empresas	208
3.1. Objectivos e Metodologia do Inquérito	208
3.2. Formulário do Inquérito por questionário	221
3.3. Apresentação e Análise dos Resultados	228
4. Conceitos Utilizados	250
III. Mercado Imobiliário	252
1. Empresas de Construção Civil e Imobiliário, com actividades a nível local - Inquérito	253
1.1. Formulário do Inquérito	253
1.2. Empresas seleccionadas	256
1.3. Apresentação dos Resultados	257
1.4. Síntese e Conclusões	259
2. Empresas de Construção Civil e Imobiliário, com actividade a nível nacional - Entrevistas	261
2.1. Guião de Entrevista	261
2.2. Empresas Seleccionadas	262
2.3. Síntese e Conclusões	263
3. Conceitos Utilizados	270

IV. Equipamentos e Infra-Estruturas	272
1. Investimentos autárquicos	273
2. Projectos Públicos na área do ONTT aprovados no âmbito do QCA II – 1994/1999	274
3. Síntese das entrevistas com responsáveis autárquicos e de dados extraídos dos Planos de Actividades Municipais	279
Bibliografia	285

INTRODUÇÃO

O “Estudo de avaliação dos impactes sócio-económicos da nova travessia do Tejo” é realizado no contexto da construção da nova ponte e na análise dos desenvolvimentos entretanto ocorridos e a sua perspectiva de evolução, relativamente a um conjunto de domínios seleccionados para análise.

O presente estudo, do qual este documento constitui o **Relatório Final**, tem por objectivos compreender, numa primeira aproximação, a evolução nos domínios da transportes e mobilidade, do investimento ligado à actividade económica e emprego, do mercado imobiliário e dos equipamentos sociais e infra-estruturas.

Temos igualmente por objectivo neste estudo identificar e analisar o comportamento actual e sondar o comportamento futuro dos agentes económicos

e identificar as principais transformações já visíveis ou em construção e apresentar cenários extremados.

Antes de apresentar as principais análises integrantes deste relatório, não deixamos de, a título introdutório, discutir algumas questões de enquadramento e problemática associada à temática em análise.

A indisponibilidade de dados, quer em termos temporais – recente construção da ponte - quer em termos geográficos – não permite dispor de dados sobre as restantes zonas que há mais tempo dispõem de iguais acessibilidades – impossibilitam a construção de um modelo econométrico que confirme de forma endógena as variáveis explicativas da utilização desta acessibilidade.

Assim, torna-se relevante o estudo empírico em que se analisam as motivações inerentes à escolha desta infra-estrutura, satisfazendo necessidades sociais ou individuais e se analisam os factores de localização empresarial e outras variáveis que explicam a utilização actual e futura da acessibilidade e dos impactes sócio-económicos gerados.

A título introdutório apresentamos alguns elementos enquadradores da realidade em estudo de forma a problematizar as questões em análise. Neste contexto, é possível identificar três factores determinantes da procura, que explicam o atravessamento da nova ponte:

- Substituição de outros atravessamentos ou de outros meios de transporte não rodoviário (marítimo ou ferroviário);
- Procura interna nova nas áreas da AML e ONTT em que os factores acessibilidade e mobilidade são determinantes;
- Procura externa à AML e ONTT em que o factor atravessamento é importante.

Existem no entanto efeitos diferenciados no tempo. Assim, os efeitos para a mobilidade e transportes poderão ser quase imediatos e, noutros casos, os efeitos surgem com desfasamentos diferentes e eventualmente muito elevados. Por outro lado, em termos de expectativas, estas podem ser geradas no imediato e, no

entanto, a efectivação dessas mesmas serem concretizadas a prazo. No caso de variáveis como o nível de preços poderá ser imediata a tradução dessas expectativas.

Assim, e na perspectiva de mensuração dos efeitos, há que equacionar o diferente ritmo de produção dos impactes que, consoante os fenómenos a considerar, poderá fazer com que o longo prazo de um determinado efeito possa ocorrer com a efectivação a curto ou médio prazo de outro.

Assim, numa primeira fase, a Ponte Vasco da Gama cumpre dois objectivos essenciais que justificam a taxa de crescimento da utilização dessa infra-estrutura:

- Satisfação das necessidades de atravessamento do Tejo existentes na AML e ONTT em que os ganhos de acessibilidade são evidentes.
- Satisfação das necessidades em que os factores consumo de combustível, comodidade ou "stress" são determinantes.

Numa segunda fase a PVG satisfaz novas necessidades induzidas pela existência da própria infra-estrutura. Neste contexto, destacamos igualmente dois tipos de necessidades:

- Necessidades decorrentes da alteração da ocupação do território da AML e que podem dizer respeito a factores de localização empresarial;
- Necessidades associadas ao desenvolvimento das relações entre agentes existentes nas margens Norte e Sul directamente correlacionados.

Equacionando agora os efeitos negativos, ou mesmo a ausência de efeitos para alguns agentes económicos, da travessia da Ponte Vasco da Gama, podemos antecipar que os ganhos por parte da infra-estrutura em relação a outras alternativas poderão não ser definitivos por quatro ordens de razões:

- Os agentes económicos que exploram outras modalidades de transporte poderão fazer investimentos que, ao melhorar o serviço, possam readquirir o utente;
- A construção de outras infra-estruturas que desviem o atravessamento limitando a área de influência da PVG;
- Novas configurações territoriais em que se desloquem actividades;
- O crescimento em termos urbanísticos das áreas servidas pela PVG abaixo das expectativas iniciais.

Perspectivar a evolução da utilização da Ponte Vasco da Gama é assim um exercício dificilmente realizável pela simples extrapolação das tendências mesmo que os factores estejam suficientemente identificados.

De facto, há que considerar duas fases distintas neste exercício em que podemos utilizar formas diferenciadas de equacionar esse desenvolvimento. Assim, e numa primeira fase, no curto prazo, o crescimento será atribuível aos factores inicialmente referidos, de efeito cumulativo, e sem que hajam reacções de antecipação nem mesmo de adaptação de qualquer das outras estruturas de transporte (ferroviárias, marítimas). Esta situação resultará de desfasamentos de actuação ou inércia do sistema, ou seja, do efeito temporal da criação de infra-estruturas em particular numa área metropolitana complexa.

Numa segunda fase, e com um horizonte temporal mais alargado, todo um conjunto de factores que, em termos teóricos podem incluir as teorias de localização das actividades económicas, as teorias de expansão das cidades – economias de aglomeração/escala - os modelos de optimização de transporte, os diferentes estádios do crescimento urbano, podem ser usados embora revelando-se de difícil integração.

Assim, a metodologia para enquadramento das perspectivas de evolução – temática a desenvolver neste relatório final - deverá privilegiar o método dos cenários resultante de combinatórias consistentes de factores escolhidos,

resultantes da análise e caracterização realizada, suportados por um conjunto de variáveis significativas do sistema urbano da AML.

Desde já se perspectivam dois cenários base a desenvolver, e que estão traduzidos no capítulo da Análise Prospectiva, reflectindo duas situações extremas de desenvolvimento da própria Área Metropolitana de Lisboa.

O **cenário A**, que corresponde a uma organização do território baseada num **sistema urbano complexo, permitindo reequacionar o papel do arco urbano ribeirinho na estrutura metropolitana e favorecendo a centralidade do estuário do Tejo.**

Neste primeiro cenário, as novas acessibilidades, como sejam os novos eixos viários – IC 3 e IC 11 – a Ponte Vasco da Gama e a nova Ponte de Vila Nova da Rainha, integram de uma forma estruturada uma zona urbana distendida incluindo as duas margens do Tejo. Considerando este cenário **a Ponte Vasco da Gama cumpre um papel predominantemente urbano-metropolitano.**

O **cenário B** corresponde a um **sistema urbano de grande hegemonia do núcleo central em Lisboa, embora polinucleado, de certa forma na continuação e reforçando a actual importância dos principais centros urbanos, articulados entre si, de que se destacam Setúbal - pela sua autonomia funcional - e a emergência de novas áreas urbanas difusas, sendo expectáveis a promoção de novas centralidades.**

Neste cenário **Lisboa centra o crescimento, mantendo-se o papel de periferia metropolitana em relação a toda a zona envolvente e particularmente à margem Sul, com o desenvolvimento de zonas logísticas com interfaces de ligação à Estremadura, Andaluzia, Catalunha, Alentejo e Algarve .**

Neste caso, **a ponte Vasco da Gama cumpre, predominantemente, um papel regional e inter-regional**

Na concretização dos objectivos propostos optou-se por uma estrutura de trabalho baseada em dois blocos principais, nomeadamente, a **Análise** – onde se explicitam os dados e informações, das várias temáticas abordadas, que permitiram aferir os impactes presentes ou perspectivados, derivados da introdução da PVG, os Indicadores de acompanhamento referenciados e a Análise Prospectiva elaborada - e os **Anexos** - que integram a informação de base que deu origem à Análise, assim como os aspectos metodológicos considerados relevantes.

As principais **fontes de informação** utilizadas para a realização deste trabalho foram: informação estatística oficial, documentos e trabalhos relacionados com as várias temáticas em estudo, inquéritos realizados às empresas e entrevistas a diferentes agentes económicos e responsáveis autárquicos, considerados relevantes para a compreensão das diferentes áreas estudadas.

No domínio da **transportes e mobilidade** analisaram-se os movimentos de entrada e saída ou de atravessamento da área considerada e a análise ao longo da década de 90 da evolução das acessibilidades, procurando isolar o efeito Ponte. Procurou-se, igualmente, analisar os novos tráfegos, actuais e futuros.

No que respeita às **actividades económicas e emprego**, através da análise de inquéritos realizados e análise estatística dos Quadros de Pessoal do DETEFP/MT e do INE, procurou-se apreender os impactes nestas variáveis ao nível das motivações e razões na utilização da Ponte, factores de localização relacionados e tendências futuras de localização na área do ONTT, alterações de especialização sectorial e evolução da actividade económica.

No domínio do **mercado imobiliário** pretendeu-se perceber as novas oportunidades criadas pela Ponte em termos de motivações para a construção e a procura de habitação na área do ONTT, a evolução de loteamentos, licenciamentos e respectiva construção e, por outro lado, analisar a evolução do mercado em termos do nível de preços.

No que respeita aos **equipamentos sociais e infra-estruturas** pretendeu-se obter uma visão das principais perspectivas registadas nos concelhos integrantes da área do ONTT, considerando os efeitos indutores da Nova Ponte na oferta e

procura de habitação e na localização de actividades económicas, e as consequentes necessidades daí provenientes para o reforço da oferta de equipamentos. A curta distância temporal entre a introdução da Ponte e a actualidade não permite análises relevantes baseadas em indicadores estatísticos, pelo que a análise efectuada é suportada, essencialmente, na realização de entrevistas com responsáveis autárquicos e na análise de documentos municipais pertinentes, no sentido de apreender as prioridades de investimentos municipais.

Nas análises efectuadas, sempre que possível, consideraram-se três níveis de análise - os concelhos integrantes da ONTT comparados com a própria ONTT e, sempre que possível, com a região da AML. Neste âmbito, refira-se ainda que os dados respeitantes ao concelho de Loures incluem ainda o actual concelho de Odivelas.

Conforme se pode observar na página seguinte, apresentamos um esquema que permite uma visão do enquadramento territorial dos concelhos integrantes do ONTT na própria AML – Norte ou Sul - e nas regiões NUT III respectivas.

AML	CONCELHOS	NUTs III	
AML Norte	Mafra	Oeste	
	Azambuja	Lezíria do Tejo	
	Amadora	Grande Lisboa	
	Cascais		
	Lisboa		
	Odivelas		
	Oeiras		
	Sintra		
	AML Sul	Vila Franca de Xira	Lezíria do Tejo
		Loures	
Benavente		Península de Setúbal	
Alcochete			
Barreiro			
Moita			
Montijo			
Palmela			
Setúbal			
Almada			
Seixal			
Sesimbra			

PARTE A. ANÁLISE

I. TRANSPORTES E MOBILIDADE

1. Principais conclusões do capítulo

A abertura da Ponte Vasco da Gama ocorreu num período em que se tem vindo a verificar o aumento da mobilidade para a generalidade da área em estudo, suportada pelo crescimento da utilização do transporte individual. Por outro lado, este período tem-se caracterizado também pela intensificação das relações inter-concelhias, diminuindo o peso relativo das relações com Lisboa.

A Nova Travessia sobre o Tejo permitiu ganhos significativos nos tempos de deslocação entre sedes de concelho na área do ONTT, embora desiguais entre si, tendo-se verificado o incremento generalizado da acessibilidade nesta área.

A Nova Travessia do Tejo induziu o aumento de deslocações entre as duas margens na área de Lisboa e, embora não tenha sido muito notória a transferência de tráfego da Ponte 25 de Abril para a Ponte Vasco da Gama, afirmou-se a complementaridade entre as duas travessias, em particular no tráfego profissional.

O significativo desvio de tráfego da Ponte de Vila Franca de Xira para a Ponte Vasco da Gama, permite evidenciar o carácter Nacional/Regional que a Nova Travessia possui na actual estrutura viária.

Ao nível metropolitano, a Ponte Vasco da Gama veio concorrer significativamente com os transportes fluviais, pela via do crescimento da motorização da população e dos ganhos no tempo de deslocação induzidos pela Nova Travessia. Por outro lado, a Ponte Vasco da Gama permitiu o desenvolvimento de novas carreiras rodoviárias de transporte de passageiros, servindo os eixos da margem sul, aproximando as áreas mais marginais da Área Metropolitana de Lisboa.

2. Análise da mobilidade

X A análise da mobilidade na área de estudo terá como referência os resultados do inquérito à mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa, desenvolvido pela Direcção Geral dos Transportes Terrestres (DGTT)¹ e o INE, em Março de 1998, antes da entrada ao serviço da Ponte Vasco da Gama, e as matrizes de origem/destino das deslocações por motivo de trabalho ou estudo do Recenseamento Geral da População de 1981 e de 1991.

Mobilidade na AML: 4,86 milhões de viagens diárias, 48,6% das quais com Lisboa como partida ou destino

Segundo o Inquérito à Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa desenvolvido pela DGTT e INE em 1998, eram geradas 4,86 milhões de viagens diárias pelo residentes na AML. Destas 41,9% correspondiam a deslocações por motivo de trabalho e 18,6% por motivos de estudo. Por motivos de aquisição de bens e de serviços foram realizadas 375 mil deslocações diárias, correspondendo a 13,9% do total.

Deste, 41,5% das deslocações foram realizadas em transporte individual e apenas 28,7% em transporte público ou da combinação entre transporte individual e público. As deslocações em transporte individual assumem valores elevados para a maioria dos motivos das deslocações, sendo que o transporte público ou a deslocação a pé apenas apresentam maior significados para as deslocações para a escola ou para a aquisição de bens e serviços.

A tendência de utilização do transporte individual tem assumido particular importância nas deslocações metropolitanas, a que deveremos associar o aumento

¹ Neste inquérito o concelho de Benavente, como concelho não metropolitano, não foi incluído.

do rendimento, a oferta de infra-estruturas rodoviárias e a incapacidade de resposta do sistema de transporte público às necessidades e condições de deslocação da população metropolitana.

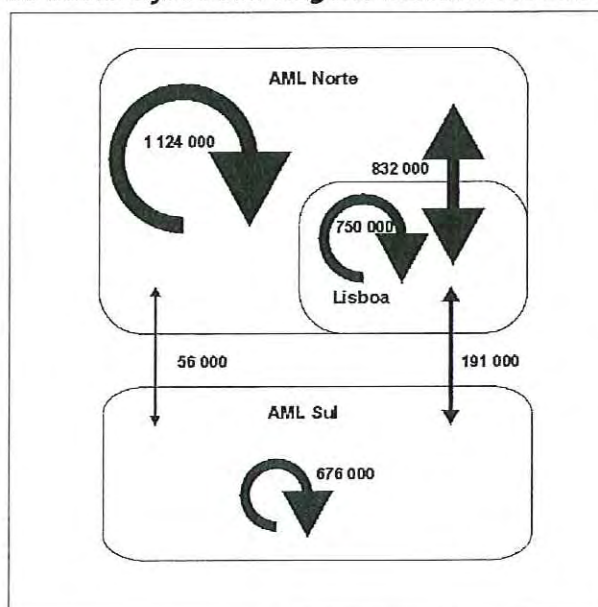
A deslocações motorizadas² diárias correspondem a 3,63 milhões, sendo de 2,7 milhões as deslocações com origem e destino em concelhos da Margem Norte ou Lisboa e 680 mil com origem e destino em concelhos da Margem Sul.

Lisboa constitui o principal pólo de atracção e de geração de tráfego, representando as deslocações relacionadas com Lisboa cerca de metade do total de movimentos metropolitanos (48,6%).

O movimento entre as duas margens correspondem a 6,8% do universo de deslocações motorizadas, sendo estas dominadas por aquelas que têm origem ou destino Lisboa.

X

FIGURA 1. Estrutura de deslocações das viagens motorizadas na AML



Fonte: DGTT, 2000

² Deslocações que não foram efectuadas exclusivamente a pé.

Intensificação das deslocações motorizadas, com preponderância do uso de viatura própria

A comparação dos resultados do Inquérito à Mobilidade de 1998 com o Estudo de Transportes da Região de Lisboa, realizado em 1973, permite evidenciar o crescimento mais acelerado das deslocações motorizadas face ao ritmo de crescimento populacional tendo aumentado o número médio de deslocações motorizadas diárias por habitante de 1,2 para 1,4. As deslocações por motivo de trabalho ou de estudo reduziram o seu peso relativo. Em 1973 estas representavam $\frac{3}{4}$ do total de deslocações, sendo de 61% em 1998. A utilização do transporte público decresceu, aumentando as deslocações em transporte individual, acompanhando o aumento da taxa de motorização. Desta forma, o aumento da posse de viatura própria foi acompanhada por uma elevada taxa de utilização nas deslocações diárias.

Decréscimo das deslocações internas em Lisboa e incremento dos movimentos suburbanos

Entre 1973 e 1998 as deslocações internas à cidade de Lisboa diminuíram de forma drástica, associado ao decréscimo populacional da cidade verificado entre estes dois momentos. Naturalmente que os movimentos suburbanos aumentaram, sendo de igual forma relevante o aumento das deslocações entre os concelhos da Margem Norte, que não Lisboa, e entre os concelhos da Margem Sul, tendo as deslocações internas aumentado 2,44 vezes na Margem Norte e 2,11 vezes na Margem Sul.

1981-1998: Mercado aumento de mobilidade

Sendo que a única forma de poder estabelecer uma evolução do padrão de mobilidade na área em estudo a um nível mais desagregado do território é o de estabelecer a comparação entre o Inquérito à Mobilidade e os resultados dos Censos de 1981 e 1991, foram isoladas as deslocações por motivo de trabalho ou estudo do Inquérito à Mobilidade de 1998 e confrontadas com os resultados presentes nos Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991.

A evolução do número de deslocações diárias por motivos de trabalho ou de estudo foram de 1,15 milhões em 1981, de 1,38 em 1991 e de 1,63 em 1998 entre os concelhos em análise³.

O aumento do número de deslocações por motivo de trabalho ou estudo superou largamente o crescimento da população, sendo que enquanto a taxa de crescimento médio anual da população entre 1981 e 1998, foi de 0,16%, o crescimento das deslocações atingiu os 2,10%, traduzindo o aumento significativo da mobilidade da população.

1981-1998: Alteração da estrutura de fluxos com perdas na polaridade de Lisboa

Este aumento da mobilidade foi acompanhado pela transformação da estrutura dos fluxos de deslocações metropolitanas.

QUADRO 1. Repartição das deslocações na AML - 1981

	%		
1981	AML Norte	Lisboa	AML Sul
AML Norte	25,4	19,5	0,5
Lisboa	1,9	31,1	0,4
AML Sul	0,3	4,1	16,8

Fonte: INE

³ O concelho de Benavente, o único concelho não metropolitano, gerava em 1991, 1.375 saídas para o exterior do concelho e atraía 1.257 activos ou estudantes de outros concelhos.

Em 1981, as deslocações entre as duas margens representavam 5,3% do total dos movimentos pendulares metropolitanos, sendo que 4,5% correspondiam a deslocações entre concelhos da margem Sul e a cidade de Lisboa. Os movimentos com origem e destino na cidade de Lisboa representavam quase um terço do total de deslocações, sendo que mais de metade destas tinham como origem aquela cidade.

QUADRO 2. Repartição das deslocações na AML - 1991

	%		
1991	AML Norte	Lisboa	AML Sul
AML Norte	31,0	19,5	0,5
Lisboa	1,7	22,8	0,3
AML Sul	0,5	5,2	18,5

Fonte: INE

Em 1991, as deslocações entre as duas margens aumentaram de forma significativa representando 6,5% do total dos movimentos pendulares, mantendo a cidade de Lisboa a posição de elemento polarizador das relações entre as duas margens. O peso de Lisboa no contexto dos movimentos pendulares reduziu-se, embora 47,5% das deslocações incluíssem esta cidade como origem ou destino das viagens.

QUADRO 3. Repartição das deslocações na AML – 1998

	%		
1998	AML Norte	Lisboa	AML Sul
AML Norte	34,3	18,7	0,5
Lisboa	1,9	18,5	0,4
AML Sul	1,0	5,0	19,6

Fonte: DGT

Em 1998, as deslocações entre as duas margens por motivo de estudo ou de trabalho aumentaram ligeiramente, atingindo os 6,9%. Embora as deslocações entre as duas margens continuem a ser centradas sobre Lisboa, as relações entre os concelhos da margem Norte, que não Lisboa, e os concelhos da margem Sul do

Tejo assumiram maior significado, ao mesmo tempo que Lisboa viu diminuir a sua posição de dominância nas deslocações entre os concelhos metropolitanos.

QUADRO 4. Relação Emprego/Residência (Empregos/100Hab)

Concelho	1981	1991	1998
Amadora	21,3	23,6	23,3
Azambuja	31,5	29,7	36,1
Cascais	32,0	32,3	30,6
Lisboa	68,7	82,2	97,5
Loures	23,7	26,1	23,0
Mafra	32,1	33,7	42,6
Oeiras	23,8	27,6	43,6
Sintra	24,0	27,2	36,3
V.F.Xira	34,8	29,8	28,4
Alcochete	32,8	33,0	34,3
Almada	29,4	32,2	33,7
Barreiro	27,3	25,8	32,8
Moita	17,2	18,9	18,9
Montijo	39,7	39,9	43,7
Palmela	28,4	31,5	41,5
Seixal	24,7	23,7	23,6
Sesimbra	30,2	32,8	36,3
Setúbal	46,8	42,5	44,4
Total	40,8	42,4	45,2
AML Norte	43,9	46,4	49,6
AML Sul	30,8	30,5	32,9

Fonte: COSTA, N. Marques da (2001)

A evolução das últimas duas décadas traduziu-se pelo aumento das deslocações e pela relativa diminuição da cidade de Lisboa como pólo central dos movimentos pendulares. Para além do aumento dos movimentos entre os concelhos das duas margens, as relações entre concelhos da mesma margem intensificou-se, sendo que apesar de Lisboa continuar a desempenhar um papel central como mercado de emprego, outros centros têm emergido com capacidade de atracção de activos.

Progressiva afirmação das relações inter-concelhias

Como já foi referido, a comparação entre a informação disponibilizada no Recenseamento geral e a resultante do Inquérito à Mobilidade apresentam diferenças significativas, pelo que as comparações deverão assentar na comparação da estrutura de deslocações e não tanto na sua dimensão absoluta.

Por outro lado, apenas será possível comparar as deslocações casa-trabalho e casa-local de estudo, uma vez que serem estas apenas as razões de deslocação consideradas no Recenseamento Geral da População. Por fim, referir a ausência do concelho de Benavente na análise de 1998, uma vez que, não pertencendo à Área Metropolitana de Lisboa, não fez parte do âmbito territorial do estudo desenvolvido pela DGTT e pelo INE.

Relativamente às deslocações casa-trabalho constata-se o seguinte:

As deslocações diárias casa-trabalho em 1991 entre os 19 concelhos em estudo (18 da AML e Benavente) atingiam cerca de 1,1 milhões (QUADRO 22). Destas, 30,6% (334 mil) eram geradas nos concelhos que integram o ONTT sendo que a maioria tinha como destino o próprio concelho ou outro do Observatório (61,7%) e um terço Lisboa (33,4%), sendo que destas 22 milhares de deslocações correspondiam a movimentos originados nos concelhos da Margem Sul do ONTT para Lisboa.

O peso relativo dos activos que se deslocam para fora do concelho de residência para o local de trabalho era particularmente importante para os concelhos de Amadora, Sintra, Oeiras, Loures, Seixal, Barreiro e Moita, onde as saídas representam mais de metade activos residentes.

A importância de Lisboa como pólo de atracção metropolitano é evidente, atraindo cerca de metade do total das deslocações casa-trabalho geradas entre os 19 concelhos. Para além de Loures em que mais de metade das deslocações se fazia para Lisboa, também de Vila Franca de Xira, do Barreiro e da Moita mais de um quarto dos activos se deslocavam para o seu local de trabalho em Lisboa.

Para além do efeito de polarização por parte de Lisboa podem já evidenciar-se relações com significado entre Mafra e Sintra, entre a Azambuja e Benavente com Vila Franca de Xira e no arco ribeirinho a Sul do Tejo entre Alcochete e Montijo, Moita e Barreiro, entre o Seixal e Almada, para além das relações entre Palmela e Setúbal.

Em 1998, o total de deslocações casa-trabalho entre os 18 concelhos da AML eram de cerca de 1,2 milhões de deslocações diárias (QUADRO 23). Destes, 378 mil eram gerados na área do ONTT (sem Benavente) o que correspondia a 33% do total de deslocações na AML, valor idêntico ao verificado em 1991.

As deslocações entre concelhos do ONTT atingiam 207 mil deslocações, correspondendo a 55% do total gerado e 34% (128 milhares) tinham como destino Lisboa, sendo de cerca de 25 mil os movimentos dos concelhos da Margem Sul do ONTT para a cidade de Lisboa.

A importância das deslocações entre concelhos do ONTT é ligeiramente mais reduzido do que o observado em 1991, evidenciando uma maior dispersão dos destinos dos movimentos gerados nos concelhos do Observatório.

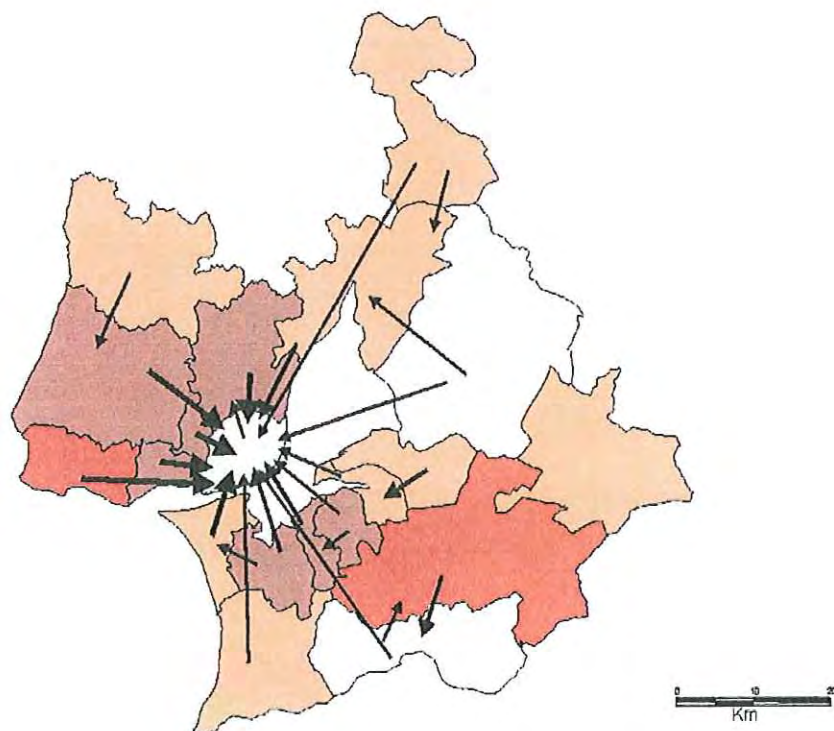
A comparação da estrutura de deslocações casa-trabalho em 1991 e 1998 (FIGURA 2) permite evidenciar o aumento das relações inter-concelhias, expressa pelo aumento do peso de activos que se desloca para fora do concelho de residência para trabalhar. Concomitantemente, afirmam-se relações de interdependência concelhia que não apenas em relação a Lisboa. Na margem Norte da AML a relação entre Mafra e Sintra, da Azambuja e Vila Franca de Xira e a afirmação do concelho Oeiras, gerando interdependência com Cascais e Lisboa, mas também de Lisboa com Sintra e Loures. Na margem Sul confirmam-se as relações já identificadas em 1991, entre Alcochete e Montijo, Moita e Barreiro, do Seixal e Almada, e de Setúbal com Palmela.

A estrutura de relação entre as áreas de residência e de trabalho tornou-se mais complexa e, embora as relações continuem a ser fortemente polarizadas por Lisboa, outros centros têm vindo a assumir particular relevância na oferta de emprego, tendo-se continuado a assistir à separação das áreas de residência e de trabalho, aumentando a distância entre elas.

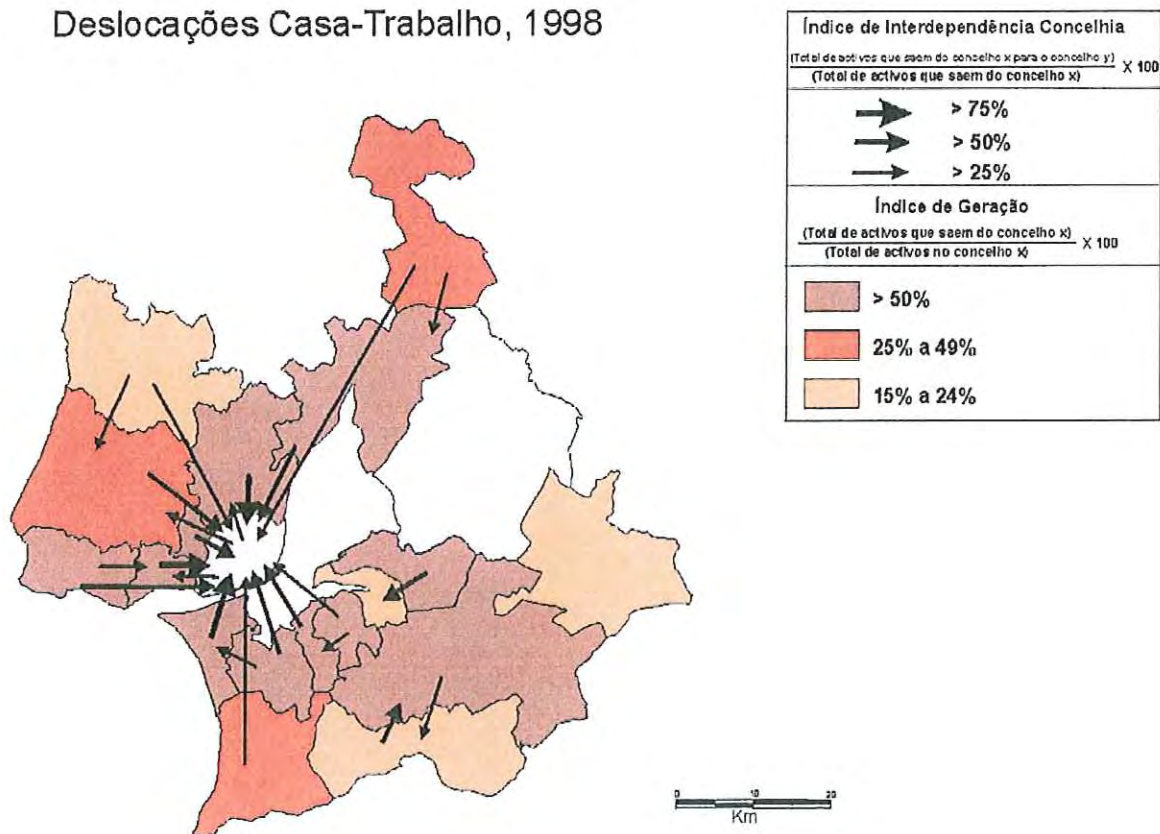
É neste contexto que se deverá entender os efeitos da abertura da nova travessia do Tejo. O entendimento do espaço metropolitano como um espaço económico alargado onde as relações tenderão a serem fortalecidas entre diferentes unidades territoriais, emergindo novos eixos e núcleos polarizadores no espaço metropolitano.

FIGURA 2. Deslocações Casa-Trabalho, 1991 e 1998

Deslocações Casa-Trabalho, 1991



Deslocações Casa-Trabalho, 1998



Fonte: COSTA, Nuno Marques da (2001); DGTT; INE

Relativamente às deslocações casa-local de estudo pode constatar-se:

As deslocações diárias casa-local de estudo, em 1991, eram de 298 milhares sendo de 31% o peso relativo das deslocações geradas por este motivo na área do Observatório (93 milhares) (QUADRO 24). Os movimentos com origem e destino no próprio concelho dominam as deslocações por este motivo, sendo que na maioria dos casos as deslocações dentro do próprio concelho ultrapassam os 75%.

Lisboa dominava a atracção de estudantes dos concelhos da margem Norte, representado um destino importante para os estudantes oriundos de Oeiras, Loures, Amadora, Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira, mas também de Almada e Seixal, na margem Sul. Nesta margem as relações de interdependência que surgem ocorrem entre Seixal e Almada, Moita e Barreiro e entre Palmela e Setúbal. Apesar das deslocações serem fundamentalmente intra-concelhias, as relações de interdependência que se estabelecem decalcam as relações mais fortes que se estabelecem nas deslocações casa-trabalho.

Em 1998, os movimentos diários para o local de estudo entre concelhos da AML representava meio milhão de deslocações (QUADRO 25). As deslocações originadas nos concelhos do Observatório representavam um terço (166 mil) dos movimentos, sendo que 78% destas correspondiam a movimentos no próprio concelho de residência ou de outros concelhos do Observatório, e 19% (31 mil) eram dirigidos a Lisboa.

Se o valor global de deslocações é bastante superior ao verificado em 1991, a estrutura das deslocações não se alterou de forma significativa. As deslocações intra-concelhias continuam a representar a maior parte das deslocações casa-local de estudo e Lisboa, para além de dominar a atracção de estudantes em relação à maioria dos concelhos metropolitanos da margem Norte, alargou a sua atracção ao Barreiro, Moita e Setúbal, para além de Almada e Seixal, que já em 1991 apresentavam algum grau de dependência face a Lisboa. Para além destas relações, é de evidenciar as deslocações entre Cascais e Oeiras, que já representa um quarto dos movimentos dos estudantes de Cascais, sendo que na margem Sul

destacam-se, mais uma vez, as relações entre Alcochete e Montijo, entre a Moita e o Barreiro e entre Palmela e Setúbal.

Relativamente às deslocações por outros motivos:

O Inquérito à Mobilidade permitiu identificar outras razões para as deslocações motorizadas no território metropolitano. Neste trabalho é possível identificar as deslocações realizadas por motivo de acesso aos serviços de saúde, de aquisição de bens e de serviços e por motivos de recreio ou lazer.

As deslocações motorizadas realizadas por motivo de acesso aos serviços de saúde representam 74,5 milhares de movimentos. Destes cerca de 30% são geradas no território do Observatório (22,4 mil), sendo que 59% tiveram o destino o próprio concelho de residência ou outro concelho do Observatório, e 39% dirigiram-se para Lisboa, sendo que destes a maior parte corresponderam a fluxos originados em Loures e Vila Franca de Xira, os dois concelhos da margem Norte do ONTT. Na margem Sul é de realçar as relações de interdependência geradas entre Alcochete e Montijo e entre o Barreiro e a Moita, para além do Seixal e de Almada, já fora do ONTT.

As deslocações motorizadas por motivo de aquisição de bens e de serviços representam 194 milhares de movimentos, tendo maioritariamente como destino o concelho de origem. Os movimentos gerados nos concelhos do Observatório representam 26% do total (50 mil deslocações), valor um pouco mais reduzido do que em relação aos outros motivos. O movimento entre concelhos do Observatório representam 77% dos movimentos gerados, sendo de 21% (10,5 mil) os movimentos com destino a Lisboa, maioritariamente com origem em Loures. As relações entre Alcochete e Montijo, Moita e Barreiro e Palmela e Setúbal, destacam-se mais uma vez, configurando um sistema territorial bem definido no conjunto do ONTT.

As deslocações motorizadas por motivo de lazer e recreio ou de visita a familiares e amigos ascendem a 246 milhares para o conjunto da AML, sendo originadas cerca de um quarto dessas deslocações nos concelhos do ONTT (61 mil). O

padrão é idêntico ao verificado para a aquisição de bens e serviços; 71% tem como destino o espaço do Observatório e 21% Lisboa.

Tendo sido o inquérito à mobilidade realizado antes da abertura da nova travessia e não existindo ligações directas entre os concelhos a Sul e a Norte da área em estudo, as relações entre as duas margens são bastante ténues. As fortes relações que são estabelecidas pelo conjunto do ONTT com Lisboa devem-se fundamentalmente aos movimentos entre Loures e Vila Franca de Xira, sendo mais fracas as relações dos restantes concelhos com Lisboa, muito embora com níveis de intensidade diferenciado, destacando-se naturalmente o Barreiro.

Outro aspecto a realçar é a existência de relações muito fortes, simultaneamente a diferentes níveis, entre Alcochete e Montijo, entre a Moita e o Barreiro e o entre Palmela e Setúbal, configurando eixos que adquirem relevo no conjunto da AML.

ONTT: uma área de importância crescente na AML

Se identificarmos cinco grandes zonas, margem Norte (todos os 9 concelhos da margem Norte), margem Sul (todos os 9 concelhos da margem Sul, mais Benavente para 1991) e a área do Observatório da Nova Travessia do Tejo, e os sub-grupos, separando a parte Norte (Loures e Vila Franca de Xira) e a Sul (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal), poderemos sintetizar a evolução da estrutura de deslocações na AML e do ONTT.

QUADRO 5. Estrutura de deslocações casa-trabalho, 1991 e 1998 por grandes zonas

T-1991	N	S	ONTT		T-1998	N	S	ONTT	
N	74,8	1,0	-		N	74,0	1,1	-	
S	6,6	17,7	-		S	7,1	17,9	-	
ONTT N	10,3	0,2	-		ONTT N	9,5	0,3	-	
ONTT S	2,3	10,4	-		ONTT S	2,5	10,4	-	
ONTT	-	-	18,9	1.091.068	ONTT	-	-	17,8	1.162.486

Da comparação dos quadros das deslocações casa-trabalho em 1991 e 1998 verifica-se que, embora não tenham ocorrido grandes transformações, o peso das

deslocações da margem Sul para Norte aumentou, assim como os movimentos com origem do ONTT Sul para os concelhos da margem Norte da AML.

QUADRO 6. Estrutura de deslocações casa-local de estudo, 1991 e 1998 por grandes zonas

E-1991	N	S	ONTT	
N	73,5	0,4	-	
S	2,7	23,4	-	
ONTT N	13,2	0,1	-	
ONTT S	1,1	12,7	-	
ONTT	-	-	25,4	297.529

E-1998	N	S	ONTT	
N	72,4	0,6	-	
S	3,5	23,4	-	
ONTT N	14,7	0,2	-	
ONTT S	1,3	11,9	-	
ONTT	-	-	25,9	500.300

Os movimentos por motivo de estudo apresentaram uma evolução no sentido do aumento da interdependência, aumentando as deslocações no sentido Sul-Norte, bem como os movimentos do ONTT com a restante AML.

QUADRO 7. Estrutura de deslocações motorizadas por motivo de saúde 1998 por grandes zonas

S-1998	N	S	ONTT	
N	77,6	0,5	-	
S	4,4	17,5	-	
ONTT N	7,5	0,0	-	
ONTT S	1,5	11,1	-	
ONTT	-	-	17,8	74.548

QUADRO 8. Estrutura de deslocações motorizadas por motivo de aquisição de bens e serviços 1998 por grandes zonas

C-1998	N	S	ONTT	
N	78,9	0,5	-	
S	2,3	18,2	-	
ONTT N	9,4	0,0	-	
ONTT S	0,9	11,9	-	
ONTT	-	-	19,5	194.385

A estrutura de deslocações motorizadas por motivo de aquisição de bens e serviços e por motivos de saúde evidencia uma menor interacção entre as duas margens, particularmente mais evidente nas relações entre a ONTT Norte e a ONTT Sul.

QUADRO 9. Estrutura de deslocações motorizadas por motivo de lazer 1998 por grandes zonas

L-1998	N	S	ONTT	
N	76,5	2,5	-	
S	2,4	18,7	-	
ONTT N	8,7	0,4	-	
ONTT S	0,8	11,8	-	
ONTT	-	-	17,6	246.112

As deslocações motorizadas que têm como motivo o lazer e o convívio com familiares e amigos apresenta um aumento dos fluxos Norte-Sul, traduzindo por um lado a especialização da margem Sul da componente de lazer e por outro o crescimento demográfico a Sul, resultado da transferência de quantitativos populacionais importantes da margem Norte, integrando as duas margens num espaço de convívio familiar e de amizade mais alargado.

3. Alterações resultantes da Nova Travessia

Nova Travessia: um elemento fundamental de uma estrutura viária centrada em Lisboa

As alterações ocorridas nas infra-estruturas rodoviária e ferroviária na última década marcaram de forma clara o esquema de acessibilidades da área de estudo.

De acordo com o Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000), a área em estudo será servida por um conjunto de vias da Rede Fundamental e Complementar que permitirão definir uma estrutura radio-concêntrica em relação à cidade de Lisboa. Não estando concluída na sua totalidade, a rede encontra algumas ineficiências dos quais os efeitos mais visíveis são os congestionamentos em períodos de ponta.

O Itinerário Principal (IP) 1 e o IP 7 constituem os elementos da Rede Fundamental que servem a área de estudo. O primeiro atravessa longitudinalmente a área, ligando o Norte e o Sul do Continente, atravessando o Tejo através da Ponte Vasco da Gama. O segundo atravessa transversalmente a área ligando Lisboa a Espanha, atravessando o Tejo através da Ponte 25 de Abril.

As radiais a Lisboa na Margem Norte são constituídas pelo Itinerário Complementar (IC) 1 que permite a ligação ao Oeste por Loures (A8), o IC2 que liga Lisboa à Póvoa de Santo Adrião, como variante à Estrada Nacional (EN) 10, o IC15 que liga Lisboa a Cascais (A5), o IC16, Radial da Pontinha, IC19, Radial de Sintra, o IC22, Radial de Odivelas e o IC30 que permitirá ligar o IC16 ao IC15 em Alcabideche.

As circulares da Margem Norte são constituídas pelo IC17 (Circular Regional Interna de Lisboa) e pelo IC18 (Circular Regional Externa de Lisboa).

Na Margem Sul encontramos o IC3 que permitirá ligar Setúbal a Coimbra, seguindo a margem esquerda do Tejo, o IC20, a via rápida da Caparica, o IC21, a

via rápida do Barreiro e o IC32, que permitirá ligar a Trafaria ao IP1 no Montijo; esta constituirá a Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS).

As alterações da Rede Ferroviária incidiram fundamentalmente na entrada ao serviço do Eixo Norte/Sul (29 de Julho de 1999), atravessando o Tejo pela Ponte 25 de Abril, pela melhoria do serviço na Linha Cintura, da Linha do Norte e da Linha de Sintra pela quadruplicação da via em alguns dos troços e na melhoria dos sistemas de sinalização e de telecomunicações.

De forma a perceber as alterações introduzidas pela entrada ao serviço da Ponte Vasco da Gama, foram considerados dois momentos distintos; 1990 e 1998.

Naturalmente que entres estes dois momentos ocorreram alterações na rede rodoviária. São de destacar: a entrada ao serviço do troço do IC1 entre Loures e Malveira (1991); do IC15 entre o Estádio Nacional e Cascais (1991); do IC19 entre Queluz e Rio de Mouro (1991) e Rio de Mouro e Ranholas (1994); do IC17 (CRIL) entre o Alto do Duque e a Buraca (1993) e da Pontinha a Sacavém (1997 e 1998); do IC18 (CREL) entre o Estádio Nacional e Queluz (1994) e entre Queluz e Alverca (1995); e naturalmente a entrada ao serviço da Ponte Vasco da Gama, a 29 de Março de 1998.

Assim, foram calculadas as distâncias tempo entre diferentes lugares da área de estudo tendo em atenção as condições de circulação em 1990 e as distâncias tempo tendo em atenção as condições de circulação em 1998. Para isso foram consideradas as configurações e os níveis de serviço nesses dois momentos, considerando diferentes velocidades de circulação em Auto-estrada, Via rápida, Estradas Nacionais e Estradas Municipais (120,100, 70, 50, Km/h)⁴.

Para além disso foram consideradas as distâncias tempo tendo em atenção as condições de circulação de 1998, mas sem a nova travessia do Tejo, de forma a melhor apurar as consequências da abertura da Ponte Vasco da Gama. Ou seja,

⁴ Tendo como objectivo verificar os efeitos decorrentes da transformação da rede viária, os valores de velocidade assumidos são indiferentes desde que sejam constantes para o mesmo tipo de via nos dois momentos de análise.

será assim possível isolar o efeito da ponte, uma vez que se considera a melhoria geral da rede viária sem o novo atravessamento, sendo que as diferenças encontradas serão aquelas que se poderão imputar de forma directa à Ponte Vasco da Gama.

As alterações de distância tempo entre sedes de concelho: ganhos significativos mas desiguais

Numa primeira fase procedeu-se ao cálculo das distâncias tempo entre as 19 sedes de concelho (18 da AML e Benavente), para 1990, 1998 e 1998 sem a ponte Vasco da Gama.

Considerados os ganhos de tempo de ligação foi calculado o ganho médio para cada sede de concelho, bem como o ganho médio do sistema, para cada uma das matrizes (QUADRO 26).

Considerando todas as alterações entre 1990 e 1998, o ganho médio para o sistema é de cerca 6 minutos (5,9 minutos). As sedes de concelhos mais beneficiadas correspondem àquelas que se encontram na Margem Sul junto à Ponte Vasco da Gama (Alcochete e Montijo), e as que, estando numa posição mais extrema, beneficiaram da abertura do IC1, Mafra, e do IC15, Cascais. Pelo contrário as sedes de concelho servidas directamente pela Ponte 25 de Abril, apresentam valores de ganhos médios mais reduzidos, uma vez que na maior parte da rede viária presente em 1998 já se encontrava em serviço no ano de partida.

De forma a perceber o efeito directo da abertura da Ponte Vasco da Gama, foi determinada a matriz de distância entre sedes de concelho com toda a rede viária em 1998, mas sem a abertura da Ponte Vasco da Gama. Após esse cálculo determinou-se a diferença entre os ganhos entre 1990 e 1998 com a Ponte e a mesma matriz sem a possibilidade de cruzar a Vasco da Gama (QUADRO 27).

Os ganhos médios que poderemos associar de forma directa à abertura da Ponte Vasco da Gama são de 2,4 minutos, um pouco mais de um terço do ganho médio

do sistema entre 1990 e 1998. Naturalmente, são as sedes de concelho de Alcochete e do Montijo que apresentam os valores mais elevados de ganhos, com oito e dez minutos, respectivamente. A sua posição periférica na rede rodoviária que serve a área de estudo é profundamente alterada com a nova travessia do Tejo, permitindo os maiores ganhos do conjunto de sedes de concelho.

FIGURA 3. Ganhos Médios entre 1990 e 1998 (minutos)

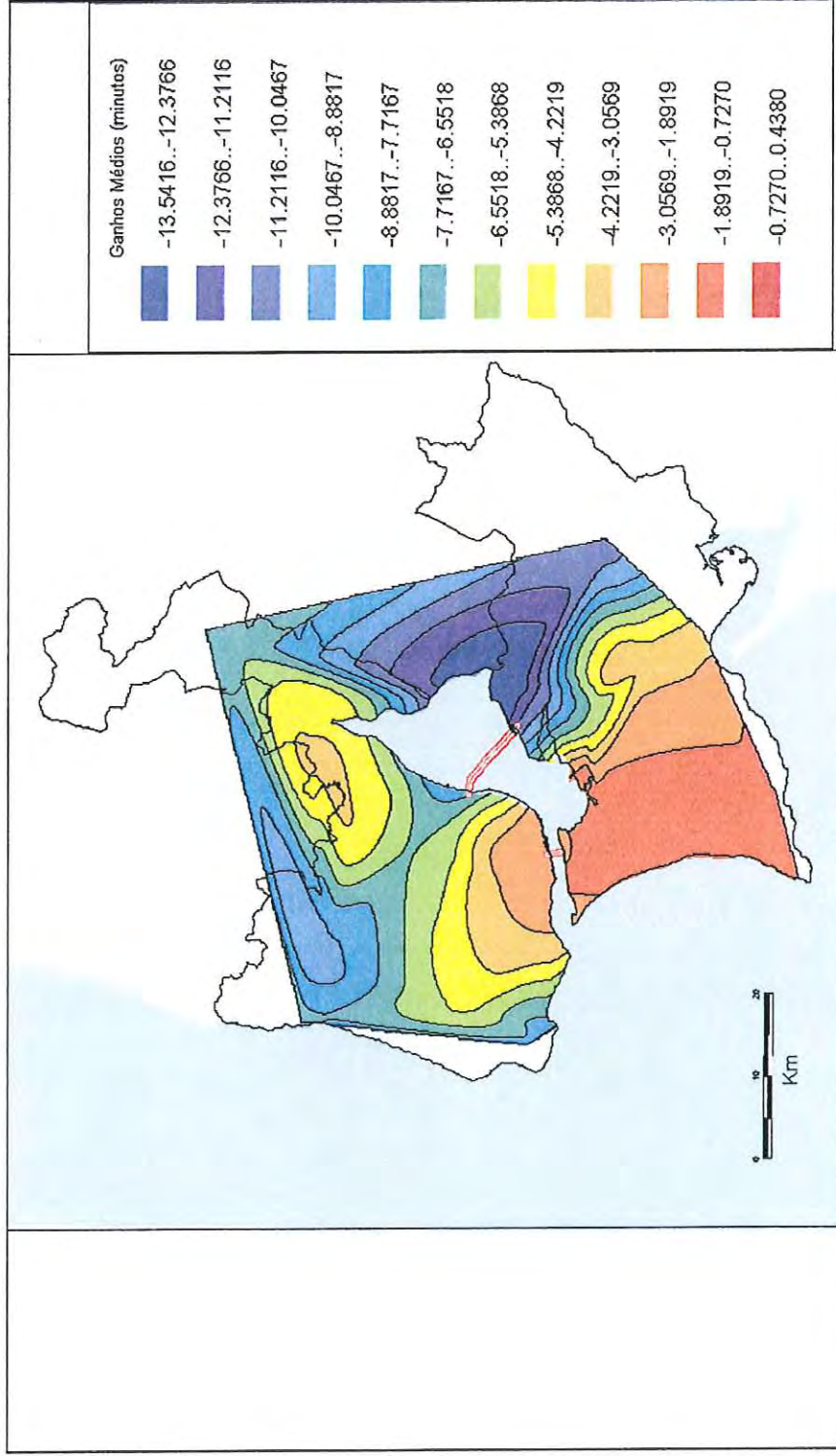
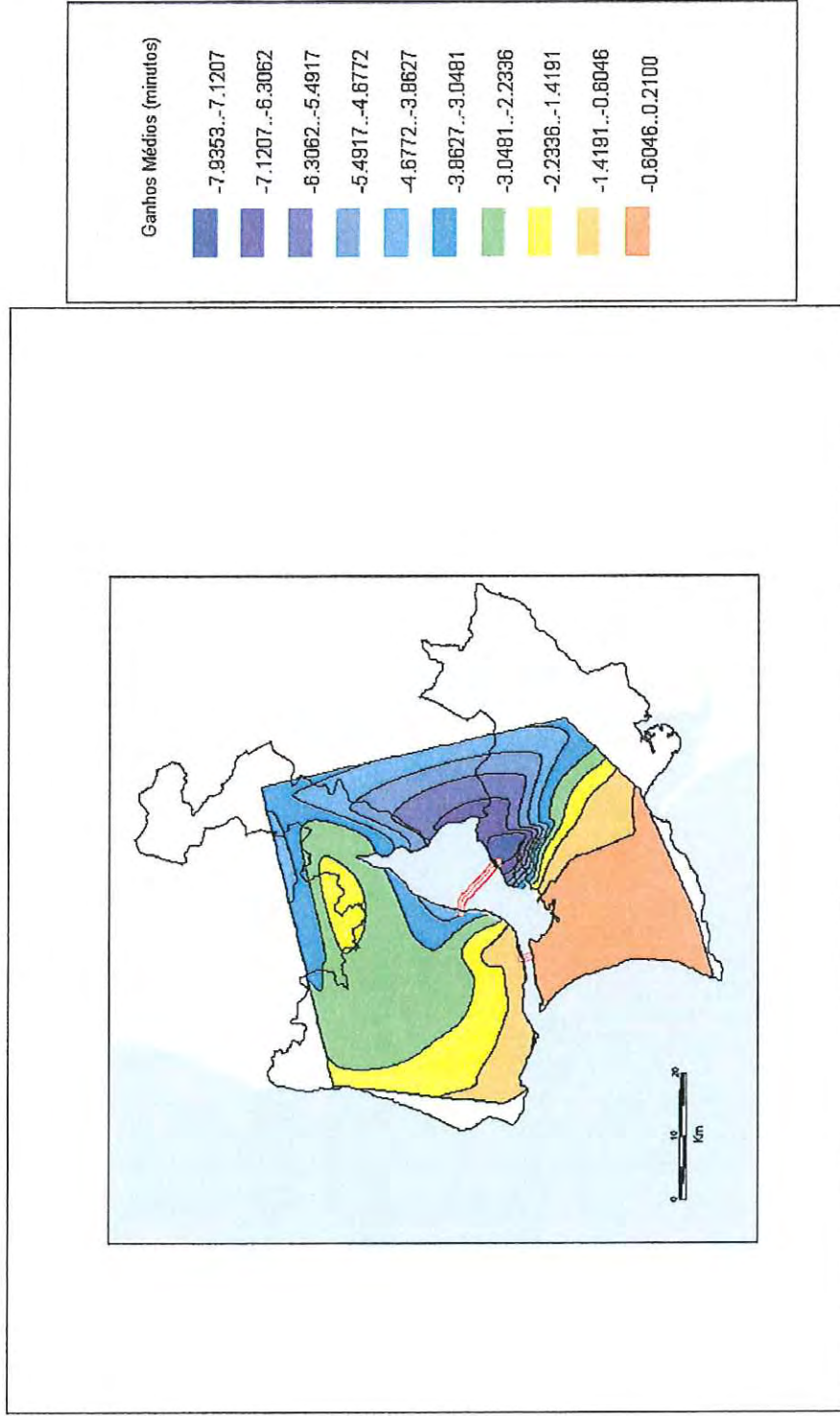


FIGURA 4. Ganhos Médios atribuíveis à Ponte Vasco da Gama (minutos)



As alterações da distância tempo para a área em estudo: Incremento generalizado da acessibilidade

Para além do cálculo das distâncias tempo entre sedes de concelhos, foram calculadas as distâncias tempo para 1990, 1998 e 1998 sem a nova travessia, para um conjunto alargado de lugares de forma a ser possível simular os ganhos relativos para o conjunto da área em estudo.

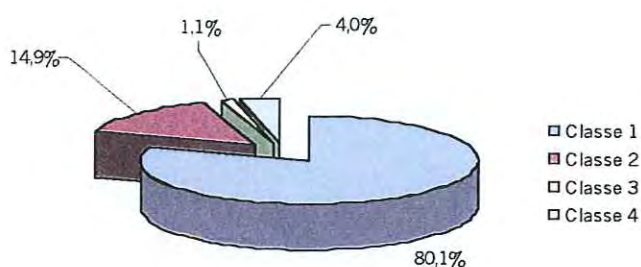
Os ganhos médios são mais elevados na área de Alcochete e Montijo, estendendo-se para Norte a Benavente. A sul deste concelhos os ganhos decrescem de forma significativa, constituindo o concelho da Moita a área de indiferença, resultado da ligação rápida ao IP7 e a consequente possibilidade de travessia do Tejo pela Ponte 25 de Abril.

São as áreas da Margem Sul junto à nova ponte e todo o território que se estende a Norte até à EN10 as mais beneficiadas com a nova travessia. A área de indiferença encontra-se muito próxima a Sul no território da Moita.

QUADRO 10. Distância Tempo Médias entre sedes de concelho em 1990, 1998 e 1998 sem o novo atravessamento

1990		1998		1998 Sem Ponte	
Minutos	Sede	Minutos	Sede	Minutos	Sede
25	Lisboa	21	Lisboa	23	Lisboa
25	Almada	23	Moita	23	Almada
28	Amadora	23	Almada	25	Moita
28	Seixal	24	Loures	26	Seixal
30	Barreiro	25	Amadora	28	Loures
30	Oeiras	26	Montijo	28	Amadora
31	Loures	26	Seixal	28	Oeiras
31	Moita	27	Oeiras	29	Barreiro
31	Palmela	27	Alcochete	29	Palmela
34	Sintra	27	Palmela	30	Sintra
34	Setúbal	28	Sintra	30	Setubal
35	VFXira	29	Barreiro	31	Cascais
37	Montijo	29	Cascais	33	VFXira
38	Cascais	29	Setubal	33	Alcochete
41	Alcochete	31	VFXira	34	Montijo
41	Sesimbra	37	Mafra	39	Mafra
47	Benavente	40	Sesimbra	40	Sesimbra
47	Mafra	40	Azambuja	44	Benavente
48	Azambuja	44	Benavente	44	Azambuja

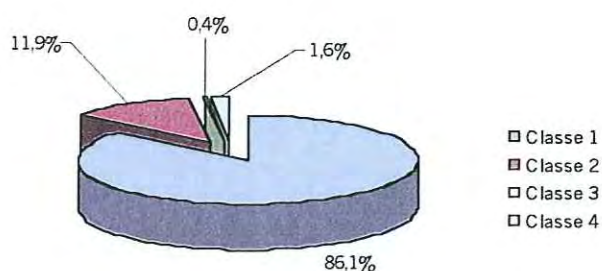
FIGURA 5. Repartição por Classe Tarifária – Ponte Vasco da Gama



Fonte: Lusoponte

A obrigatoriedade do atravessamento de cargas perigosas pela Ponte Vasco da Gama não justificará por si esta diferença. A nova travessia do Tejo constitui uma alternativa que é equacionada pelos operadores de transporte de forma a furtarem-se ao congestionamento optando por uma ou outra travessia de acordo com as condições de circulação do momento, para além de constituir uma vantagem para os tráfegos que tem origem ou destino a área Norte de Lisboa.

FIGURA 6. Repartição por Classe Tarifária – Ponte 25 de Abril



Fonte: Lusoponte

A localização relativamente afastada dos principais núcleos populacionais da Vasco da Gama e o diferencial de portagem justificará a manutenção do maior peso dos veículos ligeiros nas travessias da ponte 25 de Abril, enquanto parece que os

operadores de transporte de mercadorias internalizaram, de forma rápida, as vantagens decorrentes da utilização da nova travessia.

Ponte de Vila Franca de Xira: Significativo desvio de tráfego rodoviário para a PVG

QUADRO 13. Tráfego Médio Diário na Ponte de Vila Franca de Xira

1994	1995	1996	1997	1998	1999
25.634	25.750	26.148	27.000	22.020	19.717

Fonte: IEP

O tráfego através da ponte de Vila Franca de Xira apresentou um decréscimo acentuado que, de alguma forma, se poderá associar à abertura da nova travessia do Tejo. A redução verificada em 1998 e a continuada diminuição em 1999, permite relacionar este facto com a abertura da Vasco da Gama em Março de 1998.

Poderá induzir-se que o tráfego de ligação Norte – Sul, que não necessitando de passar por Lisboa, utilizaria a travessia em Vila Franca, seguindo depois pela EN10 para Sul. A alternativa de passagem pela ponte Vasco da Gama permite a travessia junto a Lisboa sem penetrar na cidade e utilizando a IP1 com melhores condições de circulação. Assim, se em relação à ponte 25 de Abril não poderemos afirmar existir uma transferência de tráfego, em relação à ponte de Vila Franca de Xira poderemos induzir que de facto terá ocorrido captação de tráfego por parte da Vasco da Gama.

Tráfego rodoviário: Adensamento da malha viária e crescente potenciação de percursos alternativos

Considerando a rede viária da área em estudo poderemos identificar alguns dos troços que se apresentam como estruturantes do ONTT. Foram identificados nove

troços, tendo sido recolhida informação referente ao Tráfego Médio Diário (TMD) para o ano mais próximo e a taxa de crescimento médio anual do tráfego entre 1990 e esses mesmo ano.

O crescimento do tráfego foi bastante significativo sendo de destacar a via de acesso ao Barreiro (IC21), o continuado aumento da A1 e da ligação do Montijo a Setúbal.

QUADRO 14. Tráfego Médio Diário (DM) para nove troços

Troços	TMD	TCMA	Periodo
Ponte 25 Abril	147.795	3,8	90-99
IP7-A2	71.747	5,4	90-98
IC21	18.800	14,2	90-96
Ponte V. Gama	42.726	1,8	98-99
EN10 VFXira	23.915	4,4	90-95
IP1-A1	69.566	10,2	90-98
A8	44.188	4,5	90-98
IC3-EN118	8.452	4,9	90-98
EN252/IP1	11.545	6,8	90-98

Fonte: DGT; IEP-JAE

Os eixos de maior carga correspondem à ponte 25 de Abril (147.795), à continuidade para Sul através da A2-IP7 (71.747), à A1-IP1 atravessando Vila Franca de Xira e Loures (69.566), à A8 servindo Loures (44.188) e naturalmente a ponte Vasco da Gama (42.726).

Significativos são ainda o IC21, permitindo o acesso do Barreiro à A2 e consequentemente à ponte 25 de Abril, o atravessamento do Tejo em Vila Franca de Xira e o acesso a Leste e Sul através da EN10 e a EN118-IC3 que permite o acesso de Vila Franca de Xira ao IP1 em Alcochete. Estes dois acessos permitem descongestionar a A1, permitindo para quem se dirige de Norte para o Sul do país, atravessar o Tejo em Vila Franca de Xira e depois, pelo EN118 e futuro IC3, aceder à A2 e a toda margem sul do Tejo. A ligação do Montijo a Setúbal (EN252/IP1), é a ligação natural da passagem do tráfego de Norte para Sul evitando a cidade de Lisboa.

Travessias fluviais: Marcadas reduções de tráfego

O transporte fluvial de passageiros é assegurado pela Transtejo e pela Soflusa que operam sete linhas⁶ que permitem ligar o Montijo, Barreiro, Seixal, Cacilhas, Trafaria/Porto Brandão a três terminais em Lisboa.

QUADRO 15. Evolução dos passageiros transportados nas travessias do Tejo

Linhas	1000 passageiros									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Montijo	1.411	1.438	1.461	1.495	1.475	1.499	1.728	1.872	1.725	1.522
Seixal	587	811	1.014	1.162	1.309	1.425	1.485	2.675	3.062	2.668
Cacilhas	30.525	30.354	30.669	28.489	28.460	27.330	29.725	31.672	31.760	29.830
Trafaria	1.781	1.741	1.640	1.442	1.417	1.320	1.352	1.373	1.400	1.225
Porto Brandão	368	374	382	362	358	348	355	457	457	357
Barreiro	-	-	-	10.500	14.000	14.000	13.500	13.500	13.300	12.405
Total	34.672	34.718	35.166	43.450	47.019	45.922	48.145	51.549	51.704	48.007

Os valores globais permitem evidenciar o crescimento do movimento fluvial de 1995 até 1998. Entre 1998 e 1999 verificou-se a diminuição do tráfego, que atingiu a generalidade das linhas, mas foi particularmente acentuada nas linhas do Montijo e do Seixal, sendo mais ligeira na linha de Cacilhas. A linha do Barreiro, operada pela Soflusa, apresentou um ligeiro decréscimo de cerca 1,5%.

A diminuição da procura que se cifrou em cerca de 7%, terá resultado da perda de passageiros para o transporte individual. A este facto não terá sido estranho a entrada em funcionamento da sexta faixa de rodagem na ponte 25 de Abril e a ponte Vasco da Gama. Este efeito terá sido particularmente relevante na linha do Montijo onde o decréscimo foi bastante acentuado a partir de Março de 1998. O efeito da introdução da ligação ferroviária através da ponte 25 de Abril ainda não estará perfeitamente reflectido nos dados da Transtejo uma vez que o início de exploração se deu no final de Julho de 1999.

⁶ Recentemente foi inaugurado um novo serviço entre Cacilhas, Seixal e o Parque das Nações.

Travessia ferroviária: Uma alternativa

Tendo iniciado a sua operação a 29 de Julho de 1999, a operação permite ligar Entrecampos ao Fogueteiro. O número de passageiros transportados representará cerca de 900 mil passageiros mensais, atendendo ao número de bilhetes e de passes vendidos.

QUADRO 16. Passageiros Transportados (Bilhetes Simples, Pré Comprados, Assinaturas e Passes*)

1999	Agosto	1.058.600
	Setembro	1.267.200
	Outubro	1.620.600
	Novembro	1.786.200
	Dezembro	1.766.800
2000	Janeiro	914.800
	Fevereiro	895.200
	Março	950.040
	Abril	909.000
	Maio	971.800
	Junho	939.800
	Julho	977.800
	Agosto	880.000
	Setembro**	239.000
	Outubro**	200.000
	Novembro**	188.000
	Dezembro**	210.000

Fonte: Fertagus

* Admite-se 44 viagens mensais por cada passe e assinatura vendida

** Valor sem assinaturas e passes

Os valores iniciais parecem um pouco inflacionados, uma vez que representam a diminuição para cerca de metade de Dezembro de 1999 para Janeiro de 2000. Admitindo os últimos valores será de admitir um movimento anual que rodará os 10,5 milhões de passageiros anuais, valor ainda bastante abaixo do previsto no projecto e que ronda os 41 milhões de passageiros anuais.

O previsto prolongamento da linha ao Pinhal Novo e a ligação a Setúbal poderá potenciar a infra-estrutura permitindo não só a ligação ferroviária directa de Setúbal a Lisboa, mas também reforçar e alargar o efeito de polarização que Setúbal já exerce na margem Sul.

Transporte rodoviário de passageiros: Reduções e incrementos de tráfego

Várias empresas possuem carreiras concessionadas na área do ONTT, a Rodoviária de Lisboa, a Rodoviária da Estremadura, a Rodoviária do Tejo, a Joaquim Jerónimo, a Henrique Leonardo da Mota e a Isidoro Duarte na margem Norte e os Transportes Sul do Tejo (TST), a Covas e Filhos e os Belos, na margem Sul.

A ligação das duas margens em Lisboa é garantida principalmente pelos Belos e pela Transportes Sul do Tejo, para além da Covas e Filhos, sendo o número de circulações diárias entre margem Sul e a margem Norte em Lisboa de cerca de 600.

Os Belos, os Transportes Sul do Tejo e a Covas e Filhos transportaram em 1999 cerca de 103 milhões de passageiros nas carreiras a si concessionadas. O transporte garantido por estas empresas não se limita naturalmente ao atravessamento das duas margens, mas na alimentação de outros operadores responsáveis pela travessia do Tejo, como sejam a Transtejo e a Fertagus.

A evolução recente caracterizou-se pela diminuição, entre 1996 e 1999, do volume de passageiros transportados pelo principal operador da margem Sul, os TST, e que foi de 4,6 milhões de passageiros, cerca de 5% do total de passageiros transportados por este operador.

A nova travessia foi aproveitada por dois operadores para solicitarem, junto da DGTT, o licenciamento de 4 carreiras que permitem ligar Bela Vista (Montijo) à Gare do Oriente; Jardim (Montijo) à Gare do Oriente; Setúbal –Lisboa; Palmela-Pinhal Novo-Lisboa, através da ponte Vasco da Gama. As duas primeiras foram solicitadas pelos TST e as duas últimas pela Belos.

Em relação à operação já foi iniciada a actividade de uma carreira entre o Montijo e a Gare do Oriente, garantido 26 circulações durante os dias de semana e 18 e 17 aos sábados e domingos, respectivamente, tendo a procura evoluído de forma positiva, segundo informações junto do operador.

NTT: Mais benefícios a curto prazo

A conclusão da rede rodoviária prevista no PRN 2000 para Área Metropolitana de Lisboa produzirá alterações significativas com reflexo na área do Observatório. Destas será de destacar a construção do IC3 da nova travessia do Tejo no Carregado. O desenvolvimento destas infra-estruturas permitirão melhorar a acessibilidade a Norte evitando o atravessamento e a utilização da já saturada A1 e IC2. Por outro lado conduzirá a uma maior integração do concelho de Benavente e da margem esquerda do concelho de Vila Franca de Xira.

O desenvolvimento destas infra-estruturas permitirá integrar um sistema multimodal à escala metropolitana, integrando simultaneamente o novo aeroporto, o sistema portuário (Lisboa/Setúbal) e a ferrovia. Esta será certamente uma oportunidade para o território da ONTT, sendo que os recentes investimentos tanto de operadores de transporte como de outras empresas que pretendem ali localizar os seus centros logísticos, demonstram as potencialidades desta área no contexto metropolitano e nacional.

II. ACTIVIDADE ECONÓMICA E EMPREGO

1. Principais conclusões do capítulo

Na segunda metade dos anos 90 verificou-se uma dinâmica significativa da actividade económica na zona da ONTT, traduzida num saldo de criação de empresas e de emprego superior à média da AML. O crescimento do emprego, apesar de positivo e superior ao da AML, não acompanhou as taxas registadas no efectivo de empresas.

Esta dinâmica verificou-se em termos concelhios de forma diversa, no tempo e em intensidade; na estrutura do número de empresas e de emprego da ONTT, por concelho, no final da década, as variações nestes indicadores resultaram num ganho no peso total da ONTT dos concelhos de Palmela e V.F. Xira, ao contrário do sucedido no Barreiro, Montijo e Setúbal.

As alterações na especialização produtiva são identificáveis ao nível de cada concelho, esbatendo-se inteiramente quando se compara o conjunto da ONTT com a AML. Contudo, sublinham-se os aumentos significativos registados no pessoal ao serviço na ONTT nas *Act. Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às empresas*, nos *Serv. à Colectividade, Sociais e Pessoais* e nos *Transportes, Armazenagem e Comunicações*.

A percepção dos empresários face aos impactes da Ponte é positiva, particularmente em termos de expectativas criadas e principalmente na influência positiva que produziu na actividade económica dos concelhos onde estão instaladas, superiores aos impactes sentidos nas próprias empresas. Por outro lado, segundo os empresários, os concelhos mais beneficiados com a construção da nova ponte, principalmente ao nível do relacionamento com outras entidades, foram aqueles cujo tecido empresarial já regista alguma dimensão e se caracteriza pela sua índole regional/nacional, nomeadamente Palmela/Setúbal e Barreiro/Moita; paralelamente são, precisamente as empresas destes concelhos que utilizam a ponte com uma periodicidade superior. Com efeito, os concelhos que apresentam maiores ganhos em termos de acessibilidade, designadamente Alcochete e Montijo ainda não os viram traduzidos cabalmente em ganhos ao nível

da actividade económica, facto justificado certamente pelas características do seu tecido empresarial: pouco consistente e predominantemente de índole local.

2. Evolução da actividade económica na ONTT e ao nível do concelho

Sensivelmente a partir de 1996, a região compreendida pelos concelhos que integram o ONTT registou uma dinâmica económica significativa.

A partir do ano de 1993 o **número de empresas** sediadas nos concelhos do ONTT tem apresentado uma taxa de crescimento positivo, com uma maior expressão em 1993, 1995, 1996 e 1999 (QUADRO 29). O elevado aumento do número de empresas em 1993 é explicado pelo efeito induzido pela implementação do projecto AutoEuropa.

Por outro lado, em 1993 e em todos os anos a partir de 1995 esta variação situou-se a níveis superiores à registada na AML, conduzindo a um aumento do peso do número de empresas sediadas nos concelhos do ONTT no total da AML, a partir de 1993 (QUADRO 28).

O outro indicador seleccionado para aferir a dinâmica económica da ONTT – **pessoas ao serviço nos estabelecimentos** – registou uma evolução semelhante, contudo em períodos e com intensidades de crescimento diferenciados: a variação do número de empresas foi mais acentuada a partir de 1995, enquanto que o emprego apresentou taxas de crescimento superiores a partir de 1997 (QUADRO 48); no entanto, a partir do ano de 1994 é já notório o aumento do peso do emprego da ONTT na AML (QUADRO 47). Este desfasamento temporal entre o crescimento do número de empresas e do emprego compreende-se pelo facto da criação de empresas não corresponder de imediato à criação de novos postos de trabalho.

Acresce ainda que a taxa de crescimento verificada no número de empresas se situou, ao longo do período considerado, de uma forma geral acima da registada no emprego.

A evolução do nível de actividade económica e emprego na ONTT teve desenvolvimentos distintos entre os concelhos que constituem esta região.

O aumento do nível de actividade económica, medido através dos dois indicadores referidos, apesar de se ter verificado em todos os concelhos na ONTT, manifestou-se, em termos concelhios, em períodos e com intensidades distintos (FIGURA 7).

Neste contexto, são de destacar as seguintes evoluções do **número de empresas** ao longo do período 1993-98:

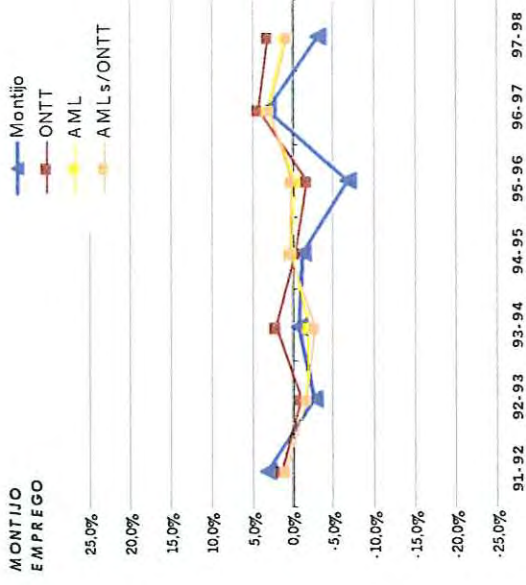
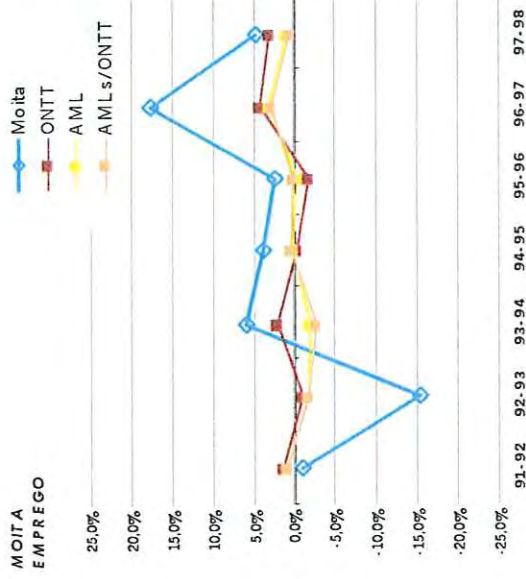
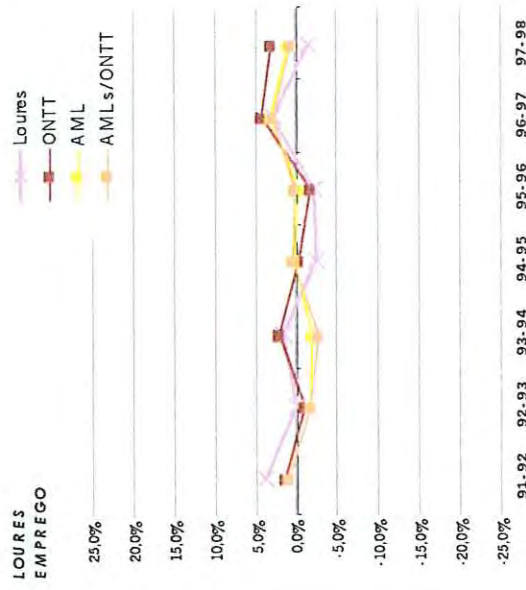
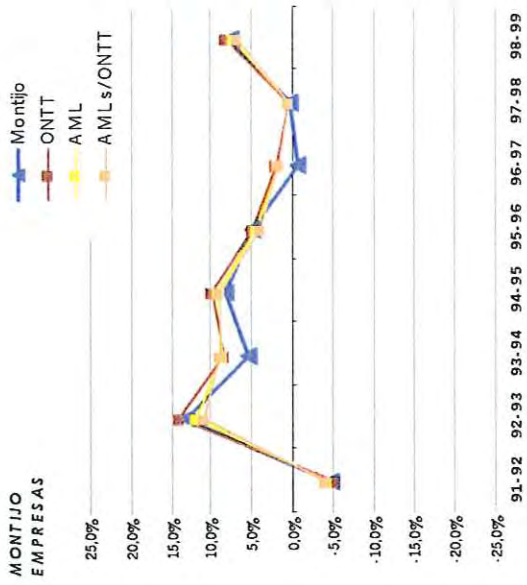
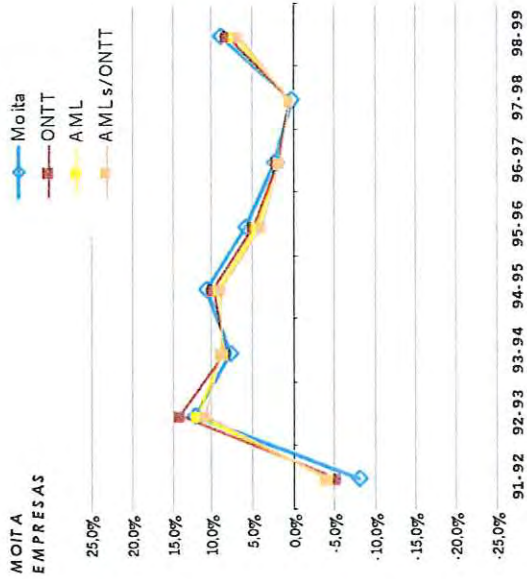
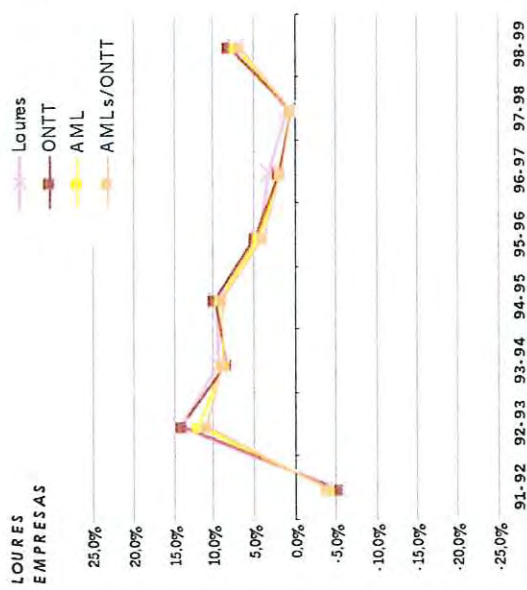
- ✓ Em 1993, Palmela foi o principal responsável pelo elevado crescimento de empresas da ONTT, em virtude da implementação do projecto AutoEuropa
- ✓ Em 1995, 1996 e 1999 cresceram acima da média da ONTT os concelho da Moita, Palmela e V.F. Xira; Setúbal e Alcochete em 95 e 99; e Barreiro e Benavente em 1996
- ✓ Loures em 1997 e 1998 e Palmela em 1997

No **emprego** verificou-se uma variação positiva na ONTT em 1994, 1997 e 1998, com uma maior expressão nestes últimos dois anos; para tal contribuíram Benavente, Moita, Palmela e V.F. Xira. Alcochete registou subidas elevadas no nível de emprego no período intermédio, entre 1995 e 1997. Este crescimento verificado no pessoal ao serviço em estabelecimentos instalados na ONTT, assume particular destaque se tivermos em consideração a evolução do mesmo indicador na AML, com taxas de crescimento sempre inferiores nos anos referidos.

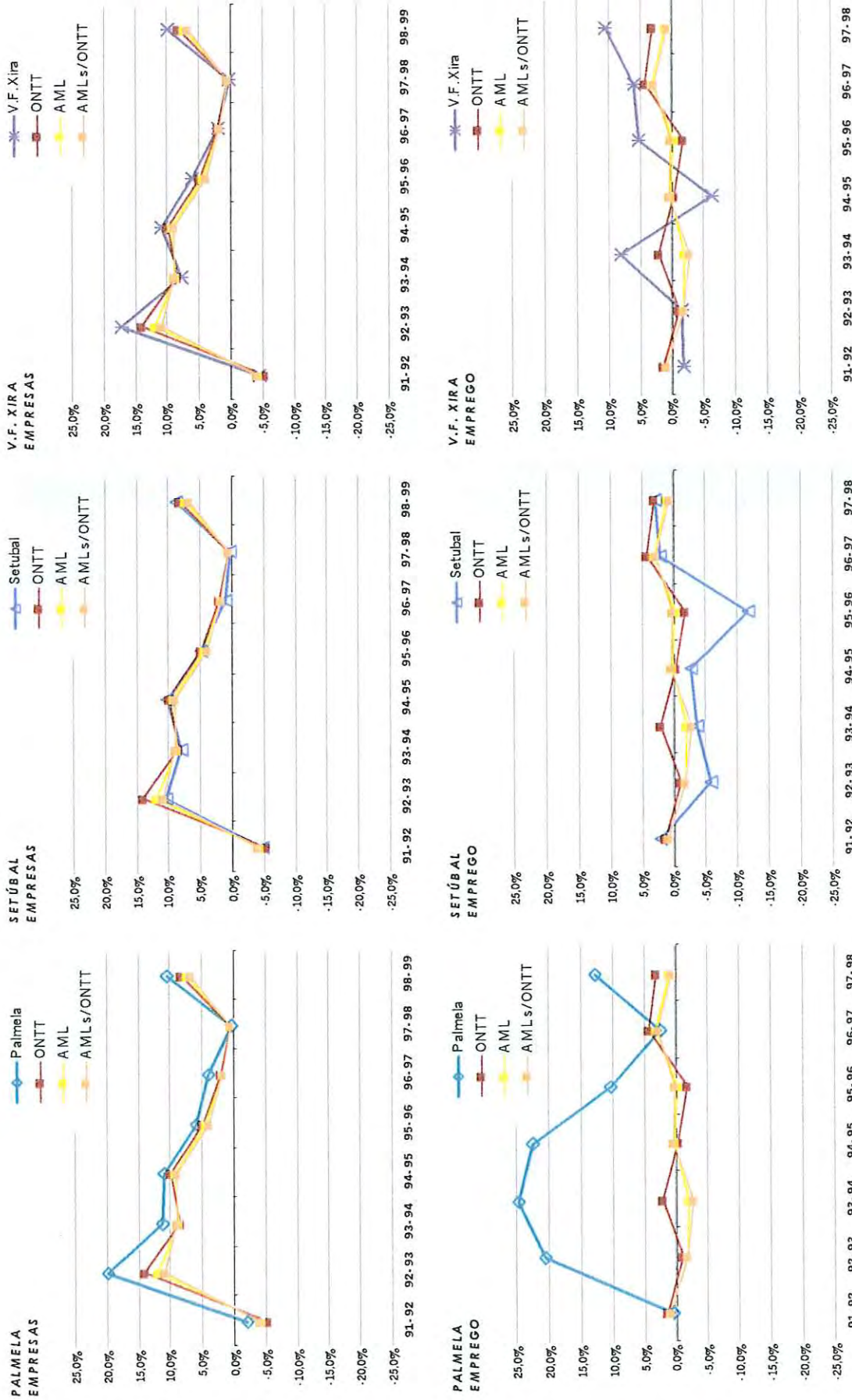
FIGURA 7. Variação Anual por concelho do Número de Empresas (entre 1996 e 1999) e do Emprego (entre 1996 e 1998)



ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama



ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama



Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo; DETEP/MTS – Quadros de Pessoal

Os diferentes ritmos de crescimento dos concelhos em estudo (verificados entre 1991 e 1998) traduziram-se numa ligeira alteração da estrutura do número de empresas e nível de emprego entre concelhos (QUADRO 28, QUADRO 47):

- ✓ Concelhos que ganharam peso no total do número de empresas da ONTT: Palmela e V.F. Xira
- ✓ Concelhos que ganharam peso no emprego total da ONTT: Benavente, Palmela e V.F. Xira (Moita recuperou a perda registada no início da década)
- ✓ Concelhos que perderam peso no número de empresas: Barreiro, Montijo e Setúbal
- ✓ Concelhos que perderam peso no emprego: Barreiro, Loures, Montijo e Setúbal

A evolução do **número de trabalhadores nos últimos dois anos** (1999 e 2000), expressa pelos dirigentes das empresas inquiridas (no inquérito realizado no âmbito deste trabalho), confirma a tendência positiva registada nas estatísticas dos últimos anos, com particular incidência nas áreas de Palmela/Setúbal e Barreiro/Moita. Por outro lado, os empresários de Alverca e Loures manifestaram uma tendência inversa: 1/3 dos inquiridos afirmou que a sua empresa diminuiu o efectivo de trabalhadores nos últimos dois anos.

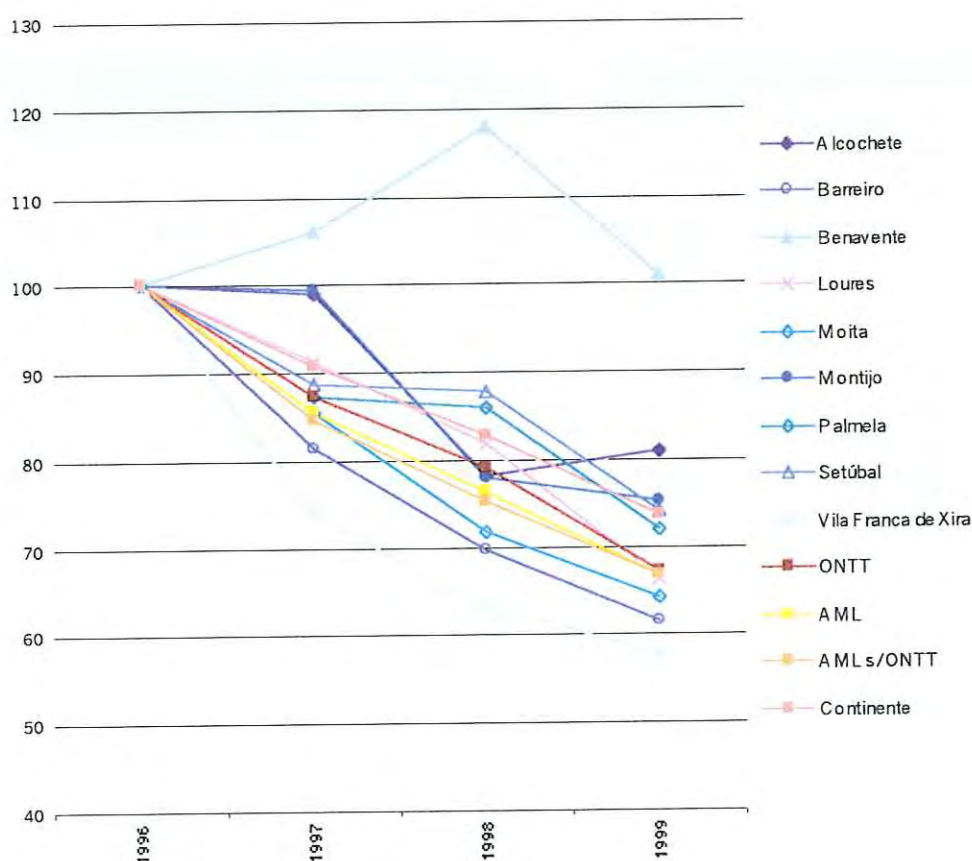
De igual forma, cerca de metade dos empresários inquiridos do Barreiro/Moita e Palmela/Setúbal expressaram ter tido uma evolução das **vendas** positivas ou muito positivas nos últimos dois anos.

Neste contexto, mostra-se ainda interessante analisar a evolução do **desemprego** na área em estudo. Apesar da ONTT ter registado uma evolução semelhante à AML em termos de desemprego, com uma evolução decrescente desde 1996, esta tendência acentua-se a partir de 1998 na ONTT (FIGURA 8).

Por outro lado, embora o nível de desemprego dos concelhos que constituem a ONTT tenha tido comportamentos semelhantes em termos de tendência ao longo do período 1996-99, registam-se algumas diferenças, nomeadamente: V.F. Xira,

Barreiro, Moita e Loures apresentam os desempenhos mais favoráveis, abaixo da média da ONTT; Benavente é o único concelho que detém um nível de desemprego em 1999 superior ao de 1996, embora em queda desde 1998; Alcochete registou uma subida do nível de desemprego em 1999, podendo este facto ser atribuído a questões de conjuntura, nomeadamente, o encerramento da Firestone e a diminuição de actividade da Ford Lusitana; e Montijo depois de uma queda significativa em 1998 atenuou esta tendência em 1999.

FIGURA 8. Desemprego Registado a 31 de Dezembro (Índice: ano de 1996=100), 1996 a 1999



Fonte: IEFP - Estatísticas do Desemprego Registado

3. Evolução da estrutura Sectorial na ONTT e ao nível do concelho

As variações verificadas na evolução do número de empresas da ONTT não provocaram alterações significativas na estrutura empresarial da ONTT; pelo contrário, no emprego verificaram-se modificações na estrutura sectorial.

Em termos sectoriais, registou-se um aumento na generalidade das actividades, embora com intensidades distintas e com variações diferenciadas entre o número de empresas e o emprego.

Neste âmbito, destaca-se na evolução das **empresas** as *Act. Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às empresas, Alojamento e Restauração, Construção e Obras Públicas e Transportes, Armazenagem e Comunicações*. Apesar de as *Actividades Financeiras, Electricidade, Gás e Água e Comércio por Grosso e a Retalho*, registarem oscilações positivas inferiores, o número de empresas destas actividades subiu de uma forma mais acentuada face à AML.

Esta evolução não se reflectiu de forma significativa no peso destas actividades na estrutura sectorial da ONTT (FIGURA 9).

No que se refere ao **emprego** (no período 1996-98), registou-se um aumento significativo do pessoal ao serviço nas *Act. Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às empresas*, seguindo-se, com um crescimento inferior mas ainda assim merecedor de destaque, os *Serv. à Colectividade, Sociais e Pessoais* e os *Transportes, Armazenagem e Comunicações*, que aumentaram, contudo, o seu peso na estrutura sectorial da ONTT, principalmente no primeiro caso (QUADRO 55, QUADRO 56). A *Construção e Obras Públicas* e o *Comércio por Grosso e a Retalho* registaram taxas de crescimento positivas, diminuindo no entanto o seu peso na estrutura sectorial da ONTT. É de notar ainda a diminuição do peso da

Indústria Transformadora no tecido empresarial da ONTT, também inferior ao registado na AML.

A evolução recente do **número de trabalhadores (1999 e 2000)**, aferida através do inquérito realizado às empresas, indicia a continuação da tendência referida, na medida em a criação de postos de trabalho ocorreu fundamentalmente nas empresas de *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem* e as de *Serviços*, principalmente nas de média dimensão, registando-se também uma evolução positiva no **volume de vendas**.

A análise dos **Quocientes de Localização**⁷ com base nas estatísticas do pessoal ao serviço nos estabelecimentos entre 1995 e 1998, corrobora as conclusões retiradas anteriormente, acrescentando informação acerca das indústrias transformadoras com um maior significado ao nível do emprego nos concelhos da ONTT. Com efeito a região ONTT apresenta, no seu conjunto, uma considerável especialização (com um **Quociente de Localização** (QL) superior a 2), tendo como região padrão a AML, em 1998, no sector primário, em algumas indústrias transformadoras e numa actividade de serviços: o saneamento e higiene pública. Apresentam-se em seguida as actividades que registaram um maior QL, por ordem decrescente (QUADRO 57 a QUADRO 60):

Sector Primário

- *Agric., prod. animal, caça e activ. dos serv. relacionados*

Sector Secundário

- *Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques*
- *Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos*
- *Ind. da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário*
- *Reciclagem*
- *Fabricação de produtos químicos*
- *Fabricação de outro material de transporte*
- *Industrias alimentares e das bebidas*

Sector Terciário

⁷ O Quociente de Localização relaciona, neste caso concreto, a importância relativa do emprego de uma dada actividade na ONTT com a importância relativa da mesma actividade na AML.

- *Saneamento, higiene pública e actividades similares*

A maioria dos quocientes manteve-se entre 1995 e 1998, excepto a *Fabricação de produtos químicos* e o *Saneamento, higiene pública e actividades similares*, que registaram um aumento nos últimos quatro anos.

Ao nível concelhio verificaram-se alterações nos padrões de especialização sectorial, com maior incidência no emprego.

À semelhança do que sucedeu na região ONTT, no seu conjunto, ao nível concelhio as variações em termos de estrutura sectorial do emprego fizeram-se sentir de uma forma mais acentuada do que o verificado na estrutura empresarial (FIGURA 9).

Das alterações verificadas na **estrutura empresarial** destacam-se as seguintes:

- ✓ Alcochete e Montijo: diminuiu o elevado peso que a *Agricultura, Silvicultura e Pesca* detinha na estrutura empresarial; Alcochete manteve o peso (reduzido) do *Comércio por Grosso e a Retalho* e Montijo não diminuiu tanto como sucedeu na ONTT e AML
- ✓ Barreiro e Moita: diminuiu o peso das empresas de *Comércio por Grosso e a Retalho*
- ✓ Benavente: diminuiu o elevado peso da *Agricultura, Silvicultura e Pesca*; as empresas de *Construção e Obras Públicas* diminuíram o seu peso na estrutura deste concelho, enquanto que a ONTT e a AML registaram um ligeiro aumento

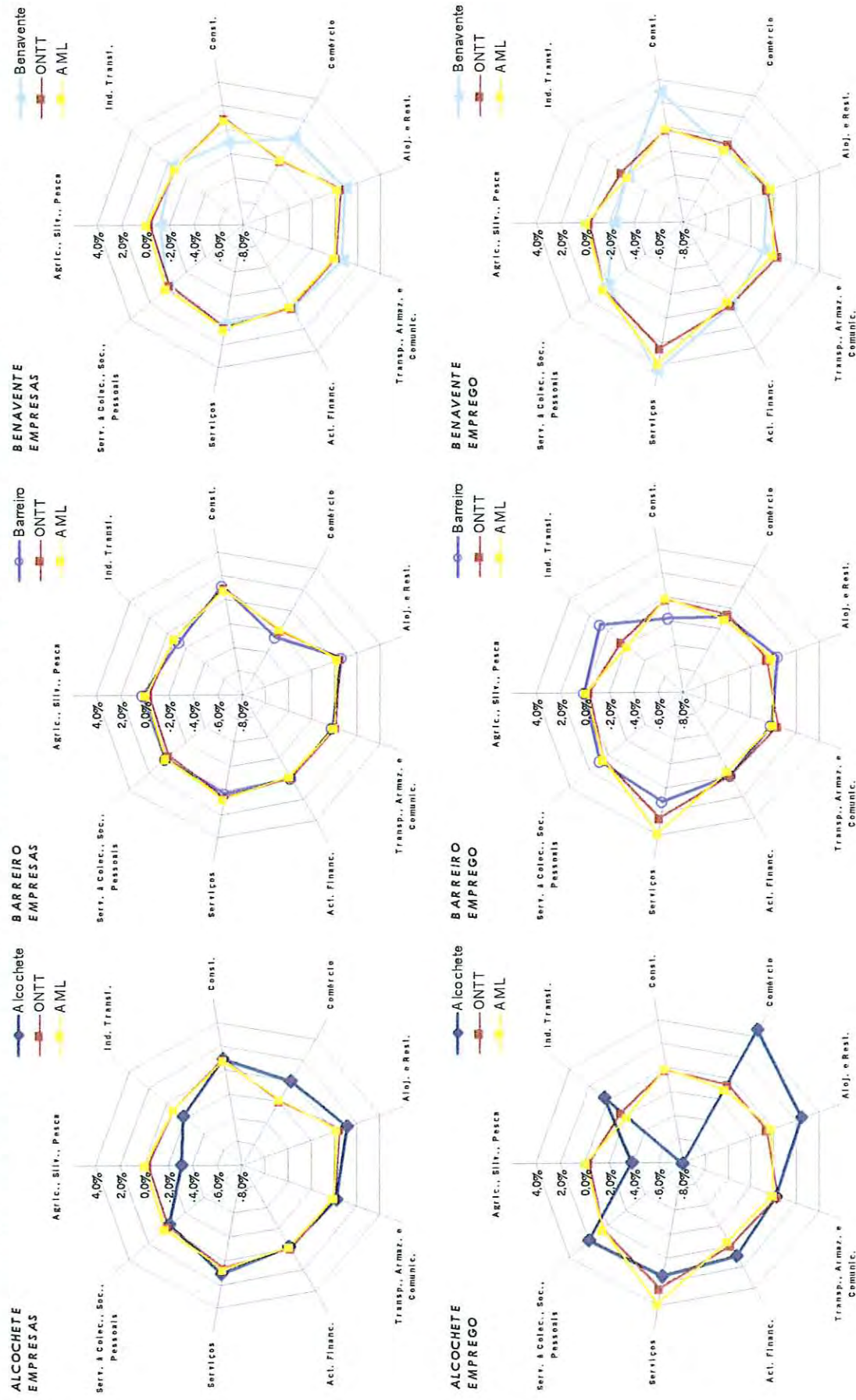
Relativamente ao **emprego**, são de realçar os seguintes aspectos diferenciados face à ONTT e AML:

- ✓ Alcochete: aumento do peso na estrutura sectorial de emprego no *Comércio por Grosso e a Retalho, Alojamento e Restauração e Serv. à Colectividade, Sociais e Pessoais* (esta actividade apresentava um grau de importância reduzido em 1991, neste concelho); diminuição significativa do

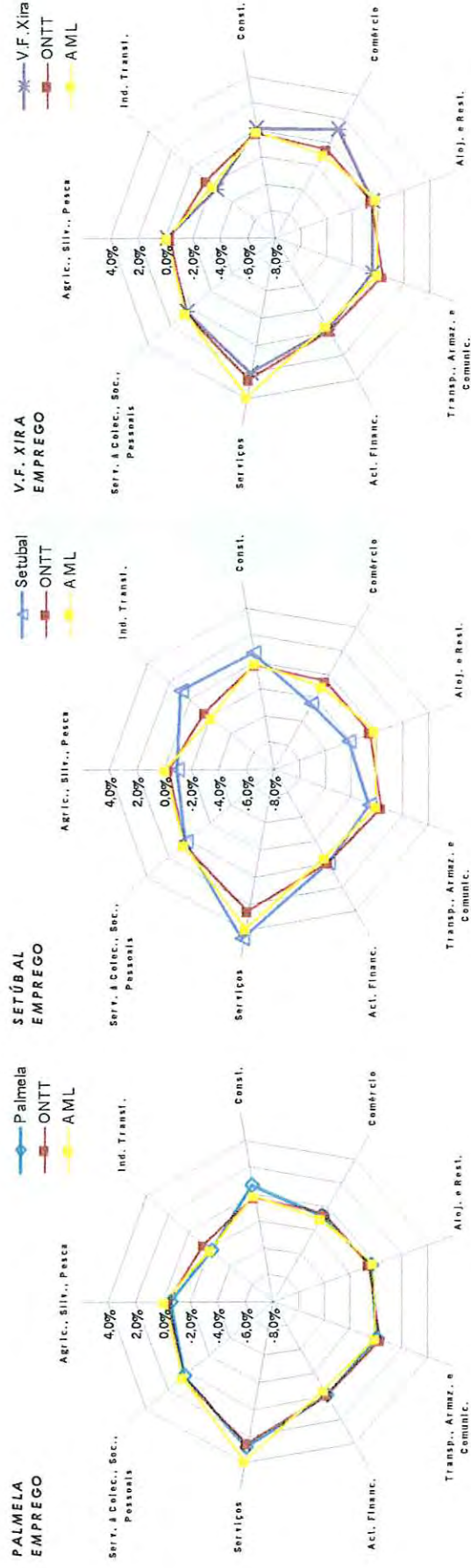
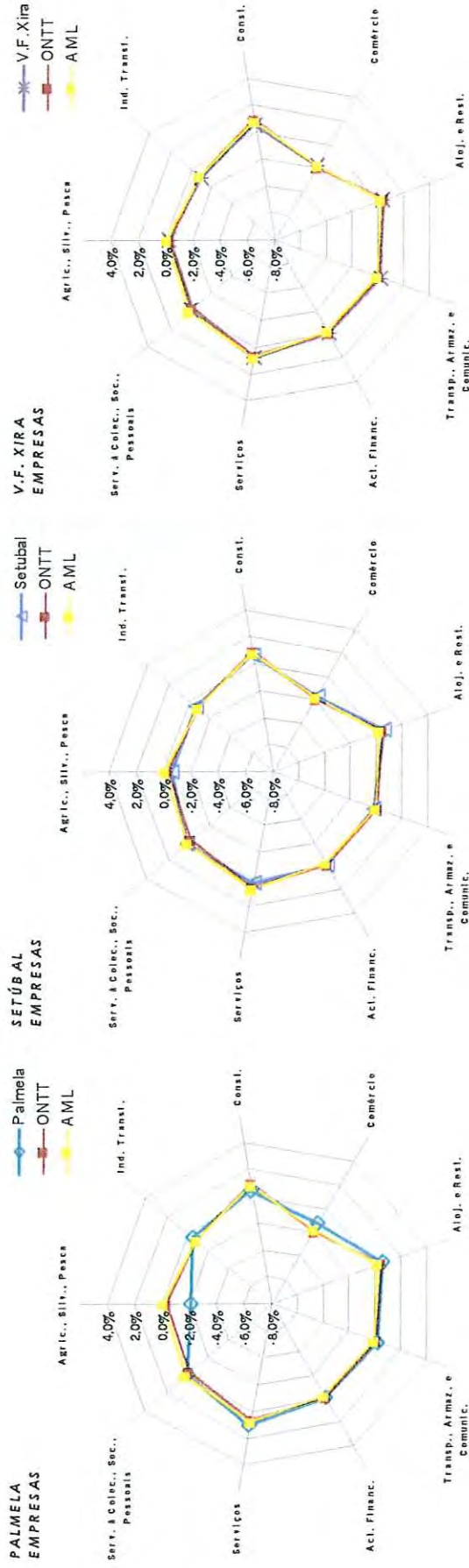
peso na *Construção e Obras Públicas* (aproximando-se do significado desta actividade na estrutura de 1991) e *Agricultura, Silvicultura e Pesca* (com um peso, ainda assim bastante elevado)

- ✓ Barreiro: o peso na *Construção e Obras Públicas* sofreu uma diminuição mais acentuada do que o verificado na ONTT e AML
- ✓ Benavente: diminuiu mais do que na ONTT e na AML o elevado peso do emprego na *Agricultura, Silvicultura e Pesca*; aumento considerável do peso de *Act. Imobiliárias, Alugueres e Serviços às Empresas* (que apresentava um peso reduzido em 1991) e *Construção e Obras Públicas*
- ✓ Loures: ligeiro aumento do peso (superior à ONTT e AML) de *Transportes, Armazenagem e Comunicações*
- ✓ Moita: não se verificou uma alteração na estrutura sectorial do emprego
- ✓ Montijo: aumento significativo da *Construção e Obras Públicas*, passando o emprego nesta actividade a deter um peso na estrutura de emprego acima da média da ONTT e AML, e aumento ligeiro (face à diminuição na ONTT e AML) do *Comércio por Grosso e a Retalho*; diminuição significativa na *Ind. Transformadora* e na *Agricultura, Silvicultura e Pesca* (que integrava uma larga fatia da população empregada em 1991)
- ✓ Palmela: pequenas variações face ao ocorrido na AML e ONTT na *Construção e Obras Públicas* (positiva) e na *Ind. Transformadora* (negativa), no entanto representando ainda o maior sector empregador do concelho, com uma importância bastante acima da verificada em 1991 e da média da ONTT e da AML em 1998
- ✓ Setúbal: aumento significativo nas *Act. Imobiliárias, Alugueres e Serviços às Empresas*, passando a representar um peso idêntico ao verificado na AML e bastante acima ao da AML; ligeiro aumento na estrutura da *Construção e Obras Públicas*; diminuição no *Comércio por Grosso e a Retalho* e no *Alojamento e Restauração*
- ✓ V.F. Xira: ligeiro aumento do peso do emprego no *Comércio por Grosso e a Retalho*

FIGURA 9. Variação da Estrutura Sectorial por concelho do Número de Empresas (entre 1996 e 1999) e do Emprego (entre 1996 e 1998)



ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama



Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo; DETEP/MTS – Quadros de Pessoal

Da análise dos **Quocientes de Localização** de cada concelho destacam-se as seguintes alterações (FIGURA 10 e FIGURA 11):

- ✓ Alcochete e Benavente viram diminuir os seus elevados QL na *Agric., prod. animal, caça e activ. dos serv. relacionados*; Setúbal registou a mesma tendência; Montijo aumentou o QL nesta actividade
- ✓ V.F. Xira aumentou o QL nas *Outras Indústrias Extractivas*
- ✓ No Sector Terciário, Barreiro aumentou o QL nos *Transportes por água*, e três concelhos intensificaram a mão-de-obra face à AML no *Saneamento, higiene pública e actividades similares*, ficando com QL elevados em 1998: Barreiro, Palmela e Loures
- ✓ Nas Indústrias, salientam-se as seguintes alterações (subidas do QL):
 - *Ind. Alimentares e das Bebidas* no Montijo,
 - *Ind. da madeira e da cortiça e suas obras*, excepto mobiliário em Alcochete
 - *Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos e Fab. de coque, prod. petrol. refin. e tratamento de combust. Nuclear* em Setúbal
 - *Fabricação de Produtos Químicos* no Barreiro e V.F. Xira
 - *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas* no Barreiro
 - *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* em Alcochete
 - *Fab. de prod. metálicos, excepto máquinas e equipamento e Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.* na Moita
 - *Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques* em Benavente
 - *Fabricação de outro material de transporte* em V.F. Xira
 - *Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.* em Palmela
 - *Reciclagem* na Moita e em Setúbal

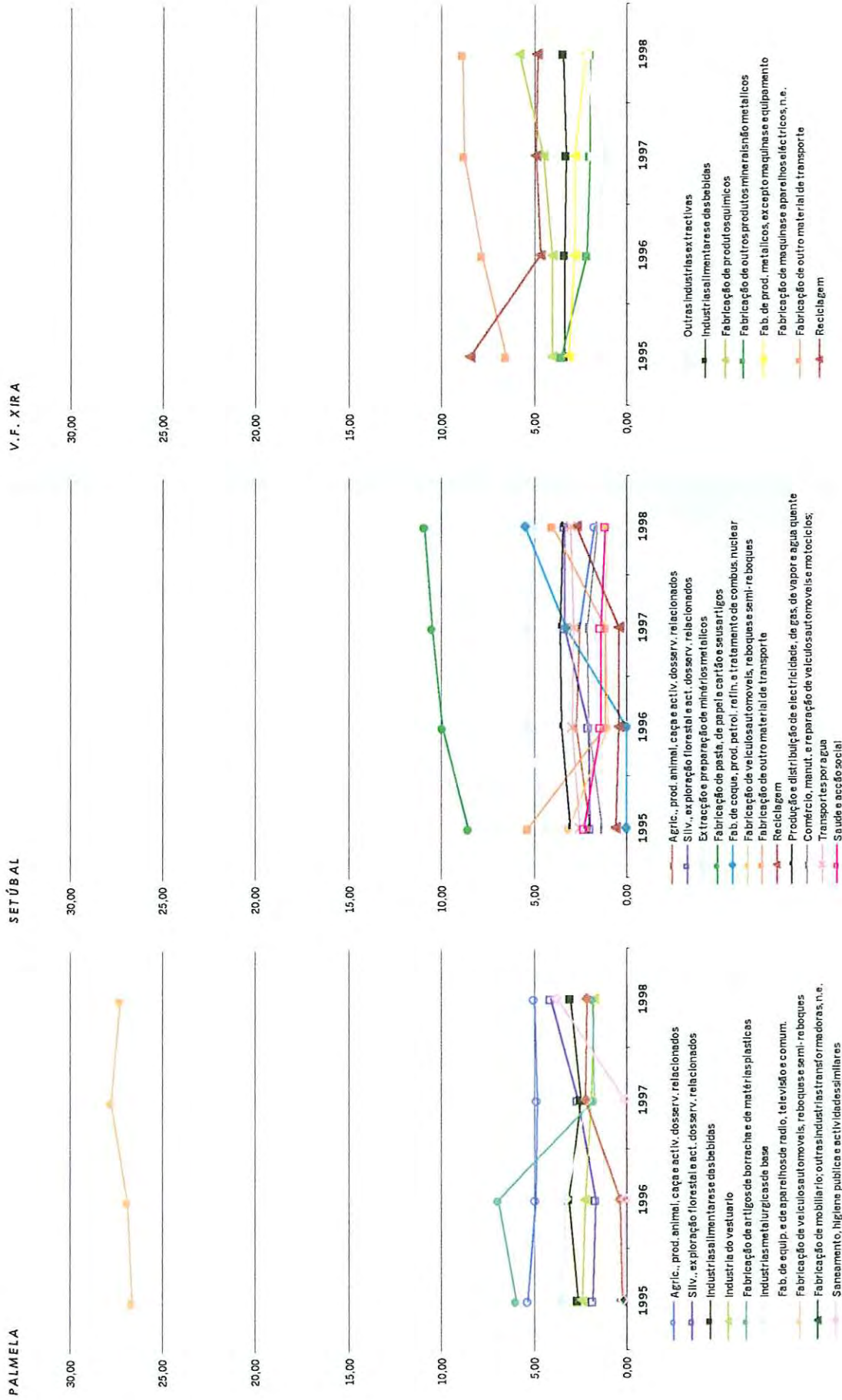
FIGURA 10. Quocientes de Localização por Concelho (sectores seleccionados com QL igual ou superior a 2), 1995 a 1998



ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama

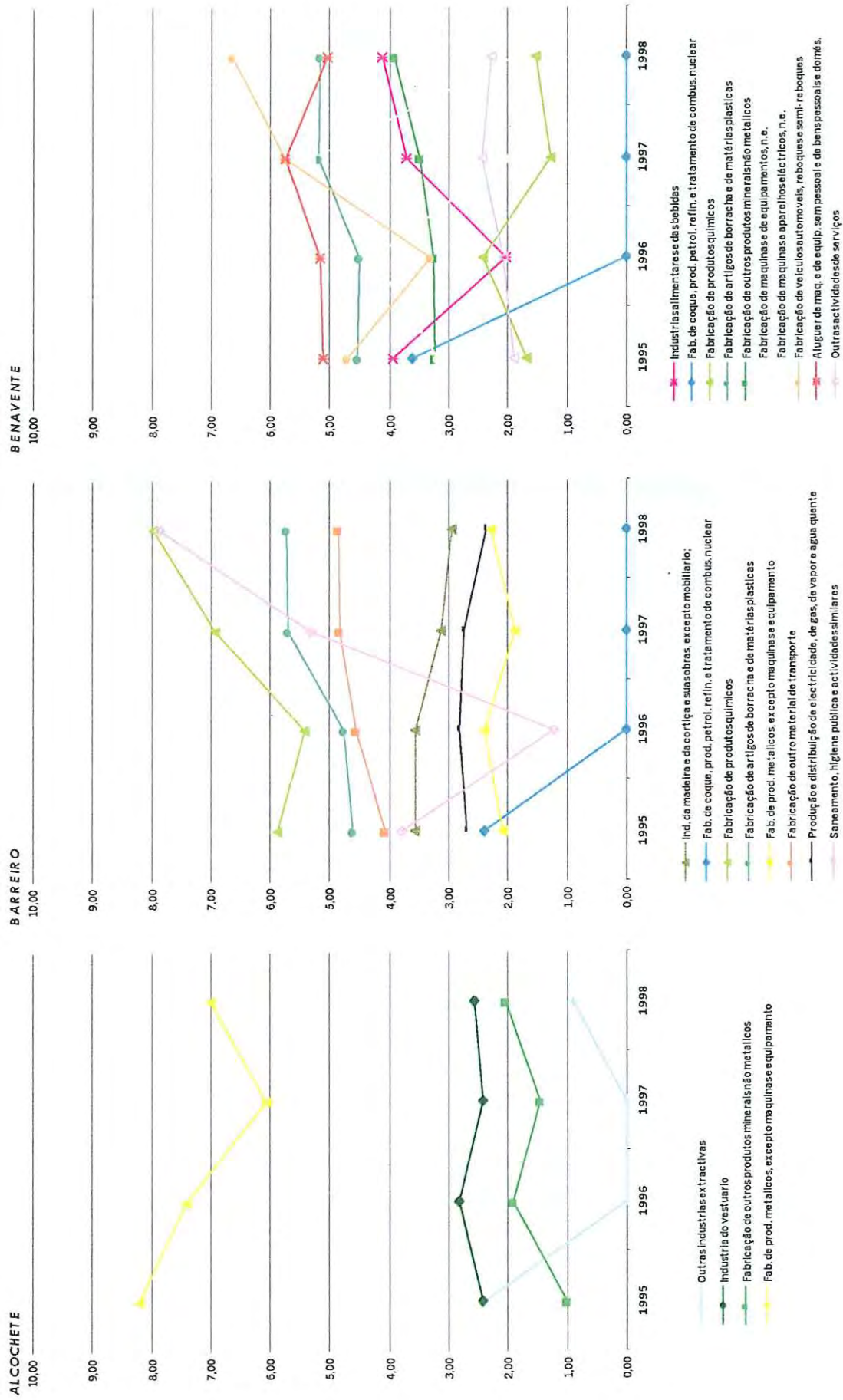


ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama



Fonte: DETEP/MTS – Quadros de Pessoal

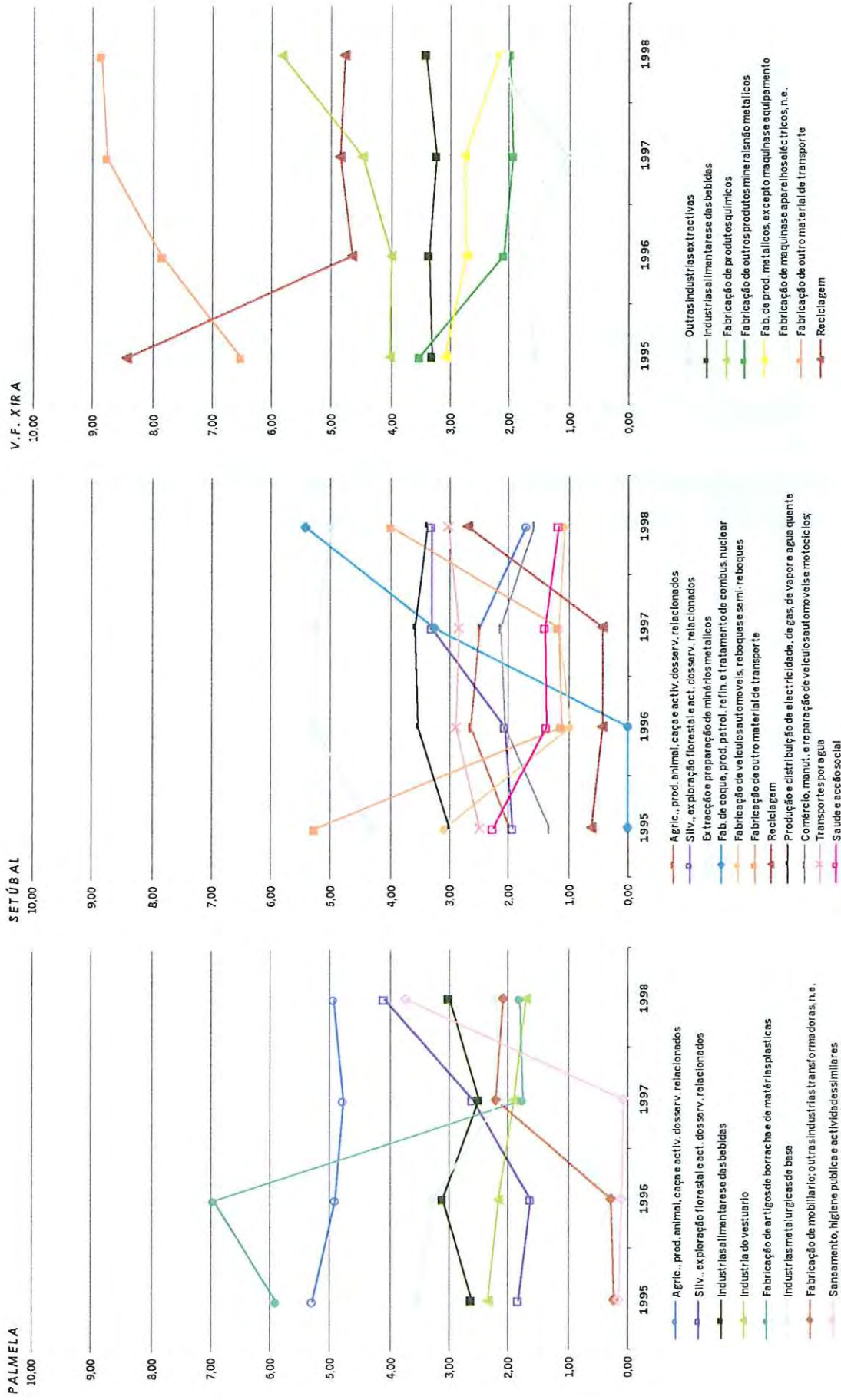
FIGURA 11. Quocientes de Localização por Concelho (sectores seleccionados com QL entre 2 e 10), 1995 a 1998



ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama



ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama

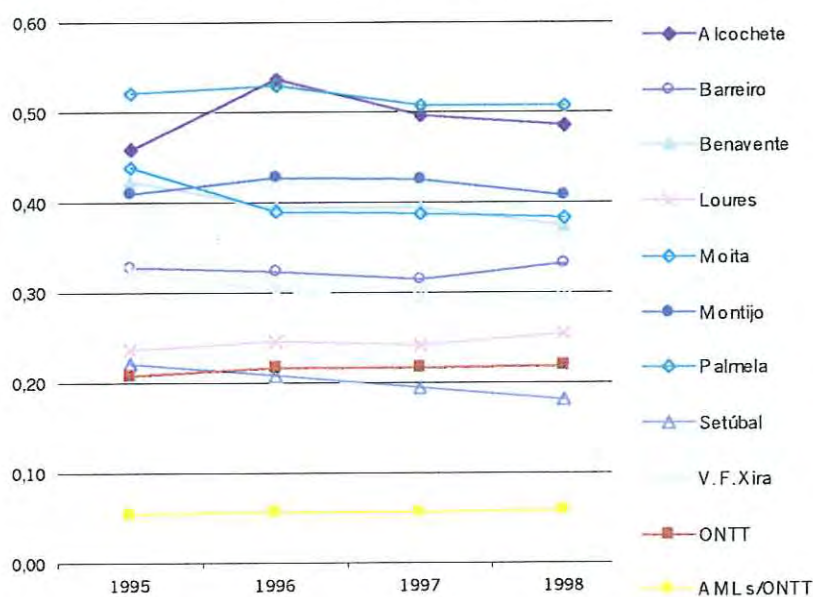


Fonte: DETEP/MTS – Quadros de Pessoal

Apesar de ao nível concelhio se verificarem níveis de especialização em algumas actividades, tomando o conjunto das actividades, os concelhos da ONTT não apresentam níveis de especialização face à AML. Com efeito, as únicas situações a salientar são Alcochete e Palmela, com um **Quociente de Diversificação (QD)**⁸ a rondar os 0,5 (FIGURA 12); o primeiro concelho em virtude da elevada especialização na *Agric., prod. animal, caça e activ. dos serv. relacionados* e na *Ind. da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário*; e Palmela, devido à elevada especialização na *Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques*.

Ao longo do período 1995-98 não se verificou qualquer modificação no QD, apenas ligeiras diminuições nos concelhos de Benavente, Moita, Setúbal e V.F. Xira.

FIGURA 12. Quociente de Diversificação por Concelho, 1995 a 1998



Fonte: DETEFP/MTS - Quadros de Pessoal

⁸ O Quociente de Diversificação compara, neste caso concreto, a estrutura de emprego da ONTT com a da AML.

4. Impactes da PVG na actividade económica das empresas e nos concelhos da ONTT na perspectiva dos empresários

A percepção dos empresários quanto aos impactes da Ponte na actividade das suas empresas é, de uma forma geral, positiva, embora percepcionem impactes superiores nos concelhos onde estas estão instaladas. Os aspectos mais positivos, identificados pelos empresários, associados à PVG, prendem-se com a melhoria das relações com outras entidades.

Por outro lado, os concelhos cujas empresas têm um carácter regional/nacional foram aqueles onde os efeitos positivos da PVG foram sentidos com maior intensidade, designadamente Palmela/Setúbal e Barreiro/Moita.

Igualmente, a periodicidade da utilização da PVG pelas empresas está directamente relacionada com a localização dos mercados e com a dimensão das empresas.

Mais de 80% dos dirigentes dos estabelecimentos instalados no Barreiro/Moita e em Palmela/Setúbal manifestaram que os **impactes da PVG na sua empresa** foram positivos ou muito positivos, destacando-se as empresas de *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem*. Por outro lado, as empresas inquiridas evidenciam um optimismo bastante superior face aos **impactes da ponte no concelho** onde têm instalado o seu estabelecimento. Esta diferença entre impactes no concelho *versus* nos estabelecimentos é mais acentuada nas áreas Alcochete/Montijo, Benavente/V.F. Xira e Alverca/Loures e nas empresas de *Restauração e Hotelaria e Serviços*.

A relação com outras entidades – clientes, fornecedores de matérias-primas/mercadorias e de empresas de serviços prestados às empresas – e o aumento da actividade económica dos concelhos constituem os **aspectos mais**

positivos em termos de impacto da PVG, identificados pelos estabelecimentos instalados na região ONTT até 1996. A atracção de turistas/visitantes ao concelho é ainda referido por empresas de Alcochete/Montijo e *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem, Restauração e Hotelaria e Serviços*. Salienta-se ainda que os aspectos relacionados com a contratação de trabalhadores não sofreu qualquer alteração, segundo os inquiridos, com a construção da infra-estrutura.

Para as empresas que se instalaram após 1996 nos concelhos da ONTT, os principais factores influenciadores da decisão de instalação da empresa na ONTT foram as boas acessibilidades por estrada, a proximidade de grandes núcleos habitacionais e a disponibilidade de terreno, encontrando-se a PVG associada aos dois primeiros.

Os dirigentes das empresas inquiridas **utilizam a PVG** principalmente para contactos profissionais e expedição/aquisição de mercadorias, e em maior escala as de média/grande dimensão, e menos que 50% admite fazê-lo mais do que uma vez por semana ou diariamente. Em termos concelhios, as empresas instaladas nas áreas Barreiro/Moita e Palmela/Setúbal afirmaram utilizar a PVG com uma periodicidade superior às das restantes áreas.

Em forma de conclusão, constatou-se que os concelhos onde os efeitos positivos da ponte se fizeram sentir de forma mais acentuada na actividade das empresas, assim como aqueles cujas empresas utilizam de uma forma mais frequente a infra-estrutura, são os que têm instaladas já um conjunto significativo de empresas de índole regional/nacional. Com efeito, estas empresas, de Palmela/Setúbal e Barreiro/Moita, avaliam como maior benefício da construção da PVG a maior facilidade de contacto com outras entidades. Pelo contrário, as empresas de Alcochete/Montijo, apesar de terem obtido ganhos de tempo superiores às restantes empresas instaladas na ONTT, ainda não sentiram, de forma acentuada, os efeitos da infra-estrutura, por se tratarem de empresas predominantemente de índole local. De facto, estes empresários utilizam a ponte com a mesma periodicidade por efeitos profissionais ou pessoais. Acresce, ainda,

o facto de as empresas de *Comércio a Retalho*, de Alcochete/Montijo, terem mesmo manifestado ter sofrido efeitos nulos ou negativos.

III. MERCADO IMOBILIÁRIO

1. Principais conclusões do capítulo

Com a introdução NTT registou-se uma expansão do potencial da oferta imobiliária na AML, ao facilitar a acessibilidade a vastas áreas da margem Sul. Todavia, este potencial tem estado a ser explorado com base numa forte componente especulativa, com consequências negativas para o funcionamento estável do mercado.

Esta situação conduziu à constituição de um parque excedentário de habitações novas, principalmente em virtude da desadequação de tipologias das construções e de preços praticados em relação à procura.

Esta evolução a manter-se propiciará, a curto prazo, instabilidade no mercado e, a mais largo prazo, um aproveitamento menos efectivo do potencial imobiliário da área ONTT.

A nível de cada concelho, o correcto aproveitamento do potencial imobiliário proporcionado pela NTT requer:

- ✓ Eliminação de estrangulamentos físicos, identificados na paisagem urbana local
- ✓ Definição de uma imagem urbana diferenciada e consequente posicionamento do “produto imobiliário” concelhio;
- ✓ Implementação de uma política de concessão de licenças alinhada com o padrão de desenvolvimento urbano pretendido;
- ✓ Uma intervenção sistemática por parte de cada um dos municípios envolvidos;

2. Análise ao nível da ONTT

A área metropolitana de Lisboa tem tido um crescimento importante do mercado imobiliário durante toda a década de 90

Usando os dados estatísticos disponibilizados pelo INE podemos constatar esse crescimento. O documento base de trabalho é a Pressão Construtiva 2000 – Áreas Metropolitanas, INE, e tem por elemento de referência 1991, ano do Censo. Embora não coincidente com o período em análise deste estudo poderá ser complementado com as estatísticas de construção e a análise ao nível do ONTT de 1990 a 1998 que permitem avaliar a evolução das transformações da ocupação do solo.

A dinâmica construtiva potencial⁹ no período 1994-1998 e na zona ONTT foi mais significativa nos concelhos de (em % do stock de fogos de 1991):

QUADRO 17. Dinâmica construtiva nos concelhos ONTT

Concelhos ONTT	Dinâmica Construtiva Potencial
Alcochete	27,29%
Barreiro	7,18%
Benavente	n.d.
Loures	6,79%
Moita	10,59%
Montijo	8,71%
Palmela	16,33%
Setúbal	18,23%
V.F.Xira	19,35%

Fonte: Pressão Construtiva 2000 – Áreas Metropolitanas, INE, 2000

⁹ Conceito utilizado no INC, obra referenciada

Noutros concelhos da AML, não pertencentes à área do ONTT as taxas são:

QUADRO 18. Dinâmica construtiva nos concelhos da AML, com exceção para os da ONTT

Concelhos AML	Dinâmica Construtiva Potencial
Almada	11,32%
Amadora	5,23%
Azambuja	7,36%
Cascais	4,51%
Lisboa	2,81%
Mafra	10,29%
Oeiras	9,82%
Seixal	16,08%
Sesimbra	18,46%
Sintra	0,2614
AML	10,29%

Fonte: Pressão Construtiva 2000 – Áreas Metropolitanas, INE, 2000

O movimento continua no ano 1999 conforme se pode verificar em dados estatísticos do INE e em princípio as habitações construídas e por sua vez as licenças manter-se-iam durante o ano de 2000, embora alguns outros indicadores poderão revelar alterações.

Em termos de habitações construídas podemos analisar no (QUADRO 19) a evolução durante a década de 90 para todos os concelhos da AML.

QUADRO 19. Habitações (fogos) construídas na AML 1991-1999

Concelhos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Amadora	664	216	605	554	583	522	532	345	753
Cascais	1.362	605	1.395	798	501	608	460	731	1.186
Lisboa	1.550	1.027	2.076	870	1.254	1.040	2.137	1.924	1.451
Loures	1.328	463	1.365	782	983	1.473	1.103	1.962	2.170
Oeiras	1.206	687	921	952	953	1.088	1.217	1.446	1.463
Sintra	3.644	1.356	3.867	4.065	5.134	7.114	3.888	5.060	6.526
V. F. Xira	648	550	719	609	1.109	1.555	961	1.622	1.774
Mafra	299	305	510	307	366	803	612	669	1.085
Benavente	216	125	153	140	217	306	284	341	408
Alcochete	68	33	80	120	73	289	243	246	308
Almada	1.333	867	1.045	1.152	1.214	1.543	1.586	1.713	2.213
Barreiro	242	269	210	190	262	291	215	309	856
Moita	473	420	465	633	528	536	596	462	557
Montijo	455	295	275	266	164	269	229	267	401
Palmela	387	438	391	515	648	557	478	631	714
Seixal	803	729	1.499	1.524	1.404	1.516	1.548	1.333	1.859
Sesimbra	248	168	243	257	213	299	317	896	1.353
Setúbal	673	484	848	486	1.225	1.471	1.162	1.392	2.242
AML	15.599	9.037	16.667	14.220	16.831	21.280	17.568	21.349	27.319
ONTT	4.490	3.077	4.506	3.741	5.209	6.747	5.271	7.232	9.430

Fonte: INE - Estatísticas da Construção

De qualquer forma não podemos ainda afirmar que a pressão construtiva corresponde a uma pressão abusiva ou zonas de risco sob o ponto de vista urbanístico já que correspondem a áreas definidas em PDM e que por razões de oferta e política de preços são mais utilizadas. Já a utilização abusiva das zonas agrícolas, essa deverá ser objecto de análise.

Assim o crescimento na margem Sul, de acordo com os especialistas entrevistados, deverá ser interpretado pelo anúncio da nova travessia e dos investimentos no comboio da Ponte 25 de Abril.

Das comparações internacionais ressalta a conclusão da importância da segunda habitação em Portugal, o que de certa forma é tradicional no nosso país. A diversidade do território da AML faz com que existam famílias que têm nesta mesma zona duas casas o que constitui uma razão extra para o crescimento imobiliário.

Apresentamos no (QUADRO 20) as licenças de construção na zona da AML e na zona ONTT durante a década de 90.

QUADRO 20. Licenças de construção na AML 1991-1999

Concelhos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Amadora	88	107	79	109	87	93	97	87	70
Cascais	233	196	174	164	169	145	177	187	348
Lisboa	119	207	135	107	137	185	107	112	115
Loures	171	228	126	115	186	133	261	351	275
Oeiras	235	168	153	215	191	193	226	261	362
Sintra	952	732	822	784	896	676	756	724	982
Vila Franca de Xira	168	186	209	253	251	215	269	258	367
Mafra	490	301	399	522	531	532	730	885	912
Benavente	169	140	174	201	166	148	275	253	272
Alcochete	38	62	52	58	54	66	124	128	132
Almada	343	325	266	337	385	260	798	552	567
Barreiro	109	125	64	71	87	66	119	184	261
Moita	129	129	125	159	157	138	150	171	188
Montijo	133	94	165	110	102	85	119	203	208
Palmela	325	238	268	338	317	271	335	368	510
Seixal	48	276	313	397	400	355	428	557	635
Sesimbra	195	174	193	196	209	186	423	493	525
Setúbal	195	215	280	392	312	347	423	518	618

Fonte: INE - Estatísticas da Construção

O crescimento do mercado imobiliário dos concelhos ONTT ganha significado na segunda metade da década de 90. Este mercado deve o seu dinamismo às construções novas para habitação.

Analisando o dinamismo da actividade imobiliária através das taxas de crescimento das licenças de construção, respectivamente licenças para construção "Não Habitacional", licenças para trabalhos de construção em "Habitações Antigas" e licenças para construção de "Habitações Novas", no conjunto dos concelhos ONTT, AML e na totalidade do país, constata-se que:

- O dinamismo do sector no conjunto dos concelhos ONTT, é significativamente superior ao dinamismo do sector observado tanto a nível nacional como de AML, destacando-se claramente no seio desta, após o esgotamento do "efeito Expo".
- Em alguns concelhos, dificuldades com a atribuição de licenças, tem atrasado ou limitado o dinâmica imobiliária local.

FIGURA 13. ONTT, Taxas de crescimento das Licenças emitidas por tipo de obra

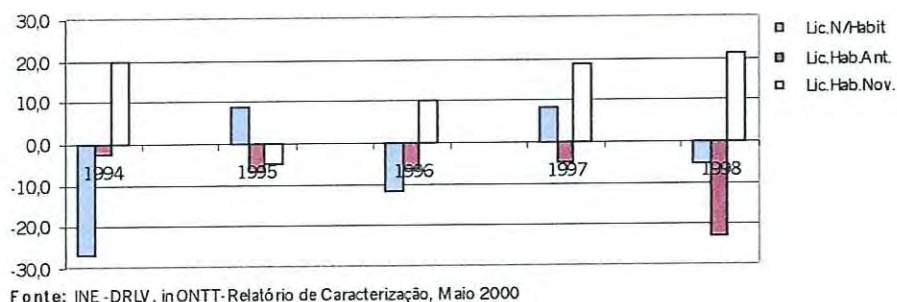


FIGURA 14. AML, Taxas de crescimento das Licenças emitidas por tipo de obra

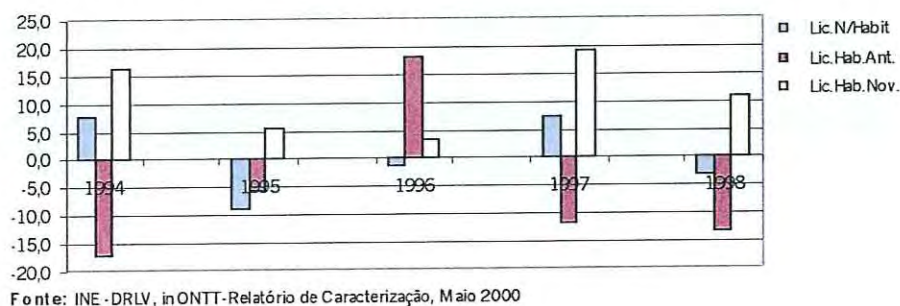
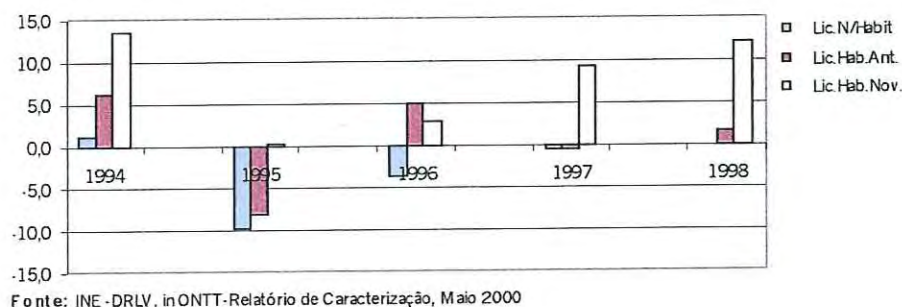


FIGURA 15. Portugal, Taxas de crescimento das Licenças emitidas por tipo de obra



O crescimento significativo do mercado imobiliário na zona ONTT é imputável não apenas a ganhos de acessibilidade, mas igualmente à recuperação da imagem do estuário do Tejo, operada pela construção da nova ponte e pela EXPO'98.

A NTT terá tido um impacto significativamente positivo, em termos imobiliários, sobre os concelhos de Montijo, Alcochete e Palmela (em particular Pinhal Novo). Concelhos como Loures, Setúbal, Moita e Benavente têm dado igualmente mostras de dinamismo imobiliário induzido pela NTT, embora de um modo menos

contrastante, enquanto os concelhos do Barreiro e de Vila Franca de Xira não terão beneficiado significativamente da NTT, em termos imobiliários.

A actividade de construção de habitações nos concelhos do ONTT tem sido maioritariamente conduzida por empresas locais.

As grandes empresas imobiliárias e de construção civil têm estado envolvidas num número limitado de projectos, existindo uma clara preferência destas últimas para os projectos de obras públicas, induzidos pela NTT. No âmbito do mercado imobiliário em análise, a importância das cooperativas de habitação afigura-se marginal, surgindo apenas pontualmente quando incentivadas pelas edilidades.

O significativo crescimento do mercado imobiliário, na área metropolitana de Lisboa, é explicado por um complexo de factores, não apenas pela evolução da taxa de juro

Realizaram-se um conjunto de entrevistas, começando pelo APEMI e Confidencial Imobiliário e continuando nas empresas Imobiliárias e na Administração Local.

Dos contactos realizados podemos confirmar a opinião dos especialistas, justificando este crescimento por um conjunto de factores:

- ✓ Apoio do governo à aquisição de crédito à habitação;
- ✓ Aumento do rendimento das famílias;
- ✓ Taxas de juro decrescentes particularmente significativas a partir de 1997;
- ✓ Taxa de crescimento de oferta habitação em Lisboa muito baixa;
- ✓ Elevado número de realojamento de famílias (arrendamento público);
- ✓ Abertura do processo de licenciamento em queda na década 1980-1990;
- ✓ Aumento do número de habitações de arrendamento privado.

O desajustamento das tipologias de construção conduziu à rápida acumulação de habitações excedentárias

À excepção de um número limitado de iniciativas, os empreendimentos imobiliários lançados na zona ONTT pautam-se por tipologias pouco diferenciadas entre si e muito inspiradas na tipologia construtiva tradicional da zona.

Esta circunstância conduz a que tenha sido colocado no mercado um parque de habitações novas, por ventura bem adaptado às aspirações dos residentes tradicionais dos concelhos ONTT, mas que se revela incapaz de dar satisfação à multiplicidade de solicitações colocadas pelas diferentes categorias de potenciais residentes, os quais estão na origem da maior parte da procura de habitação na zona em referência.

Noutra perspectiva, as expectativas optimistas sobre o mercado imobiliário da margem sul, abertas pela NTT, suscitaram políticas de preços ambiciosas para muitos empreendimentos imobiliários.

A conjugação da prática de preços elevados com a subida das taxas de juro veio ampliar significativamente o fenómeno do parque habitacional excedentário, decorrente do desajustamento de tipologias.

Actualmente, o excesso de habitações construídas desencadeou uma forte pressão descendente nos preços, em particular em concelhos ONTT

Em termos reais teremos taxas de crescimento anual do número de fogos construídos na década de 90, entre a duplicação e triplicação do número de fogos por referência a 1991 ou mesmo superior como nos casos de Alcochete, V.F.Xira, Setúbal e Palmela.

Desde meados de 2000, os preços efectivos da habitação estagnaram em alguns concelhos da margem sul, podendo observar-se casos de diminuição.

Esta situação pode ser observada em zonas de construção de habitações de tipologia mais convencional, preponderantemente de iniciativa de construtores locais.

Apesar da grande oferta de fogos de tipologia convencional, o impacto depressivo sobre os preços tem sido moderado, em virtude de:

- a) No sector imobiliário, tradicionalmente os preços não descem, antes estagnarem ou ajustarem em alta;
- b) Para além de razões históricas, a rigidez dos preços ter razões intrínsecas que se radicam na forma de cálculo do preço de venda: sucessivos "mark-up" sobre o preço de aquisição dos terrenos;
- c) Do tempo de ajustamento necessário ao lançamento de novos empreendimentos imobiliários, com uma oferta directamente concorrente com a oferta excedentária existente.

Actualmente, os detentores de fogos com dificuldades de escoamento procuram acrescentar valor à sua oferta mediante a adição de funcionalidades proporcionadas habitualmente como extras.

O dinamismo imobiliário na área ONTT tem sido influenciado pela estrutura de eixos viários da AML

Conforme podemos constatar pela análise do crescimento na AML durante a década de 90, os eixos de desenvolvimento foram os seguintes:

- 1- Amadora – Mafra – Sintra
- 2- Loures – V.F.Xira – Azambuja – Benavente
- 3- Almada – Seixal – Sesimbra

- 4- Palmela – Setúbal
- 5- Alcochete – Montijo
- 6- Moita – Barreiro

É no entanto diferenciada a evolução ao longo da década. Assim enquanto os eixos Palmela – Setúbal, Almada – Seixal – Sesimbra tiveram um crescimento significativo no princípio da década e posteriormente, a partir de 1996, em outros como Moita-Barreiro e Alcochete-Montijo o crescimento só é muito significativo após 1996.

Outros crescimentos mais regulares, embora sujeitos a processos conjunturais, são mais característicos dos outros eixos antes referenciados.

O que é comum a todos os eixos é um extraordinário crescimento nos últimos anos devido às razões antes apresentadas, mas essencialmente devido ao crédito à habitação e à descida das taxas de juro que incentivam o sector de construção civil.

Ao tornar possível, em larga medida, a exploração do enorme potencial imobiliário da margem Sul do Tejo, a construção da PVG suscitou um significativo nível de instabilidade no mercado imobiliário dos concelhos ONTT

Sendo difícil avaliar a causa efeito através de um estudo econométrico como já referimos a nossa metodologia apontou para a utilização de entrevistas com agentes privilegiados do sector.

O efeito ponte é evidente, segundo as Câmaras Municipais auscultadas (Montijo, Alcochete, Barreiro e Palmela) , contribuindo para o aumento dos processos de loteamento e licenciamento e posterior construção e venda de novas construções. Por sua vez tem-se verificado quebras neste processo lógico, devido à conjuntura económica depressiva. Em muitos dos loteamentos concedidos não é

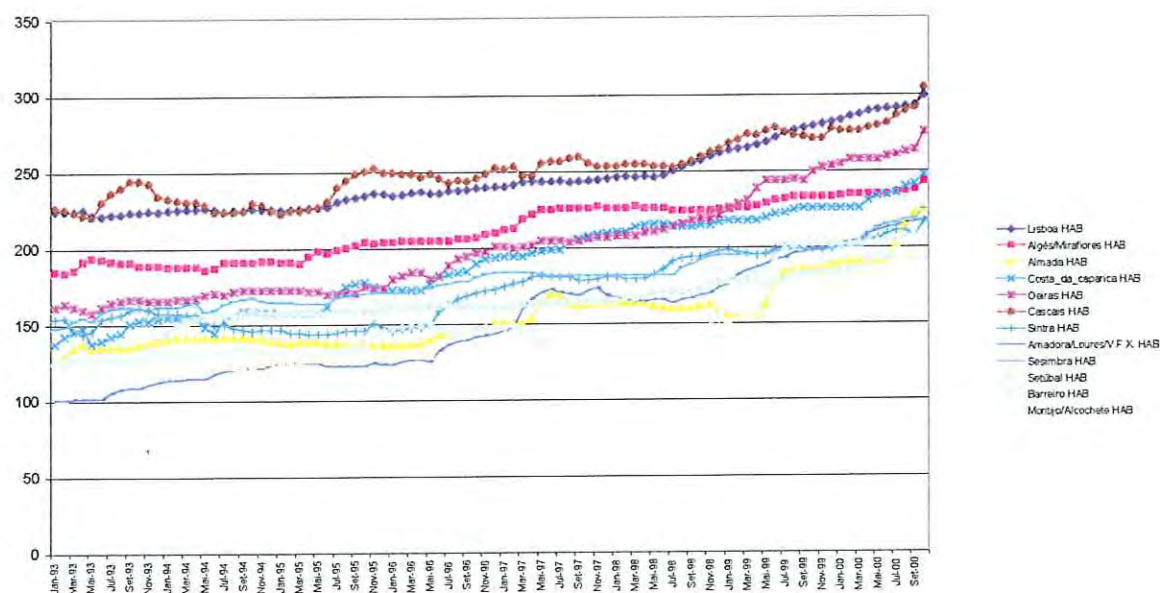
solicitada a licença de construção e começam a surgir maiores dificuldades na colocação das novas habitações construídas.

Esta realidade foi confirmada nas entrevistas com a APEMI e Confidencial Imobiliário e pela generalidade das Imobiliárias entrevistadas.

Existem no entanto efeitos que são mais evidentes em relação aos concelhos do ONTT. Trata-se do efeito preço da habitação. Conforme se pode observar no gráfico seguinte o preço da habitação cresce fortemente nos concelhos de Alcochete e Montijo, verificando-se mesmo subsistir essa subida quando já existem em determinadas zonas de Lisboa e Oeiras quedas acentuadas de 1999 para 2000, como são os casos das zonas Areeiro – Alameda e Algés – Miraflores.

Podemos igualmente concluir, pela análise da (FIGURA 16) que os preços das habitações na margem Sul cresceram mais significativamente que a generalidade zonas a Norte.

FIGURA 16. Evolução dos preços da habitação na AML (Contos/m² de área bruta)



Fonte: Confidencial Imobiliário

Convém no entanto distinguir as situações em que a habitação tem fins diferenciados. Segundo vários responsáveis por Imobiliárias, o crescimento das zonas mais litorais na península de Setúbal (Almada e Seixal) é justificado pela

procura de primeira habitação, a preços inferiores aos de Lisboa. Já o crescimento de zonas como Alcochete e Montijo dever-se-á a uma oferta mista.

Os efeitos não são apenas devidos à existência da nova travessia sendo importante considerar igualmente a melhoria de acessibilidades criadas pelas infra-estruturas complementares e que marcou os novos eixos de desenvolvimento já construídos, como o caso do IC13 que liga Moita e Barreiro ou a A12 que liga Palmela a Setúbal.

Igualmente os eixos a construir como o IC3 poderão ter impactes significativos sobre os concelhos da zona Norte do ONTT.

Estas acessibilidades criadas vão dotar toda a zona Leste do ONTT de uma nova centralidade que trará consequências ao nível do comércio, da distribuição e da logística e portanto uma pressão natural sobre o imobiliário para fins industriais e serviços e uma pressão sobre as zonas agrárias.

Existem no entanto razões estruturais que deverão reverter estes movimentos da construção de habitação recentrando-os em Lisboa. O exemplo mais elucidativo é o de um empreendimento, Alta de Lisboa, no qual se prevê a construção, nos próximos quinze anos, de 19 mil habitações. O preço destas habitações é altamente competitivo face à estratégia de Lisboa para atrair população.

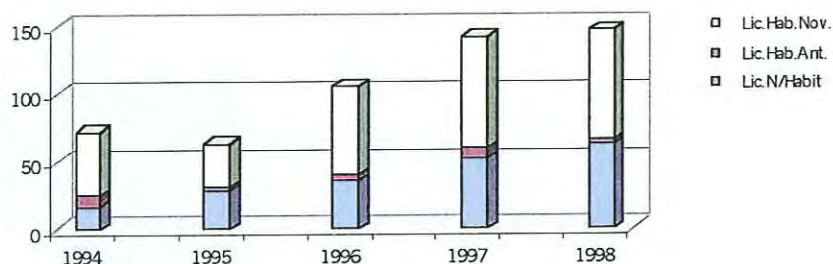
As tendências de evolução em termos de construção na AML e em particular na zona do ONTT serão mais difíceis de prever face a fenómenos como o acabamos de referir o que só será equacionável baseado em cenários de evolução.

Existem no entanto ainda algumas questões por responder e que serão avaliadas ainda na fase seguinte. Assim uma das questões a que nos propomos responder é a da utilização do solo segundo tipos de utilização para a qual dispomos de dados do ONTT, e as tendências observadas em termos de mercado habitacional bem como as características dos licenciamentos nas principais classes bem como as entidades investidoras.

3. Análise ao nível do Concelho

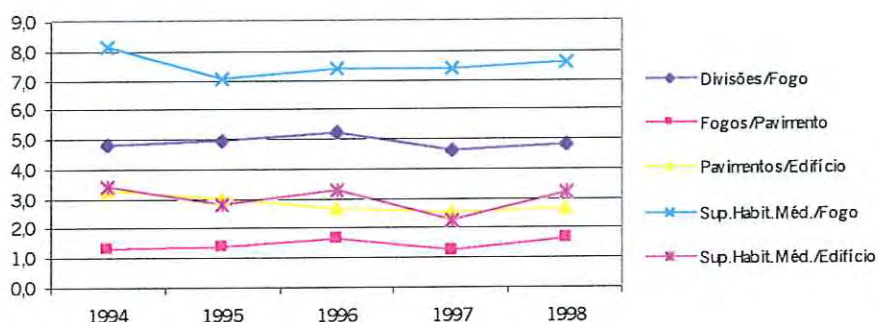
Alcochete

FIGURA 17. Licenças emitidas por tipo de obra



Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 18. Licenças para "Habitações Novas"



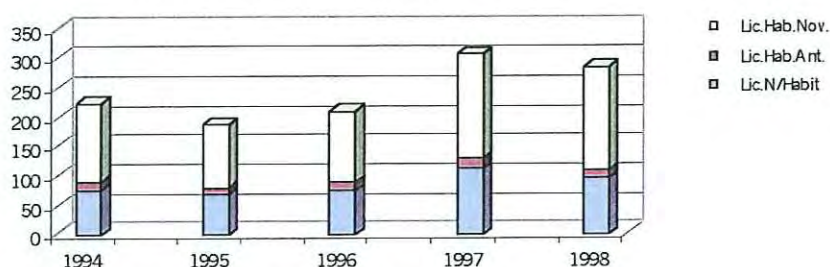
Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m², "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m²

- O mercado imobiliário sofre o impacte da NTT a partir de 1996;
- Acentuando-se o peso da licenças "Habitação Nova", é mantido o balanceamento entre esta categoria e as licenças "Não Habitacional";
- Em termos agregados, não se registam alterações significativas no tipo de novas habitações licenciadas;
- Crescimento imobiliário baseado sobretudo em moradias, circunstância que ameniza a pressão urbanística. No concelho existem no entanto áreas de construção com maior densidade - v.g. Samouco.

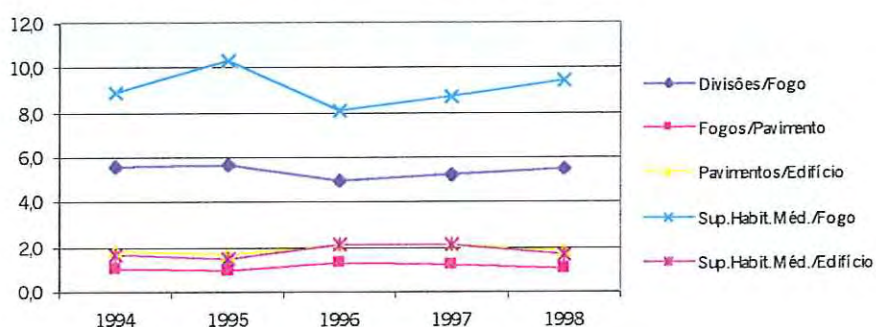
Benavente

FIGURA 19. Licenças emitidas por tipo de obra



Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 20. Licenças para "Habitações Novas"



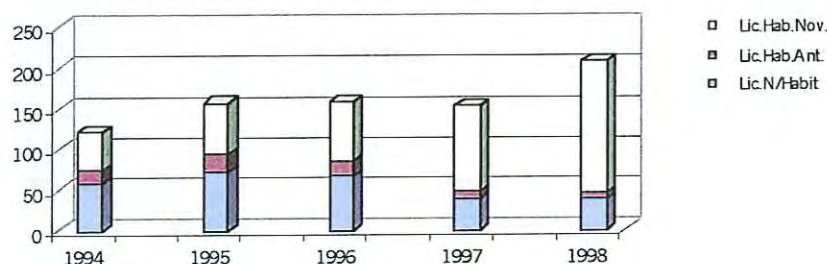
Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m2, "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m2

- O dinamismo imobiliário sofre um impacto positivo, com a NTT, a partir de 1996;
- Crescimento significativo e equilibrado entre as categorias das licenças "Habitação Nova" e "Não Habitacional";
- Em termos agregados, não transparecem os empreendimentos urbanísticos de baixa densidade de construção, destinados a classes de mais elevado rendimento. Pode ser constatado, no entanto, o aumento tendencial da superfície média dos fogos e do número médio de divisões, indícios de habitações de mais elevado preço.

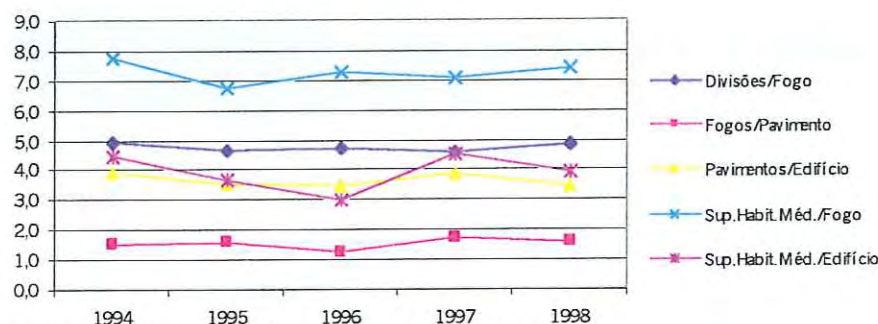
Barreiro

FIGURA 21. Licenças emitidas por tipo de obra



Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 22. Licenças para "Habitações Novas"



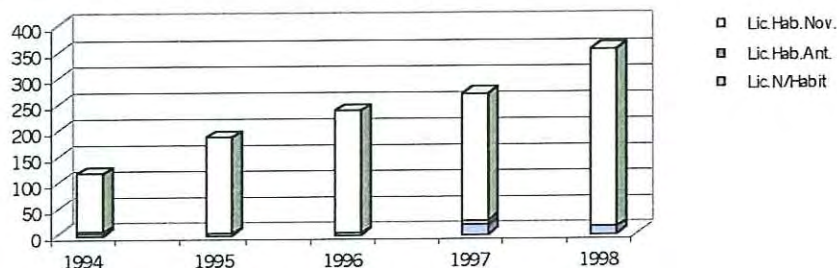
Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m², "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m²

- O dinamismo imobiliário sofre um impacto positivo a partir de 1994, em consequência da aprovação do PDM;
- Não é atribuível um impacto significativo à construção da NTT;
- Acentua-se manifestamente o peso das licenças "Habitação Nova", em detrimento das restantes categorias;
- Em termos agregados, não se registam alterações significativas no tipo de novas habitações licenciadas.

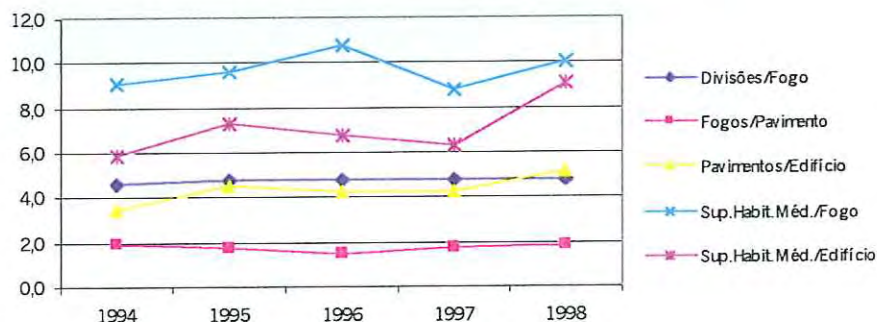
Loures

FIGURA 23. Licenças emitidas por tipo de obra



Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 24. Licenças para "Habitações Novas"



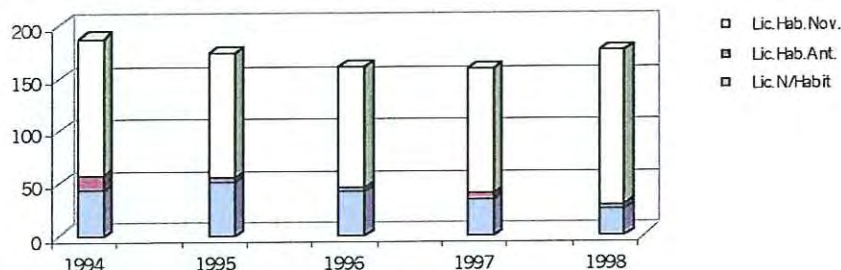
Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m², "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m²

- O dinamismo imobiliário afigura-se independente da NTT;
- É mantida a importância esmagadora das licenças "Habitação Nova";
- O "efeito Expo" terá induzido:
 - ✓ a intensificação da urbanização junto ao Tejo, com transferência da pressão construtiva do interior do concelho para a zona ribeirinha e com incremento dos padrões de qualidade da construção,
 - ✓ o aumento da superfície habitável por fogo e por edifício,
 - ✓ incremento, pouco significativo, da construção não habitacional.

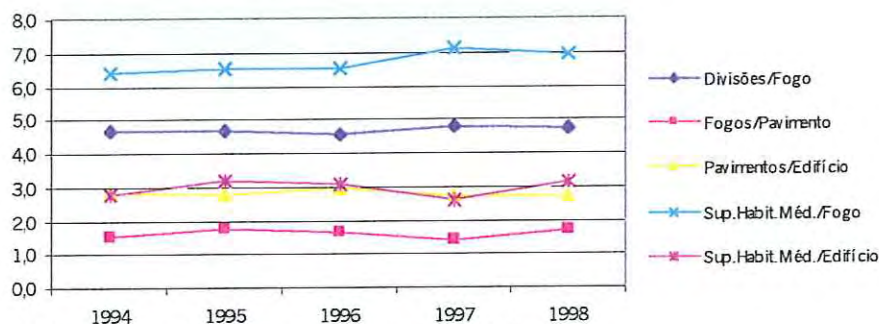
Moita

FIGURA 25. Licenças emitidas por tipo de obra



Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 26. Licenças para "Habitações Novas"



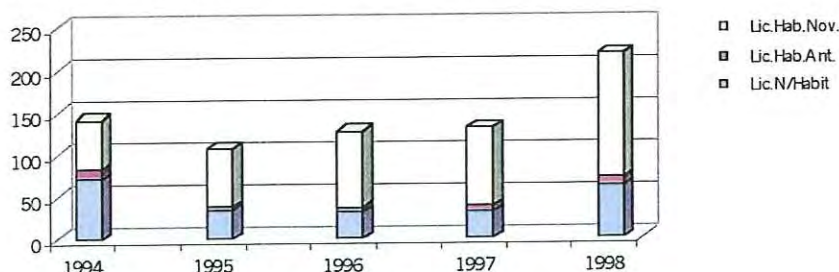
Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m², "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m²

- O mercado imobiliário sofre um impacto positivo, apenas a partir de 1998;
- Acentua-se manifestamente o interesse pela construção de novas habitações em detrimento de novos empreendimentos não habitacionais:
 - ✓ após o início da construção da NTT aumentaram significativamente os pedidos para loteamento,
 - ✓ existe um projecto de loteamento residencial para 10-15 mil habitantes, com construção de infraestruturas desportivas, culturais e de ensino;
 - ✓ Em termos agregados, não se registam alterações significativas no tipo de novas habitações licenciadas.

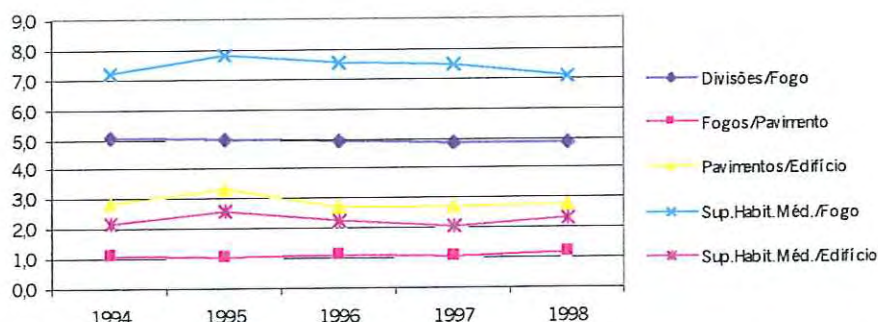
Montijo

FIGURA 27. Licenças emitidas por tipo de obra



Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 28. Licenças para "Habitações Novas"



Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

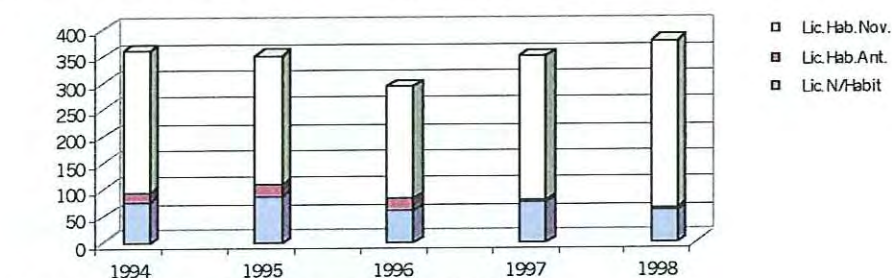
Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m², "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m²

- O mercado imobiliário sofre um forte impacto, logo após a tomada de decisão de construção da NTT, registando-se intensa especulação com terrenos para construção. Em termos de licenciamento, o impacto da NTT surge em 1996, acentuando-se em 1998.
- Crescimento significativo de todas as categorias de licenças para construção, com incremento da importância relativa das licenças para novas habitações;
- A pressão urbanística desloca-se para a periferia do concelho;
- Acentuada uniformidade no tipo de novas habitações licenciadas;

- A procura e a oferta de habitações afiguram-se desajustadas quantitativa e qualitativamente: existe um excesso de oferta de habitações, as tipologias de habitação oferecidas não se ajustam à procura.

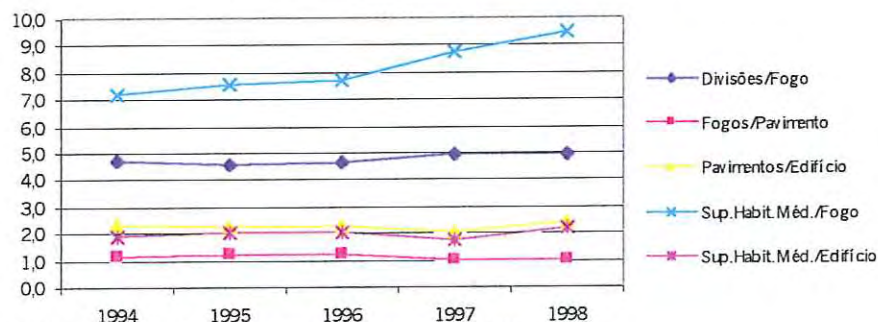
Palmela

FIGURA 29. Licenças emitidas por tipo de obra



Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 30. Licenças para "Habitações Novas"



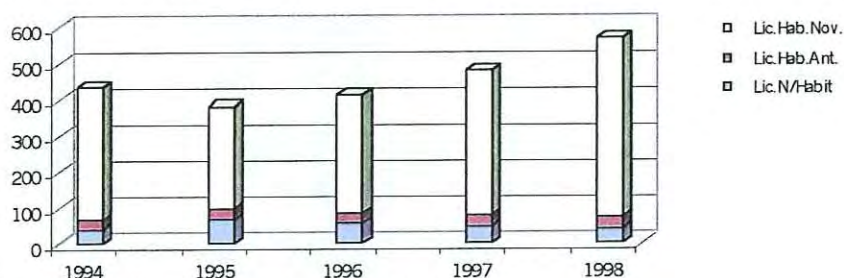
Fonte: INE - DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m², "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m²

- A pressão construtiva surge como um fenómeno independente da NTT, excepto no que respeita ao eixo Palmela-Montijo;
- Estabilização do número de licenças para novas habitações;
- Em termos agregados, há a registar o aumento tendencial da superfície habitável média por fogo, indiciando a orientação para habitações de mais elevado preço.

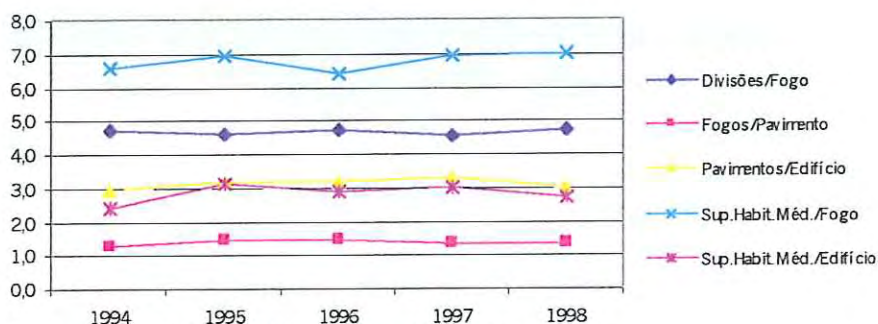
Setúbal

FIGURA 31. Licenças emitidas por tipo de obra



Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 32. Licenças para "Habitações Novas"



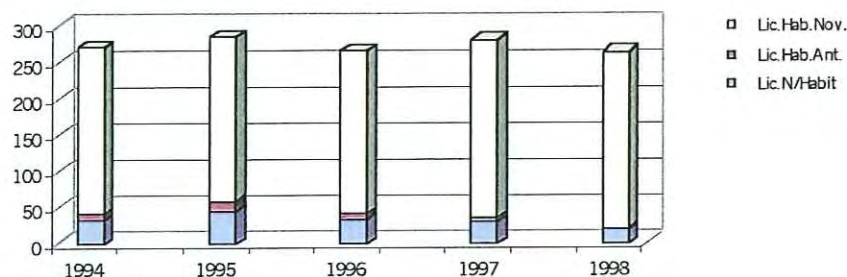
Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m², "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m²

- O dinamismo imobiliário decorre mais de opções estratégicas do município e de factores conjunturais que do impacte da NTT;
- Acentua-se manifestamente o peso das licenças "Habitação Nova", em detrimento das restantes categorias;
- Em termos agregados, constata-se grande estabilidade nas características construtivas básicas das novas habitações licenciadas.

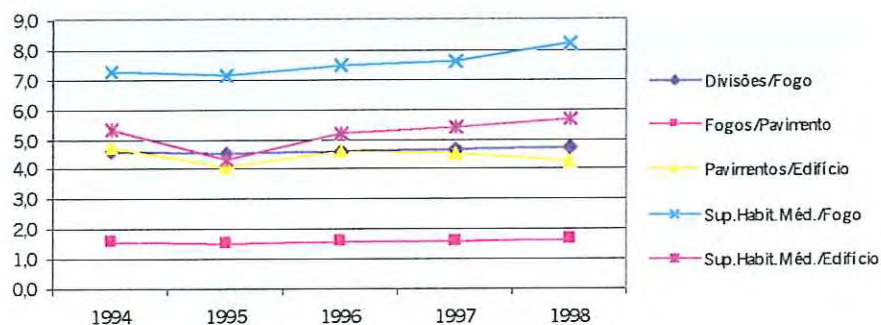
Vila Franca de Xira

FIGURA 33. Licenças emitidas por tipo de obra



Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 34. Licenças para "Habitações Novas"



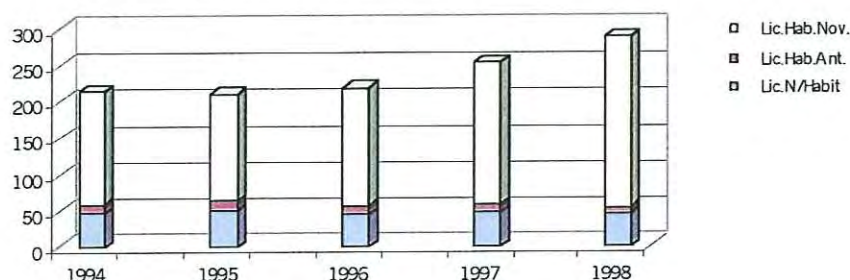
Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m², "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m²

- O dinamismo imobiliário afigura-se independente da NTT;
- Acentua-se a preponderância esmagadora das licenças "Habitação Nova", em detrimento das restantes categorias;
- Em termos agregados, constata-se o aumento da superfície habitável média por fogo;

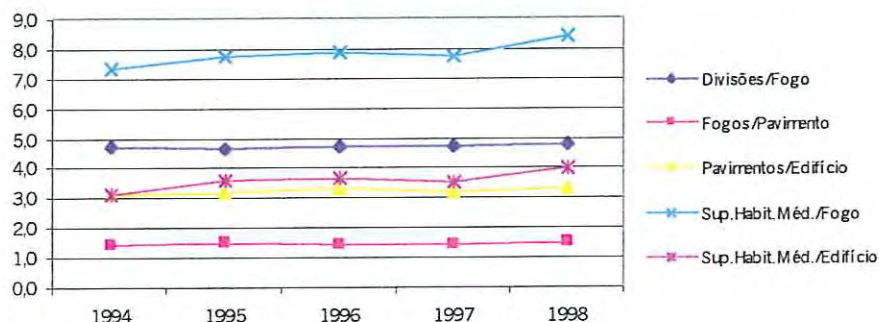
ONTT

FIGURA 35. Licenças emitidas por tipo de obra (média ONTT)



Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

FIGURA 36. Licenças para "Habitações Novas" (média ONTT)



Fonte: INE -DRLV, in ONTT-Relatório de Caracterização, Maio 2000

Nota: "Superfície Habitável Média por Fogo" em dezenas de m², "Superfície Habitável Média por Edifício" em centenas de m²

Quanto aos padrões de desenvolvimento imobiliário e ao perfil e motivação dos compradores, a monitoração do mercado imobiliário da margem sul que tem sido realizada por algumas empresas, permite retirar as seguintes conclusões:

No concelho de Alcochete, predominam os compradores de classes média e média-baixa (rendimentos médios anuais do agregado familiar entre 14 e 5 mil contos), os estratos etários mais jovens procedem a aquisições, predominantemente para primeira habitação, enquanto os compradores dos estratos etários mais elevados procuram uma segunda habitação, que em alguns casos se tem vindo a converter em primeira habitação, com o termo da vida activa do casal.

O crescimento da oferta habitacional tem sido feito, em larga medida, com recurso a construções unifamiliares, circunstância que tem limitado o crescimento da pressão urbanística

Neste concelho, a construção para fins não habitacionais tende a reforçar a sua importância.

Existe a perspectiva que os condicionalismos decorrentes da existência de áreas de REN de RAN, determinarão restrições significativas ao desenvolvimento da frente ribeirinha.

O concelho de Benavente apresenta um padrão de desenvolvimento imobiliário caracterizado por um crescimento das habitações novas destinadas a primeira habitação, preponderantemente dirigidas a estratos etários jovens de baixos rendimentos (agregados familiares com rendimentos anuais até aos 5 mil contos).

Nesta zona existe uma forte componente de construção não habitacional, com relevo para instalações de actividades logísticas. Não obstante a ocorrência de algumas oscilações de natureza cíclica ou conjuntural, a informação disponível aponta para uma importante procura imobiliária para instalação de actividades de serviços dirigidos para a indústria.

Em paralelo com esta evolução, constata-se a coexistência de empreendimentos habitacionais de topo-de-gama, os quais foram acompanhados por iniciativas de construção de habitações individuais com o mesmo posicionamento. Apesar deste quadro, afigura-se pouco provável o surgimento de novos projectos semelhantes no concelho.

Os concelhos de Loures e de Setúbal têm mantido ao longo dos anos uma oferta imobiliária diversificada. A tendência actual é a do reforço da importância da construção para fins habitacionais, designadamente mediante a reconversão de áreas de construção industrial. Em ambos os concelhos, a oferta local tem demonstrado capacidade de satisfazer as necessidades de diferentes estratos etários até à classe de rendimento média-alta. Loures apresenta uma mais reduzida oferta habitacional para esta classe de rendimento, relativamente á

observável em Setúbal. Particularmente no concelho de Loures, foi referenciada a tendência para a maior sofisticação da construção habitacional.

Em termos imobiliários, o concelho da Moita surge como um prolongamento do concelho do Montijo, muito embora com menor dinamismo construtivo.

No concelho do Montijo, predominam os compradores de classes média-baixa (rendimentos médios anuais do agregado familiar entre 5 e 6 mil contos), pertencentes a estratos etários com menos de 40 anos. As habitações adquiridas destinam-se, na sua maioria a primeiras habitações. As aquisições de segunda habitação incidem quase exclusivamente sobre habitações unifamiliares (moradias).

O desenvolvimento da actividade económica na zona (Montijo e concelhos limítrofes), tem estimulado o imobiliário não-habitacional, em particular, com a implantação de instalações comerciais e logísticas. Conta-se que esta tendência se venha a acentuar no futuro, designadamente com a transferência de unidades actualmente implantadas na margem norte do Tejo (“Linha de Sintra”).

Palmela é um concelho em que o impacto da NTT se produziu de modo significativo mas desigual: mais intensamente ao longo do eixo Pinhal Novo – Montijo e com menor intensidade nas restantes áreas do concelho. Do ponto de vista imobiliário, este concelho encerra um grande potencial por força da conjugação de diversos factores:

- Facilidade de acessos, quer pela Ponte Vasco da Gama (via A12 e N252), quer pela Ponte 25 de Abril (via A2 e ramal da Fertagus);
- Dinamismo próprio das actividades económicas, decorrente da implantação local de grandes empresas;
- Beleza paisagística;
- Proximidade de inúmeras estâncias balneares;
- Amenidade climática e qualidade do ar.

Neste quadro, a localização de Pinhal Novo surge como particularmente favorável para a localização de empreendimentos imobiliários. Esta situação tem sido confirmada pela evolução do sector imobiliário local.

Neste concelho muito embora seja manifesta uma diversidade grande de compradores, predominam:

Na zona do Pinhal Novo, estratos etários compreendidos entre os 35 e os 40 anos, pertencentes a classes de rendimento médio (rendimentos médios anuais do agregado familiar entre 8 e 14 mil contos), os quais procuram essencialmente uma nova primeira habitação;

Na periferia de Palmela, ao longo da estrada N379, compradores de classes de rendimento média e média-baixa (rendimentos médios anuais do agregado familiar entre 12 e 5 mil contos) que procuram uma primeira habitação.

No concelho de Palmela, o imobiliário para fins não habitacionais, embora tenha perdido importância relativa nos últimos anos, mantém uma dinâmica significativa.

Os concelhos do Barreiro e de Vila Franca de Xira são vistos como não tendo sofrido um impacto significativo com a construção da NTT. A dinâmica recente das suas actividades imobiliárias tem fundamentalmente a ver com factores internos (v.g. PDM, no Barreiro), mas que não conferiram a estes concelhos capacidade para atrair novos residentes do seu exterior. O concelho de Vila Franca de Xira terá, ainda assim, ganho potencial em termos de localização de novas actividades económicas, com a moderação da intensidade do tráfico na Ponte de Vila Franca induzida pela NTT, o que deverá vir reflectir-se na procura de construção para fins não habitacionais.

4. Prospectiva

A evolução espontânea: uma zona-dormitório relançada

Tendo por ponto de partida a situação descrita, afigura-se como cenário provável que, em termos de panorama imobiliário, os concelhos da ONTT evoluam para zonas-dormitório de Lisboa, expandidas – i.é com maior peso demográfico e em termos de ocupação de espaço – mais apelativas e, eventualmente, bastante mais competitivas.

Esta “nova fronteira” das zonas-dormitório de Lisboa irá, sobretudo competir com zonas afins da margem norte da AML – sobretudo “Linha de Sintra” – mas também sofrer a competição de novas zonas habitacionais, no interior do concelho de Lisboa – v.g. “Alta de Lisboa”.

A curto prazo, a NTT operaria tendencialmente:

- ✓ no plano habitacional, a transferência de zonas dormitório da margem norte para a margem sul da AML;
- ✓ no plano da construção industrial, a atracção de entrepostos logísticos – um impacte limitado no tempo (reacção súbita à redefinição das acessibilidades) e no espaço (concentração junto dos eixos viários, com reaproveitamento de instalações industriais desactivadas).

A construção voluntarista: uma zona dinâmica com valências próprias

A mais largo prazo, o contributo da PVG na afirmação dos concelhos ONTT, como zona de desenvolvimento imobiliário com dinâmica própria, passa pela eliminação

de estrangulamentos físicos locais – designadamente infraestruturais, e por uma requalificação urbana, coerente e compatível com a nova imagem que se pretenda para os concelhos ONTT. Qualquer destas vertentes afigura-se essencial, tanto para a implantação de novos estabelecimentos empresariais, como para o desenvolvimento de áreas residenciais qualificadas e dinâmicas.

Tanto a curto como a mais longo prazo, a “aproximação” dos concelhos ONTT tenderá a fazer diminuir o preço do m² para construção e do m² construído, na AML.

IV. EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS

1. Principais conclusões do capítulo

As **perspectivas de crescimento urbano e demográfico e de localização de actividades económicas, principalmente nos concelhos servidos directamente pela Nova Ponte**, leva a uma consciência da **necessidade de reforçar os investimentos na oferta de determinados tipos de equipamentos** de forma a responder às necessidades básicas da população. Refiram-se as **áreas da educação e da saúde como sendo das mais carenciadas, nomeadamente, considerando as novas zonas de expansão urbana.**

Esta situação é particularmente visível em concelhos como **Alcochete e Montijo**, onde os investimentos municipais apontam para a resolução destes constrangimentos, prevendo-se o aumento da oferta de equipamentos ao nível do ensino pré-escolar, básico e secundário e a expansão dos centros de saúde.

Fruto das oportunidades geradas pelas novas acessibilidades regista-se uma **aposta estratégica de vários concelhos da margem sul – destacando-se Alcochete, Benavente, Moita e Barreiro - na requalificação das zonas ribeirinhas e no aproveitamento das condições naturais, com o objectivo de promover a utilização para fins turísticos, de lazer e desportivos.**

Esta situação permite perspectivar, igualmente, **um acréscimo significativo da oferta de equipamentos dedicados a estas actividades, permitindo ultrapassar algumas carências significativas destes concelhos e da própria área do ONTT quanto à oferta deste tipo de equipamentos.**

Os **concelhos da margem norte – Loures e Vila Franca de Xira – apostam igualmente numa nova relação com o rio, embora este facto não seja directamente relacionável com a introdução da Nova Ponte**, mas sim com uma estratégia das respectivas autarquias no sentido de aproveitar os recursos naturais existentes em cada concelho, promovendo equipamentos e infra-estruturas que permitam o usufruto de espaços para lazer e prática desportiva.

Em termos de **impactes ao nível da criação de infra-estruturas destinadas à localização de actividades económicas, destacam-se, igualmente, os concelhos de Alcochete e Montijo, e em certa medida de Benavente e Palmela**, tendo-se vindo a registar um acréscimo na localização de empresas nestes territórios, nomeadamente, **empresas com uma forte componente logística** na sua actividade.

Esta situação não pode ser isolada da **nova configuração perspectivada ao nível dos corredores logísticos, destacando-se o corredor ao longo da margem esquerda do Tejo, potenciado com as novas infra-estruturas viárias, nomeadamente com o IC 11 e o IC 3**, permitindo estabelecer a ligação Norte – Sul, mas igualmente servir de base para operações na área da Grande Lisboa através da utilização da Nova Ponte.

2. Caracterização sumária da situação na década de 90

Regista-se um **défi ce generalizado de equipamentos e infra-estruturas nos concelhos integrantes da área do ONTT**, nomeadamente, comparando com a situação registada na restante AML. Esta realidade levou a um **esforço generalizado, embora ainda insuficiente, ao longo da década de 90 para suplantar carências ao nível de equipamentos e infra-estruturas nos concelhos que compõem a área do ONTT**, conforme se conclui da própria análise realizada pelo ONTT e pela evolução dos investimentos públicos na década de 90.

Embora a caracterização e análise das tendências recentes de investimento municipal nos concelhos do ONTT ser informação já disponibilizada, pensamos, numa perspectiva de enquadrar o exercício posterior de perspectivação apresentado sobre a oferta de equipamentos e infra-estruturas sociais, mencionar alguns dos aspectos mais relevantes nesta matéria, nomeadamente:

- a) Algumas das principais carências diagnosticadas neste tipo de equipamentos e infra-estruturas na área do ONTT (com base na caracterização efectuada pelo próprio ONTT – Relatório de Maio de 2000)
- b) As tendências recentes dos investimentos municipais nos concelhos integrantes da área do ONTT (com base nos dados referentes aos investimentos municipais sectorizados entre 1990 e 1999).
- c) Os principais projectos públicos desenvolvidos no âmbito do QCA II/FEDER nos concelhos integrantes do ONTT.

a) Em termos gerais, **a área abrangida pelo ONTT apresenta um défi ce de equipamentos sociais e de infra-estruturas nos vários domínios de actuação. De modo sintético passamos a descrever, por área de intervenção, as principais carências neste tipo de equipamentos:**

Área da Saúde

No que respeita à área abrangida pelo ONTT, a oferta neste domínio apresenta-se deficitária em relação ao contexto nacional e regional, principalmente em termos de equipamentos de nível superior – hospitais públicos e particulares – com destaque para a existência de cinco concelhos sem equipamentos deste tipo (Alcochete, Benavente, Moita, Loures e Palmela).

Em termos de equipamentos de nível inferior – centros de saúde e postos médicos – registam-se maiores taxas de cobertura do território, existindo pelo menos um equipamento deste tipo nos concelhos do ONTT, embora denotando-se carências nas áreas de maior concentração urbana.

Área da Educação

No que respeita ao Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo) e ao Ensino Secundário destacam-se, como concelhos mais desfavorecidos, Alcochete e Benavente, embora à medida que se avance no grau de ensino as disparidades se vão esbatendo, por via, também, da redução dos estabelecimentos de ensino existentes.

Todavia, no que respeita ao Ensino Secundário, observa-se a localização deste tipo de equipamento nos principais centros urbanos, originando o aumento da distância média a estes equipamentos. Esta situação atinge, particularmente, os concelhos de maior dimensão territorial, nomeadamente, Montijo e Palmela.

O Ensino Superior não tem representatividade significativa na área do ONTT, exceptuando-se a situação particular do concelho de Setúbal e, em menor escala, do concelho de Loures.

Área do Desporto

Também neste domínio a situação encontrada na área do ONTT se caracteriza por um défice generalizado de equipamentos e os que existem não apresentam nível suficiente para responder às exigências da competição desportiva. Como exemplo refira-se a inexistência de qualquer pista de atletismo nos concelhos da área do

ONTT, sendo que Alcochete e Palmela não apresentam igualmente qualquer equipamento destinado à prática de natação.

Área da Cultura, Lazer e Turismo

Também neste domínio a oferta de equipamentos é insuficiente e pouco diversificada, apresentando alguns concelhos carências significativas, destacando-se os casos de Alcochete, Benavente, Palmela e do Montijo. No domínio do turismo regista-se uma assimetria na distribuição deste tipo de equipamentos, com significativa predominância do concelho de Setúbal em termos de oferta turística na área da ONTT.

b) No âmbito deste ponto do trabalho pretende-se, igualmente, aferir a **tendência evolutiva dos investimentos municipais entre 1990 e 1999, relativizando-os com a população residente** em dado momento – as duas figuras a seguir apresentadas respeitam a níveis de investimento municipal sectorizado por mil habitantes - procurando enquadrá-los na lógica de desenvolvimento inerente à Nova Ponte, nomeadamente tendo como referência as datas de decisão da construção e de abertura ao tráfego desta infra-estrutura.

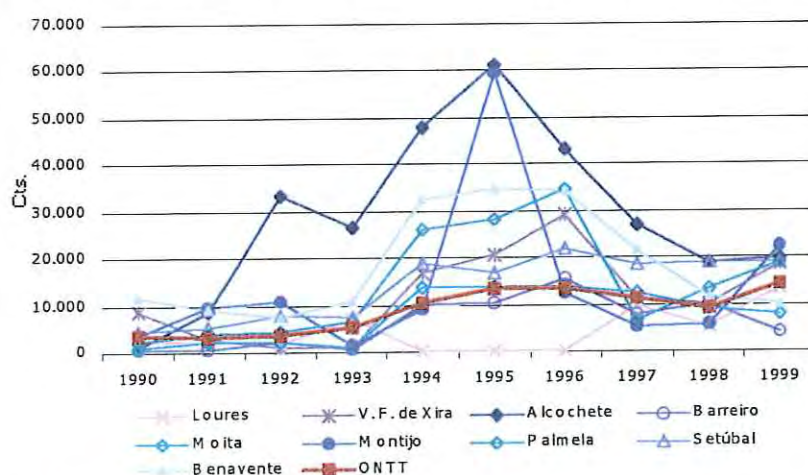
De facto, como se referiu, os dados analisados reportam-se ao período entre 1990 e 1999, permitindo, deste modo, uma visão abrangente desde a fase anterior à decisão de construção da Nova Ponte até ao ano seguinte à sua inauguração.

Com base nos dados disponibilizados sobre os investimentos municipais por áreas de actividade elaboraram-se dois conjuntos de dados, um respeitante a investimentos nas áreas de “carácter social” - onde se incluem os investimentos na área da educação, cultura, desporto e lazer, acção social, saúde e habitação - e outro composto pelos investimentos nas áreas de “carácter económico e ambiental” – comunicações e transportes, desenvolvimento económico, abastecimento público e saneamento, defesa do meio ambiente e protecção civil (QUADRO 62, QUADRO 63).

Investimentos nas áreas de "carácter social"

No que respeita aos investimentos municipais nas áreas agrupadas no conjunto de investimentos sociais é visível, a partir do período 1992/1993 (a decisão de construção da Nova Ponte é de 1992), uma evolução significativa dos investimentos, atingindo o seu ponto mais elevado no ano de 1995/1996. Após este período tem-se registado uma tendência decrescente, embora, aparentemente, pareça haver uma inversão desta tendência em 1998 (ano da inauguração da Ponte Vasco da Gama), situação que todavia carecerá de ser confirmada pois é apenas referida com base numa observação, respeitante ao ano de 1999.

FIGURA 37. Invest. Municipal na "área social" (por mil habitantes)



Fonte: Câmaras Municipais - Investimento Municipal 1990/1999

Nota: Não foram disponibilizados valores referentes ao município de Loures para os anos de 1994, 1995 e 1996. Esta situação provoca, em termos analíticos, uma sub-valorização da média da variável referente ao ONTT para estes anos visto o município em causa deter um peso considerável no total dos investimentos. Esta situação reflecte-se igualmente na análise a seguir apresentada em relação aos investimentos nas áreas económicas e ambientais.

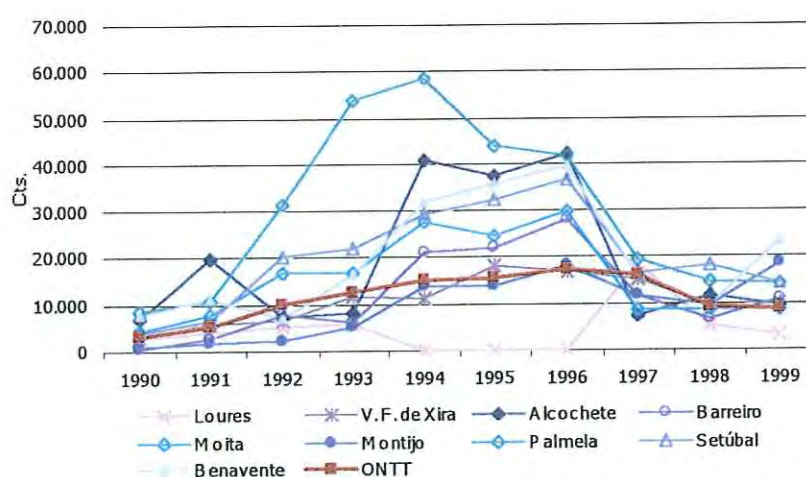
Como se observa na figura em cima apresentada, destacam-se da evolução típica registada na área abrangida pelo ONTT, os investimentos realizados pelo município de Alcochete – mantendo um valor por mil habitantes quase sempre acima dos restantes concelhos – e pelo município de Benavente, nomeadamente investimentos centrados na área da cultura, desporto, habitação e urbanismo e no sector da educação. Refira-se o caso específico do Montijo que registou em 1995

um valor anormalmente elevado, referente a investimentos no sector da habitação e urbanismo.

Investimentos nas áreas de "carácter económico e ambiental"

As decisões de investimento municipal nas áreas de carácter económico e ambiental apresentam, de um modo geral, uma evolução semelhante às decisões de carácter social. De facto, também se regista um acréscimo generalizado de investimentos municipais após a decisão de construção da Ponte, atingindo-se um ponto máximo em 1996 – exceptua-se o caso específico de Palmela relacionado com a implantação da AutoEuropa e os inerentes investimentos públicos associados. Excluindo esta situação específica, também aqui se destacam os concelhos de Alcochete e Benavente que apresentam, no período 1994/1996, os valores de investimento por mil habitantes mais elevados da área do ONTT, nomeadamente em áreas relacionadas com o abastecimento de água, saneamento e comunicações.

FIGURA 38. Investimento Municipal na área "económica/ambiental" (por mil habitantes)



Fonte: Câmaras Municipais - Investimento Municipal 1990/1999

Embora sejam de considerar os efeitos derivados da conjuntura económica, dos investimentos no âmbito dos QCA's e de eventuais "ciclos eleitorais", podemos afirmar que **existe uma provável relação entre o momento da decisão de**

construção da Nova Ponte sobre o Tejo (1992) e o impulso significativo ao nível do investimento público local nos municípios incluídos na área do ONTT.

Na realidade, **com a introdução desta nova infra-estrutura viária, geraram-se um conjunto de expectativas, quer em termos de crescimento demográfico e inerente crescimento/desenvolvimento urbano, quer em termos de um aumento da capacidade de atracção empresarial a determinados concelhos, com as consequentes necessidades ao nível da melhoria ou reforço de equipamentos e infra-estruturas colectivas, situação reforçada pelo défice generalizado deste tipo de equipamentos na área do ONTT,** nomeadamente nos concelhos pertencentes à AML-Sul e no município de Benavente, comparando com a situação existente na restante AML.

c) No âmbito do QCA II concretizou-se um conjunto de investimentos públicos que permitiram para atenuar algumas das carências existentes nos concelhos da ONTT ao nível dos equipamentos e infra-estruturas nas diversas áreas de intervenção proporcionadas pelo Quadro Comunitário, nomeadamente, Ambiente e Revitalização Urbana, Desenvolvimento Regional e Industrial, Saúde e Integração Social, Conhecimento e Inovação, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Infra-Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento e Modernização do Tecido Económico. A análise da **distribuição destes investimentos públicos pelos concelhos integrantes da ONTT relacionando com a população existente** pode ser observada no quadro-síntese seguinte.

QUADRO 21. Síntese dos projectos públicos no âmbito do QCA II

Concelhos	Invest. Total	Invest. Total p.c.	Invest. Elegível	FEDER	Unid.: Contos	
					% Comp.	
Alcochete	2.265.869	223	2.264.233	1.365.180	60,2%	
Barreiro	3.462.450	40	3.418.930	2.176.339	62,9%	
Benavente	1.722.826	94	1.720.928	1.290.696	74,9%	
Loures	24.335.676	76	23.817.647	15.833.334	65,1%	
Moita	2.782.347	43	2.632.599	1.854.376	66,6%	
Montijo	17.868.798	496	17.862.457	6.356.176	35,6%	
Palmela	2.886.141	66	2.798.922	1.809.263	62,7%	
Setúbal	27.663.388	267	24.066.223	15.636.008	56,5%	
V. F. Xira	6.057.595	58	5.767.537	3.623.394	59,8%	
Total	89.045.089	113	84.349.476	49.944.765	56,1%	

Fonte: DGDR, QCA II 1994-99 - Projectos Públicos Aprovados.

p.c. - per capita

Constatam-se **desvios significativos em relação à média** verificada para o investimento total per capita, sobressaindo os concelhos de Montijo, Setúbal e Alcochete (com um investimento per capita bastante superior à média, de 496, 267 e 223 contos, respectivamente) e o Barreiro e Moita (apresentando um investimento per capita muito abaixo da média, de 40 e 43 contos, respectivamente).

Na base dos desvios registados nos concelhos do Montijo, Setúbal e Alcochete encontram-se alguns projectos que envolveram investimentos de montante relativamente significativo, nomeadamente:

- ⇒ **Montijo** – Realizou-se um investimento de 15,4 milhões de contos na área dos Transportes (Construção do lanço Montijo - Nó de Setúbal da A12).
- ⇒ **Setúbal** – Investimento na área dos Transportes (Melhoria da eficácia económica dos portos – 6,9 milhões de contos) e na área da Energia (Introdução do Gás Natural – 3,8 milhões de contos).
- ⇒ **Alcochete** – Investimento na área da Energia (Construção do ramal industrial de Alcochete – 449 mil contos) e na área Industrial (Reconversão de instalações e equipamentos militares – Desmilitarização da SPEL – 634 mil contos).

No que respeita às **taxas de participação do FEDER** nos investimentos realizados destacam-se duas situações extremas. O concelho de Benavente que

apresenta uma taxa de comparticipação significativamente acima da média (74,9% do investimento elegível, situação relacionada com a predominância de projectos na área do Ambiente) e no sentido oposto, o concelho do Montijo (35,6% de comparticipação sobre o investimento elegível – refira-se que a taxa de comparticipação no projecto de construção do nó da A12, referido anteriormente, foi de apenas 30%).

A apresentação dos valores referidos no quadro anterior de modo desagregado, quer ao nível concelhio, quer ao nível de cada projecto específico realizado, encontra-se em anexo. Considerando o teor e objectivo do estudo não julgamos pertinente desenvolver uma análise pormenorizada a nível concelhio dos inúmeros projectos em questão, embora se descrevam sucintamente, nos anexos respectivos, os seguintes aspectos:

- ⇒ Medida de enquadramento;
- ⇒ Data de candidatura;
- ⇒ Designação do projecto;
- ⇒ Área de intervenção e Entidade promotora;
- ⇒ Investimentos envolvidos e respectiva comparticipação do FEDER.

Deste modo, referiremos apenas, para cada concelho, alguns dos investimentos e projectos que pela sua natureza ou dimensão se possam relacionar com a introdução da NTT, quer numa fase anterior à sua entrada em funcionamento, quer numa fase posterior. Registe-se que a aplicação das verbas disponibilizadas no Âmbito do QCA II/FEDER já se inscreveram num quadro analítico em que a introdução da NTT era uma realidade concreta.

- ⇒ **Alcochete** – Para além dos projectos mais significativos referidos anteriormente (nomeadamente, na área da Energia e na Reconversão de espaço industrial/militar), no período 1994/99 registaram-se investimentos relevantes na área do Ambiente (Infra-estruturas de abastecimento de

água e saneamento básico), na área do Desporto (Pavilhão Gimno-desportivo do Samouco) e na Saúde (Centro de Saúde de Alcochete).

- ⇒ **Barreiro** – Conjugado com investimentos na Renovação urbana de zonas degradadas assistiu-se a um reforço dos equipamentos nos sectores da Educação, principalmente ao nível do Ensino Básico, na Cultura (Recuperação de património, nomeadamente, o Convento da Madre de Deus), no Ambiente (Parque dos Casquilhos) e Equipamentos Sociais (Centro Comunitário de Coia).

- ⇒ **Benavente** – No município de Benavente registou-se uma aplicação de verbas no âmbito do QCA II orientadas, predominantemente, para as áreas da Educação, especialmente Ensino Básico, e do Ambiente, nomeadamente ao nível da construção de ETAR's.

- ⇒ **Loures** – O município de Loures registou uma diversidade significativa de investimentos associados ao QCA II, em especial nas áreas da Renovação Urbana (investimentos ligados à Expo 98), do Ambiente (abastecimento de água e saneamento), da Educação e Saúde, Infra-estruturas de Telecomunicações, Energia (ramais industriais de gás natural), Transportes Ferroviários (nova estação de mercadorias de Lisboa-Bobadela) e Rodoviários (via de cintura da AML – Norte).

- ⇒ **Moita** – Os investimentos mais significativos no âmbito do QCA II registados neste concelho verificaram-se nas áreas da Requalificação Ambiental (Parque na zona ribeirinha de Alhos Vedros), Infra-estruturas na área do Ambiente e Educação.

- ⇒ **Montijo** – Para além do já referido investimento na área dos Transportes Rodoviários (construção do troço da A12 entre o Montijo – Nó de Setúbal) e que representa cerca de 86% do investimento total realizado no âmbito do QCA, sobressaem os investimentos na Revitalização urbana de áreas degradadas e vias municipais e na conclusão da ETAR II do Seixalinho.

- ⇒ **Palmela** – Destacam-se os projectos no sector da energia, nomeadamente a construção de ramais industriais, nas áreas do Desporto e Educação, a construção da Piscina Municipal do Pinhal Novo e Escola Básica de Palmela. Associados ao projecto Ford/Wolkswagen registam-se projectos na área das infra-estruturas ambientais, nomeadamente abastecimento de água, saneamento básico e tratamento de águas residuais.
- ⇒ **Setúbal** – Tal como Loures, também o concelho de Setúbal apresenta um leque diversificado e significativo de investimentos associados ao QCA II. Na realidade, para além do referido projecto de Modernização de infra-estruturas portuárias (associado igualmente ao projecto Ford/Wolkswagen), destacam-se projectos nas áreas da Renovação Urbana, Educação (nomeadamente ao nível do ensino superior médio), Energia, Infra-estruturas Ambientais e Saúde (ampliação do Hospital distrital).
- ⇒ **V. F. de Xira** – Do mesmo modo que os outros concelhos de maior dimensão, apresenta um leque diversificado de projectos, orientados para as áreas da Renovação Urbana, Educação (ao nível do ensino básico), Infra-estruturas energéticas ligadas ao gás natural e Infra-estruturas Ambientais associadas aos RSU's.

3. Análise ao nível do Concelho

A apreensão dos impactes sentidos ou perspectivados no domínio dos equipamentos e infra-estruturas centrar-se-á na análise da evolução recente e nas perspectivas evolutivas a médio prazo, tendo em conta o dinamismo económico e demográfico da área do ONTT no contexto das novas acessibilidades. Assim, serão analisados aspectos que permitam apreender as seguintes questões:

- As perspectivas de crescimento demográfico e necessidades correspondentes em termos de equipamentos, segundo informação a obter junto das autarquias.
- Tipos de equipamentos a desenvolver prioritariamente.
- Investimentos previstos no âmbito dos equipamentos e infra-estruturas a realizar pelas autarquias ou outras organizações.

A presente análise é suportada em informação obtida em entrevistas com as autarquias e através da análise dos Planos de Actividade municipais ou outros documentos julgados pertinentes.

Alcochete

O **concelho de Alcochete** surge como um dos mais beneficiados pela introdução da Nova Ponte, registando um crescimento urbanístico e uma procura acrescida de espaços para localização empresarial. Considerando tratar-se de um dos espaços em análise mais carenciados em termos de equipamentos e infra-estruturas, e apesar do esforço desenvolvido ao longo da década passada, **ainda subsistem carências que urge ultrapassar, nomeadamente:**

- ✓ Conjunto de **equipamentos escolares dos vários graus de ensino de modo a responder às novas exigências** – em particular urge reforçar os estabelecimentos de ensino pré-escolar e edificar uma nova escola secundária.

✓ Na **área da saúde**, a **necessidade de criar uma unidade de internamento em Alcochete**, devido igualmente ao congestionamento do Hospital do Montijo que serve também este concelho.

Por outro lado, com a introdução da Nova Ponte criaram-se **perspectivas de investimento público e privado em áreas estratégicas permitindo a maximização dos efeitos gerados**, tais como:

- ✓ **Turismo e Lazer** – Aproveitamento da frente ribeirinha de Alcochete e Samouco com a criação de espaços destinados ao lazer e à prática de desportos náuticos.
- ✓ **Áreas de localização de actividades económicas** – Promoção da zona de localização empresarial do PASSIL Norte (cerca de 28 hectares destinados, preferencialmente a actividades logísticas) e aproveitamento do antigo espaço ocupado pela Firestone para promoção de um centro comercial e de lazer.
- ✓ **Instalações Desportivas** – Promoção de locais destinados a infra-estruturas adequadas a desportos de alta competição – Centro de Estágio do S.C.P.

A evolução lógica decorrente das alterações induzidas pelas novas acessibilidades – crescimento demográfico e aumento da oferta de fogos habitacionais – encerra a necessidade de planear e prever a implantação de equipamentos que garantam a sustentabilidade do crescimento verificado, situação mais premente se considerarmos que o concelho de Alcochete é um dos que apresentam carências mais significativas ao nível da dotação de equipamentos sociais e de infra-estruturas na área do ONTT.

Deste modo, será de analisar as tendências inerentes aos principais investimentos perspectivados para o concelho, quer com origem na Autarquia de Alcochete - com base nos Planos de Actividades de 2000 e 2001 - quer no âmbito privado, realçando aqueles que de modo mais directo se relacionam com a dinâmica de desenvolvimento introduzida pela nova ponte.

Registe-se, segundo informações da própria Autarquia, a importância primordial dos investimentos ao nível das vias estruturantes de acesso aos principais núcleos

- nomeadamente ao Centro Histórico da Vila - e a construção de edifícios escolares destinados a colmatar a procura existente e a procura futura derivada do surto demográfico perspectivado.

Investimentos em equipamentos e infra-estruturas colectivas projectados pela Autarquia e referenciados nos Planos de Actividade de 2000 e 2001:

Acessibilidades

- ♦ **Variante urbana à Vila de Alcochete** – O crescimento demográfico e o aumento do afluxo de visitantes, como consequência da proximidade da ponte Vasco da Gama, estão a induzir uma carga de tráfego inviabilizadora da preservação do Centro Histórico da Vila, tornando-se necessário proceder a uma reorientação do tráfego através desta nova Variante.

Educação

- ♦ **Construção de edifícios para o ensino pré-escolar** – Este tipo de equipamentos apresenta-se como uma necessidade fundamental, principalmente nas zonas do município que registam um maior crescimento demográfico.
- ♦ **Escola Secundária** – O projecto da edificação de uma nova escola secundária decorre igualmente da necessidade de responder adequadamente às necessidades da população residente, situação acentuada por via do aumento populacional esperado nos próximos anos.

Saúde

- ♦ **Equipamentos de Saúde** – Com o crescimento populacional que a Ponte Vasco da Gama está a proporcionar aos concelhos de Alcochete e Montijo, as infra-estruturas ligadas à saúde precisam de ser redimensionadas. Na realidade, não existe qualquer unidade de internamento em Alcochete e o Hospital do Montijo apresenta dificuldades para responder às necessidades quotidianas.

Desporto, Ambiente e Turismo

- ♦ **Centro de Estágio e de Formação do S.C.P.** – Trata-se de um equipamento de impacte significativo no concelho, nomeadamente por via dos efeitos derivados da promoção da imagem do concelho e do aproveitamento da infra-estrutura no âmbito do Euro 2004.
- ♦ **Porto de Recreio** – Este projecto permitirá revitalizar a margem esquerda do estuário do Tejo na zona onde este possui a sua largura máxima. A C.M.A. aprovou o estudo prévio apresentado pela A.P.L. no sentido de implantar um ancoradouro para barcos de recreio no extremo da ponte-cais de Alcochete, com capacidade inicial prevista para cerca de uma centena de embarcações.
- ♦ **Aproveitamento da frente ribeirinha para actividades de lazer** – Incluem-se neste domínio os projectos relacionados com a requalificação das frentes ribeirinhas de Alcochete - com o objectivo de permitir a fruição pública deste espaço - e do Samouco – com o objectivo de permitir a fruição de modalidades náuticas na ribeira do Samouco.
- ♦ **Dinamização do Turismo Ecológico**– Como consequência de um conjunto de factores favoráveis (como sejam, as boas acessibilidades ao concelho e a qualidade ambiental) e de certos projectos municipais referidos – casos da requalificação de zonas ribeirinhas - o turismo assume um papel fundamental para o desenvolvimento do concelho, nomeadamente na vertente do turismo ecológico, com a previsão de variados investimentos municipais no sentido de incentivar estas actividades.

Para além dos investimentos projectados pela Autarquia destacam-se ainda os investimentos existentes e perspectivados no âmbito da localização de actividades económicas no concelho:

- ♦ **Área Industrial do Batel** – A evolução da procura empresarial referente a esta área é sintomática da dinâmica introduzida pela Nova Ponte. De facto, após as dificuldades iniciais encontradas no sentido de

encontrar investidores, registou-se, a partir de 1998, uma inversão da tendência, assistindo-se a um acréscimo das actividades económicas localizadas nesta zona, tratando-se predominantemente de PME's.

- ◆ **Espaço "Firestone"** - Após a saída desta unidade produtiva que desempenhava um papel determinante na vida económica e social do concelho, perspectiva-se agora uma reutilização do espaço com a implantação de um empreendimento de carácter lúdico-comercial.
- ◆ **Desenvolvimento Turístico** – No âmbito da actividade desenvolvida pela C.M.A. no sentido de procurar dinamizar a economia do concelho, tem-se assistido a manifestações de interesse por parte de investidores – inclusive internacionais – com o objectivo de perspectivar possíveis investimentos turísticos no concelho, nomeadamente, unidades hoteleiras localizadas em espaços próximos às zonas ribeirinhas.
- ◆ **Zona de localização empresarial do Passil Norte** - O Plano de Pormenor destinado a estruturar este espaço – que ocupa uma área de 28 Ha – para a localização de actividades económicas foi aprovado em meados do ano 2000. Destinado preferencialmente à localização de actividades logísticas, tem vindo a ser ocupado por empresas de dimensão significativa, como sejam os casos das empresas Danzas, Bridgestone e os armazéns do El Corte Inglés.

Barreiro

O **concelho do Barreiro** surge como **um dos concelhos integrantes da área do ONTT situados na orla ribeirinha onde os efeitos da Nova Ponte menos se fizeram sentir**, comprometendo, em certa medida, a viabilidade de futuros projectos de carácter estruturante, relacionados com a requalificação urbana e ambiental de várias zonas do território, nomeadamente das áreas ribeirinhas. As dificuldades associadas à viabilização de uma potencial reconversão

urbana e ambiental do espaço ocupado pela Quimiparque é um exemplo claro dos constrangimentos ainda subsistentes neste território.

No que respeita a este concelho, os impactes decorrentes da introdução da NTT não são visíveis, considerando-se que o suposto crescimento urbanístico registado poderá ser mais o resultado de uma conjuntura económica favorável e de um processo interno de transferência de população para as urbanizações mais recentes, e não tanto uma consequência da abertura de novas acessibilidades, nomeadamente a Ponte Vasco da Gama, situação a esclarecer no âmbito dos resultados do Censos 2001.

De facto, o território abrangido pelo concelho não apresenta ganhos médios em termos de distância tempo com a introdução desta via estruturante, explicando-se assim, em certa medida, a ausência de efeitos claros ao nível demográfico e económico, directamente relacionáveis com esta infra-estrutura. A consequência directa com a introdução desta via restringe-se à possibilidade de uma alternativa à Ponte 25 de Abril nas deslocações entre o Barreiro e Lisboa, situação facilitada com o IC 13, que permite o acesso directo entre o Barreiro e a Nova Ponte.

O concelho do Barreiro, tradicionalmente associado à indústria química pesada, registou nos anos oitenta uma certa estagnação urbanística, situação alterada ao longo da última década, muito por via do desbloqueamento de uma série de projectos no âmbito da aprovação do PDM em 1994. É neste contexto que a variável Nova Ponte surge, assistindo-se a uma densificação urbana pouco equilibrada, situação que urge ser alvo de uma intervenção no sentido de requalificar parte significativa do território.

No âmbito do Plano de Actividades para 2001 é possível antever quais as principais tendências de investimento municipal em equipamentos e infra-estruturas sociais.

Deste modo, **destacam-se as seguintes áreas apontadas como prioritárias pela Autarquia**, referindo-se desde já, a preocupação na requalificação urbana e

ambiental do concelho, muito marcado por um anátema derivado da sua ligação tradicional à indústria pesada:

- ◆ Investimentos na área da Habitação – PER
- ◆ Recuperação do Centro Histórico do Barreiro.
- ◆ Investimentos na área do Ambiente – Abastecimento de água, drenagem de águas residuais e ETAR.

No âmbito dos contactos havidos com a Autarquia outros projectos de investimento público se perspectivam, inseridos igualmente na lógica da necessidade de requalificar o território, como sejam:

- ◆ Necessidade da Nova Travessia sobre o Tejo entre Lisboa e o Barreiro – Esta situação é apontada como crucial pelos responsáveis autárquicos no sentido de permitir recentrar o território no contexto metropolitano e abrir um leque de oportunidades ao desenvolvimento do concelho.
- ◆ Requalificação urbana e ambiental da zona ocupada pelo Quimiparque (cerca de 300 hectares) – O aproveitamento desta área para fins habitacionais e criação de espaços lúdicos e de lazer poderá constituir-se como um projecto estruturante para todo o concelho em ligação com a possível nova travessia de Lisboa ao Barreiro.
- ◆ Projecto POLIS no Barreiro – O concelho pretende posicionar-se de modo a beneficiar futuramente deste instrumento de requalificação urbana.

Benavente

O **município de Benavente**, embora não servido directamente pela Nova Ponte, insere-se no grupo dos territórios onde os efeitos da introdução desta infraestrutura mais se poderão sentir, embora, ao contrário de Alcochete e Montijo,

não seja por via de um crescimento urbano intensivo que esta situação se manifeste, registando-se impactes a dois níveis distintos:

- ✓ **Dinamização de um empreendimento residencial inserido no segmento alto do mercado imobiliário – *Herdade de Santo Estevão.***
- ✓ **Dinamização de áreas para localização de actividades económicas – ex: *Vale Tripeiro.***

Segundo a autarquia, apesar de se tratar de um dos concelhos mais carenciados da região, os esforços desenvolvidos na década de 90 permitiram ultrapassar alguns dos constrangimentos estruturais, nomeadamente na área do abastecimento de água e saneamento. Subsistem, todavia, algumas **áreas que urge reforçar:**

- ✓ Melhorar a **oferta de equipamentos na área da educação e saúde.**
- ✓ Recuperar/Construir **espaços destinados a actividades culturais e ao lazer – a recuperação do Cine-Teatro de Benavente**, actualmente desactivado, permitindo a existência de um espaço com estas características no concelho, bem como a promoção da **valorização urbana e ambiental das zonas ribeirinhas de Benavente e Samora Correia são exemplos destes investimentos.**

O concelho de Benavente aparece como um dos mais favorecidos pelas novas acessibilidades em termos de ganhos médios da distância tempo, juntamente com Alcochete e Montijo, embora, ao contrário destes, não ser servido directamente por este equipamento.

Apesar desta situação, com a introdução da Nova Ponte os reflexos ao nível do crescimento urbanístico foram controlados, servindo esta apenas de alternativa aos munícipes nas deslocações a Lisboa, optando por esta via ou pela ponte de Vila Franca de Xira consoante as condicionantes do tráfego.

Esta situação não implica que não tenham ocorrido alguns impactes com a introdução da Ponte Vasco da Gama, embora localizados e controlados:

- ◆ Implantação de uma zona residencial de elevada qualidade, inserida na gama alta do mercado imobiliário – Herdade de Santo Estevão.
- ◆ Na sequência da emergência de novas vias (IC 11 e IC 3) o concelho posiciona-se favoravelmente para a instalação de actividades económicas – ex: Vale Tripeiro.

Analisando o Plano de Actividades do município para 2001 é possível extrair algumas conclusões sobre os investimentos prioritários a realizar de forma a colmatar carências que subsistem:

Educação

- ◆ Expansão da rede de estabelecimentos de ensino pré-escolar e do ensino básico.
- ◆ Construção de Pavilhão Desportivo na Escola Secundária.

Cultura e Desporto

- ◆ Recuperação do Cine-Teatro de Benavente, actualmente desactivado, permitindo a existência de um equipamento deste tipo no concelho.
- ◆ Construção de Centro Cultural em Samora Correia.
- ◆ Construção de Zona Desportiva e de Lazer em Camarinhais

Saúde

- ◆ Necessidade de melhorar e aumentar a rede municipal de Centros de Saúde.

Saneamento e Salubridade

- ♦ Construção e remodelação da rede de águas residuais em Benavente e Samora Correia.
- ♦ Conclusão da rede de ETAR's no concelho.

Vias de comunicação

- ♦ Beneficiação da rede viária.
- ♦ Beneficiação da rede urbana.

Meio Ambiente

- ♦ Valtejo – Promoção da valorização urbana e ambiental das zonas ribeirinhas de Benavente e Samora Correia.

Loures

O **concelho de Loures**, embora não tendo sofrido efeitos directos da introdução da Nova Ponte, mas sim da implantação da EXPO 98, **deverá ser apontado como um dos concelhos integrantes do ONTT onde se perspectivam alguns dos investimentos em equipamentos sociais e infra-estruturas com maiores impactes locais e metropolitanos**, fruto igualmente das acessibilidades regionais que cruzam o seu território e da localização do concelho no contexto da área metropolitana - situação potencialmente reforçada com o futuro Aeroporto da Ota. Deste modo, refiram-se, a título de exemplo, três casos sintomáticos desta situação: Parque da Várzea, Hospital de Loures e Auto-Estrada A10.

O município de Loures, situado na AML Norte, não apresenta ganhos médios significativos em termos de acessibilidades com a introdução da Nova Ponte. Segundo responsáveis desta Autarquia, um maior dinamismo registado no concelho em termos urbanísticos e económicos relaciona-se mais com os efeitos provocados pela implantação da EXPO 98 no território ribeirinho e as Circulares

Regionais e Radiais que atravessam o concelho, do que propriamente pela introdução da Nova Ponte.

Na realidade, embora não se distinguindo efeitos directamente relacionados com a Ponte em termos de ocupação do solo e edificação, assistiu-se a uma variação do preço do solo, variação esta igualmente associada ao efeito EXPO 98. Esta situação aparece associada a um fenómeno de deslocação da pressão urbanística das zonas interiores do concelho para as zonas ribeirinhas, nomeadamente após 1997, intensificando-se a ocupação do solo nestas áreas, geralmente com a oferta de produtos finais de maior qualidade, facto igualmente relacionado com o crescimento dos preços do solo.

No que respeita às actividades económicas, nomeadamente na área da logística onde o concelho apresenta potencialidades significativas, o efeito preço ao nível do solo provocou uma retracção na procura de espaços por parte dos agentes económicos, exceptuando-se o caso específico da implantação do MARL no concelho, embora por iniciativa pública. Segundo a Autarquia, a ocupação do espaço por este tipo de actividades terá que ser estudado, pois os impactes no espaço são significativos e a criação de emprego associada a esta actividade não é muito relevante.

Deste modo, e considerando um futuro papel central de Loures no desenvolvimento da região metropolitana – papel acrescido com a introdução do Novo Aeroporto - importa encontrar um equilíbrio entre:

- ⇒ a pressão imobiliária e as oportunidades de instalação de novos equipamentos e infra-estruturas de apoio à população (refira-se a situação privilegiada de Loures para a localização de equipamentos de nível sub-regional e de actividades que exijam acessibilidades internas e externas facilitadas em relação à AML – caso de equipamentos e infra-estruturas de dimensão significativa, nas áreas da saúde, educação, cultura e desporto).

- ⇒ as novas acessibilidades regionais - incluindo a nova Auto-Estrada A10 entre Bucelas e a Ota e que servirá para alternar com a A1 no acesso ao novo aeroporto - e as malhas viárias locais a constituir ou reforçar.

Neste âmbito refiram-se as seguintes prioridades de investimento ao nível do equipamento e infra-estruturas sociais:

Educação

- ◆ Reforço da rede de ensino pré-escolar e básico no concelho.

Cultura, desporto e tempos Livres

- ◆ Construção de pavilhões desportivos escolares.
- ◆ Parque urbano em Camarate e em Santo António Cavaleiros.

Habitação

- ◆ Continuação da Recuperação das A.U.G.I. – Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

Desenvolvimento Económico

- ◆ Promover as potencialidades turísticas de Loures, quer na vertente rural, quer na vertente ligada ao aproveitamento da Várzea (ver projecto do Parque da Várzea no ponto seguinte).
- ◆ Promover uma rede adequada de mercados municipais.

Comunicações e Transportes

- ◆ Melhorar a rede municipal e reforçar a ligação às redes regionais que atravessam o concelho.

Registam-se ainda os seguintes projectos, que pela sua dimensão e impacto no concelho e mesmo na região merecem ser destacados:

- ◆ **Parque da Várzea** – Na sequência do projecto de despoluição e recuperação ambiental do Rio Trancão surge a oportunidade de criar uma zona destinada a actividades de lazer e desporto ao longo do Vale do Trancão até ao Tejo. Este equipamento, pela sua dimensão e potencialidades, desempenharia um papel fulcral não apenas em termos concelhios, mas igualmente em termos da oferta deste tipo de equipamentos a toda a região de Lisboa.
- ◆ **Hospital de Loures** – Este equipamento serviria, essencialmente, três concelhos (Loures, Odivelas e parte de Vila Franca de Xira), permitindo descongestionar os equipamentos localizados na cidade de Lisboa e oferecer um serviço essencial à população.
- ◆ **Futura Auto-Estrada A10** – Esta via permitirá fazer a ligação entre Bucelas e o Carregado, constituindo-se como uma alternativa viária nas ligações entre o futuro aeroporto da Ota e a área da Grande Lisboa.

Moita

O **concelho da Moita**, embora situado na zona de indiferença em termos de ganhos médios distância tempo, registou algum crescimento urbano – devendo-se considerar igualmente os efeitos conjunturais do mercado - com as necessidades inerentes ao nível do investimento em equipamentos sociais, nomeadamente na área da educação e desporto. Contudo, assiste-se igualmente a uma preocupação nos domínios da cultura e da requalificação de zonas ribeirinhas, esta com a intenção nítida de incrementar actividades relacionadas com o lazer e o turismo.

O município da Moita situa-se na zona de indiferença em termos de ganhos médios da variável distância tempo. Esta situação poderá, em certa medida, explicar parte da pressão urbanística verificada, embora longe do significado que esta situação assume no Montijo e em Alcochete.

Esta situação, segundo informações da Autarquia foi alvo de uma atenção ao longo da década anterior, apostando-se logo num esforço de investimento ao nível de equipamentos e infra-estruturas sociais, nomeadamente nas áreas da educação, apoio social e actividades culturais.

Presentemente, segundo informações da Autarquia, destaca-se um projecto de loteamento para fins habitacionais que se poderá vir a ter um impacte significativo no concelho, prevendo-se que venha a concentrar cerca de 10 a 15 mil habitantes, embora, directamente associado a este investimento, se preveja a concretização de equipamentos sociais, nomeadamente do tipo desportivo, cultural e educacional.

Neste contexto, refiram-se alguns investimentos municipais previstos para o concelho, no sentido de reforçar os equipamentos educativos, desportivos e culturais:

- ◆ Investimentos no reforço da rede de estabelecimentos de ensino ao nível do pré-escolar e do básico.
- ◆ Construção de uma Piscina Municipal em Alhos Vedros.
- ◆ Fórum Cultural na Baixa da Banheira – Este equipamento será o primeiro do género no concelho, com uma sala de espectáculos para cerca de 400 pessoas, tratando-se da recuperação de um antigo cinema desactivado à mais de uma década.
- ◆ Requalificação da Vila da Baixa da banheira – pretende-se requalificar os espaços e equipamentos públicos existentes, bem como promover novos equipamentos, caso do mercado da Zona Norte.
- ◆ Apoiar as actividades ribeirinhas de potencial turístico – O concelho tem na frente ribeirinha potencialidades de desenvolvimento privilegiadas, que

deverão ser aproveitadas através de uma operação de valorização da zona.

Montijo

O **concelho do Montijo** sofreu impactes significativos ao nível urbanístico e demográficos com a introdução da Nova Ponte. Embora, em termos relativos, não seja um dos concelhos mais desfavorecidos em termos de dotação de equipamentos e infra-estruturas, este **surto de crescimento acarreta a necessidade de estabelecer prioridades de investimento em determinadas áreas:**

- ✓ Na **área da educação** urge **ampliar a rede de ensino pré-escolar e a oferta ao nível do ensino básico e secundário**, de modo a responder à expansão demográfica para novas áreas e diminuir a distância média a este tipo de equipamentos.
- ✓ No **sector da saúde**, para além da **expansão de equipamentos de nível inferior**, surge a **necessidade de estudar a situação actual de possível congestionamento do hospital** existente no concelho.
- ✓ Em termos de **desporto e lazer** perspectiva-se a introdução de um novo equipamento – **Parque Desportivo Municipal - gerador de múltiplas oportunidades de aproveitamento desportivo e de lazer**, nomeadamente, entre outros equipamentos, através da instalação de uma pista de atletismo, tipo de equipamento deficitário na área do ONTT.

Constata-se igualmente a intenção de promover **investimentos públicos em infra-estruturas relacionadas com as acessibilidades** que, pelo seu impacto no concelho, não poderão deixar de ser referidas:

- ✓ **Projecto do Porto do Seixalinho** – Considerado como um equipamento estruturante para o concelho, permitindo criar um interface crucial em termos dos transportes.

- ✓ **Circular externa ao Montijo** – Permitindo o acesso directo à entrada da Ponte Vasco da Gama.

O concelho do Montijo aparece, tal como Alcochete, como um dos mais beneficiados em termos de ganhos médios ao nível da distância tempo atribuíveis à introdução da Nova Ponte. Esta situação sustentou um crescimento urbanístico acentuado, embora mais concentrado entre 1998 e 1999, assistindo-se a uma desaceleração a partir de 2000.

Registe-se que este surto de construção assumiu certas características que deram origem aos seguintes fenómenos:

- ⇒ Elevação do preço do solo nas áreas mais próximas da cidade e consequente deslocamento das novas urbanização para a periferia.
- ⇒ Desajustamento entre a procura e a oferta de habitação, com a procura a ficar aquém das expectativas dos promotores imobiliários.
- ⇒ Oferta de habitação muito centrada em edifícios, quando a procura demonstra algum interesse por outro tipo de habitação - moradias.

Em termos da actividade económica, esta alteração ao nível da dinâmica urbanística provocou uma transferência de recursos para o sector da construção e um certo abandono de actividades mais tradicionais no concelho, como o caso da suinicultura. Por outro lado, assistiu-se a uma deslocalização de actividades económicas para o concelho, vindas de outras zonas da AML, bem como uma fixação de actividades logísticas, nomeadamente na zona da Marateca/Pegões.

Deste modo, de acordo com dados do plano Actividades e entrevistas realizadas é possível distinguir as principais áreas de investimento social perspectivadas:

Educação

- ◆ Ampliação da rede de estabelecimentos do ensino pré-escolar.

- ♦ Construção de pavilhão desportivo na Escola Básica 2,3 de Pegões.
- ♦ Escola Profissional do Montijo.

Cultura

- ♦ Remodelação do Cine-Teatro Joaquim Almeida.
- ♦ Recuperação de Património edificado.
- ♦ Instalação da Casa da Música Jorge Peixinho.

Desporto

- ♦ Aquisição de espaço para o futuro Parque Desportivo Municipal.

Saneamento

- ♦ Construção da ETAR do Afonsoeiro - Apontada como uma das prioridades do investimento municipal no Plano de Actividades para 2001.

Para além destes projectos em fase de arranque ou concretização, outros são apontados como necessários ao desenvolvimento do concelho do Montijo:

- ♦ **Circular externa ao Montijo** - Permitindo o acesso directo à entrada da Ponte Vasco da Gama.
- ♦ **Projecto do Porto do Seixalinho** (em fase de arranque) - Considerado como um equipamento estruturante para o concelho, permitindo criar um interface crucial ao nível dos transportes.
- ♦ **Projecto do Parque Desportivo** (inclui equipamentos destinados a várias modalidades – ténis, campo relvado, pavilhão , piscina e pista de atletismo).
- ♦ **Necessidade de novo hospital** – Assiste-se a um certo congestionamento do actual hospital, que serve também a população de Alcochete.

- ♦ **Aposta ao nível do ensino superior**, nomeadamente, no Ensino Politécnico.

Palmela

O **concelho de Palmela** registou um incremento na ocupação de áreas urbanas e industriais, embora a Ponte Vasco da Gama tenha tido um efeito mais catalisador do que indutor desta situação. Esta situação provocou a necessidade de intervir na oferta de equipamentos sociais e infra-estruturas nomeadamente nas novas áreas de expansão, como seja a zona do Pinhal Novo.

O concelho de Palmela, embora situado fora da zona ribeirinha, registou um aumento no ritmo de concretização de áreas urbanas e industriais, principalmente no eixo entre Palmela e o Montijo – Pinhal Novo. Destaque-se, igualmente, o incremento de áreas ocupadas com actividades logísticas, reforçando uma característica já existente no concelho.

Esta situação, conjugada com um défice generalizado do concelho em equipamentos sociais e uma crescente fixação de empresas e criação de emprego no território, origina **necessidades urgentes ao nível da oferta de equipamentos, em determinadas áreas, nomeadamente:**

- ♦ Ao nível da educação, quer fruto da expansão de áreas urbanas - Pinhal Novo - quer do crescimento de zonas já consolidadas - Palmela, surge a necessidade de investir na criação de equipamentos escolares, quer ao nível do ensino pré-escolar, quer do ensino básico.
- ♦ Recuperação de equipamentos na área cultural, nomeadamente Bibliotecas e Cinema.
- ♦ Na área do desporto, surge a aposta num projecto de construção de um Complexo Desportivo em Palmela (em fase mais avançada) e outro no

Pinhal Novo, bem como na edificação de pavilhões Polidesportivos, tipo de equipamentos onde o concelho apresenta carências significativas.

- ◆ Investimento na ETAR do Pinhal Novo e reforço do abastecimento público de água ao Pinhal Novo, Palmela e Aires.

Setúbal

O **concelho de Setúbal**, em termos de investimento municipal em equipamentos e infra-estruturas, para além do reforço da rede de estabelecimentos de ensino, apresenta uma aposta significativa nos aspectos ligados à cultura, desporto e requalificação urbana e ambiental da zona ribeirinha – pretendendo integrar a 2ª fase do Programa Polis.

O concelho de Setúbal, onde se registaram igualmente índices de pressão construtiva significativos, aparece como aquele que apresenta uma dotação mais equilibrada de equipamentos sociais e infra-estruturas, situação a que não será alheia a sua condição de sede de distrito.

Todavia, **determinados investimentos se perspectivam com efeitos ao nível da oferta de equipamentos à população, nomeadamente:**

- ◆ Melhoramento da rede de estabelecimentos de ensino, com destaque para o ensino básico e para uma Escola Profissional.
- ◆ Ao nível dos equipamentos culturais, regista-se a recuperação de património edificado – transformação do Convento de Jesus em Museu Municipal - e a remodelação do Fórum Luísa Todi.
- ◆ No campo dos equipamentos desportivos destaca-se a concretização de uma pista de atletismo conforme explicitado no Plano de Actividades para o ano 2001, tipo de equipamento deficitário na área do ONTT.

- ◆ Em termos de requalificação urbana e ambiental o município irá arrancar com o projecto de recuperação da zona ribeirinha fora da alçada da A.P.S., candidatando-se à 2ª fase do Programa Polis.

Vila Franca de Xira

Tal como o concelho de Loures, **Vila Franca de Xira aposta igualmente numa nova relação com o rio, embora este facto não seja directamente relacionável com a introdução da Nova Ponte**, mas sim com uma estratégia da respectiva autarquia no sentido de aproveitar os recursos naturais existentes no concelho, promovendo equipamentos e infra-estruturas que permitam o usufruto de espaços para lazer e para a prática desportiva, de que o Parque Urbano de Alhandra é sintomático.

O concelho de V. F. de Xira apresentou índices de pressão construtiva significativos no contexto da AML. A causa para este fenómeno reside, essencialmente, em factores conjunturais e na influência exercida pelo efeito Expo 98 nas zonas localizadas a sul do concelho, nomeadamente em Alverca. Apresentam-se de seguida os investimentos prioritários em equipamentos e infra-estruturas previstas para o concelho:

- ◆ Melhorar as acessibilidades à Auto-Estrada A1, através da concretização de novos nós de ligação.
- ◆ Construção de equipamentos ao nível do ensino pré-escolar e dotação de escolas básicas e secundárias com pavilhões gimno-desportivos.
- ◆ Aposta nos equipamentos relacionados com a área da saúde - destacando-se o futuro Hospital e Centros de Saúde em Alhandra e Vila Franca de Xira.
- ◆ Recuperação núcleo histórico de Vila Franca de Xira – Programa Rehabita.
- ◆ Aposta na requalificação da zona ribeirinha, de que é exemplo o Parque Urbano de Alhandra – inclui equipamentos de lazer, zonas para actividade

desportiva (complexo desportivo com piscina coberta, campos de jogos e ancoradouro para embarcações de recreio e espaços para actividades culturais (anfiteatro ao ar livre).

Por outro lado, para o futuro, perspectivam-se os seguintes projectos na área dos equipamentos:

- ◆ Parque Urbano/Complexo Desportivo e Pavilhão Multiusos em V. F. de Xira.
- ◆ Projecto "Corredor Verde" – Colinas de V.F. de Xira.
- ◆ Parque de Lazer em Vialonga – Mata do Paraíso.

4. Corredores logísticos na área do ONTT – Tendências e perspectivas de evolução

As alterações registadas e previstas ao nível das infra-estruturas viárias (CRIL, CREL, Ponte Vasco da Gama, IC 11 e IC 3), implicaram uma **nova visão sobre as áreas privilegiadas para a instalação de actividades logísticas, com o reforço da zona a sul do Tejo, no eixo Carregado – Benavente – Alcochete – Marateca**, como corredor de potencial crescimento para este tipo de actividades.

Neste ponto pretende-se compreender o sentido geral da evolução em termos de infra-estruturas logísticas e de transportes de mercadorias, nomeadamente nos aspectos que decorram, de forma mais directa, da existência da Nova Ponte. Na realidade, com a introdução da Nova Travessia sobre o Tejo registou-se uma alteração no quadro de estruturação do espaço compreendido pelo ONTT no que se refere ao desenvolvimento das infra-estruturas logísticas e de transportes de mercadorias, permitindo atenuar o efeito de quebra tradicional do território devido à barreira fluvial que condicionava a estratégia de transportes e logística dos agentes.

Na realidade, em termos de infra-estruturas com reflexos na localização deste tipo de actividades e em relação á área geográfica em questão, **apresenta-se uma situação de notável melhoria do sistema viário, com a estruturação metropolitana – CRIL e CREL - e as ligações com a margem Sul do Tejo – Ponte Vasco da Gama. Esta realidade será reforçada com a denominada circular externa da Área Metropolitana de Lisboa - IC 11 - que permitirá estabelecer a ligação entre o nó do Carregado e o nó oriental da Marateca e o IC 3, que permitirá criar um corredor viário ao longo da margem esquerda do Tejo.**

As potencialidades existentes e previstas em termos de infra-estruturas conferem uma oportunidade de desenvolvimento de plataformas logísticas, com destaque para a zona Carregado - Azambuja e para a zona a Sul do Tejo, esta última com o objectivo claro de contribuir para o equilíbrio territorial e servir de âncora para o sul do país.

A configuração de uma nova estratégia ao nível da infra-estruturação logística, influenciada pela existência da Nova Ponte sobre o Tejo, irá assim proporcionar um conjunto de factores potenciadores do desenvolvimento económico da área do ONTT em termos da sua integração nos circuitos nacionais e internacionais de mercadorias. Em termos práticos descrevem-se as principais implicações decorrentes e esperadas deste novo enquadramento em que se inscreve este tipo de actividades:

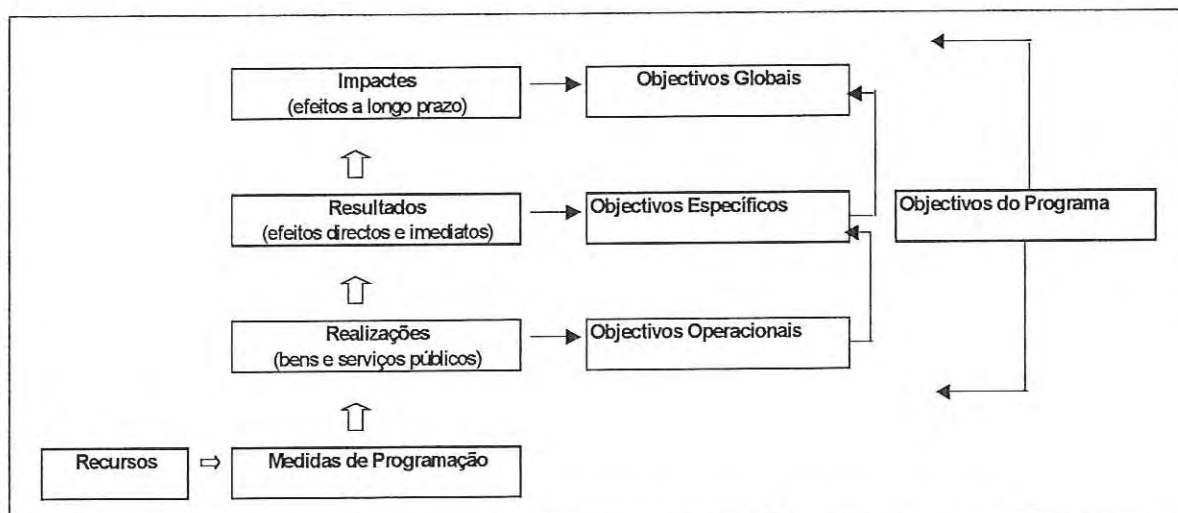
- ◆ Permitir o gradual descongestionamento das áreas logísticas tradicionais, nomeadamente das plataformas localizadas a Norte do Tejo, nomeadamente na zona de Alverca.
- ◆ Contribuir para a dinamização de um novo eixo de circulação de mercadorias entre o Carregado – Benavente – Alcochete - Marateca, corredor que será potenciado com a referida infra-estrutura viária - IC 11.
- ◆ Estabelecer as condições para a efectivação do esperado corredor de ligação a Espanha (a distância entre Lisboa e Madrid é semelhante à distância entre Algeciras/Barcelona e Madrid) com impactes directos sobre a dinamização do sistema de transportes de mercadorias e de plataformas logísticas nos concelhos da área do ONTT localizados a Sul do Tejo. Todavia, esta situação depende do papel a desempenhar pelos portos de Lisboa e Setúbal, em termos da sua capacidade de atrair e gerar tráfego de mercadorias em volume relevante.

V. INDICADORES

A moderna gestão de projectos e de programas exige para além do planeamento e controlo dos factores tempo, custos e recursos, o planeamento e controlo do factor resultados por forma a orientar e melhorar o acompanhamento e a avaliação desses mesmos projectos ou programas. Nesse quadro, os observatórios económicos devem munir-se de um conjunto de indicadores que reflectam as metas quantificadas dos projectos, definidos na análise ex-ante, e que permitam os procedimentos de acompanhamento e de controlo e avaliação.

A gestão dos fundos estruturais da União Europeia tem vindo a adoptar esta prática, através de disposições regulamentares, ao instituir comissões de acompanhamento e avaliação para além do acompanhamento exclusivamente financeiro. Os indicadores deverão apresentar uma descrição logicamente coerente do programa.

Figura 39. Lógica de intervenção de um Programa



Adaptado do Documento de Trabalho nº3 da Direcção Geral XVI - Comissão Europeia

No nosso caso interessa reter um sistema de indicadores: indicadores de resultados, que podem ainda ser de contexto ou de performance e indicadores de impacto.

Os indicadores de contexto ou de performance medem o efeito directo ou imediato provocados pela intervenção. Poderão ser de natureza física (redução do tempo de trajecto) ou financeiros (baixa do custo de transporte) ou económicos (emprego directo criado, localização de empresas)

Os indicadores de impacte medem as consequências do projecto ou do programa para além do imediato e do directo, sobre os beneficiários (impactes gerais e específicos). Os impactes específicos são efeitos que se produzem ao fim de um determinado tempo e que são directamente ligados à medida. Os impactes gerais são efeitos que se produzem a longo prazo e muitas vezes sem uma causalidade directa.

A construção de um sistema de indicadores tem de partir de uma série de elementos de base que fazem parte do processo de programação e permitem as análises sócio-económicas e estratégicas, o acompanhamento, a fixação de objectivos e a avaliação dos impactes sócio-económicos.

As fontes de informação mais importantes para definir a situação de base são as estatísticas oficiais, mas a ausência de dados a nível regional e os atrasos na sua publicação coloca-nos algumas dificuldades. Assim, como é o caso presente, é necessário completar as séries ou mesmo produzi-las utilizando metodologias específicas, através de inquéritos ou entrevistas.

A informação a utilizar e produzir no âmbito do presente trabalho terá por objectivos a constituição de um conjunto de indicadores, que objectivamente, permitam mensurar os impactes da ponte Vasco da Gama. Os indicadores, a constituir em cada domínio de análise, deverão enquadrar-se em dois grupos complementares:

- **indicadores de contexto/performance**, correspondente a variáveis fluxo, que permitem identificar as evoluções registadas com periodicidade anual;
- **indicadores de impacte**, que avaliados num dado momento do tempo permitem identificar as modificações induzidas pela criação da nova ponte.

Os indicadores serão constituídos para os domínios em análise, tendo em conta o período de referência do estudo. As tabelas a seguir apresentadas ilustram os indicadores fixados para cada domínio.

Domínio	Indicador Contexto/ Performance	Período	Fonte	Escala Geográfica
Transportes e Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> Evolução do tráfego rodoviário Evolução dos passageiros nos diversos tipos de travessias Evolução do tráfego nos postos de contagem da JAE 	1997/2000 1991/1995/ 1999	Operadores de transporte, Lusoponte, IEP IEP	Travessias do Tejo e acessos a montante e a jusante Postos de contagem da JAE
	Indicador Impacte	Período	Fonte	Escala Geográfica
	<ul style="list-style-type: none"> Ganhos médios de acessibilidade Indicadores de desvios e criação de tráfego 	1990/98/98 1997/2000	Equipa Operadores de transporte/ IEP	Sedes de concelho e lugares mais importantes Travessias do Tejo e acessos a montante e a jusante

Domínio	Indicador Contexto/ Performance	Período	Fonte	Escala Geográfica
Actividade Económica	Composição sectorial da actividade económica	1990/99	INE/MTS	AML/ONTT e Concelhos ONTT
	Criação e dissolução de sociedades	1990/99	INE/MTS	AML/ONTT e Concelhos ONTT
	Efectivo de empresas em actividade	1990/99	INE/MTS	AML/ONTT e Concelhos ONTT
Emprego	Evolução do Emprego e Desemprego	1990/2000	MTS	AML/ONTT, Concelho
Domínio	Indicador Impacte	Período	Fonte	Escala Geográfica
Actividade Económica	<ul style="list-style-type: none"> Variação do volume de actividade das empresas e perspectivas de evolução Variação do efectivo de empresas em actividade (global e segundo 	1990/1998 /2000 1996/1999	Equipa/Inquérito INE/Qpes soal	ONTT ONTT

	sectores de actividade) • Variação de Indicadores de diversificação/especialização, localização e polarização da actividade económica	1996/1999	INE/Q Pessoal/ Inquérito	ONTT
Emprego	• Variação do emprego total e perspectivas de evolução	1998/2000 /...	Equipa/Inquérito/M TS	ONTT

Domínio	Indicador Contexto/ Performance	Período	Fonte	Escala Geográfica
Mercado Imobiliário	• Licenciamento e construção de edifícios	1990/1999	INE	AML/ONTT e Concelho/ Freguesia (1994-98)
	Indicador Impacte	Período	Fonte	Escala Geográfica
	• % Variação do Indicador de pressão construtiva, potencial e efectiva • % Variação dos preços do mercado imobiliário	1996/99 1993/1996/1998/2000	INE APEMI, Confidencial Imobiliário	AML/ONTT e Concelhos ONTT AML/ONTT e Concelhos ONTT

Domínio	Indicador Contexto/ Performance	Período	Fonte	Escala Geográfica
Equipamentos e Infra-estruturas	• Investimento em equipamentos	1998-2000/....	Autarquias	ONTT/ Concelhos ONTT
	• Redes de equipamentos	1998/2001	INE - Inv. Municipal	ONTT/ Concelhos ONTT
	Indicador Impacte	Período	Fonte	Escala Geográfica
	• Variação de Indicadores de dotação de equipamentos	1998 /2001/....	INE/Equip a	ONTT/Concelhos

Os **períodos a considerar na mensuração de impactes, variam consoante o domínio específico analisado**. Esta abordagem, tem em conta, por um lado, a forma diferenciada como os impactes foram produzidos em cada domínio e, por outro lado, os períodos para os quais existe informação disponível.

No domínio dos **transportes e Mobilidade** o período a considerar para a mensuração dos impactes será o que decorreu após a abertura da travessia, em 1998, considerando este o ponto temporal de referência. A escala geográfica a considerar será dependente dos pontos de contagem da JAE e das travessias consideradas.

Nas **actividades económicas e no emprego** e no **mercado imobiliário**, o período de referência a considerar, consiste naquele que decorre entre 1996 e o ano de 1999/2000, consoante a disponibilidade de informação estatística e aquela a recolher através do inquérito. O ano de 1996 é considerado como de referência, em virtude do facto das dinâmicas associadas à nova ponte se iniciarem de forma antecipada à sua abertura. Os dois anos de desfasamento face à abertura da ponte, coincidem, grosso modo, com o período de construção da infra-estrutura (que fortaleceu, junto dos agentes económicos, a sua visibilidade, permitindo antecipar expectativas).

No domínio dos **equipamentos e Infra-estruturas**, considera-se o ano de 1995 como referência em determinadas variáveis – nomeadamente as relacionadas com a educação - tendo em conta a realização do Inventário Municipal nesse ano e a sua actualização em 1998. Para outras variáveis, considerando diferenças de metodologia na realização dos inventários municipais de 1995 e 1998, apenas se apresentam as grelhas que deverão permitir estabelecer comparações entre 1998 – ano da entrada em funcionamento da ponte – e o momento presente – através dos dados apurados na próxima edição do Inventário Municipal da RLVT.

1. Transportes e Mobilidade

Indicadores de contexto/performance

- Evolução do tráfego rodoviário

A contagem do número de veículos que atravessam o Tejo junto a Lisboa através das Pontes 25 de Abril, Vasco da Gama e de Vila Franca de Xira, constitui uma informação de referência para a monitorização dos movimentos entre as duas margens do Tejo na área integrada no ONTT.

A informação reporta-se ao número de veículos que atravessam cada uma das pontes, dividindo-se os tráfegos por sentido de deslocação e por tipo ou classe de veículo, consoante as fontes de informação.

As fontes de informação são, para as pontes 25 de Abril e Vasco da Gama, a Lusoponte e, para a ponte de Vila Franca, o IEP.

Universo: veículos que atravessam as pontes 25 de Abril, Vasco da Gama e Vila Franca de Xira

Unidade de análise: veículos

Características: classe de veículo (Lusoponte); tipo veículo (IEP)

Processo: contagem

Fonte: Lusoponte e IEP

Periodicidade da recolha: annual

	Pte. Vila Franca Xira			Pte.Vasco da Gama			Pte. 25 de Abril		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Totais Gerais	8.037.300	7.196.705	-	10.203.523	15.858.781	18.968.676	52.672.014	52.369.773	53.692.833

	Pte. Vila Franca Xira		
	1998	1999	2000
Velocípedes			
Motociclos			
Automóveis Ligeiros			
Ligeiros Mercadorias			
Pesados s/ Reboque			
Pesados c/ Reboque			
Autocarros			
Tractores e Veículos Especiais			

	Pte.Vasco da Gama*		
	1998	1999	2000
Classe 1	3.881.136	5.965.474	7.232.155
Classe 2	687.549	1.101.165	1.340.443
Classe 3	38.003	76.052	94.954
Classe 4	127.169	273.978	356.628

*Sentido Sul/Norte

	Pte. 25 de Abril*		
	1998	1999	2000
Classe 1	19.598.166	20.863.687	22.078.173
Classe 2	2.963.002	2.990.056	3.054.163
Classe 3	167.186	137.705	107.572
Classe 4	439.925	385.616	403.409

*Sentido Sul/Norte

- Evolução do tráfego de passageiros

A evolução do número de passageiros que utilizam o modo rodoviário para a travessia do Tejo deverá ser recolhida junto dos operadores de transporte rodoviário de passageiros que utilizam as pontes 25 de Abril e Vasco da Gama, por inquérito anual.

Poderá ser determinado também o número de pessoas que atravessam as duas pontes como condutores ou passageiros, de forma a poder ser ventilada a repartição modal entre transporte público e transporte individual. A proposta de construção deste indicador assenta utilização da actual taxa de ocupação de veículos ligeiros que é de 1,36 (1,2 nas deslocações por motivo de trabalho), segundo o recente Inquérito à Mobilidade na AML em 1998, para a ventilação do número de pessoas transportadas em transporte individual, realizada pela multiplicação da taxa de ocupação pelo número de veículos ligeiros que atravessam cada uma das pontes. De referir que as taxas de ocupação média são coerentes com aquelas que se podem determinar através da análise dos quadros de deslocação casa-trabalho ou local de estudo dos Recenseamentos Gerais da População.

Universo: passageiros transportados em transporte público de passageiros que atravessam as pontes 25 de Abril e Vasco da Gama

Unidade de análise: passageiro

Características: -

Processo: contagem

Fonte: Operadores

Periodicidade da recolha: anual

	Pte.Vasco da Gama			Pte. 25 de Abril		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000
Total Passageiros*						

* Assumindo a taxa média de ocupação e a repartição do tráfego nos dois sentidos verificada em cada ano

Universo: passageiros transportados em transporte individual que atravessam as pontes 25 de Abril e Vasco da Gama

Unidade de análise: passageiro

Características: -

Processo: multiplicação do número de veículos ligeiros pela taxa de ocupação média

Fonte: Lusoponte; Inquérito à Mobilidade e Censos para a determinação das taxas de ocupação média

Periodicidade da recolha: anual

	Pte.Vasco da Gama*		
	1998	1999	2000
Passageiros	10.037.421	15.296.087	18.232.324

	Pte. 25 de Abril*		
	1998	1999	2000
Passageiros	53.449.544	53.841.773	54.514.007

- Evolução do tráfego fluvial

A informação reporta-se ao número de passageiros transportados entre as duas margens, dividindo-se os tráfegos por linha.

Universo: passageiros que atravessam o Tejo pelas carreiras fluviais

Unidade de análise: passageiro

Características: linha

Processo: contagem

Fonte: Transtejo

Periodicidade da recolha: anual

Linhas	1997	1998	1999
Montijo	1.872	1.725	1.522
Seixal	2.675	3.062	2.668
Cacilhas	31.672	31.760	29.830
Trafaria	1.373	1.400	1.225
Porto Brandão	457	457	357
Barreiro	13.500	13.300	12.405
Total	51.549	51.704	48.007

- Evolução do tráfego ferroviário no Eixo Norte-Sul

A informação reporta-se ao número de passageiros transportados entres as duas margens, por modo ferroviário.

Universo: passageiros na linha ferroviária Norte-Sul

Unidade de análise: passageiro

Características: -

Processo: contagem

Fonte: Fertagus

Periodicidade da recolha: anual

Travessia Ferroviária

	1999	2000
Passageiros	7.499.400	8.275.440

- Evolução do tráfego nos postos de contagem da JAE

Tendo em atenção a necessidade de obter informação acerca da utilização da rede viária estruturante da área do ONTT, serão considerados os tráfegos médio diários em alguns troços da rede viária.

O conjunto inicial é constituído por nove troços, podendo ser alargado de acordo com as necessidades de monitorização e do desenvolvimento da própria rede viária. O objectivo pretende ser o de verificar as alterações na afectação à rede do movimento gerado na área do ONTT. A informação deverá ser recolhida junto do IEP, de acordo com os recenseamentos de tráfego desenvolvidos por aquela entidade.

Universo: veículos que transitam em cada troço

Unidade de análise: veículo

Características: tipo de veículos

Processo: contagem

Fonte: IEP

Periodicidade da recolha: quinquenal

Tráfego Médio Anual

Troços	TMD	TCMA	Período
Ponte 25 Abril	147.795	3,8	90-99
IP7-A2	71.747	5,4	90-98
IC21	18.800	14,2	90-96
Ponte V. Gama	42.726	1,8	98-99
EN10 VFXira	23.915	4,4	90-95
IP1-A1	69.566	10,2	90-98
A8	44.188	4,5	90-98
IC3-EN118	8.452	4,9	90-98
EN252/IP1	11.545	6,8	90-98

- Ganhos médios de acessibilidade

Os ganhos médios de acessibilidade são calculados tendo em atenção os tempos de deslocação entre n localidades em dois momentos diferentes. Para a determinação da distância tempo é considerado o trajecto mais rápido entre n pares de pontos. Para isso, tem-se em atenção a rede viária disponível em cada momento e assumem-se velocidades de circulação diferenciadas para cada troço de acordo com as suas características de serviço, obtendo-se uma matriz de distância tempo para cada ano de análise, que traduz as condições de acessibilidade em cada um dos momentos de acordo com rede viária.

A partir das duas matrizes, obtêm-se a matriz de ganhos que resulta da subtracção da matriz de distância tempo do ano mais recente pela matriz de distância tempo mais antiga.

O somatório de cada uma das linhas da matriz de ganhos corresponde ao ganho bruto de acessibilidade para cada um dos lugares, sendo o ganho médio o resultado da divisão desse somatório por $n-1$.

O efeito isolado da ponte, ou de qualquer outra infra-estrutura ou troço viário, pode também ser considerado. Para isso determinam-se as distâncias tempo entre

pares de pontos para um mesmo ano, diferenciando-se apenas pelo facto de numa delas na determinação das distâncias tempo mínimas se retirar a possibilidade de utilizar a ponte para o trajecto entre os pares de pontos. Desta forma é possível determinar o benefício que poderá ser directamente imputado à ponte, uma vez que se consideram todas as outras condições de circulação na rede viária.

Universo: ganhos de distância tempo entre localidades

Unidade de análise: localidade

Características: -

Processo: cálculo

Fonte: ONTT

Periodicidade da recolha: variável

Indicadores de Impacte

- Indicadores de desvio e criação de tráfego

Para a monitorização do desvio de tráfego entre modos de transporte e entre diferentes afectações à rede, propõe-se a constituição de uma matriz que permita evidenciar as alterações modais e de afectação à rede.

Tendo por base o movimento de passageiros, por modos rodoviário (público de passageiros e individual), ferroviário e fluvial é possível afectar os movimentos de passageiros a três sectores, Ponte 25 de Abril, Ponte Vasco da Gama e Ponte de Vila Franca de Xira.

Ano Base

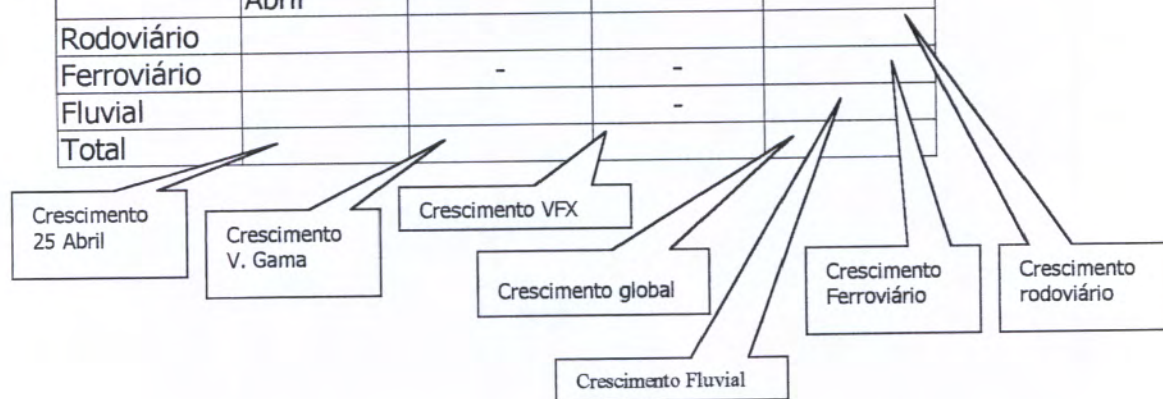
Modo	Pte. 25 Abril	Pte. V. Gama	Pte. V.F.Xira	Σ
Rodoviário				
Ferroviário		-	-	
Fluvial			-	
Total				

Ano Base + n

Modo	Pte. 25 Abril	Pte. V. Gama	Pte. V.F.Xira	Σ
Rodoviário				
Ferroviário		-	-	
Fluvial			-	
Total				

$\Delta\%$

Modo	Pte. 25 Abril	Pte. V. Gama	Pte. V.F.Xira	Σ
Rodoviário				
Ferroviário		-	-	
Fluvial			-	
Total				



Comparando dois momentos diferentes será possível definir o crescimento de procura de transporte, a repartição modal e a afectação ao sector de atravessamento do Tejo. A análise decorrente permitirá comparar as diferentes taxas de crescimento e a consequente alteração do *share* de cada modo e de cada sector de travessia.

Universo: movimento de passageiros

Unidade de análise: passageiro

Características: modos e sectores de atravessamento

Processo: cálculo

Fonte: IEP, Lusoponte, Operadores de Transporte, Inquérito à Mobilidade, Recenseamentos.

Periodicidade da recolha: variável

Ano 1998

Modo	Pte. 25 Abril	Pte. V. Gama	Pte. V.F.Xira	Σ
Rodoviário*	53.449.544	10.037.421	**	63.486.965
Ferroviário	-	-	-	
Fluvial	49.979.000	1.725.000	-	51.704.000
Total	103.428.544	11.762.421	0	115.190.965

Ano 1999

Modo	Pte. 25 Abril	Pte. V. Gama	Pte. V.F.Xira	Σ
Rodoviário*	53.841.773	15.296.087	*	69.137.860
Ferroviário	8.275.440	-	-	8.275.440
Fluvial	46.485.000	1.522.000	-	48.007.000
Total	108.602.213	16.818.087	0	125.420.300

$\Delta\%$

Modo	Pte. 25 Abril	Pte. V. Gama	Pte. V.F.Xira	Σ
Rodoviário*	0,73	52,39	**	8,90
Ferroviário	-	-	-	-
Fluvial	-6,99	-11,77	-	-7,15
Total	5,00	42,98		8,88

* Apenas tráfego de passageiros de transporte individual devido à ausência de valores referentes aos operadores de transporte rodoviário de passageiros.

** Ausência de discriminação de tráfegos.

2. Actividade Económica e Emprego

Os cálculos e matrizes na base dos indicadores respeitantes a este domínio de análise já integram o relatório intermédio. Deste modo, apresentam-se neste ponto, principalmente os aspectos relacionados com a construção e descrição dos indicadores, remetendo a sua leitura para os respectivos pontos do estudo onde foram utilizados.

Indicadores de Contexto/Performance

- Composição sectorial da actividade económica

Sectores	Concelhos ONTT/ONTT/AML e Portugal
<i>Agricultura, Silvicultura e Pesca</i>	
<i>Ind. Extractiva</i>	
<i>Ind. Transformadora</i>	
<i>Electricidade, Gás e Água</i>	
<i>Construção e Obras Públicas</i>	
<i>Comércio por Grosso e a Retalho</i>	
<i>Alojamento e Restauração</i>	
<i>Transportes, Armazen. e Comunic.</i>	
<i>Actividades Financeiras</i>	
<i>Act. Imob., Alug. e Serv. Às Emp.</i>	
<i>Serv. à Colec., Sociais e Pessoais</i>	

Para análise da composição sectorial da actividade económica procedeu-se à construção de matrizes referentes a 1996 e 1999, com a composição sectorial do número de empresas por concelho e área total do ONTT, relacionando os valores obtidos com a AML, AML sem ONTT e Portugal (QUADRO 32, QUADRO 33 em Anexo).

- Criação e dissolução de sociedades

No sentido de construir um indicador que reflecta a criação e dissolução de sociedades procedeu-se à elaboração de matrizes referentes a sociedades constituídas por sector e concelho entre 1994 e 1999 e sociedades dissolvidas por sector e concelho entre 1994 e 1998 (QUADRO 36 a QUADRO 46 em Anexo).

- Efectivo de empresas em actividade

Para a construção de indicadores que reflectam esta variável elaboraram-se matrizes referentes ao número de empresa existentes, estrutura por concelho e por sector (QUADRO 28 a QUADRO 31 em Anexo).

- Emprego e Desemprego

Para a apreensão do fenómeno do emprego e desemprego constituíram-se uma série de matrizes com o emprego por concelho e por sector de actividade, referente ao período 1991/1998 (QUADRO 47 QUADRO 51) e desemprego registado entre 1996 e 1999 (Figura 8 da Análise e Figura 18 em Anexo).

Indicadores de Impacte

- Variação do volume de actividade das empresas e perspectivas de evolução

Evolução recente das vendas e perspectivas de evolução	Concelhos ONTT/Sectores de Actividade
<i>Aumentou Muito</i>	
<i>Aumentou</i>	
<i>Estabilizou</i>	
<i>Diminuiu</i>	
<i>Diminuiu Muito</i>	
<i>Total</i>	

Para a construção deste indicador utilizaram-se os resultados do inquérito às empresas efectuado no âmbito deste trabalho. Procurou-se aferir a dinâmica evolutiva do volume de vendas, considerando os vários concelhos do ONTT e os sectores de actividade (Ponto 3.3 em Anexo – Dinâmica Evolutiva: Volume de Vendas).

- Variação do efectivo de empresas em actividade (global e segundo sectores de actividade)

Sectores	Concelhos ONTT/ONTT/AML e Portugal
<i>Agricultura, Silvicultura e Pesca</i>	
<i>Ind. Extractiva</i>	
<i>Ind. Transformadora</i>	
<i>Electricidade, Gás e Água</i>	
<i>Construção e Obras Públicas</i>	
<i>Comércio por Grosso e a Retalho</i>	
<i>Alojamento e Restauração</i>	
<i>Transportes, Armazen. e Comunic.</i>	
<i>Actividades Financeiras</i>	
<i>Act. Imob., Alug. e Serv. Às Emp.</i>	
<i>Serv. à Colec., Sociais e Pessoais</i>	

Para este indicador de impacte construiu-se uma matriz referente ao período de 1996/1999 sobre a variação da estrutura sectorial do número de empresas por concelho da ONTT (QUADRO 34 em anexo).

- Variação dos indicadores de localização e diversificação

Para a construção deste indicador de impacte elaboraram-se matrizes referentes a Quocientes de Localização por concelho – período de 1995 a 1998 - e Quociente de Diversificação por concelho entre 1995 a 1998 - FIGURA 10 a FIGURA 12 da Análise e QUADRO 57 QUADRO 61 dos Anexos.

(No Capítulo 4 dos Anexos encontra-se descrita a composição dos indicadores de localização e diversificação).

- Variação do emprego total e perspectivas de evolução

Evolução recente do emprego e perspectivas de evolução	Concelhos ONTT/Sectores de Actividade/Dimensão da empresa
<i>Aumentou Muito</i>	
<i>Aumentou</i>	
<i>Estabilizou</i>	
<i>Diminuiu</i>	
<i>Diminuiu Muito</i>	
<i>Total</i>	

Para a construção deste indicador utilizaram-se os resultados do inquérito às empresas efectuado no âmbito deste trabalho. Procurou-se aferir a dinâmica evolutiva do volume de emprego, considerando os vários concelhos do ONTT, os sectores de actividade e escalão dimensional das empresas (Ponto 3.3 em Anexo – Dinâmica Evolutiva : Recursos Humanos).

- Impacte da Ponte Vasco da Gama na actividade das empresas

Impacte da PVG na actividade das empresas, na perspectiva dos empresários	Concelhos ONTT/Sectores de Actividade
<i>Muito Positivos</i>	
<i>Positivos</i>	
<i>Nulos</i>	
<i>Negativos</i>	
<i>Muito negativos</i>	
<i>Total</i>	

Para a construção deste indicador utilizaram-se os resultados do inquérito às empresas efectuado no âmbito deste trabalho. Procurou-se aferir a influência da PVD na actividade das empresas na óptica dos empresários, considerando os vários concelhos do ONTT e os sectores de actividade (Ponto 3.3 em Anexo).

- Impacte da Ponte Vasco da Gama na actividade económica dos concelhos da ONTT

Impacte da PVG na actividade económica dos concelhos da ONTT, na perspectiva dos empresários	Concelhos ONTT/Sectores de Actividade
<i>Muito Positivos</i>	
<i>Positivos</i>	
<i>Nulos</i>	
<i>Negativos</i>	
<i>Muito negativos</i>	
<i>Total</i>	

Para a construção deste indicador utilizaram-se os resultados do inquérito às empresas efectuado no âmbito deste trabalho. Procurou-se aferir a influência da PVD na actividade económica dos concelhos da ONTT na óptica dos empresários neles instalados, considerando os vários concelhos do ONTT e os sectores de actividade (Ponto 3.3 em Anexo).

3. Mercado Imobiliário

Apresentam-se de seguida os indicadores propostos para o acompanhamento da evolução do sector imobiliário.

Indicadores de Contexto/Performance

- Construção de Edifícios

Relativamente à construção de edifícios é utilizada a taxa de crescimento média anual, calculada com base em dados dos Censos.

Por indisponibilidade de dados, apresenta-se apenas o valor dos edifícios existentes, conforme o censos de 1991.

Construção de Edifícios	Edifícios Existentes		TCMA*
	1991	2001	1991-2001
Alcochete	3.232		
Barreiro	10.141		
Benavente	6.411		
Loures	38.493		
Matos	9.962		
Montijo	10.651		
Palmela	14.554		
Setúbal	18.030		
V. F. de Xira	13.382		
ONTT-Média	13.873		
ONTT	124.856		
AML	366.592		

Fonte: INE - Censos

* - TCMA, Taxa de Crescimento Média Anual

- Licenciamento de Edifícios

Como indicador do licenciamento de construções foi adoptado o das “Licenças emitidas segundo o principal tipo e destino da obra”.

Esta informação encontra-se disponível para a totalidade dos concelhos ONTT e para todos os anos do período em análise.

<i>Licenciamento de Edifícios</i>						
<i>-Licenças Emitidas, segundo o principal tipo e destino da obra</i>						
1 / 2						
(Fonte: INE-DRLVT)						
ALCOCHETE	Lic.N/Habit	17	29	36	52	62
	Lic.Hab.Ant.	8	2	4	7	3
	Lic.Hab.Nov.	47	32	66	83	82
BARREIRO	Lic.N/Habit	59	73	67	39	37
	Lic.Hab.Ant.	16	21	19	9	8
	Lic.Hab.Nov.	47	63	72	105	163
BENAVENTE	Lic.N/Habit	76	69	75	111	95
	Lic.Hab.Ant.	14	11	14	17	13
	Lic.Hab.Nov.	133	108	120	179	176
LOURES	Lic.N/Habit	3	1	1	18	13
	Lic.Hab.Ant.	2	0	0	8	1
	Lic.Hab.Nov.	113	185	235	244	340
MOITA	Lic.N/Habit	44	51	42	35	24
	Lic.Hab.Ant.	14	4	4	5	5
	Lic.Hab.Nov.	130	119	114	118	147
MONTIJO	Lic.N/Habit	71	35	32	31	62
	Lic.Hab.Ant.	13	4	5	8	9
	Lic.Hab.Nov.	58	68	90	92	147
PALMELA	Lic.N/Habit	76	87	60	74	60
	Lic.Hab.Ant.	17	20	21	4	4
	Lic.Hab.Nov.	266	243	212	271	312
SETÚBAL	Lic.N/Habit	43	68	58	49	44
	Lic.Hab.Ant.	25	32	27	32	29
	Lic.Hab.Nov.	369	283	328	400	497
V.F.de XIRA	Lic.N/Habit	33	45	34	30	18
	Lic.Hab.Ant.	7	14	7	6	2
	Lic.Hab.Nov.	230	225	224	244	243
ONTT - Média	Lic.N/Habit	47	51	45	48	46
	Lic.Hab.Ant.	13	12	12	11	8
	Lic.Hab.Nov.	155	147	162	193	234

<i>Licenciamento de Edifícios</i>		2 / 2				
<i>-Licenças Emitidas, segundo o principal tipo e destino da obra</i>		(Fonte: INE -DRLVT)				
ONTT -Taxa de Crescimento						
Lic.N/Habit	-26,7	8,5	-11,6	8,4	-5,5	
Lic.Hab.Ant.	-2,5	-6,9	-6,5	-5,0	-22,9	
Lic.Hab.Nov.	19,7	-4,8	10,2	18,8	21,4	
AML -Taxa de Crescimento						
Lic.N/Habit	7,7	-8,9	-1,4	7,4	-2,9	
Lic.Hab.Ant.	-17,2	-5,6	18,2	-11,6	-13,2	
Lic.Hab.Nov.	16,5	5,5	3,5	19,1	10,8	
PORTUGAL - Taxa de Crescimento						
Lic.N/Habit	1,3	-9,8	-3,5	-0,5	0,1	
Lic.Hab.Ant.	6,2	-8,2	5,1	-0,5	1,6	
Lic.Hab.Nov.	13,7	0,2	2,9	9,3	12,2	

Lic.N/Habit - Licenças de construção não habitacional
 Lic.Hab.Ant. - Licenças para a execução de trabalhos de construção em edifícios existentes
 Lic.Hab.Nov. - Licenças para a a construção de habitações novas

- PaineL de Preços do Imobiliário

Com o objectivo de monitorar a evolução dos preços do imobiliário, propõe-se o seguinte paineL de preços, a ser construído anualmente, para cada um dos concelhos da zona ONTT.

Como fonte de dados deverá, para o efeito, ser utilizada a informação compilada pela "Confidencial Imobiliário".

- . Preço do metro quadrado edificado para habitação

- Preço médio anual
- Preço anual máximo
- Preço anual mínimo

- . Preço do metro quadrado edificado para fins industriais
 - Preço médio anual
 - Preço anual máximo
 - Preço anual mínimo

- . Preço do metro quadrado de terreno para habitação
 - Preço médio anual
 - Preço anual máximo
 - Preço anual mínimo

- . Preço do metro quadrado de terreno para fins industriais
 - Preço médio anual
 - Preço anual máximo
 - Preço anual mínimo

Indicadores de Impacte

- Variação do Indicador da Pressão Construtiva Potencial

Foi apenas construído o indicador da pressão construtiva potencial, com base nos dados do censo de 1991, por indisponibilidade de outros dados proporcionados pela base estatística.

Variação do Indicador de Pressão Construtiva Potencial

	Indicadores da Pressão Construtiva (IPC)					
	Em Área		Em Altura		Variação Percentual	
	1991	2001	1991	2001	IPC-Área	IPC-Altura
Alcochete	-1,0		0,8			
Barcelos	-0,6		-0,8			
Benavente	-1,2		-1,2			
Laures	0,7		0,1			
Mota	-0,2		-1,1			
Montijo	-1,1		-0,5			
Palmela	-0,8		-0,4			
Setúbal	0,9		0,2			
V. F. de Xira	0,1		1,9			

Índice de Pressão Construtiva Potencial (Efeito Área) = A / [B x C / D] x E / F

A = Nº de Divisões Licenciadas para Habitação
 B = Nº de Pavimentos Licenciados para Habitação
 C = Superfície Habitável
 D = Superfície dos Pavimentos
 E = Nº de Edifícios Licenciados para Habitação
 F = Densidade de Construção = Nº de Divisões / (Nº de Pavimentos x Percentagem Média de Residencialidade) x Nº de Edifícios / Área Urbana Total

Índice de Pressão Construtiva Potencial (Efeito Altura) = G + H

G = Nº Médio de Pisos dos Edifícios Licenciados para Habitação (normalizado)
 H = Contribuição dos Novos Edifícios para a Variação Efectiva da Altura Média da Unidade Territorial

H = Variação da Altura x Nº de Pavimentos Licenciados para Habitação / Nº de Pavimentos do Stock de Edifícios

Variação da Altura = (B / E) / (Nº de Pavimentos do Stock de Edifícios / Stock de Edifícios) - 1

Fonte: INE - Censos ; "Pressão construtiva 2000" -vol 2, INE 2000

- **Variação Percentual dos Preços no Mercado Imobiliário**

Indicador construído com base nos dados da publicação "Confidencial Imobiliário", os quais cobrem apenas uma parte dos concelhos ONTT, na perspectiva dos preços nominais referenciados pela oferta.

Varição Percentual de Preços no Mercado Imobiliário

Evolução anual percentual dos valores médios da oferta por m² — Fonte: Confidencial Imobiliário

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Alcochete / Montijo	1,6	3,2	0,0	2,3	12,1	17,6
Barreiro	8,3	1,9	0,6	2,5	7,3	3,4
Benavente	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Loures / V.F. de Xira /Amadora	9,8	0,0	16,3	17,5	3,0	15,6
Moita	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Palmela	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Setúbal	0,8	11,5	1,4	-10,2	17,4	29,7
ONTT-Média	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
ONTT	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

4. Equipamentos e Infra-estruturas

Os indicadores apresentados deverão ser actualizados periodicamente, de acordo com a disponibilidade de informação para o efeito. Refira-se, desde já, a existência de dois obstáculos a uma apreensão eficaz dos efeitos mensuráveis na área dos equipamentos sociais e infra-estruturas, neste momento:

- Considerando o curto período de tempo entre a entrada em funcionamento da infra-estrutura rodoviária e a actualidade, apresentam-se obstáculos ao nível da disponibilização de dados estatísticos oficiais, nomeadamente de carácter anual, de modo a construir indicadores de performance.
- Por outro lado, ao nível dos equipamentos sociais regista-se um efeito desfasado no tempo, decorrente do crescimento de curto prazo em termos demográficos e habitacionais. Deste modo, o período entre a entrada em funcionamento da ponte e a actualidade ainda é escasso para permitir apreender os efeitos induzidos existentes.

Indicadores de Contexto/Performance

- Investimento Municipais em Equipamentos

Os indicadores a constituir neste âmbito, nomeadamente após a disponibilização de dados referentes ao período 2000/2001, deverão ser relativizados pela população existente em cada concelho, considerando, por exemplo, os resultados do Censos 2001.

Municípios	Invest. Área Social				Invest. Área Económ. e Ambiente			
	1998	1999	2000	2001	1998	1999	2000	2001
Alcochete	1.657.530	4.244.353			1.711.140	911.952		
Barreiro	1.008.717	1.919.402			986.361	1.022.975		
Benavente	192.013	198.544			118.522	95.286		
Loures	844.226	340.430			558.908	904.423		
Moita	586.942	491.934			586.273	568.405		
Montijo	197.265	800.663			339.965	663.588		
Palmela	575.610	822.750			648.634	617.869		
Setúbal	1.969.714	1.952.613			1.848.488	1.472.342		
V.F. Xira	211.564	181.063			175.679	423.191		
Total ONTT	7.233.581	10.951.752			6.953.975	6.680.041		

Fonte: Investimentos Municipais, Dados das Autarquias da ONTT

- Redes de Equipamentos

Neste âmbito, reflectem-se as condicionantes apresentadas atrás, nomeadamente a inexistência de informação estatística actualizada e a escassa distância temporal entre a entrada em funcionamento do equipamento e a actualidade. Deste modo, parte das matrizes apresentadas devem ser completadas com informação estatística, nomeadamente com origem nos Inventários Municipais de 2001.

Indicadores sobre Infra-Estruturas e Equipamentos de Saúde

Municípios	Hospitais Oficiais		Hospitais Particulares		Centros de Saúde - c/internam.		Centros de Saúde - s/internam.		Camas em Hosp. e Centros Saúde	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001
Alcochete	0		0		0		1		0	
Barreiro	1		1		0		2		478	
Benavente	0		0		0		1		0	
Loures	0		0		0		3		0	
Moita	0		0		1		0		15	
Montijo	1		1		0		1		141	
Palmela	0		0		1		0		12	
Setúbal	2		0		0		2		457	
V.F. Xira	1		0		0		3		198	

Fonte: INE – Inventários Municipais, 1998.

Educação – Estabelecimentos de Ensino segundo o Ensino ministrado

	Ens. Básico 1º Ciclo		Ens. Básico 2º Ciclo		Ens. Básico 3º Ciclo		Ensino Secundário		Ens. Superior		Escolas Profissionais	
	1995	1998	1995	1998	1995	1998	1995	1998	1995	1998	1995	1998
<i>Municípios</i>												
Alcochete	10	7	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0
Barreiro	24	23	6	7	9	9	5	5	0	0	1	1
Benavente	11	11	2	2	3	3	1	1	0	0	0	0
Loures	102	77	21	20	29	24	12	11	1	2	2	1
Moita	26	26	4	7	6	8	2	2	0	0	0	0
Montijo	23	22	6	4	3	4	2	2	0	0	1	1
Palmela	38	36	7	8	4	5	2	2	0	0	0	0
Setúbal	39	37	5	5	9	10	8	6	4	5	3	3
V.F. Xira	42	45	7	9	12	12	5	5	0	0	1	1

Fonte: INE – Inventários Municipais, 1995 e 1998.

Educação – Alunos matriculados segundo o Ensino ministrado

	Ens. Básico 1º Ciclo		Ens. Básico 2º Ciclo		Ens. Básico 3º Ciclo		Ensino Secundário	
	1995	1998	1995	1998	1995	1998	1995	1998
<i>Municípios</i>								
Alcochete	523	515	299	292	357	438	331	246
Barreiro	3571	3615	2239	1931	4174	3383	6467	5310
Benavente	1125	1124	632	638	798	856	640	503
Loures	14082	8722	8002	4740	13934	7602	10285	6931
Moita	3684	3404	2038	1735	3015	2765	2612	1895
Montijo	1877	1929	1047	1004	1359	1503	1928	1237
Palmela	2269	2229	1278	1130	1659	1840	1588	1551
Setúbal	5661	5799	3179	3013	5484	4830	6618	4765
V.F. Xira	5265	5578	3139	2878	5125	4529	6851	5530

Fonte: INE – Inventários Municipais, 1995 e 1998.

Indicadores de Equipamentos desportivos

	Piscina Coberta		Piscina Descoberta		Favilhão Desportivo		Grande Campo de Jogos		Pequeno Campo de Jogos		Campo de Ténis		Pista de Atletismo	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001
<i>Municípios</i>														
Alcochete														
Barreiro														
Benavente														
Loures														
Moita														
Montijo														
Palmela														
Setúbal														
V.F. Xira														

Indicadores sobre Equipamentos Culturais e de Lazer

Municípios	Salas de espectác., conferências e congressos		Sala de espectác. com funcion. regular		Cinema		Teatro		Bibliotecas abertas ao pública		Museus		Espaços verdes e jardins	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001
Alcochete														
Barreiro														
Benavente														
Loures														
Moita														
Montijo														
Palmela														
Setúbal														
V.F. Xira														

Indicadores sobre Equipamentos dedicados ao Turismo

Municípios	Hotel de Turismo		Hotel Apartamento		Pensão		Pousada ou Estalagem		Parque de Campismo		Turismo no espaço rural	
	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001	1998	2001
Alcochete												
Barreiro												
Benavente												
Loures												
Moita												
Montijo												
Palmela												
Setúbal												
V.F. Xira												

Indicadores de Impacte

- Variação de indicadores de dotação de equipamentos entre dois momentos

Com os elementos constituintes das tabelas apresentadas e após a análise de desempenho julgada pertinente para cada domínio de análise dever-se-á proceder à construção dos indicadores de impacte, nomeadamente através da análise das variações ocorridas nos indicadores.

No sentido de apreender os impactes registados nesta área, dever-se-á, preferencialmente, comparar variáveis de dotação de equipamentos entre dois momentos, relativizando-as pela população servida pelo equipamento.

VI. PROSPECTIVA

Realizado o diagnóstico e análise dos efeitos induzidos pela nova travessia, será possível identificar diferentes cenários prospectivos ao nível da organização territorial, acessibilidades e transportes, das actividades económicas e emprego, do mercado imobiliário e infra-estruturas. Procurar-se-á, através do modelo de análise, caracterizar as condições de mobilidade e as diferentes capacidades de atracção do território e, deste modo, cenarizar as possíveis alterações na ocupação do território, bem como no modelo de deslocações metropolitanas.

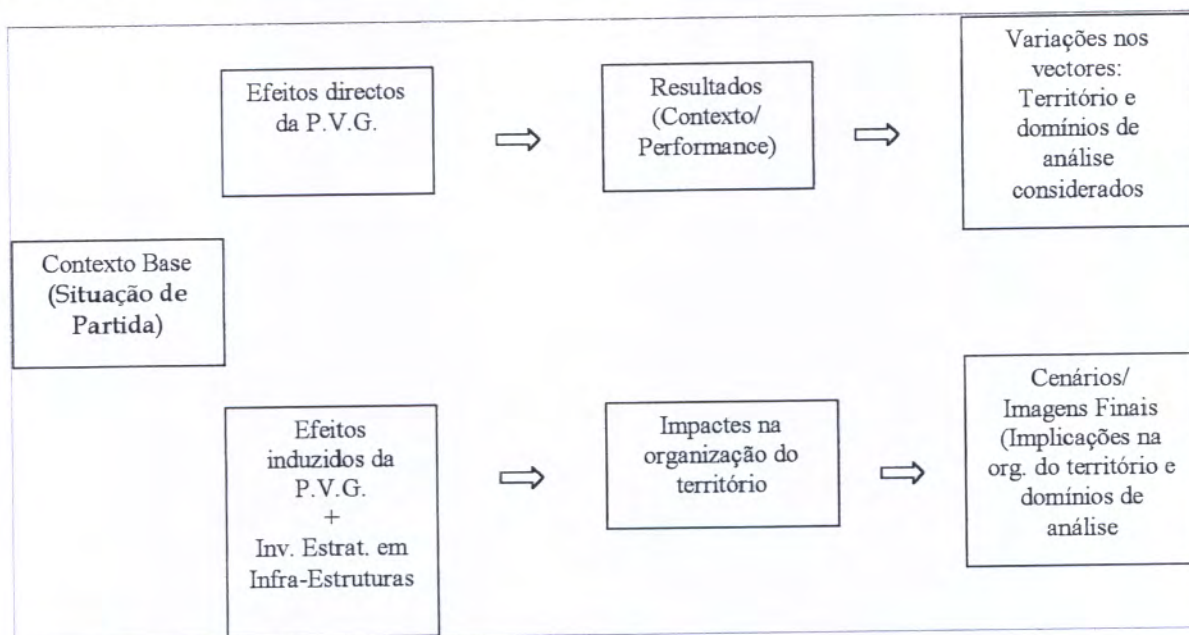
Perspectivar a evolução da utilização da Ponte Vasco da Gama é um exercício dificilmente realizável pela simples extrapolação das tendências, mesmo considerando que os factores estejam suficientemente identificados.

De facto, há que considerar duas fases distintas neste exercício em que podemos utilizar formas diferenciadas de equacionar esse desenvolvimento. Assim, numa primeira fase e no curto prazo, o crescimento será atribuível aos factores inicialmente referidos, de efeito cumulativo, e sem que haja reacções de antecipação nem mesmo da adaptação de qualquer das outras estruturas de transporte (nomeadamente, ferroviárias e marítimas) e que resultará em desfasamentos de actuação ou inércia do sistema em termos de efeito temporal da criação de infra-estruturas em particular numa área metropolitana complexa.

Numa segunda fase e considerando um horizonte temporal mais alargado, todo um conjunto de factores (que em termos teóricos podem incluir as teorias de localização das actividades económicas, as teorias de expansão das cidades – economias de aglomeração/escala - os custos de transporte, as fases de crescimento), podem ser usados, embora revelando-se de difícil integração no contexto de uma área metropolitana complexa.

Assim, a metodologia para enquadramento das perspectivas de evolução deverá privilegiar o método dos cenários ou “imagens finais” resultante de combinatórias consistentes de factores escolhidos da análise e caracterização realizada, suportados por um conjunto de variáveis significativas do sistema urbano da AML.

Figura 40. Esquema Metodológico de Análise Prospectiva



Fonte: Equipa de Estudo

Definido o contexto base através de variáveis estatísticas disponíveis que caracterizam o território da ONTT nos vários domínios de análise considerados relevantes para este estudo, analisaram-se os efeitos directos decorrentes da introdução da PVG e restantes investimentos directamente associados a esta.

A medição e análise destes efeitos foi efectuada ao longo dos capítulos anteriores, constituindo-se, igualmente, um sistema de indicadores de resultados para cada domínio de análise.

De seguida, apresentam-se as principais conclusões das análises referidas no que respeita a variações ao nível do território e domínios de análise – mobilidade e transportes, actividade económica e emprego, mercado imobiliário e equipamentos sociais. Pretende-se, deste modo, integrar os vários vectores de análise, no sentido de constituir um quadro coerente e integrado dos fenómenos económicos observados.

Ao nível da mobilidade e transportes destaca-se, desde já, o acentuado aumento da mobilidade registado no território da AML, tendo como principal pólo de atracção e geração de tráfego a cidade de Lisboa. Na base desta elevada

mobilidade encontra-se uma intensificação das deslocações em viaturas motorizadas, com predominância das viaturas próprias.

Todavia, paralelamente ao aumento da mobilidade, nas duas últimas décadas verificou-se, igualmente, uma alteração na estrutura de fluxos com perda da polaridade de Lisboa e aumento do tráfego suburbano, com progressiva afirmação das relações inter-concelhias.

Neste contexto, a introdução da PVG induziu ganhos significativos das deslocações entre sedes de concelho na área do ONTT. Estas alterações da distância tempo provocaram um incremento generalizado de acessibilidades em toda a área, embora desigual entre concelhos.

A constatação da complementaridade entre a PVG e a Ponte 25 de Abril (com tráfegos rodoviários diferenciados, destacando-se o maior afluxo de tráfego pesado na PVG), vem contrariar a ideia de possível transferência de tráfego entre as duas pontes (nomeadamente, tráfego de veículos ligeiros), potenciando no entanto um percurso alternativo para determinados eixos.

Esta situação não invalida que com a introdução da PVG se tenham verificado as seguintes consequências:

- ⇒ Desvio de tráfego da Ponte de V. F. de Xira para a PVG;
- ⇒ Introdução de novas carreiras rodoviárias de transporte de passageiros, servindo os eixos da margem sul;
- ⇒ Concorrência com os transportes fluviais por via do crescimento da taxa de motorização - o incremento da utilização dos transportes fluviais poderá surgir fruto de uma estratégia integrada inter-modal (viatura própria - estacionamento - carreira fluvial).

No que respeita ao domínio de análise da actividade económica e emprego é de registar a envolvente contextual, que se traduziu numa dinâmica económica significativa (principalmente a partir de 1996) na área do ONTT. Registe-se que esta dinâmica foi mais acentuada na ONTT do que na própria AML, embora diferenciada em termos concelhios.

Ao nível do emprego e acompanhando a dinâmica registada, verificaram-se alterações na estrutura sectorial, embora igualmente diferenciada entre concelhos. Esta situação poderá significar a existência de um potencial de mão-de-obra não utilizada ou de trabalhadores com capacidade de adaptação a novas situações de emprego.

Com a introdução da PVG acentuaram-se as expectativas positivas em relação ao desenvolvimento territorial, embora em termos dos agentes económicos esses efeitos sejam menos valorizados. Esta situação explica-se pela existência, ainda de forma embrionária, de economias de escala e de aglomeração, estas sim potenciadoras do desenvolvimento económico das PME's localizadas na região.

Os resultados do inquérito confirmam, de certa maneira, esta realidade, constatando-se uma relação directa entre a dimensão das empresas e a utilização da PVG e os efeitos sobre a actividade das empresas.

Em termos do mercado imobiliário tem-se assistido a um crescimento importante na região da AML durante toda a década de 90. O crescimento do mercado imobiliário nos concelhos do ONTT ganha mais significado na segunda metade da década. Este mercado deve o seu dinamismo, essencialmente, ao segmento das construções novas para habitação.

Todavia, em certos concelhos verifica-se um desajustamento das tipologias oferecidas, o que conduziu à rápida acumulação de habitações excedentárias. Actualmente, o excesso de habitações construídas desencadeou uma forte pressão descendente nos preços.

Assim, em termos de mercado imobiliário, o impacte da PVG sobre os concelhos ONTT foi marcadamente diferenciado, sendo determinado, para além da estrutura de eixos viários, pelas condicionantes próprias de cada concelho

Ao tornar possível, em larga medida, a exploração do enorme potencial imobiliário da margem Sul do Tejo, a construção da PVG suscitou um significativo nível de instabilidade no mercado imobiliário dos concelhos ONTT. Esta situação configurou

dois desenvolvimentos: A evolução espontânea - uma zona-dormitório relançada - e a construção voluntarista - uma zona dinâmica com valências próprias.

A oferta de equipamentos sociais e infra-estruturas, comparativamente à restante AML, apresenta vincadas carências na área da ONTT, com destaque para os domínios da educação e saúde, principalmente nas novas áreas de expansão urbana. Na realidade, com a proliferação de zonas de expansão urbana recente, a necessidade de reforçar o investimento e a oferta deste tipo de equipamentos acentua-se, situação esta ainda mais problemática se considerarmos o contexto de partida – dificuldades tradicionais na captação de recursos de forma a consolidar e valorizar o território, em especial no que respeita aos concelhos da margem sul.

A consolidação e valorização destes territórios é um factor essencial para se assistir a uma ocupação do território de forma coerente e sustentada. Neste perspectiva, enquadram-se algumas apostas estratégicas de vários concelhos da margem sul – Alcochete, Benavente, Moita e Barreiro – no sentido de requalificar as zonas ribeirinhas e aproveitar as condições naturais para a localização de espaços destinados a actividades de lazer. Loures e V. F. de Xira apostam, igualmente, numa nova relação com o rio embora este facto não seja relacionável com a introdução da PVG.

No que respeita às infra-estruturas destinadas à instalação de actividades logísticas, destaca-se a relativa capacidade de atracção dos concelhos da margem sul do ONTT, principalmente os localizados junto à PVG – Alcochete e Montijo - e de certa maneira, Benavente e Palmela. Esta ocupação do espaço deve ser enquadrada num futuro aproveitamento do corredor viário situado ao longo da margem esquerda do Tejo enquanto corredor logístico essencial para as ligações norte-sul e ligação a Espanha. Refira-se, neste âmbito, a emergência de uma nova e dinâmica plataforma logística localizada no triângulo Pinhal Novo – Marateca – Pegões como factor potenciador do desenvolvimento esperado para este território.

Embora não se pretendendo retirar conclusões definitivas, pode-se afirmar, com certo grau de verificabilidade, que as potencialidades trazidas pela Ponte Vasco da Gama só foram aproveitadas a quem antecipou expectativas ou a quem investiu significativamente a título complementar.

Dos vários domínios de análise, aquele onde se assistiu, de forma mais clara, a esta situação, foi o mercado imobiliário e em certa medida os agentes de transportes. O potencial perspectivado ao nível das actividades económicas, nomeadamente na área da logística, não foi ainda integralmente cumprido, fruto, igualmente, da retracção dos investimentos públicos em áreas de localização empresarial (verificaram-se apenas adaptações de infra-estruturas de localização já existentes). No domínio dos investimentos em equipamentos sociais regista-se igualmente um desfasamento temporal no sentido de dar resposta ao crescimento urbano e demográfico verificado.

Após a descrição dos efeitos directos da introdução da PVG sobre os vários vectores de análise, importa proceder à elaboração de cenários que conjuguem os efeitos induzidos pela PVG e o efeito derivado de outros investimentos estratégicos em infra-estruturas, procurando perspectivar possíveis alterações na organização do território em análise.

PROSPECTIVA: DUAS LÓGICAS POSSÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O crescimento da AML ao longo das últimas décadas foi marcado pelo crescimento residencial suburbano, fruto do desenvolvimento dos sectores industriais característicos da 2ª revolução industrial e do desenvolvimento do sector terciário e das funções centrais em Lisboa. Assim, a AML tem vindo a concentrar população e actividades económicas, tirando partido das economias de aglomeração e de redução de custos de transporte e por via das funções que potencia.

A AML organiza-se com base numa estrutura urbana distendida, que tende a polarizar-se em eixos e aglomerações, ganhando estas alguma autonomia em

relação a Lisboa – casos de Cascais, Sintra e V. F. de Xira. Uma das infra-estruturas que marcou a organização do território foi a Ponte 25 de Abril, que favoreceu a existência de um eixo norte-sul, permitindo a ligação V. F. de Xira – Loures – Lisboa – Almada – Seixal – Setúbal, com as consequências ao nível da ocupação do território, nomeadamente, a expansão urbana para novas áreas.

Neste contexto, importa aferir de que forma a entrada em funcionamento da PVG irá modificar a organização do território. Face às opções estratégicas já definidas configuram-se alguns eixos de evolução. Todavia, a longo prazo, podem-se considerar cenários ou imagens finais possíveis, suficientemente contrastados, em que se pretende referenciar a lógica global de organização do território.

Neste sentido, descrevem-se dois cenários extremos de desenvolvimento da AML e do espaço correspondente ao ONTT.

O **cenário A** corresponde a uma organização do território baseada num sistema urbano complexo em que é fechado o arco ribeirinho com ocupação do espaço em termos urbanos. Este cenário é caracterizado por uma qualificação de toda a zona AML e ONTT - com uma convergência real de todos os concelhos - em termos de equipamentos e especialização produtiva e de hierarquia de organização do território metropolitano. As actividades económicas serão centradas no sector terciário moderno ligadas ao Comércio, Serviços e Turismo/Lazer.

Paralelamente a esta evolução, haverá um acréscimo/diversificação da AML para as zonas periféricas de Torres Vedras, Alenquer, Carregado, Benavente, Vendas Novas e Palmela.

Neste cenário, as novas acessibilidades (como sejam os novos eixos viários – IC 3 e IC 11 – a Ponte Vasco da Gama e a nova Ponte de Vila Nova da Rainha), integram de uma forma estruturada uma zona urbana distendida incluindo as duas margens do Tejo.

Neste cenário, a utilização da PVG seria enquadrada, essencialmente, numa lógica de ponte urbano-metropolitana.

O **cenário B** corresponde a um sistema urbano polinucleado, de certa forma na continuação e reforço da actual importância dos principais centros urbanos, em particular Lisboa, e o aparecimento de novas áreas urbanas difusas e interligação reforçada entre concelhos contíguos, à excepção dos situados no referido eixo norte-sul.

Por sua vez, haverá um incremento das relações Norte-Sul, por via das futuras ligações estruturantes – IC 3 e IC 11 (localizados na margem esquerda) – nomeadamente em termos do tráfego pesado e da localização de actividades económicas, quer ligadas a operações logísticas, quer na continuação das especializações produtivas já existentes, embora com eventual modernização de parte do tecido económico (caso da fileira automóvel).

Neste cenário, a cidade de Lisboa centra o crescimento, mantendo-se o papel de periferia metropolitana em relação a toda a zona envolvente e particularmente em relação à margem sul. Com a não ocorrência do fecho do arco ribeirinho e portanto uma aposta pouco conseguida na margem sul ao nível urbano, não será possível a verdadeira formação de uma área metropolitana integrada, configurando-se a utilização da PVG como ponte de carácter, essencialmente, inter-regional.

Refira-se que estes cenários, de carácter voluntarista, apresentam algumas particularidades e condicionantes futuras que deverão ser equacionadas:

- Existe uma descontinuidade urbana na zona do Barreiro/Moita
- Existe uma descontinuidade a nordeste por razões ambientais – Parque Natural do Estuário do Tejo e Rede Natura 2000.
- Introdução de uma nova travessia no eixo Barreiro/Moita – embora, segundo as expectativas geradas se trate, inicialmente, de uma travessia apenas ferroviária.
- Investimentos em infra-estruturas rodoviárias ao longo da margem esquerda do Tejo (IC 3 e IC 11), que poderão provocar desvio de tráfego da PVG, nomeadamente de tráfego pesado.

A dinâmica e imprevisibilidade dos factores que actuam sobre o território apresenta-nos um conjunto de situações que só o acompanhamento e avaliação regular do projecto permitirão antecipar e, eventualmente, corrigir. Deste modo, será possível exercer uma influência institucional sobre a organização do território - com medidas de correcção ou dinamização de investimentos que permitam alcançar os futuros desejáveis - de maneira a atingir os resultados esperados ao nível do desenvolvimento sustentável e equilibrado do território afecto ao ONTT.

PARTE B. ANEXOS

I. TRANSPORTES E MOBILIDADE

QUADRO 22. Repartição das Deslocações Casa-Trabalho, 1991

1991	AMADORA	AZAMBUJA	CASCAIS	LISBOA	MAFRA	OEIRAS	SINTRA	ALMADA	SEIXAL	SESIMBRA	LOURES	V.F. XIRA	ALCOCHETE	BARREIRO	MOTA	MONTIJO	PALMELA	SETUBAL	BENAVENTE	Total
AMADORA	32,1	0	1,1	52,7	0,1	3,3	5,3	0,7	0,1	0	3,7	0,4	0	0,1	0	0,1	0	0,2	0	82.025
AZAMBUJA	0,2	80,8	0,3	9,5	0	0,1	0	0,1	0	0	0,9	7,7	0	0	0	0	0,1	0,3	0	6.425
CASCAIS	0,8	0	58,1	30,3	0,1	5,9	2,8	0,5	0,1	0	0,7	0,2	0	0,1	0	0,1	0	0,2	0	67.852
LISBOA	1,5	0	0,6	90,3	0,1	1,4	1	0,7	0,2	0	3	0,5	0	0,2	0	0,1	0	0,3	0	271.285
MAFRA	0,4	0	0,6	8,1	79,7	0,3	5,8	0,1	0	0	4,7	0,2	0	0	0	0	0,1	0	0	16.915
OEIRAS	2,6	0	4,4	50,3	0,1	36,2	2,8	0,9	0,2	0	1,4	0,4	0	0,2	0	0,1	0	0,3	0	67.722
SINTRA	5,4	0	2,4	37,1	0,3	3	48,5	0,5	0,1	0	2	0,3	0	0,1	0	0,1	0	0,1	0	121.231
ALMADA	0,8	0	0,5	38	0	1,1	0,6	51,3	4	0,3	1,1	0,3	0	0,4	0,1	0,1	0,2	1,1	0	63.184
SEIXAL	0,6	0	0,6	33,1	0	1	0,4	16,7	41,9	0,7	1	0,3	0	0,9	0,2	0,2	0,4	1,9	0	50.189
SESIMBRA	0,2	0	0,3	11,3	0	0,3	0,2	3,5	4	73,4	0,3	0	0	1,4	0,2	0,1	1	3,8	0	10.572
LOURES	1,6	0,1	0,5	51,3	0,3	1,1	1,2	0,5	0,1	0	41,5	1,4	0	0,1	0	0,1	0	0,1	0,1	148.864
V.F. XIRA	0,5	0,6	0,3	28,6	0,1	0,5	0,5	0,4	0,1	0	9,1	58,6	0	0,1	0	0,1	0	0,1	0,4	43.743
ALCOCHETE	0,1	0	0,2	8,2	0,2	0,1	0,1	0,6	0,1	0,2	0,4	0,1	60,8	0,8	0,7	22,4	2	1,9	1,1	4.131
BARREIRO	0,6	0	0,4	33,7	0	0,7	0,5	3,4	4,2	0,4	0,8	0,2	0,1	46,4	4	0,7	0,9	3	0,1	33.366
MOITA	0,4	0	0,4	24,6	0	0,7	0,4	3	3,5	0,3	0,6	0,2	0,3	15,8	41	2,7	1,6	4,3	0	23.802
MONTIJO	0,1	0	0,1	8	0	0,1	0,2	0,7	0,3	0,1	0,2	0,2	3,8	1,4	2,1	77,7	2,6	2,3	0,2	14.696
PALMELA	0,1	0	0,1	6	0	0,1	0,1	1	1,3	0,5	0,2	0,1	0,3	4,4	2,1	2,4	59,6	21,7	0,1	17.684
SETUBAL	0,1	0	0,1	5,3	0	0,1	0,1	0,7	0,8	0,5	0,1	0	0,1	0,6	0,2	0,4	3,7	87,1	0	39.767
BENAVENTE	0,1	0,1	0,2	6,9	0	0,2	0,2	0,2	0,1	0	0,8	5,9	0	0	0	0,6	0,1	0,2	84,2	7.615

QUADRO 23. Repartição das Deslocações Casa-Trabalho, 1998

1998	AMADORA	AZAMBUJA	CASCAIS	LISBOA	MAFRA	OEIRAS	SINTRA	ALMADA	SEIXAL	SESIMBRA	LOURES	V.F. XIRA	ALCOCHETE	BARREIRO	MOITA	MONTIJO	PALMELA	SETUBAL	Total
	27,1	0	1,3	51,9	0,1	7,8	6,9	0,7	0,1	0	3,1	0,6	0	0,1	0	0	0,1	0,2	90.263
	0	75,3	0,2	10,9	0,2	0	0,9	0,2	0	0	1,1	10,1	0,2	0	0,2	0	0,4	0,2	7.265
	1,1	0	49,1	25,2	0	17,6	4,4	0,6	0,2	0	1,1	0,2	0	0	0	0	0,3	0,2	74.189
	1,4	0,1	0,8	85,4	0,2	2,6	2,2	1,1	0,4	0	4,3	0,6	0	0,3	0,1	0,1	0,2	0,1	246.747
	1,1	0	0,1	8,4	82,5	0,6	6,2	0	0	0	0,8	0,3	0	0	0	0	0	0	18.359
	2,1	0	5	49,1	0	37,7	3,4	0,3	0,1	0	1,3	0,5	0	0	0	0,3	0,1	0,1	75.675
	4,4	0	2,9	24,9	1	4,4	59,9	0	0,3	0	1,5	0,5	0	0,1	0	0	0	0	147.926
	0,7	0,3	1,9	33,3	0	3,1	1,5	49,5	4,7	0,4	1,3	0,3	0,2	0,7	0,4	0	0,8	0,8	65.233
	1,8	0	0,4	32,4	0	2,8	1,2	16,4	37,7	0,9	1	0,2	0	0,9	0,5	0,9	1,7	1,2	60.297
	0	0	0,6	7,9	0	0,9	0,6	3,1	2,9	74,2	0	0,5	0	1,5	0	0,4	2,2	5,1	12.268
	2,9	0,1	0,5	52,2	1	1,8	3	0,7	0,1	0	35,1	1,9	0,2	0,1	0	0	0	0,2	161.414
	0,8	1,9	0,4	36,5	0,2	0,6	0,6	0,7	0,4	0	7,5	49,3	0	0	0	0,2	0,6	0,2	50.878
	0	0	0,2	8,8	0,5	0	0,2	1,2	0,2	0	0,2	0,2	48,1	3,2	1,4	29,1	4,4	2,1	4.362
	0,9	0	0,2	33,5	0	1,2	0,9	3,9	4,7	0,9	0,9	0	0,2	41,8	4,5	0,2	3,3	2,8	35.829
	1	0	0,9	25,4	0,2	1,5	0,7	1,9	2,4	0,5	1,3	0,4	0,2	24	30,8	2,2	3,3	3	30.591
	0	0	0	5,8	0	0,2	0,4	1,8	0,7	0	0,8	0,3	3,7	1,1	2	75,4	4,5	3,2	15.718
	0	0	0,2	8,7	0	0,3	0,5	1,6	4,1	2,1	0,7	0,2	0,7	7,6	5,1	3,5	48,2	16,4	20.732
	0	0	0,4	4,2	0	0	0,2	1,5	1	0	0	0	0	0,9	0,2	0,2	9,5	81,8	45.812

QUADRO 24. Repartição das Deslocações Casa-Local de Estudo, 1991

1991	AMADORA	AZAMBUJA	CASCAIS	LISBOA	MAFRA	OEIRAS	SINTRA	ALMADA	SEIXAL	SESIMBRA	LOURES	V.F. XIRA	ALCOCHETE	BARREIRO	MOITA	MONTIJO	PALMELA	SETUBAL	BENAVENTE	Total
AMADORA	70	0	0	26,5	0	0,7	2,2	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.574
AZAMBUJA	0	89	0	7,1	0	0	0,1	0,1	0	0	0,4	3,3	0	0	0	0	0	0	0	1.447
CASCAIS	0	0	75,2	18,4	0	5,3	0,5	0,4	0	0	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0	19.566
LISBOA	0,2	0	0,1	97,5	0	0,5	0,1	0,6	0	0	0,9	0	0	0	0	0	0	0	0	71.963
MAFRA	0,1	0	0	8,9	84,6	0,1	2,9	0,1	0	0	3,3	0	0	0	0	0	0	0	0	2.896
OEIRAS	0,6	0	3,3	33	0	59,6	2,5	0,7	0	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0	0	21.829
SINTRA	2,7	0	0,7	15,3	0,2	0,5	77,5	0,4	0	0	2,6	0	0	0	0	0	0	0	0	30.328
ALMADA	0	0	0	14,2	0	0,2	0	84	1,1	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0,2	0	17.980
SEIXAL	0	0	0	10,7	0	0,2	0	13,4	74,6	0,4	0,2	0	0	0,1	0	0	0	0,3	0	15.395
SESIMBRA	0	0	0	6,2	0	0,1	0	1,6	4	80,8	0,3	0	0	0,8	0	0	0,1	6,1	0	2.825
LOURES	0,2	0	0	30,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0	0	68,7	0,4	0	0	0	0	0	0	0	39.365
V.F. XIRA	0,1	0	0,1	12,1	0	0,1	0,1	0,2	0	0	3,2	84,2	0	0	0	0	0	0	0	11.944
ALCOCHETE	0	0	0	6,3	0	0	0	0	0,1	0	0,1	0	60,8	0	0,2	31,6	0,2	0,6	0	955
BARREIRO	0,1	0	0	9,9	0	0,1	0	0,4	0,1	0,2	0,1	0	0	87,8	0,5	0,1	0	0,7	0	11.557
MOITA	0	0	0	6,2	0	0	0	0,4	0,1	0	0,1	0	0	15,6	74,8	1,1	0,2	1,3	0	7.813
MONTIJO	0,1	0	0	9,2	0	0	0	0,4	0	0	0	0,3	0,3	0,2	0,7	86,6	0,4	1,6	0	3.314
PALMELA	0	0	0	5,6	0	0	0	0,2	0,2	0,1	0	0	0	2,3	2,4	1,9	66,8	20,2	0	4.068
SETUBAL	0	0	0	7,1	0	0,1	0	0,6	0,2	0,2	0	0	0	0,1	0	0	0,5	91,2	0	12.274
BENAVENTE	0,1	0	0	3,9	0	0,1	0,1	0	0	0	1	6,5	0	0	0	0,1	0	0,1	88,2	1.436

QUADRO 25. Repartição das Deslocações Casa-Local de Estudo, 1998

1998	AMADORA	AZAMBUJA	CASCAIS	LISBOA	MAFRA	OEIRAS	SINTRA	ALMADA	SEIXAL	SESIMBRA	LOURES	V.F. XIRA	ALCOCHETE	BARREIRO	MOITA	MONTIJO	PALMELA	SETUBAL	Total
	55,3			36,4		3,5	2,8	0,5			0,9								37.440
AZAMBUJA		73,3		5,3								3,7					0,5		2.823
CASCAIS			57,9	14		25,2	0,4	1,2			1,3				3,8				32.416
LISBOA	0,1		0,2	97		0,4		0,7			0,9	0,1							100.065
MAFRA				6,1	84,5		0,4				0,9								7.321
OEIRAS	0,2		7,3	35,4		53,4		1,9			1,3			0,3					35.297
SINTRA	1,4		1,5	19,2	1,1	0,5	75,1				1,3								52.152
ALMADA			0,3	17,8				79,2	0,4		0,4		0,4					0,8	29.403
SEIXAL			1	12,9				6,1	76,2		1,1							1,4	33.221
SESIMBRA				9,2				1,6	0,5	84,7								3,7	6.107
LOURES	0,2		0,3	28,7		0,5		0,7			68,8							0,2	74.768
V.F. XIRA				15,7				0,8			1,2	80,2							22.666
ALCOCHETE				5,6				1,2			2,2	0,7	63,8	0,6		23,1		2,3	1.619
BARREIRO				13,7		0,5								80	0,7			2,1	15.610
MOITA				10,8				1,4						22,3	61,3	0,3		3,9	15.948
MONTIJO				5,3				0,7		0,7		0,8			1,9	81,9	1,6	3,3	5.029
PALMELA				3,8				2,6	0,5	0,5	0,2				5	0,3	67,4	12,9	8.260
SETUBAL				7,4				1	0,6								0,5	88,6	20.206

QUADRO 26. Ganhos Médios entre 1990 e 1998 – Concelhos (minutos)

Concelhos	Amadora	Azambuja	Cascais	Lisboa	Loures	Mafra	Oeiras	Sintra	VFXira	Alcochete	Almada	Barreiro	Benavente	Moita	Montijo	Palmeira	Seixal	Sesimbra	Setúbal	Ganho Médio
Amadora	0	-2	-7	0	-3	0	0	-3	-6	-18	0	0	0	-1	-3	-16	0	0	0	-3
Azambuja	-2	0	-15	0	-11	-8	-10	-4	0	-11	0	0	0	0	-28	-19	-20	0	-20	-8
Cascais	-7	-15	0	-7	-10	0	0	0	-9	-28	-7	-8	-8	-11	-28	-8	-7	-7	-7	-9
Lisboa	0	0	-7	0	0	-8	0	-2	0	-22	0	0	0	0	-6	-14	0	0	0	-3
Loures	-3	-11	-10	0	0	-3	-4	-8	-11	-32	0	0	-11	-9	-25	-2	0	0	-2	-7
Mafra	0	-8	0	-8	-3	0	-4	0	-9	-41	-8	-7	-9	-31	-33	-7	-8	-8	-9	-11
Oeiras	0	-10	0	0	-4	-4	0	-5	-1	-20	0	0	-1	-6	-14	0	0	0	0	-4
Sintra	-3	-4	0	-2	-8	0	-5	0	-4	-27	-2	-2	-4	-17	-20	-2	-2	-2	-2	-6
VFXira	-6	0	-9	0	-11	-9	-1	-4	0	-10	0	0	0	-11	-18	-4	0	0	-4	-5
Alcochete	-18	-11	-28	-22	-32	-41	-20	-27	-10	0	-12	0	0	-9	0	-15	-8	-8	-21	-16
Almada	0	0	-7	0	0	-8	0	-2	0	-12	0	0	0	-6	-5	0	0	0	0	-2
Barreiro	0	0	-8	0	0	-7	0	-2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1
Benavente	-1	0	-8	0	-11	-9	-1	-4	0	0	0	0	0	0	-9	0	-10	0	-10	-4
Moita	-3	-28	-11	-6	-9	-31	-6	-17	-11	-9	-6	0	-9	0	-4	0	-6	0	-6	-9
Montijo	-16	-19	-28	-14	-25	-33	-14	-20	-18	0	-5	0	0	-4	0	-7	-3	-3	-10	-12
Palmeira	0	-20	-8	0	-2	-7	0	-2	-4	-15	0	0	-10	0	-7	0	0	0	0	-4
Seixal	0	0	-7	0	0	-8	0	-2	0	-8	0	0	0	-6	-3	0	0	0	0	-2
Sesimbra	0	0	-7	0	0	-8	0	-2	0	-8	0	0	0	0	-3	0	0	0	0	-2
Setúbal	0	-20	-7	0	-2	-9	0	-2	-4	-21	0	0	-10	-6	-10	0	0	0	0	-5
																				-5,9

QUADRO 27. Ganhos 1990-1998, atribuíveis à Ponte Vasco da Gama – Concelhos (minutos)

Concelhos	Amadora	Azambuja	Cascais	Lisboa	Loures	Mafra	Oeiras	Sintra	VFXira	Alcochete	Almada	Barreiro	Benavente	Moita	Montijo	Palmeira	Seixal	Sesimbra	Setúbal	Ganhos
Amadora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-22	0	0	0	0	-30	0	0	0	0	-3
Azambuja	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-11	0	0	0	-23	-19	-20	0	0	0	-4
Cascais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-13	0	0	0	3	-12	0	0	0	0	-1
Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-14	0	0	0	0	-22	0	0	0	0	-2
Loures	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-24	0	0	0	-4	-23	-2	0	0	-8	-3
Mafra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-24	0	0	0	-3	-23	0	0	0	-1	-3
Oeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-13	0	0	0	0	-12	0	0	0	0	-1
Sintra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-17	0	0	0	-10	-16	0	0	0	0	-2
VFXira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-10	0	0	0	-5	-18	-5	0	0	-4	-2
Alcochete	-22	-11	-13	-14	-24	-24	-13	-17	-10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-8
Almada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-4	0	0	0	-1	-3	0	0	0	0	0
Barreiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benavente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-3	0	0	0	0	0	0
Moita	0	-23	3	0	-4	-3	0	-10	-5	0	-1	0	-3	0	0	0	0	0	0	-3
Montijo	-30	-19	-12	-22	-23	-23	-12	-16	-18	0	-3	0	0	0	0	0	0	0	0	-10
Palmeira	0	-20	0	0	-2	0	0	0	-5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-2
Seixal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sesimbra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setúbal	0	0	0	0	-8	-1	0	0	-4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1
																				-2,4

II. ACTIVIDADE ECONÓMICA E EMPREGO

1. Actividade Económica

QUADRO 28. Número de Empresas e Estrutura por Concelho e Ano, 1991-1999

	1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998		1999	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Alcochele	934	1,5%	874	1,5%	970	1,5%	1.045	1,4%	1.159	1,5%	1.215	1,5%	1.225	1,4%	1.227	1,4%	1.334	1,4%
Barcelo	5.623	9,1%	5.302	9,1%	6.042	9,1%	6.493	9,0%	7.043	9,9%	7.393	9,9%	7.348	8,7%	7.363	8,6%	7.943	8,6%
Benavente	1.906	3,1%	1.784	3,1%	1.969	3,0%	2.177	3,0%	2.348	3,0%	2.478	3,0%	2.474	2,9%	2.476	2,9%	2.659	2,9%
Loures	24.405	39,5%	23.096	39,5%	26.374	39,6%	28.832	39,9%	31.606	39,9%	32.950	39,6%	33.986	40,1%	34.304	40,3%	36.764	39,9%
Moita	5.011	8,1%	4.597	7,9%	5.149	7,7%	5.543	7,7%	6.131	7,7%	6.487	7,8%	6.632	7,8%	6.646	7,8%	7.243	7,9%
Montijo	3.922	6,4%	3.738	6,4%	4.222	6,3%	4.449	6,2%	4.811	6,1%	5.044	6,1%	5.008	5,9%	5.021	5,9%	5.400	5,9%
Palmela	8.925	14,5%	8.487	14,5%	9.363	14,1%	10.097	14,0%	11.122	14,0%	11.655	14,0%	11.772	13,9%	11.801	13,9%	12.822	13,9%
Setúbal	7.489	12,1%	7.145	12,2%	8.361	12,6%	9.003	12,5%	9.973	12,6%	10.574	12,7%	10.777	12,7%	10.802	12,7%	11.876	12,9%
V.F. Xira	61.718	100,0%	58.453	100,0%	66.553	100,0%	72.194	100,0%	79.236	100,0%	83.129	100,0%	84.764	100,0%	85.192	100,0%	92.164	100,0%
AML (ONTT/AML)	226.940	27,2%	216.989	26,9%	242.291	27,5%	263.326	27,4%	287.400	27,6%	299.494	27,8%	304.580	27,8%	305.884	27,9%	327.795	28,1%
AML s/ ONTT	167.128		160.320		177.707		193.309		210.512		218.843		222.290		223.168		238.290	
PORTUGAL	800.624		770.749		868.273		935.360		1.005.164		1.050.810		1.058.850		1.061.995		1.140.735	

Fonte: ONTT, INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo

QUADRO 29. Número de Empresas por Concelho e Variação Anual, 1991-1999

	91-92	92-93	93-94	94-95	95-96	96-97	97-98	98-99
Alcochete	-6,4%	11,0%	7,7%	10,9%	4,8%	0,8%	0,2%	8,7%
Barcelo	-5,7%	14,0%	7,5%	8,5%	5,0%	-0,6%	0,2%	7,9%
Benavente	-6,4%	10,4%	10,6%	7,9%	5,5%	-0,2%	0,1%	7,4%
Loures	-5,4%	14,2%	9,3%	9,6%	4,3%	3,1%	0,9%	7,2%
Moita	-8,3%	12,0%	7,7%	10,6%	5,8%	2,2%	0,2%	9,0%
Montijo	-4,7%	12,9%	5,4%	8,1%	4,8%	-0,7%	0,3%	7,5%
Palmeira	-2,1%	19,6%	11,0%	10,7%	5,8%	3,9%	0,2%	10,3%
Setúbal	-4,9%	10,3%	7,8%	10,2%	4,8%	1,0%	0,2%	8,7%
V.F. Xira	-4,6%	17,0%	7,7%	10,8%	6,0%	1,9%	0,2%	9,9%
ONTT	-5,3%	13,9%	8,5%	9,8%	4,9%	2,0%	0,5%	8,2%
AML	-4,4%	11,7%	8,7%	9,1%	4,2%	1,7%	0,4%	7,2%
AML s/ONTT	-4,1%	10,8%	8,8%	8,9%	4,0%	1,6%	0,4%	6,8%
PORTUGAL	-3,7%	12,7%	7,7%	7,5%	4,5%	0,8%	0,3%	7,4%

Fonte: ONTT; INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo

QUADRO 30. Número de Empresas por Sector e Concelho, 1996

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Moita	Montijo	Palmeira	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	283	81	351	441	264	724	924	595	339	4.002	7.697	4.046	92.169
Ind. Extractiva	2	4	2	8	-	-	3	24	2	45	259	216	2.406
Ind. Transformadora	121	708	212	3.315	596	514	416	830	1.212	7.924	26.418	18.706	119.442
Electricidade, Gás e Água	-	3	-	4	-	2	2	5	2	18	118	100	323
Construção e Obras Públicas	200	1.194	466	5.652	1.499	731	1.096	1.898	1.675	14.411	46.488	32.543	162.666
Comercio por Grosso e a Retalho	322	3.118	841	13.633	2.583	1.919	1.786	4.709	4.131	33.042	116.007	83.806	382.770
Alojamento e Restauração	107	636	197	2.220	459	341	375	1.108	798	6.241	22.428	16.384	84.874
Transportes, Armaz. e Comunic.	14	118	46	1.156	53	71	52	238	312	2.060	8.479	6.465	25.394
Actividades Financeiras	24	262	47	1.343	109	120	92	354	309	2.660	13.745	11.132	35.543
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	64	844	157	3.501	510	330	343	1.130	1.149	8.028	40.382	32.511	90.766
Serv. à Coloc., Sociais e Pessoais	53	407	115	1.774	296	249	197	631	582	4.304	17.408	13.219	48.512
Total	1.208	7.456	2.474	33.351	6.422	5.041	5.336	11.666	10.627	83.581	302.599	219.128	1.044.865

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1996

QUADRO 31. Número de Empresas por Sector e Concelho, 1999

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	271	93	344	513	276	712	932	576	346	4.062	7.949	4.231	91.505
Ind. Extractiva	-	3	1	5	-	-	1	21	2	33	205	173	2.201
Ind. Transformadora	111	658	213	3.304	627	499	446	839	1.237	7.934	25.866	18.145	120.807
Electricidade, Gás e Água	1	2	-	3	1	1	2	6	3	19	105	86	322
Construção e Obras Públicas	233	1.357	471	6.663	1.749	825	1.278	2.162	1.937	16.675	52.965	36.761	179.794
Comércio por Grosso e a retalho	355	3.126	909	14.230	2.712	2.009	1.973	4.962	4.405	34.663	119.965	86.191	397.359
Alojamento e Restauração	134	724	234	2.572	554	393	472	1.303	929	7.315	25.226	18.145	95.372
Transportes, Armaz. e Comunic.	18	120	66	1.309	60	76	74	244	381	2.348	8.989	6.707	27.302
Actividades Financeiras	23	284	47	1.413	125	128	102	394	331	2.847	14.225	11.425	37.724
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	86	920	179	4.152	619	388	453	1.267	1.380	9.444	46.322	37.057	105.106
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	53	439	123	1.907	330	252	226	705	650	4.665	19.373	14.811	53.208
Total	1.334	7.943	2.659	36.764	7.243	5.400	6.123	12.822	11.876	92.164	327.795	233.732	1.110.700

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1999

QUADRO 32. Composição Sectorial do Número de Empresas por Concelho, 1996

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	23,4%	1,1%	14,2%	1,3%	4,1%	14,4%	17,3%	5,1%	3,2%	4,8%	2,5%	1,8%	8,8%
Ind. Extractiva	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	-	-	0,1%	0,2%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Ind. Transformadora	10,0%	9,5%	8,6%	9,9%	9,3%	10,2%	7,8%	7,1%	11,4%	9,5%	8,7%	8,5%	11,4%
Electricidade, Gás e Água	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Construção e Obras Públicas	16,6%	16,0%	18,8%	16,9%	23,3%	14,5%	20,5%	16,3%	15,8%	17,2%	15,4%	14,9%	15,6%
Comércio por Grosso e a retalho	26,7%	41,8%	34,0%	40,9%	40,2%	38,1%	33,5%	40,4%	38,9%	39,5%	38,3%	38,2%	36,6%
Alojamento e Restauração	8,9%	8,5%	8,0%	6,7%	7,1%	6,8%	7,0%	9,5%	7,5%	7,5%	7,4%	7,5%	8,1%
Transportes, Armaz. e Comunic.	1,2%	1,6%	1,9%	3,5%	0,8%	1,4%	1,0%	2,0%	2,9%	2,5%	2,8%	3,0%	2,4%
Actividades Financeiras	2,0%	3,5%	1,9%	4,0%	1,7%	2,4%	1,7%	3,0%	2,9%	3,2%	4,5%	5,1%	3,4%
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	5,3%	11,3%	6,3%	10,5%	7,9%	6,5%	6,4%	9,7%	10,8%	9,6%	13,3%	14,8%	8,7%
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	4,4%	5,5%	4,6%	5,3%	4,6%	4,9%	3,7%	5,4%	5,5%	5,1%	5,8%	6,0%	4,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1996

QUADRO 33. Composição Sectorial do Número de Empresas por Concelho, 1999

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Moita	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	20,3%	1,2%	12,9%	1,4%	3,8%	13,2%	15,2%	4,5%	2,9%	4,4%	2,4%	1,8%	8,2%
Ind. Extractiva	-	0,0%	0,0%	0,0%	-	-	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%
Ind. Transformadora	8,3%	8,3%	8,0%	9,0%	8,7%	9,2%	7,3%	6,5%	10,4%	8,6%	7,9%	7,8%	10,9%
Electricidade, Gás e Água	0,1%	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Construção e Obras Públicas	17,5%	17,1%	17,7%	18,1%	24,1%	15,3%	20,9%	16,9%	16,3%	18,1%	16,2%	15,7%	16,2%
Comércio por Grosso e a retalho	26,6%	39,4%	34,2%	38,7%	37,4%	37,2%	32,2%	38,7%	37,1%	37,6%	36,6%	36,9%	35,8%
Alojamento e Restauração	10,0%	9,1%	8,8%	7,0%	7,8%	7,3%	7,7%	10,2%	7,8%	7,9%	7,7%	7,8%	8,6%
Transportes, Armaz. e Comunic.	1,3%	1,5%	2,5%	3,6%	1,2%	1,4%	1,2%	1,9%	3,2%	2,5%	2,7%	2,9%	2,5%
Actividades Financeiras	1,7%	3,6%	1,8%	3,8%	1,7%	2,4%	1,7%	3,1%	2,8%	3,1%	4,3%	4,9%	3,4%
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	6,4%	11,6%	6,7%	11,3%	8,5%	7,2%	7,4%	9,9%	11,6%	10,2%	14,1%	15,9%	9,5%
Serv. à Collec., Sociais e Pessoais	4,0%	5,5%	4,6%	5,2%	4,8%	4,7%	3,7%	5,5%	5,5%	5,1%	5,9%	6,3%	4,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1999

QUADRO 34. Variação da Estrutura Sectorial do Número de Empresas por Concelho, entre 1996 e 1999

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Moita	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-3,1%	0,1%	-1,3%	0,1%	-0,3%	-1,2%	-2,1%	-0,6%	-0,3%	-0,4%	-0,1%	0,0%	-0,6%
Ind. Extractiva	-	0,0%	0,0%	0,0%	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ind. Transformadora	-1,7%	-1,2%	-0,6%	-1,0%	-0,6%	-1,0%	-0,5%	-0,6%	-1,0%	-0,9%	-0,5%	-0,8%	-0,6%
Electricidade, Gás e Água	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Construção e Obras Públicas	0,9%	1,1%	-1,1%	1,2%	0,8%	0,8%	0,3%	0,8%	0,5%	0,9%	0,8%	0,9%	0,6%
Comércio por Grosso e a Retalho	0,0%	-2,4%	0,2%	-2,2%	-2,8%	-0,9%	-1,2%	-1,7%	-1,8%	-1,9%	-1,7%	-1,4%	-0,9%
Alojamento e Restauração	1,2%	0,6%	0,8%	0,3%	0,5%	0,7%	0,2%	0,7%	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%	0,5%
Transportes, Armaz. e Comunic.	0,2%	-0,1%	0,6%	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	-0,1%	0,3%	0,1%	-0,1%	-0,1%	0,0%
Actividades Financeiras	-0,3%	0,1%	-0,1%	-0,2%	0,0%	0,0%	-0,1%	0,0%	-0,1%	-0,1%	-0,2%	-0,2%	0,0%
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	1,1%	0,3%	0,4%	0,8%	0,6%	0,6%	1,0%	0,2%	0,8%	0,6%	0,8%	1,0%	0,8%
Serv. à Collec., Sociais e Pessoais	-0,4%	0,1%	0,0%	-0,1%	-0,1%	-0,3%	0,0%	0,1%	0,0%	-0,1%	0,2%	0,3%	0,1%

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1996 e 1999

QUADRO 35. Taxa de Crescimento Anual do Número de Empresas por Sector e Concelho, entre 1996 e 1999

	Alcochete	Barreiro	Benavente	Loures	Moita	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-1,1%	3,5%	-0,5%	3,9%	1,1%	-0,4%	0,2%	-0,6%	0,4%	0,4%	0,8%	1,1%	-0,2%
Ind. Extractiva	-	-6,9%	-15,9%	-11,1%	-	-	-24,0%	-3,3%	0,0%	-7,8%	-5,7%	-5,4%	-2,2%
Ind. Transformadora	-2,1%	-1,8%	0,1%	-0,1%	1,3%	-0,7%	1,8%	0,3%	0,5%	0,0%	-0,5%	-0,8%	0,3%
Electricidade, Gás e Água	-	-9,6%	-	-6,9%	-	-15,9%	0,0%	4,7%	10,7%	1,4%	-2,9%	-3,7%	-0,1%
Construção e Obras Públicas	3,9%	3,3%	0,3%	4,2%	3,9%	3,1%	3,9%	3,3%	3,7%	3,7%	3,3%	3,1%	2,5%
Comércio por Grosso e a Retalho	2,5%	0,1%	2,0%	1,1%	1,2%	1,2%	2,5%	1,3%	1,8%	1,2%	0,8%	0,7%	0,9%
Alojamento e Restauração	5,8%	3,3%	4,4%	3,7%	4,8%	3,6%	5,9%	4,1%	3,9%	4,0%	3,0%	2,6%	3,0%
Transportes, Armaz. e Comunic.	6,5%	0,4%	9,4%	3,2%	3,1%	1,7%	9,2%	0,6%	5,1%	3,3%	1,5%	0,9%	1,8%
Actividades Financeiras	-1,1%	2,0%	0,0%	1,3%	3,5%	1,6%	2,6%	2,7%	2,7%	1,7%	0,9%	0,7%	1,5%
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	7,7%	2,2%	3,3%	4,4%	5,0%	4,1%	7,2%	2,9%	4,7%	4,1%	3,5%	3,3%	3,7%
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	0,0%	1,9%	1,7%	1,8%	2,8%	0,3%	3,5%	2,8%	2,8%	2,1%	2,7%	2,9%	2,3%

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1996 e 1999

QUADRO 36. Sociedades Constituídas por Sector e Concelho, 1994

	Alcochete	Barreiro	Benavente	Loures	Moita	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	4	1	2	4	2	6	6	5	3	32	83
Ind. Extractiva	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	13
Ind. Transformadora	1	12	3	75	15	9	9	23	21	168	618
Electricidade, Gás e Água	-	-	-	-	1	-	-	-	2	4	16
Construção e Obras Públicas	1	13	5	66	16	11	9	32	27	180	743
Comércio por Grosso e a Retalho	4	44	12	298	39	22	35	109	92	655	2.884
Alojamento e Restauração	4	11	10	86	5	8	5	8	19	32	180
Transportes, Armaz. e Comunic.	-	4	2	35	2	3	2	17	13	76	297
Actividades Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	5
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	2	27	3	112	23	16	19	67	32	301	1.894
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	2	18	7	64	10	2	6	28	15	152	715
Total	18	130	44	742	112	70	96	305	237	1.754	8.091

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1994

QUADRO 37. Sociedades Constituídas por Sector e Concelho, 1995

	Alcochete	Barreiro	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	-	2	4	4	4	12	1	8	35	95
Ind. Extractiva	-	1	-	-	-	-	1	1	-	3	9
Ind. Transformadora	2	12	5	76	18	14	8	23	18	176	610
Electricidade, Gás e Água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	32
Construção e Obras Públicas	1	24	2	84	20	14	18	30	15	208	830
Comércio por Grosso e a Retalho	3	65	25	279	24	33	32	96	78	635	2.817
Alimentação e Restauração	4	11	4	85	5	9	7	46	28	199	786
Transportes, Armaz. e Comunic.	-	3	7	32	2	1	5	9	18	77	246
Actividades Financeiras	-	-	0	3	3	1	-	-	1	6	55
Act. Imob. Alug. e Serv. às Emp.	-	25	8	112	10	13	21	49	26	264	1.811
Serv. à Colec., Sociais e Pessoais	2	9	4	48	6	9	9	30	17	135	761
Total	12	181	67	724	90	98	113	284	210	1.739	8.152

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1995

QUADRO 38. Sociedades Constituídas por Sector e Concelho, 1996

	Alcochete	Barreiro	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. de Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	-	3	1	-	9	7	3	2	25	76
Ind. Extractiva	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	4
Ind. Transformadora	5	13	4	63	7	11	14	21	27	165	581
Electricidade, Gás e Água	-	1	-	-	1	-	-	-	-	3	12
Construção e Obras Públicas	4	13	7	68	16	11	17	32	23	191	747
Comércio por Grosso e a Retalho	5	32	20	280	24	32	35	90	75	693	2.696
Alimentação e Restauração	3	17	2	75	11	5	9	29	22	173	762
Transportes, Armaz. e Comunic.	1	5	3	27	1	1	5	10	14	67	273
Actividades Financeiras	-	-	-	4	-	-	-	-	2	1	8
Act. Imob. Alug. e Serv. às Emp.	3	31	7	103	12	18	19	51	37	281	1.876
Serv. à Colec., Sociais e Pessoais	-	20	3	54	6	6	13	22	24	148	868
Total	21	132	49	677	78	95	119	260	225	1.656	7.514

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1996

QUADRO 39. Sociedades Constituídas por Sector e Concelho, 1997

	Alcochete	Barreiro	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	1	-	7	9	2	5	3	2	4	33	90
Ind. Extractiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
Ind. Transformadora	4	10	5	75	13	12	18	17	21	173	597
Electricidade, Gás e Água	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12
Construção e Obras Públicas	2	13	8	93	19	13	17	37	31	233	858
Comércio por Grosso e a Retalho	11	42	23	275	26	27	42	93	74	613	2.715
Alimentação e Restauração	1	9	8	64	12	13	15	38	29	189	824
Transportes, Armaz. e Comunic.	-	2	6	45	2	1	7	15	26	106	342
Actividades Financeiras	-	-	-	4	1	1	-	2	-	8	42
Act. Imob. Alug. e Serv. às Emp.	7	32	15	144	19	13	25	63	54	372	2.213
Serv. à Colec., Sociais e Pessoais	-	20	4	76	13	10	10	23	16	172	954
Total	27	128	78	785	107	96	136	291	255	1.901	8.651

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1997

QUADRO 40. Sociedades Constituídas por Sector e Concelho, 1998

	Alcochete	Barreiro	Beja	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	-	2	10	1	7	12	6	1	39	99
Ind. Extractiva	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	6
Ind. Transformadora	2	17	7	72	10	11	15	21	36	191	679
Electricidade, Gás e Água	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	17
Construção e Obras Públicas	5	30	10	124	23	20	19	46	39	316	1.094
Comércio por Grosso e a Retalho	9	48	25	269	23	29	36	101	80	620	2.713
Alimentação e Restauração	5	17	7	61	10	8	10	37	22	177	832
Transportes, Armaz. e Comunic.	1	2	6	56	2	4	4	25	23	123	353
Actividades Financeiras	-	-	1	4	-	-	-	-	-	7	60
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	9	42	8	166	19	30	18	74	69	435	2.601
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	2	12	4	78	12	6	11	32	28	163	1.091
Total	34	168	70	842	100	115	126	344	296	2.095	9.545

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1999

QUADRO 41. Sociedades Constituídas por Sector e Concelho, 1999

	Alcochete	Barreiro	Beja	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	6	-	1	4	-	7	8	6	4	36	97
Ind. Extractiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Ind. Transformadora	3	6	6	53	13	9	6	20	24	140	532
Electricidade, Gás e Água	-	-	-	6	-	-	-	-	-	6	30
Construção e Obras Públicas	5	39	8	129	28	29	46	53	37	374	1.189
Comércio por Grosso e a Retalho	7	34	27	238	16	30	38	106	64	660	2.362
Alimentação e Restauração	4	12	5	66	5	12	8	30	21	163	745
Transportes, Armaz. e Comunic.	2	5	13	141	6	9	13	26	40	255	794
Actividades Financeiras	-	1	-	6	-	-	-	1	-	8	36
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	6	25	8	168	22	31	31	118	73	482	2.753
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	4	17	3	71	5	12	12	39	17	180	914
Total	37	139	71	882	95	139	162	399	280	2.204	9.455

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1999

QUADRO 42. Sociedades Dissolvidas por Sector e Concelho, 1994

	Alcochete	Barreiro	Beja	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	18
Ind. Extractiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ind. Transformadora	-	2	-	6	-	-	-	1	3	12	58
Electricidade, Gás e Água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção e Obras Públicas	-	-	-	3	1	1	-	-	-	6	68
Comércio por Grosso e a Retalho	6	3	25	4	3	3	6	6	8	65	279
Alimentação e Restauração	1	1	3	1	1	1	2	2	3	12	42
Transportes, Armaz. e Comunic.	-	-	1	1	-	-	-	1	2	5	20
Actividades Financeiras	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	9
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	-	2	-	10	-	1	-	4	2	19	118
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	-	-	-	1	-	-	-	1	1	3	32
Total	-	11	6	51	6	7	7	16	20	116	645

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1994

QUADRO 43. Sociedades Dissolvidas por Sector e Concelho, 1995

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	0
Ind. Extractiva	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	5
Ind. Transformadora	-	3	1	7	1	-	-	-	2	14	71
Electricidade, Gás e Água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção e Obras Públicas	-	1	-	4	2	-	-	2	-	12	59
Comércio por Grosso e a Retalho	1	4	1	34	1	1	2	7	0	60	288
Alojamento e Restauração	1	-	1	5	-	1	1	-	3	12	42
Transportes, Armaz. e Comunic.	-	-	-	1	-	-	1	1	1	1	4
Actividades Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Act. Imob. Alug. e Serv. às Emp.	-	1	-	11	1	1	1	-	-	15	159
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	-	3	2	4	-	1	-	3	-	13	54
Total	2	12	6	66	6	6	6	15	17	133	729

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1996

QUADRO 44. Sociedades Dissolvidas por Sector e Concelho, 1996

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	-	2	-	-	1	1	1	-	6	7
Ind. Extractiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ind. Transformadora	-	3	-	3	-	4	2	4	5	21	72
Electricidade, Gás e Água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção e Obras Públicas	-	1	-	7	3	1	1	1	1	15	72
Comércio por Grosso e a Retalho	-	8	2	38	3	5	2	7	3	68	339
Alojamento e Restauração	-	1	1	5	1	-	-	1	2	11	48
Transportes, Armaz. e Comunic.	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	9
Actividades Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Act. Imob. Alug. e Serv. às Emp.	-	-	-	2	1	1	1	1	2	8	127
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	-	-	-	3	-	-	2	2	1	8	48
Total	-	13	6	60	8	12	9	17	14	138	727

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1996

QUADRO 45. Sociedades Dissolvidas por Sector e Concelho, 1997

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	14
Ind. Extractiva	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Ind. Transformadora	-	5	-	9	2	-	-	2	3	21	83
Electricidade, Gás e Água	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	9
Construção e Obras Públicas	-	6	1	14	2	1	1	3	3	31	95
Comércio por Grosso e a Retalho	-	12	4	45	3	1	4	4	12	85	425
Alojamento e Restauração	-	1	-	8	3	-	-	2	-	14	65
Transportes, Armaz. e Comunic.	-	-	1	-	1	-	-	1	-	3	18
Actividades Financeiras	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	6
Act. Imob. Alug. e Serv. às Emp.	-	7	2	14	-	3	3	7	4	40	231
Serv. à Colect., Sociais e Pessoais	-	1	-	9	2	-	1	2	-	15	84
Total	-	36	7	100	13	6	10	21	22	214	1.032

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1996

QUADRO 46. Sociedades Dissolvidas por Sector e Concelho, 1998

	Alcochete	Barcelro	Bejavente	Loures	Melga	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	2	-	4	1	5	1	1	-	14	37
Ind. Extractiva	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	4
Ind. Transformadora	2	3	2	22	1	2	3	-	5	40	187
Electricidade, Gas e Água	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Construção e Obras Públicas	-	2	-	19	1	3	4	1	2	32	165
Comércio por Grosso e a retalho	1	19	6	81	1	3	7	27	13	168	996
Alugamento e Restauração	-	3	3	11	1	3	-	-	3	24	173
Transportes, Armaz. e Comunic.	-	-	-	2	-	-	-	1	-	3	44
Actividades Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	-	5	1	22	1	5	3	13	5	55	436
Serv. à Colect. Social e Pescarias	-	5	1	15	1	-	1	4	4	31	154
Total	3	39	13	178	7	21	19	47	32	359	2.202

Fonte: INE - Anuário Estatístico de Registo de Libras e Vale do Tejo, 1998

2. Emprego

QUADRO 47. Pessoas ao Serviço e Estrutura por Concelho e Ano, 1991-1999

	1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Alcochete	2.352	1,5%	1.861	1,2%	2.220	1,4%	1.924	1,2%	1.981	1,2%	2.279	1,5%	2.715	1,7%	2.644	1,6%
Barreiro	14.094	9,0%	13.570	8,6%	13.548	8,6%	12.194	7,6%	12.350	7,7%	11.682	7,4%	12.036	7,4%	12.186	7,2%
Benavente	4.181	2,7%	4.672	2,9%	4.713	3,0%	5.418	3,4%	5.628	3,5%	5.862	3,7%	6.427	3,9%	7.031	4,2%
Loures	60.532	38,7%	62.756	39,6%	62.662	39,9%	63.627	39,7%	62.030	38,8%	60.604	38,6%	62.303	38,1%	61.267	36,4%
Morta	6.583	4,2%	6.516	4,1%	5.509	3,5%	5.831	3,6%	6.043	3,8%	6.181	3,9%	7.262	4,4%	7.605	4,5%
Montijo	9.520	6,1%	9.816	6,2%	9.556	6,1%	9.483	5,9%	9.361	5,9%	8.723	5,6%	8.993	5,5%	8.711	5,2%
Palmela	7.899	5,0%	7.926	5,0%	9.551	6,1%	11.883	7,4%	14.547	9,1%	16.029	10,2%	16.398	10,0%	18.436	11,0%
Setúbal	30.389	19,4%	31.029	19,6%	29.180	18,6%	28.105	17,5%	27.353	17,1%	24.124	15,4%	24.611	15,1%	25.305	15,0%
V.F. Xira	20.881	13,3%	20.500	12,9%	20.182	12,8%	21.792	13,6%	20.397	12,8%	21.432	13,7%	22.703	13,9%	25.054	14,9%
ONTT	156.431	100,0%	158.646	100,0%	157.121	100,0%	160.257	100,0%	159.690	100,0%	156.916	100,0%	163.447	100,0%	168.241	100,0%
AML (ONTT/AML)	756.760	20,7%	763.019	20,8%	750.210	20,9%	735.596	21,8%	736.760	21,7%	734.375	21,4%	756.386	21,6%	763.597	22,0%
AML s/ ONTT	604.510		609.045		597.802		580.757		582.698		583.320		599.366		602.387	
PORTUGAL	2.367.450		2.391.288		2.351.254		2.336.767		2.352.587		2.379.037		2.451.632		2.485.555	

Fonte: DETEP/MTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 48. Pessoas ao Serviço por Concelho e Variação Anual, 1991-1999

	91-92	92-93	93-94	94-95	95-96	96-97	97-98
	Δ%	Δ%	Δ%	Δ%	Δ%	Δ%	Δ%
Alcochete	-20,9%	19,3%	-13,3%	3,0%	15,0%	19,1%	-2,6%
Barreiro	-3,7%	-0,2%	-10,0%	1,3%	-5,4%	3,0%	1,2%
Benavente	11,7%	0,9%	15,0%	3,9%	4,2%	9,6%	9,4%
Loures	3,7%	-0,1%	1,5%	-2,5%	-2,3%	2,8%	-1,7%
Molta	-1,0%	-15,5%	5,8%	3,6%	2,3%	17,5%	4,7%
Montijo	3,1%	-2,6%	-0,8%	-1,3%	-6,8%	3,1%	-3,1%
Palmela	0,3%	20,5%	24,4%	22,4%	10,2%	2,3%	12,4%
Setúbal	2,1%	-6,0%	-3,7%	-2,7%	-11,8%	2,0%	2,8%
V.F. Xira	-1,8%	-1,6%	8,0%	-6,4%	5,1%	5,9%	10,4%
ONTT	1,4%	-1,0%	2,0%	-0,4%	-1,7%	4,2%	2,9%
AML	0,8%	-1,7%	-1,9%	0,2%	-0,3%	3,0%	1,0%
AML s/ ONTT	0,8%	-1,8%	-2,9%	0,3%	0,1%	2,8%	0,5%
PORTUGAL	1,0%	-1,7%	-0,6%	0,7%	1,1%	3,1%	0,6%

Fonte: DETEFPMTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 49. Emprego por Sector e Concelho, 1991

	Alcochete	Barreiro	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	486	74	687	252	97	1.245	687	419	218	4.145	6.745	3.287	56.361
Ind. Extractiva	4	7	0	7	0	0	5	56	40	119	1.590	1.471	17.629
Ind. Transformadora	1.306	5.415	1.962	24.622	4.045	4.349	3.751	12.140	11.903	69.396	205.700	136.266	1.007.153
Electricidade, Gás e Água	13	317	0	871	36	38	19	674	167	2.135	6.137	6.002	25.070
Construção e Obras Públicas	132	990	236	5.849	678	693	620	2.833	1.393	13.424	63.485	50.287	217.338
Comércio por Grosso e a Retalho	166	2.219	563	15.066	881	1.582	1.661	4.787	2.844	29.789	163.478	134.252	399.705
Alojamento e Restauração	79	718	180	2.674	150	335	365	2.517	868	7.806	53.474	45.848	126.985
Transportes, Armaz. e Comunic.	21	2.229	153	3.787	109	263	175	2.575	1.002	10.314	77.456	67.295	158.688
Actividades Financeiras	38	283	59	626	79	173	100	567	332	2.257	44.667	42.489	84.811
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	12	527	49	1.102	44	129	79	902	372	3.216	42.466	39.299	71.880
Serv. à Collec., Sociais e Pessoais	102	1.315	312	5.876	464	703	387	2.919	1.742	13.630	89.542	76.024	201.830
Total	2.352	14.094	4.181	60.532	6.663	9.650	7.899	30.389	20.881	156.431	756.760	604.510	2.367.460

Fonte: DETEFPMTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 50. Emprego por Sector e Concelho, 1996

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molita	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	440	23	637	266	162	1.291	607	546	241	4.213	7.124	3.548	52.438
Ind. Extractiva	0	17	7	0	0	0	24	80	52	180	1.124	951	13.778
Ind. Transformadora	922	3.459	2.042	18.833	2.489	3.274	10.030	5.184	8.417	54.730	150.692	98.004	871.372
Electricidade, Gás e Água	3	224	23	634	21	38	19	582	137	1.681	6.210	4.552	19.328
Construção e Obras Públicas	329	1.055	398	7.345	809	756	960	1.929	1.410	14.991	64.040	49.447	239.259
Comércio por Grosso e a retalho	212	3.018	1.379	17.323	1.275	1.647	2.398	6.259	4.197	37.708	177.991	141.682	488.475
Alojamento e Restauração	137	834	282	3.181	331	327	526	2.420	1.259	9.297	61.923	52.908	157.555
Transportes, Armaz. e Comunic.	15	1.172	472	4.266	107	367	583	2.079	2.138	11.199	67.543	56.816	138.848
Actividades Financeiras	40	298	72	914	130	203	153	619	404	2.833	46.824	43.883	87.558
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	74	484	167	3.900	362	279	295	2.370	1.462	9.393	82.973	73.747	143.901
Serv. à Colec., Sociais e Pessoais	107	1.098	383	3.842	515	541	434	2.056	1.715	10.691	68.131	57.823	168.528
Total	2.279	11.682	6.862	60.604	6.181	8.723	16.029	24.124	21.432	156.916	734.375	593.320	2.379.037

Fonte: DETEFPMTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 51. Emprego por Sector e Concelho, 1998

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molita	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	407	18	594	267	174	1.160	593	334	253	3.807	6.243	3.037	51.602
Ind. Extractiva	3	10	0	29	0	0	0	68	75	185	1.078	893	14.654
Ind. Transformadora	1.078	3.703	2.301	17.428	2.905	2.866	11.115	5.847	9.198	56.239	140.013	88.075	846.129
Electricidade, Gás e Água	0	188	20	608	9	46	18	561	116	1.666	6.174	4.628	18.624
Construção e Obras Públicas	167	883	683	6.794	1.075	988	1.229	2.195	1.873	15.687	65.178	50.174	256.892
Comércio por Grosso e a retalho	384	3.063	1.572	17.425	1.550	1.681	2.622	5.940	5.193	39.410	177.116	139.278	489.257
Alojamento e Restauração	224	918	303	3.070	444	328	566	1.986	1.381	9.220	63.127	54.210	165.844
Transportes, Armaz. e Comunic.	25	1.211	503	5.007	218	443	705	2.057	2.420	12.689	70.281	58.205	145.877
Actividades Financeiras	74	303	75	998	139	165	162	642	422	3.000	44.450	41.525	83.873
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	128	645	520	5.287	493	492	849	3.641	2.219	14.252	114.805	101.073	195.501
Serv. à Colec., Sociais e Pessoais	176	1.244	460	4.376	598	522	579	2.234	2.104	12.293	75.122	63.289	187.502
Total	2.644	12.186	7.031	61.267	7.605	8.711	19.439	25.305	25.054	168.241	763.597	602.387	2.465.555

Fonte: DETEFPMTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 52. Composição Sectorial do Emprego por Concelho, 1991

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molita	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	20,7%	0,5%	16,0%	0,4%	1,5%	13,1%	8,7%	1,4%	1,0%	2,6%	0,9%	0,5%	2,4%
Ind. Extractiva	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,7%
Ind. Transformadora	55,7%	38,4%	46,9%	40,5%	61,4%	45,7%	47,5%	39,9%	57,0%	44,4%	27,2%	22,9%	42,5%
Electricidade, Gás e Água	0,6%	2,2%	0,0%	1,4%	0,5%	0,4%	0,2%	2,2%	0,8%	1,4%	1,1%	1,0%	1,1%
Construção e Obras Públicas	5,6%	7,0%	5,6%	9,7%	10,3%	7,3%	7,8%	9,3%	6,7%	8,6%	8,4%	8,3%	9,2%
Comércio por Grosso e a retalho	6,6%	15,7%	13,5%	24,9%	13,4%	16,7%	21,3%	15,8%	13,6%	19,0%	21,6%	22,2%	16,9%
Alojamento e Restauração	3,4%	5,1%	4,3%	4,3%	2,3%	3,5%	4,9%	8,5%	4,2%	5,0%	7,1%	7,6%	5,4%
Transportes, Armaz. e Comunic.	0,9%	15,8%	3,7%	6,3%	1,7%	2,8%	2,2%	8,5%	4,8%	6,6%	10,2%	11,1%	6,7%
Actividades Financeiras	1,6%	2,0%	1,4%	1,0%	1,2%	1,8%	1,3%	1,9%	1,6%	1,4%	5,9%	7,0%	3,6%
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	0,5%	3,7%	1,2%	1,8%	0,7%	1,4%	1,0%	3,0%	1,8%	2,1%	5,6%	6,5%	3,0%
Serv. à Colec., Sociais e Pessoais	4,3%	9,5%	7,5%	9,7%	7,0%	7,4%	5,0%	9,6%	8,3%	8,8%	11,8%	12,6%	8,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: DETEFPMTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 53. Composição Sectorial do Emprego por Concelho, 1996

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	19,3%	0,2%	10,8%	0,4%	2,6%	14,8%	3,8%	2,3%	1,1%	2,7%	1,0%	0,6%	2,2%
Ind. Extractiva	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,3%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,6%
Ind. Transformadora	40,5%	29,6%	34,8%	31,2%	39,9%	37,5%	62,8%	21,5%	39,3%	34,9%	20,5%	16,8%	36,6%
Electricidade, Gás e Água	0,1%	1,9%	0,4%	1,0%	0,3%	0,4%	0,1%	2,4%	0,8%	1,1%	0,8%	0,8%	0,8%
Construção e Obras Públicas	14,4%	9,0%	6,8%	12,1%	13,1%	8,7%	6,0%	8,0%	6,6%	9,6%	8,7%	8,5%	10,1%
Comércio por Grosso e a Retalho	9,3%	25,8%	23,5%	28,6%	20,6%	18,9%	15,0%	25,9%	19,8%	24,0%	24,2%	24,3%	20,4%
Alojamento e Restauração	6,0%	7,1%	4,8%	5,2%	5,4%	3,7%	3,3%	10,0%	5,9%	5,9%	8,4%	9,1%	6,6%
Transportes, Armaz. e Comunic.	0,7%	10,0%	8,1%	7,0%	1,7%	4,2%	3,0%	8,8%	10,0%	7,1%	9,2%	9,7%	5,8%
Actividades Financeiras	1,8%	2,8%	1,2%	1,5%	2,1%	2,3%	1,0%	2,8%	1,9%	1,8%	6,3%	7,5%	3,7%
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	3,2%	4,1%	2,8%	6,4%	5,9%	3,2%	1,9%	9,8%	8,8%	6,0%	11,3%	12,8%	6,0%
Serv. à Collec., Sociais e Pessoais	4,7%	9,4%	6,5%	6,3%	8,3%	6,2%	2,7%	8,5%	8,0%	6,8%	9,3%	9,9%	7,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: DEFEPP/AMTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 54. Composição Sectorial do Emprego por Concelho, 1998

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	15,4%	0,1%	8,4%	0,4%	2,3%	13,3%	3,2%	1,3%	1,0%	2,3%	0,8%	0,5%	2,1%
Ind. Extractiva	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,6%
Ind. Transformadora	40,6%	30,4%	32,7%	28,4%	38,2%	32,9%	60,3%	22,3%	36,7%	33,4%	18,3%	14,3%	34,3%
Electricidade, Gás e Água	0,0%	1,5%	0,3%	1,0%	0,1%	0,5%	0,1%	2,2%	0,5%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%
Construção e Obras Públicas	6,3%	7,2%	9,7%	11,1%	14,1%	11,3%	6,7%	8,7%	6,7%	9,3%	8,5%	8,3%	10,4%
Comércio por Grosso e a Retalho	13,8%	25,1%	22,4%	28,4%	20,4%	19,3%	14,2%	23,5%	20,7%	23,4%	23,2%	23,1%	20,2%
Alojamento e Restauração	8,5%	7,5%	4,3%	5,0%	5,8%	3,8%	3,1%	7,8%	5,5%	5,5%	8,3%	9,0%	6,7%
Transportes, Armaz. e Comunic.	0,9%	9,9%	7,2%	8,2%	2,9%	5,1%	3,8%	8,1%	9,7%	7,5%	9,2%	9,7%	5,9%
Actividades Financeiras	2,8%	2,5%	2,0%	1,6%	1,8%	2,1%	0,9%	2,5%	1,7%	1,8%	5,8%	6,9%	3,4%
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	4,8%	5,3%	7,4%	8,6%	6,5%	6,6%	4,6%	14,4%	8,9%	8,5%	15,0%	16,8%	7,9%
Serv. à Collec., Sociais e Pessoais	6,7%	10,2%	6,5%	7,1%	7,9%	6,0%	3,1%	8,8%	8,4%	7,3%	9,8%	10,5%	7,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: DEFEPP/AMTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 55. Variação da Estrutura Sectorial do Emprego por Concelho, entre 1996 e 1998

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-3,9%	0,0%	-2,4%	0,0%	-0,3%	-1,5%	-0,6%	-0,9%	-0,1%	-0,4%	-0,2%	-0,1%	-0,1%
Ind. Extractiva	-	-0,1%	-0,1%	0,0%	-	-	-0,1%	-0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ind. Transformadora	0,3%	0,8%	-2,1%	-2,8%	-1,7%	-4,6%	-2,3%	0,8%	-2,6%	-1,5%	-2,2%	-2,5%	-2,3%
Electricidade, Gás e Água	-	-0,4%	-	-0,1%	-	0,1%	0,0%	-0,2%	-0,2%	-0,1%	0,0%	0,0%	-0,1%
Construção e Obras Públicas	-8,1%	-1,8%	2,9%	-1,0%	1,0%	2,7%	0,7%	0,7%	0,1%	-0,2%	-0,2%	-0,1%	0,4%
Comércio por Grosso e a retalho	4,5%	-0,7%	-1,2%	-0,2%	-0,2%	0,4%	-0,7%	-2,5%	1,1%	-0,6%	-1,0%	-1,2%	-0,2%
Alojamento e Restauração	2,5%	0,4%	-0,5%	-0,2%	0,5%	0,0%	-0,2%	-2,2%	-0,4%	-0,4%	-0,2%	-0,1%	0,1%
Transportes, Armaz. e Comunic.	0,3%	-0,1%	-0,9%	1,1%	1,1%	0,9%	0,2%	-0,5%	-0,3%	0,3%	0,0%	-0,1%	0,1%
Actividades Financeiras	1,0%	-0,1%	-0,2%	0,1%	-0,3%	-0,2%	-0,1%	0,0%	-0,2%	0,0%	-0,5%	-0,6%	-0,3%
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	1,5%	1,1%	4,5%	2,2%	0,6%	2,4%	2,8%	4,6%	2,0%	2,5%	3,7%	4,1%	1,9%
Serv. à Colec., Sociais e Pessoais	2,0%	0,8%	0,0%	0,8%	-0,5%	-0,2%	0,4%	0,3%	0,4%	0,5%	0,6%	0,6%	0,5%

Fonte: DETEP/MTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 56. Taxa de Crescimento Anual do Emprego por Sector e Concelho, entre 1996 e 1998

	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Molta	Montijo	Palmela	Setúbal	V.F. Xira	ONTT	AML	AML s/ ONTT	PORTUGAL
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-2,6%	-7,8%	-2,3%	0,1%	2,4%	-3,5%	-0,8%	-15,1%	1,6%	-3,4%	-4,3%	-5,1%	-0,5%
Ind. Extractiva	-	-16,2%	-100,0%	-	-	-	-100,0%	-5,3%	13,0%	0,9%	-1,4%	-2,1%	2,1%
Ind. Transformadora	5,3%	2,3%	4,1%	-2,7%	5,6%	-4,3%	3,5%	2,9%	3,0%	0,9%	-2,4%	-4,2%	-1,0%
Electricidade, Gás e Água	-100,0%	-5,7%	-4,6%	-1,4%	-24,6%	6,6%	-1,8%	-1,2%	-5,4%	-2,3%	-0,2%	0,6%	-1,2%
Construção e Obras Públicas	-20,2%	-5,8%	19,7%	-2,6%	9,9%	9,3%	8,6%	4,4%	5,9%	1,5%	0,6%	0,5%	2,4%
Comércio por Grosso e a retalho	19,7%	0,5%	4,5%	0,2%	6,7%	0,7%	3,0%	-1,7%	7,4%	1,5%	-0,2%	-0,6%	0,9%
Alojamento e Restauração	17,8%	3,3%	2,4%	-1,2%	10,3%	0,1%	2,5%	-6,4%	3,1%	-0,3%	0,6%	0,8%	1,7%
Transportes, Armaz. e Comunic.	18,6%	1,1%	2,1%	5,5%	26,8%	6,5%	6,5%	-0,4%	4,2%	4,0%	1,3%	0,8%	1,7%
Actividades Financeiras	22,8%	0,6%	1,4%	3,0%	2,3%	-3,0%	1,9%	1,2%	1,5%	1,9%	-1,6%	-1,8%	-1,4%
Act. Imob., Alug. e Serv. às Emp.	19,4%	10,0%	46,0%	10,5%	10,8%	20,8%	42,2%	15,4%	14,9%	14,9%	11,4%	11,1%	10,8%
Serv. à Colec., Sociais e Pessoais	18,0%	4,2%	6,3%	4,4%	5,1%	-1,2%	10,1%	2,8%	7,1%	4,8%	3,3%	3,1%	3,6%

Fonte: DETEP/MTS - Quadros de Pessoal

QUADRO 57. Quociente de Localização, 1995 (Região Padrão: AML)

Actividade Económica	Alcochete	Barcelo	Benavente	Loures	Moita	Montijo	Palmeira	Sesimbra	V. F. Xira	ONTT	AML s/ ONTT
AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	31,58	0,22	14,77	0,51	3,16	16,68	5,13	1,98	1,47	3,22	0,52
01 Agric. prod. animal, caça e activ. dos serv. relacionados	33,12	0,23	15,49	0,53	3,29	16,98	5,29	1,98	1,53	3,32	0,50
02 Silv. exploração florestal e act. dos serv. relacionados	-	-	-	-	0,49	10,39	1,82	1,94	0,29	1,16	0,95
PESCA	0,52	1,93	-	-	-	-	-	0,83	-	0,30	1,18
05 Pesca, aquacultura e activ. dos serviços relacionados	0,52	1,93	-	-	-	-	-	0,83	-	0,30	1,18
INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	2,15	0,65	0,85	0,03	-	-	0,81	1,56	1,41	0,64	1,10
10 Extracção de hulha, lignite e turfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Extrac. de petr. bruto, gas natural e activ. dos serv. relac. s. excepto a prosp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
12 Extracção de minérios de urânio e de tório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13 Extracção e preparação de minérios metálicos	-	-	-	-	-	-	-	4,30	-	0,74	1,06
14 Outras indústrias extractivas	2,40	0,72	0,95	0,04	-	-	0,90	1,33	1,57	0,64	1,10
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	1,66	1,44	1,92	1,43	2,08	1,91	2,85	1,25	2,04	1,68	0,82
15 Indústrias alimentares e das bebidas	1,30	0,96	3,94	1,89	2,04	3,81	2,61	0,88	3,31	2,08	0,73
16 Indústria do tabaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
17 Fabricação de têxteis	-	0,58	-	1,59	0,06	-	0,42	1,25	0,43	0,97	1,00
18 Indústria do vestuário	2,42	0,42	0,02	1,96	15,59	0,23	2,34	0,09	0,49	1,72	0,79
19 Curtimenta e acabamento de peles sem pelo	-	0,13	-	0,88	-	-	-	0,37	0,31	0,45	1,14
20 Ind. da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário	3,91	3,55	0,51	0,64	6,18	28,83	0,69	0,33	0,73	2,73	0,52
21 Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	0,39	2,06	-	0,62	0,59	8,55	0,00	2,37	0,62
22 Edição, impressão e reprod. de suportes de infom. gravados	0,04	0,23	0,10	1,15	0,34	0,32	0,15	0,37	0,27	0,61	1,10
23 Fab. de coque, prod. petró. refin. e tratamento de combus. nuclear	-	2,38	3,61	0,05	9,40	-	-	-	-	0,69	1,11
24 Fabricação de produtos químicos	1,40	5,87	1,68	1,75	0,06	0,03	0,54	0,62	4,01	1,88	0,76
25 Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	4,60	4,52	1,31	-	0,18	5,90	0,72	0,75	1,79	0,82
26 Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	0,99	0,43	3,22	1,32	0,46	1,70	0,51	1,58	3,50	1,55	0,87
27 Indústrias metalúrgicas de base	-	1,00	-	2,98	-	-	3,53	0,74	0,12	1,70	0,80
28 Fab. de prod. metálicos, excepto máquinas e equipamento	8,19	2,09	0,88	1,81	1,69	0,53	0,91	1,19	3,08	1,77	0,79
29 Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	0,72	0,24	3,19	2,01	0,75	1,38	1,97	1,56	0,92	1,60	0,86
30 Fab. de maq. de escrit. e de equip. para o tratamento automático da infom.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
31 Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.	-	0,03	5,47	0,25	0,07	0,75	-	0,38	1,74	0,62	1,15
32 Fab. de equip. e de aparelhos de rádio, televisão e comum.	-	0,07	-	0,21	-	-	13,14	0,20	-	1,32	0,90
33 Fab. de apar. e instr. médico-cirurg. ortop. de prec. de opt. e de reloj.	-	0,19	-	2,92	0,22	-	-	1,80	0,07	1,47	0,86
34 Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	-	0,09	4,71	0,34	0,05	-	26,62	3,08	1,10	3,40	0,38
35 Fabricação de outro material de transporte	1,33	4,06	0,10	0,10	0,79	-	-	5,28	6,52	2,14	0,68
36 Fabricação de mobiliário, outras indústrias transformadoras, n.e.	0,57	0,92	0,05	2,87	0,51	0,18	0,24	0,25	0,98	1,41	0,88
37 Reciclagem	-	-	-	4,49	-	1,75	-	0,60	8,43	3,02	0,44
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, DE GAS E DE AGUA	0,24	2,17	0,46	1,22	0,45	0,50	0,16	2,41	0,86	1,24	0,93
40 Produção e distribuição de electricidade, de gas, de vapor e água quente	0,29	2,71	0,57	1,51	0,56	0,62	0,20	3,01	0,59	1,48	0,86
41 Captação, tratamento e distribuição de água	-	-	-	0,06	-	-	-	-	1,97	0,27	1,19
CONSTRUÇÃO	1,48	1,00	0,46	1,43	1,48	1,02	0,58	0,78	0,77	1,07	0,98
45 Construção	1,48	1,00	0,46	1,43	1,48	1,02	0,58	0,78	0,77	1,07	0,98
COMERCIO POR GROSSO E A RETALHO	0,41	1,02	0,84	1,17	0,86	0,76	0,69	0,95	0,81	0,98	1,01
50 Comércio manu. e reparação de veículos automóveis e motocicletas	0,68	1,20	1,13	1,75	0,69	1,15	0,60	1,31	1,13	1,34	0,91
51 Com. por grosso e agentes do com., excepto de veic. auto. e de moto.	0,18	0,40	0,84	1,21	0,49	0,66	1,13	0,59	0,73	0,88	1,03
52 Com. a retalho (excepto de veic. auto., moto. e combus. para veic.)	0,52	1,53	0,73	0,92	1,26	0,79	0,32	1,15	0,77	0,92	1,02
ALOJAMENTO E RESTAURACÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	0,81	0,90	0,55	0,59	0,55	0,43	0,43	1,03	0,70	0,68	1,08
55 Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	0,81	0,90	0,55	0,59	0,55	0,43	0,43	1,03	0,70	0,68	1,08
TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	0,07	1,07	0,82	0,79	0,14	0,50	0,40	0,91	0,88	0,76	1,07
60 Transportes terrestres, transp. por oleodutos ou gasodutos (pipelines)	0,12	1,70	1,88	1,29	0,18	0,47	0,36	1,01	1,56	1,14	0,97
61 Transportes por água	-	9,00	-	-	-	-	-	2,48	-	1,12	0,96
62 Transportes aéreos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
63 Activ. anexas e auxiliares dos transp., agências de viagem e de turismo	-	0,44	0,13	0,64	0,13	0,19	1,37	1,02	0,74	0,70	1,07
64 Correios e telecomunicações	0,09	0,27	0,10	0,51	0,14	0,95	0,08	0,91	0,40	0,50	1,13
ACTIVIDADES FINANCEIRAS	0,31	0,37	0,21	0,22	0,32	0,33	0,16	0,38	0,30	0,27	1,19
65 Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões	0,40	0,39	0,27	0,24	0,39	0,37	0,21	0,39	0,32	0,30	1,18
66 Seguros, fundos de pensões e de outras act. complem. de seg. social	-	0,25	-	0,13	-	0,26	0,01	0,38	0,23	0,18	1,22
67 Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	0,65	-	0,15	0,37	0,10	0,04	0,16	0,33	0,20	1,21
ACT. IMOBILIARIAS, ALUGUERES E SERV. PRESTADOS ÀS EMP.	0,26	0,36	0,28	0,71	0,30	0,31	0,16	0,85	0,37	0,55	1,12
70 Actividades imobiliárias	-	1,61	0,28	0,36	0,33	0,22	0,05	0,48	0,47	0,45	1,15
71 Aluguer de maq. e de equip. sem pessoal e de bens pessoais e domes.	0,92	0,34	5,11	1,64	0,20	1,46	0,21	0,73	0,58	1,17	0,99
72 Actividades informáticas e conexas	-	0,25	-	0,90	0,10	0,21	0,34	0,24	0,05	0,46	1,14
73 Investigação e desenvolvimento	-	-	-	0,04	-	-	-	0,55	-	0,11	1,23
74 Outras actividades de serviços prestados principalmente as empresas	0,28	0,28	0,12	0,70	0,32	0,28	0,16	0,92	0,37	0,55	1,12
SERVIÇOS A COLECTIVIDADE E PESSOAIS	0,59	1,04	0,69	0,66	0,84	0,58	0,27	1,19	0,82	0,77	1,06
75 Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	1,04	1,87	0,23	1,14	1,32	0,35	0,02	0,25	0,42	1,17
80 Educação	0,10	0,93	0,45	1,03	0,31	0,23	0,14	0,65	1,36	0,81	1,05
85 Saúde e acção social	1,65	1,26	0,84	0,50	1,72	0,97	0,49	2,26	0,88	1,01	1,00
90 Saneamento, higiene pública e actividades similares	-	3,80	-	1,15	-	-	0,15	-	-	0,75	1,06
91 Actividades associativas diversas, n.e.	0,07	0,25	-	0,55	0,17	0,16	0,15	1,08	0,25	0,48	1,13
92 Actividades recreativas, culturais e desportivas	-	0,50	0,03	0,17	0,14	0,36	0,13	0,44	0,30	0,26	1,19
93 Outras actividades de serviços	0,04	1,81	1,91	1,12	0,96	0,73	0,20	0,78	0,73	0,96	1,02
99 Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,25

Fonte: DETEPP/MTS - Quadros de Pessoal (cálculos efectuados pela equipa)

Legenda:

Quociente de Localização igual ou superior a 2

QUADRO 58. Quociente de Localização, 1996 (Região Padrão: AML)

Actividade Económica	Alcochelo	Barreiro	Benavente	Loures	Moita	Montijo	Palmeira	Setúbal	V. F. Xira	ONTT	AML s/ ONTT
AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	24,32	0,25	13,69	0,55	3,30	18,64	4,77	2,63	1,42	3,35	0,50
01 Agric. prod. animal, caça e activ. dos serv. relacionados	25,42	0,26	14,28	0,57	3,39	19,17	4,91	2,65	1,46	3,45	0,47
02 Silv. exploração florestal e act. dos serv. relacionados	-	-	0,50	0,10	1,41	7,02	1,64	2,05	0,41	1,04	0,98
PESCA	-	-	-	-	-	-	-	1,01	-	-	0,16
05 Pesca, aquacultura e activ. dos serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	1,01	-	-	0,16
INDÚSTRAS EXTRACTIVAS	-	0,95	0,78	-	-	-	0,98	2,17	1,59	0,75	1,07
10 Extracção de hulha, linhite e turfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Extracção de petr. bruto, gás natural e activ. dos serv. relac. s. excepto a prosp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 Extracção de minérios de urânio e de tório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13 Extracção e preparação de minérios metálicos	-	-	-	-	-	-	-	5,26	-	0,81	1,04
14 Outras indústrias extractivas	-	1,05	0,86	-	-	-	1,08	1,83	1,76	0,74	1,07
INDÚSTRAS TRANSFORMADORAS	1,97	1,44	1,70	1,52	1,95	1,83	3,05	1,05	1,91	1,70	0,82
15 Indústrias alimentares e das bebidas	1,01	1,14	2,03	1,93	2,15	3,75	3,12	0,97	3,35	2,14	0,70
16 Indústria do tabaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
17 Fabricação de têxteis	-	0,29	-	0,94	0,35	-	0,46	1,16	0,50	0,69	1,07
18 Indústria do vestuário	2,82	0,53	0,05	2,21	13,37	0,06	2,17	0,18	0,35	1,76	0,78
19 Curtimenta e acabamento de peles sem pelo	-	0,14	-	0,63	-	-	-	-	0,45	0,04	0,33
20 ind. da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário	16,14	3,56	0,38	0,67	5,57	26,65	0,80	0,47	0,83	2,74	0,53
21 Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	0,36	2,07	-	0,66	0,64	9,95	-	2,45	0,60
22 Edição, impressão e reprod. de suportes de infor. gravados	0,04	0,23	0,11	1,28	0,36	0,32	0,13	0,40	0,24	0,66	1,08
23 Fab. de coque, prod. petrol. refin. e tratamento de combust. nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
24 Fabricação de produtos químicos	0,83	5,41	2,43	1,87	0,09	0,34	0,56	0,84	3,99	1,98	0,75
25 Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	4,75	4,50	1,29	-	0,20	6,94	0,47	0,72	1,91	0,79
26 Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1,91	0,37	3,25	1,41	0,55	1,97	0,49	1,68	2,09	1,45	0,90
27 Indústrias metalúrgicas de base	-	1,04	-	3,42	0,12	-	3,28	1,16	0,10	1,93	0,74
28 Fab. de prod. metálicos, excepto máquinas e equipamento	7,42	2,39	0,94	1,96	2,24	0,58	1,20	1,31	2,73	1,89	0,76
29 Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	0,61	0,28	4,27	2,27	1,39	1,12	0,33	1,64	0,93	1,60	0,87
30 Fab. de maq. de escrit. e de equip. para o tratamento automático da infor.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
31 Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.	-	0,04	5,34	0,28	0,19	0,55	0,12	0,28	1,65	0,63	1,14
32 Fab. de equip. e de aparelhos de radio, televisão e comum.	-	0,08	-	0,60	-	-	13,09	0,23	-	1,61	0,83
33 Fab. de apar. e instr. médico-cirurg. ortop. de prec. de opt. e de reloj.	-	0,35	-	2,60	0,22	-	0,00	1,75	0,02	1,31	0,91
34 Fabricação de veículos automóveis, rebocues e semi-rebocues	-	0,33	3,31	0,30	0,05	-	26,83	0,96	0,85	3,27	0,41
35 Fabricação de outro material de transporte	1,11	4,57	0,14	0,13	0,95	0,03	0,51	1,12	7,84	1,75	0,79
36 Fabricação de mobiliário, outras indústrias transformadoras, n.e.	0,48	0,96	0,03	2,93	0,75	0,19	0,29	0,17	0,85	1,42	0,88
37 Reciclagem	-	-	-	2,34	1,70	-	-	0,43	4,65	1,67	0,81
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, DE GAS E DE AGUA	0,16	2,27	0,46	1,24	0,40	0,52	0,14	2,85	0,76	1,27	0,92
40 Produção e distribuição de electricidade, de gas, de vapor e agua quente	0,19	2,81	0,58	1,52	0,50	0,64	0,17	3,54	0,50	1,51	0,86
41 Captação, tratamento e distribuição de agua	-	-	-	0,06	-	-	-	-	1,82	0,27	1,19
CONSTRUÇÃO	1,66	1,04	0,78	1,39	1,50	0,99	0,69	0,92	0,75	1,10	0,97
45 Construção	1,66	1,04	0,78	1,39	1,50	0,99	0,69	0,92	0,75	1,10	0,97
COMERCIO POR GROSSO E A RETALHO	0,38	1,07	0,97	1,18	0,85	0,78	0,62	1,07	0,81	0,99	1,00
50 Comércio, manuál. e reparação de veículos automóveis e motocicletas	0,63	1,22	1,15	1,78	0,59	1,14	0,60	2,06	1,01	1,43	0,89
51 Com. por grosso e agências do com. excepto de veic. auto. e de moto	0,15	0,40	1,05	1,20	0,53	0,62	0,97	0,51	0,77	0,87	1,03
52 Com. a retalho (excepto de veic. auto, moto, e combust. para veic.)	0,51	1,63	0,83	0,93	1,26	0,79	0,29	1,22	0,77	0,93	1,02
ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	0,71	0,85	0,57	0,62	0,64	0,44	0,39	1,19	0,70	0,70	1,08
55 Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	0,71	0,85	0,57	0,62	0,64	0,44	0,39	1,19	0,70	0,70	1,08
TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	0,07	1,09	0,88	0,77	0,19	0,46	0,40	0,94	1,08	0,78	1,06
60 Transportes terrestres, transp. por produtos ou gasodutos (pipe-lines)	0,11	1,60	1,92	1,25	0,22	0,24	0,35	1,16	1,97	1,18	0,96
61 Transportes por agua	-	10,71	-	-	-	-	-	2,90	-	1,24	0,92
62 Transportes aéreos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
63 Activ. anexas e auxiliares dos transp., agências de viagem e de turismo	-	0,49	0,24	0,45	0,05	0,38	1,44	1,01	0,88	0,67	1,08
64 Correios e telecomunicações	0,08	0,27	0,12	0,58	0,30	1,03	0,08	0,76	0,42	0,50	1,12
ACTIVIDADES FINANCEIRAS	0,28	0,40	0,19	0,24	0,33	0,37	0,15	0,40	0,30	0,28	1,18
65 Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões	0,35	0,42	0,24	0,26	0,39	0,42	0,19	0,41	0,31	0,31	1,18
66 Seguros, fundos de pensões e de outras act. complet. de seg. social	-	0,23	-	0,13	-	0,22	-	0,38	0,23	0,17	1,21
67 Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	0,72	0,05	0,21	0,49	0,10	0,06	0,32	0,31	0,26	1,19
ACT. IMOBILIARIAS, ALUGUERES E SERV. PRESTADOS AS EMP.	0,29	0,37	0,25	0,57	0,52	0,28	0,16	0,87	0,80	0,53	1,12
70 Actividades imobiliárias	0,33	1,63	0,33	0,40	0,50	0,44	0,16	0,52	0,44	0,49	1,13
71 Aluguer de maq. e de equip. sem pessoal e de bens pessoais e domés	1,02	0,37	5,17	1,94	0,14	1,34	0,18	0,87	0,23	1,25	0,97
72 Actividades informáticas e conexas	-	0,25	-	0,93	0,09	0,21	-	0,29	0,04	0,45	1,14
73 Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	0,72	-	0,11	1,23
74 Outras actividades de serviços prestados principalmente as empresas	0,28	0,29	0,09	0,52	0,56	0,24	0,17	0,93	0,67	0,52	1,12
SERVIÇOS A COLECTIVIDADE E PESSOAIS	0,51	1,01	0,70	0,68	0,90	0,67	0,29	0,92	0,86	0,73	1,07
75 Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	1,09	1,63	0,14	1,25	1,25	0,85	0,02	0,28	0,44	1,16
80 Educação	0,11	1,01	0,24	1,10	0,56	0,26	0,14	0,58	0,68	0,74	1,06
85 Saúde e acção social	1,30	1,25	0,99	0,56	1,70	1,18	0,53	1,38	1,55	0,98	1,01
90 Saneamento, higiene pública e actividades similares	-	1,23	-	1,00	-	-	0,10	-	-	0,49	1,13
91 Actividades associativas diversas, n.e.	0,11	0,42	-	0,47	0,16	0,11	0,13	1,28	0,21	0,46	1,13
92 Actividades recreativas, culturais e desportivas	0,09	0,61	0,09	0,21	0,20	0,42	0,15	0,56	0,31	0,30	1,18
93 Outras actividades de serviços	0,12	1,31	2,09	1,04	0,86	0,79	0,18	0,80	0,72	0,90	1,04
99 Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26

Fonte: DETEFP/MTS - Quadros de Pessoal (cálculos efectuados pela equipa)

Legenda: Quociente de Localização igual ou superior a 2

QUADRO 59. Quociente de Localização, 1997 (Região Padrão: AML)

Actividade Económica	Alcochete	Barreiro	Bonavente	Loures	Miolã	Montijo	Palmela	Setúbal	V. F. Xira	ONTT	AML s/ ONTT
AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	22,31	0,33	11,59	0,52	3,06	18,61	4,69	2,54	1,39	3,26	0,50
01 Agric. prod. animal, caça e activ. dos serv. relacionados	23,25	0,34	12,08	0,54	2,93	19,30	4,78	2,50	1,43	3,34	0,48
02 Silv. exploração florestal e act. dos serv. relacionados	-	-	-	0,05	6,29	2,18	2,58	3,31	0,43	1,24	0,92
PESCA	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	0,15	1,22
05 Pesca, aquicultura e activ. dos serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-	0,15	1,22
INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	-	0,83	-	0,04	-	-	0,38	1,90	0,93	0,53	1,12
10 Extracção de hulha, linhite e turfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Extracção de petr. bruto, gás natural e activ. dos serv. relac. s. excepto a prosp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 Extracção de minérios de urânio e de tório	-	-	-	-	-	-	-	5,25	-	0,79	1,05
13 Extracção e preparação de minérios metálicos	-	-	-	-	-	-	-	1,54	1,03	0,50	1,13
14 Outras indústrias extractivas	-	0,92	-	0,04	-	-	0,42	1,54	1,03	0,50	1,13
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	1,90	1,44	1,83	1,49	2,12	1,75	3,08	1,10	1,96	1,72	0,81
15 Indústrias alimentares e das bebidas	1,24	0,81	3,72	2,14	1,80	3,74	2,48	1,12	3,23	2,20	0,70
16 Indústria do tabaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
17 Fabricação de têxteis	-	0,84	0,15	1,30	0,53	-	0,65	1,10	0,70	0,91	1,01
18 Indústria do vestuário	2,43	0,38	0,07	2,17	13,02	0,07	1,90	0,20	0,39	1,76	0,78
19 Curtimenta e acabamento de peles sem pelo	-	0,15	-	0,87	-	-	0,72	0,44	-	0,48	1,13
20 Ind. da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário	20,45	3,12	0,48	0,64	3,78	25,29	0,60	0,69	0,96	2,69	0,53
21 Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	-	0,47	2,09	-	0,65	0,60	10,50	-	2,49	0,59
22 Edição, impressão e reprod. de suportes de infor. gravados	0,03	0,19	0,05	1,23	0,45	0,33	0,07	0,39	0,24	0,62	1,09
23 Fab. de coque, prod. petról. refin. e tratamento de combus. nuclear	-	-	-	-	-	-	-	3,26	-	0,49	1,13
24 Fabricação de produtos químicos	0,57	6,91	1,28	1,95	0,09	0,31	0,59	0,92	4,47	2,15	0,69
25 Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	5,71	5,19	1,34	0,27	0,22	1,75	0,50	0,60	1,49	0,91
26 Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1,46	0,15	3,48	1,43	0,51	1,83	0,51	1,97	1,94	1,46	0,90
27 Indústrias metalúrgicas de base	-	0,70	-	2,08	-	-	2,14	0,83	0,02	1,19	0,94
28 Fab. de apar. metálicos, excepto máquinas e equipamento	6,06	1,88	0,97	1,73	5,10	0,71	1,37	1,30	2,75	1,92	0,75
29 Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	0,70	0,25	1,99	2,29	2,37	0,52	0,56	1,41	1,13	1,54	0,86
30 Fab. de maq. de escrit. e de equip. para o tratamento automático da infor.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
31 Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.	-	0,07	5,28	0,26	0,17	0,86	0,17	0,41	1,77	0,69	1,13
32 Fab. de equip. e de aparelhos de rádio, televisão e comum	-	-	-	0,52	-	-	14,06	0,05	-	1,61	0,82
33 Fab. de apar. e instr. médico-cirur. ortop. de prec. de opt. e de reloj.	-	0,18	-	2,71	0,20	-	-	1,46	0,03	1,28	0,91
34 Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	-	0,45	5,75	0,35	-	-	27,80	1,17	0,65	3,45	0,38
35 Fabricação de outro material de transporte	-	4,84	-	0,05	0,58	0,06	0,24	1,18	8,76	1,82	0,76
36 Fabricação de mobiliário, outras indústrias transformadoras, n.e.	0,78	0,97	0,02	2,19	0,56	0,29	2,21	0,18	1,17	1,37	0,89
37 Reciclagem	-	-	-	3,49	5,23	1,92	-	0,42	4,67	2,41	0,61
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, DE GÁS E DE ÁGUA	-	2,20	0,43	1,24	0,33	0,56	0,14	2,88	0,71	1,25	0,93
40 Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente	-	2,75	0,53	1,54	0,41	0,69	0,18	3,59	0,45	1,49	0,86
41 Captação, tratamento e distribuição de água	-	-	-	0,06	-	-	-	-	1,78	0,27	1,19
CONSTRUÇÃO	1,57	0,86	1,03	1,43	1,43	1,38	0,80	0,96	0,75	1,15	0,96
45 Construção	1,57	0,86	1,03	1,43	1,43	1,38	0,80	0,96	0,75	1,15	0,96
COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO	0,47	1,12	0,92	1,16	0,82	0,78	0,62	1,07	0,87	0,99	1,00
50 Comércio, mant. e reparação de veículos automóveis e motocicletas	0,58	1,04	1,19	1,76	0,99	1,14	0,68	2,15	1,08	1,45	0,88
51 Com. por grosso e agentes do com., excepto de veic. auto. e de moto.	0,30	0,64	1,01	1,20	0,42	0,69	0,96	0,52	0,85	0,90	1,03
52 Com. a retalho (excepto de veic. auto., moto. e combus. para veic.)	0,58	1,57	0,73	0,91	1,12	0,72	0,28	1,18	0,81	0,91	1,02
ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	0,81	0,80	0,51	0,66	0,67	0,43	0,39	1,02	0,69	0,68	1,08
53 Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	0,81	0,80	0,51	0,66	0,67	0,43	0,39	1,02	0,69	0,68	1,08
TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	0,10	1,16	0,83	0,84	0,28	0,50	0,46	0,89	1,00	0,80	1,05
60 Transportes terrestres, transp. por oleodutos ou gasodutos (pipelines)	0,16	1,64	1,83	1,39	0,26	0,46	0,37	1,15	1,66	1,20	0,95
61 Transportes por água	-	10,97	-	-	-	-	-	2,85	-	1,24	0,92
62 Transportes aéreos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
63 Activ. anexas e auxiliares dos transp., agências de viagem e de turismo	-	0,54	0,04	0,35	0,06	0,37	1,56	0,96	1,06	0,65	1,09
64 Correios e telecomunicações	0,12	0,39	0,17	0,69	0,57	0,87	0,22	0,65	0,45	0,56	1,11
ACTIVIDADES FINANCEIRAS	0,40	0,43	0,20	0,24	0,31	0,35	0,16	0,42	0,31	0,29	1,18
65 Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões	0,51	0,43	0,25	0,26	0,37	0,37	0,20	0,43	0,31	0,31	1,18
66 Seguros, fundos de pensões e de outras act. complem. de seg. social	-	0,38	-	0,15	-	0,34	-	0,41	0,30	0,21	1,20
67 Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	0,50	0,10	0,25	0,32	0,11	0,08	0,32	0,34	0,26	1,19
ACT. IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERV. PRESTADOS AS EMP.	0,39	0,40	0,28	0,57	0,40	0,27	0,19	0,88	0,56	0,53	1,12
70 Actividades imobiliárias	0,26	1,53	0,48	0,46	0,43	0,56	0,26	0,51	0,65	0,55	1,12
71 Aluguer de maq. e de equip. sem pessoal e de bens pessoais e domés	1,23	0,33	5,74	1,65	0,12	1,61	0,70	0,63	0,48	1,23	0,99
72 Actividades informáticas e conexas	0,17	0,26	-	0,91	0,04	0,18	-	0,26	0,05	0,43	1,15
73 Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	0,88	-	0,40	-	0,11	1,23
74 Outras actividades de serviços prestados principalmente as empresas	0,39	0,34	0,12	0,53	0,43	0,21	0,18	0,95	0,59	0,51	1,12
SERVIÇOS A COLECTIVIDADE E PESSOAS	0,59	1,07	0,73	0,70	0,86	0,67	0,31	0,92	0,89	0,75	1,06
75 Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	0,58	1,66	0,15	1,09	1,34	0,37	0,03	0,49	0,40	1,17
80 Educação	0,17	1,02	0,22	1,07	0,62	0,23	0,13	0,62	0,79	0,75	1,06
85 Saúde e acção social	1,44	1,34	0,97	0,58	1,46	1,10	0,57	1,40	1,51	0,98	1,00
90 Saneamento, higiene pública e actividades similares	0,00	5,32	-	3,25	-	-	0,08	0,21	0,00	1,67	0,81
91 Actividades associativas diversas, n.e.	0,05	1,07	0,02	0,45	0,43	0,13	0,17	1,27	0,05	0,49	1,13
92 Actividades recreativas, culturais e desportivas	0,11	0,52	0,08	0,19	0,14	0,40	0,15	0,50	0,29	0,28	1,19
93 Outras actividades de serviços	0,17	1,05	2,45	1,08	0,96	1,04	0,30	0,81	0,83	0,96	1,03
99 Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DETEFP/MTS - Quadros de Pessoal (cálculos efectuados pela equipa)

Legenda: Quociente de Localização igual ou superior a 2

QUADRO 60. Quociente de Localização, 1998 (Região Padrão: AML)

Actividade Económica	Alcochete	Barreiro	Benavente	Loures	Mollta	Montijo	Palmela	Seitbal	V. F. Xira	ONTT	AML s/ ONTT
AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E SILVICULTURA	23,47	0,23	12,88	0,66	3,49	20,30	4,90	1,75	1,45	3,39	0,47
01 Agric. prod. animal, caça e activ. dos serv. relacionados	24,36	0,23	13,37	0,69	3,56	20,96	4,93	1,69	1,48	3,47	0,45
02 Silv. exploração florestal e act. dos serv. relacionados	-	-	-	-	1,66	2,89	4,10	3,32	0,50	1,25	0,92
PESCA	-	-	-	-	-	-	-	1,05	0,37	0,21	-
05 Pesca, aquacultura e activ. dos serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	1,05	0,37	0,21	1,21
INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	-	-	-	-	-	-	-	1,90	2,12	0,78	-
10 Extracção de hulha, linhite e turfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Extrac. de petr. bruto, gas natural e activ. dos serv. relac. s, excepto a prosp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 Extracção de minerais de uranio e de torio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13 Extracção e preparação de minerais metalicos	-	-	-	-	-	-	-	4,99	-	0,75	1,06
14 Outras industrias extractivas	0,90	0,65	-	0,38	-	-	-	1,54	2,37	0,78	1,05
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	2,22	1,66	1,78	1,55	2,08	1,79	3,29	1,22	2,00	1,82	0,78
15 Industrias alimentares e das bebidas	1,47	0,77	4,11	2,22	1,81	4,48	3,01	1,11	3,41	2,38	0,65
16 Industria do tabaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,27
17 Fabricação de têxteis	0,00	0,72	0,15	1,39	1,70	0,06	0,70	0,82	0,85	0,99	0,99
18 Industria do vestuário	2,57	0,80	0,14	2,24	14,36	0,12	1,72	0,21	0,35	1,85	0,75
19 Curtimenta e acabamento de peles sem pelo	-	-	-	-	1,08	0,00	0,00	0,48	0,00	0,00	0,45
20 Ind. da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário	24,49	2,94	0,31	0,67	3,88	24,88	0,45	0,78	0,76	2,60	0,55
21 Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	-	0,38	0,84	2,11	-	0,91	1,00	10,88	0,00	2,62	0,54
22 Edição, impressão e reproduç. de suportes de infor. gravados	0,03	0,20	0,04	1,37	0,40	0,16	0,05	0,39	0,24	0,64	1,09
23 Fab. de coque, prod. petrol. refin. e tratamento de combust. nuclear	-	-	-	-	-	-	-	5,42	0,00	0,82	1,04
24 Fabricação de produtos quimicos	0,26	7,96	1,52	2,09	0,09	0,29	0,50	0,74	5,82	2,46	0,60
25 Fabricação de artigos de borracha e de materias plasticas	-	5,73	5,17	1,70	0,29	0,11	1,82	0,84	0,38	1,65	0,87
26 Fabricação de outros produtos minerais não metalicos	2,03	0,17	3,91	1,40	0,50	1,96	0,53	1,71	1,99	1,45	0,91
27 Industrias metalurgicas de base	-	0,61	-	2,12	0,07	-	2,21	0,90	0,01	1,20	0,93
28 Fab. de prod. metalicos, excepto maquinas e equipamento	7,00	2,29	1,40	1,82	4,05	0,82	1,40	1,34	2,17	1,90	0,75
29 Fabricação de maquinas e de equipamentos, n.e.	1,42	0,24	1,78	2,26	3,10	0,30	1,99	1,45	1,08	1,69	0,82
30 Fab. de maq. de escrit. e de equip. para o tratam. automatico da infor.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 Fabricação de maquinas e aparelhos electricos, n.e.	-	0,09	1,88	0,39	0,27	1,07	0,08	0,70	2,05	0,71	1,09
32 Fab. de equip. e de aparelhos de radio, televisao e comum	-	-	-	0,50	-	-	12,35	0,03	-	1,54	0,84
33 Fab. de apar. e instr. medico-cirurg. ortop. de prec. de opt. e de reloj.	-	0,18	-	2,81	0,24	-	-	1,45	0,01	1,27	0,91
34 Fabricação de veiculos automoveis, reboques e semi-reboques	-	0,48	6,63	0,24	0,00	-	27,25	1,06	0,37	3,60	0,34
35 Fabricação de outro material de transporte	-	4,86	0,00	0,05	0,57	0,06	0,71	3,98	8,86	2,40	0,60
36 Fabricação de mobiliario, outras industrias transformadoras, n.e.	0,48	1,28	0,02	2,25	0,65	0,73	2,08	0,18	0,77	1,36	0,89
37 Reciclagem	-	1,40	0,00	2,88	4,12	1,64	0,46	2,70	4,78	2,59	0,54
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, DE GAS E DE AGUA	0,00	1,91	0,35	1,23	0,15	0,65	0,12	2,74	0,57	1,15	0,95
40 Produção e distribuição de electricidade, de gas, de vapor e agua quente	-	2,36	0,43	1,50	0,18	0,81	0,15	3,39	0,32	1,36	0,89
41 Captação, tratamento e distribuição de agua	-	-	-	0,06	-	-	-	-	1,63	0,27	1,19
CONSTRUÇÃO	0,74	0,85	1,14	1,30	1,66	1,33	0,78	1,02	0,78	1,09	0,98
43 Construção	0,74	0,85	1,14	1,30	1,66	1,33	0,78	1,02	0,78	1,09	0,98
COMERCIO POR GROSSO E A RETALHO	0,59	1,08	0,96	1,23	0,88	0,83	0,61	1,01	0,89	1,01	1,00
50 Comercio, manut. e reparação de veiculos automoveis e motocicletas	1,11	1,10	1,13	1,93	1,07	1,23	0,67	1,58	0,93	1,41	0,89
51 Com. por grosso e agentes do com., excepto de veic. auto. e de moto	0,44	0,49	1,11	1,28	0,45	0,73	0,96	0,53	0,78	0,91	1,03
52 Com. a retalho (excepto de veic. auto., moto, e combus. para veic.)	0,55	1,61	0,77	0,92	1,20	0,78	0,28	1,24	0,98	0,95	1,01
ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO (RESTAURANTES E SIMILARES)	1,02	0,91	0,52	0,61	0,71	0,46	0,37	0,95	0,67	0,66	1,09
55 Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1,02	0,91	0,52	0,61	0,71	0,46	0,37	0,95	0,67	0,66	1,09
TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	0,10	1,08	0,78	0,89	0,31	0,55	0,42	0,88	1,05	0,81	1,05
60 Transportes terrestres, transp. por oleodutos ou gasodutos (pipelines)	0,15	1,52	1,70	1,61	0,21	0,50	0,31	1,14	1,82	1,28	0,93
61 Transportes por agua	-	11,43	-	-	-	-	-	3,03	-	1,28	0,91
62 Transportes aereos	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	0,00	1,27
63 Activ. anexas e auxiliares dos transp., agencias de viagem e de turismo	-	0,56	0,33	0,41	0,47	0,67	1,37	1,04	1,20	0,74	1,06
64 Correios e telecomunicações	0,14	0,40	0,13	0,59	0,51	0,83	0,21	0,61	0,39	0,49	1,13
ACTIVIDADES FINANCEIRAS	0,48	0,43	0,18	0,28	0,31	0,36	0,15	0,44	0,29	0,31	1,18
65 Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões	0,64	0,44	0,23	0,32	0,40	0,39	0,20	0,46	0,30	0,34	1,17
66 Seguros, fundos de pensões e de outras act. complem. de seg. social	-	0,31	0,00	0,14	-	0,32	-	0,34	0,22	0,18	1,22
67 Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	0,61	0,13	0,22	0,16	0,14	0,03	0,40	0,30	0,25	1,20
ACT. IMOBILIARIAS, ALUGUERES E SERV. PRESTADOS AS EMP.	0,32	0,35	0,49	0,57	0,43	0,38	0,31	0,96	0,59	0,56	1,12
70 Actividades imobiliarias	0,64	1,22	0,36	0,57	0,48	0,61	0,24	0,56	0,58	0,57	1,11
71 Aluguer de maq. e de equip. sem pessoal e de bens pessoais e domes	-	0,29	5,03	1,95	0,38	1,59	0,19	0,67	0,63	1,26	0,98
72 Actividades informaticas e conexas	-	0,12	-	0,64	0,15	0,17	-	0,20	0,14	0,31	1,18
73 Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	0,83	-	0,16	0,00	0,07	1,25
74 Outras actividades de serviços prestados principalmente as empresas	0,33	0,31	0,43	0,54	0,45	0,34	0,33	1,04	0,62	0,57	1,11
SERVIÇOS À COLECTIVIDADE E PESSOAIS	0,68	1,04	0,67	0,73	0,80	0,61	0,32	0,90	0,85	0,74	1,07
75 Administração pública, defesa e segurança social obrigatoria	-	0,62	1,84	0,15	1,42	1,55	0,64	0,02	0,54	0,47	1,16
80 Educação	0,21	1,01	0,22	1,23	0,59	0,24	0,15	0,70	0,81	0,82	1,04
85 Saude e acção social	1,42	1,27	0,73	0,58	1,27	1,02	0,49	1,17	1,33	0,89	1,03
90 Saneamento, higiene publica e actividades similares	-	7,86	-	3,35	-	-	-	3,73	0,19	-	2,23
91 Actividades associativas diversas, n.e.	0,19	0,37	0,46	0,43	0,28	0,09	0,16	1,10	0,04	0,41	1,16
92 Actividades recreativas, culturais e desportivas	0,11	0,55	0,06	0,20	0,16	0,38	0,08	0,65	0,29	0,29	1,19
93 Outras actividades de serviços	0,52	1,11	2,30	1,07	0,98	0,60	0,27	0,81	0,89	0,94	1,03
99 Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DETEFP/MTS - Quadros de Pessoal (cálculos efectuados pela equipa)

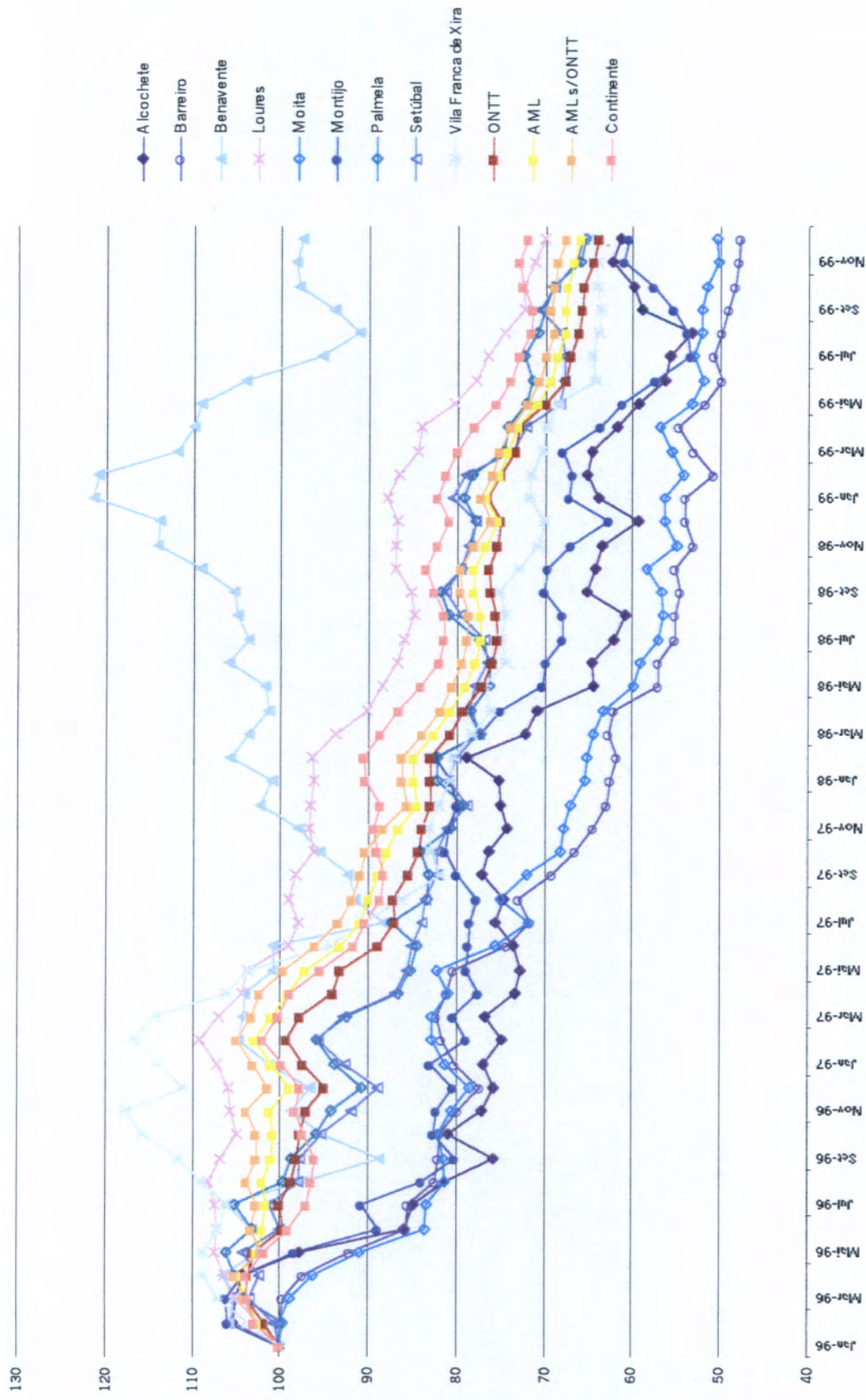
Legenda: Aumento do Quociente de Localização nos últimos 4 anos
 Manutenção
 Diminuição

QUADRO 61. Quociente de Diversificação por Concelho, 1995 a 1998

	1995	1996	1997	1998
Alcochete	0,46	0,54	0,50	0,48
Barreiro	0,33	0,32	0,31	0,33
Benavente	0,42	0,39	0,39	0,37
Loures	0,24	0,24	0,24	0,25
Moita	0,44	0,39	0,39	0,38
Montijo	0,41	0,43	0,42	0,41
Palmela	0,52	0,53	0,51	0,51
Seiúbal	0,22	0,21	0,19	0,18
V. F. Xira	0,32	0,30	0,29	0,29
ONTT	0,21	0,22	0,22	0,22
AML s/ONTT	0,05	0,06	0,06	0,06

Fonte: DETEP/MTS - Quadros de Pessoal (cálculos efectuados pela equipa)

FIGURA 41. Desemprego Registrado por Mês (Índice: ano de 1996=100), 1996 a 1999



Fonte: IEFP - Estatísticas do Desemprego Registrado

3. Inquérito às Empresas

3.1. Objectivos e Metodologia do Inquérito

O inquérito por questionário (ver formulário no ponto 3.2) realizado no âmbito do presente estudo foi efectuado por telefone, entre os dias 12 de Fevereiro e 2 de Março de 2001, a uma amostra de 391 empresas.

Objectivos do inquérito

O inquérito teve como objectivo geral relacionar a evolução da actividade das empresas com os impactes directos e indirectos da nova travessia, assim como identificar os benefícios percebidos pelos agentes económicos face à Nova Travessia. Para tal foram consideradas duas amostras distintas: uma com empresas instaladas na zona ONTT até 1996 inclusive, e outra com empresas que se instalaram na zona ONTT após esta data.

Os objectivos específicos do inquérito foram os seguintes:

- Analisar a evolução recente da actividade económica das empresas em termos de volume de vendas e de pessoal ao serviço;
- Identificar as expectativas dos empresários face à evolução da actividade das suas empresas, em termos de volume de negócios e de pessoal ao serviço;
- Analisar a percepção dos agentes económicos face aos benefícios conseguidos com as novas acessibilidades, relativamente à actividade das empresas e à actividade económica do concelho onde se encontram instaladas;
- Analisar os impactes provocados no mercado de trabalho no contexto das novas acessibilidades;
- Analisar a utilização da infra-estrutura pelas empresas;

- Para as empresas instaladas na zona ONTT antes da construção da PVG, procurou-se ainda perceber como a nova travessia influenciou a actividade das empresas num vasto conjunto de aspectos, nomeadamente, acesso aos mercados, dinamismo económico, disponibilidade de mão-de-obra qualificada, oportunidades de investimento, custos operacionais.
- Para as empresas instaladas na fase final da construção da PVG (após 1996) procurou-se identificar a influência da construção da nova ponte na decisão de instalar um estabelecimento na zona ONTT. Foi considerado, para efeitos de análise dos impactes da PVG, o ano de 1996 (e não o de 1998) como separação do período anterior e posterior à construção daquela infra-estrutura, em virtude de as dinâmicas associadas à nova ponte se iniciarem de forma antecipada à sua abertura.
- Para as empresas de construção civil e promoção imobiliária os objectivos específicos do inquérito são:
 - ✓ perceber as estratégias construtivas dos promotores imobiliários face às novas acessibilidades;
 - ✓ identificar a procura prevista na concepção dos projectos de construção e a procura verificada;
 - ✓ identificar os estratos sócio-económicos dos compradores de habitação e os destinos a que se dirige (1ª habitação/2ª habitação);
 - ✓ avaliar a actual taxa de colocação no mercado de fogos e as perspectivas relativamente a novos empreendimentos a desenvolver na zona do ONTT.

Universo

O universo ou a população alvo do inquérito é o conjunto das empresas instaladas nos concelhos da ONTT. Para a obtenção da informação respeitante a esta população alvo utilizou-se o ficheiro de empresas dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

A listagem das empresas constantes no referido ficheiro em 1998 (último ano disponível) constituiu desta forma a base de sondagem utilizada, da qual apresentamos em seguida a distribuição das empresas existentes no referido ficheiro por área geográfica e sector de actividade.

<i>Universo</i>		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V. F. Xira	Alverca e Loures	Total
Agricultura, Produção Animal, Pesca e Indústrias Extractivas	N.º %	126 10,0	38 1,4	247 6,3	105 6,2	53 0,6	569 3,2
Indústrias Transformadoras	N.º %	234 18,6	383 14,0	514 13,0	217 12,7	1.588 19,3	2.936 16,5
Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	N.º %	2 0,2	5 0,2	13 0,3	8 0,5	10 0,1	38 0,2
Construção e Promoção Imobiliária	N.º %	85 6,8	224 8,2	264 6,7	104 6,1	591 7,2	1.268 7,1
Comércio a retalho	N.º %	308 24,5	934 34,2	1.074 27,3	510 29,9	2.313 28,2	5.139 28,8
Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem	N.º %	139 11,1	211 7,7	493 12,5	238 14,0	1.311 16,0	2.392 13,4
Restauração e Hotelaria	N.º %	132 10,5	344 12,6	463 11,7	211 12,4	910 11,1	2.060 11,5
Serviços	N.º %	231 18,4	590 21,6	873 22,2	310 18,2	1.439 17,5	3.443 19,3
<i>Total</i>	N.º %	1.257 100,0	2.729 100,0	3.941 100,0	1.703 100,0	8.215 100,0	17.845 100,0

Amostra Seleccionada

Face aos objectivos e ao universo de empresas foi definido o seguinte Plano de Amostragem:

- a) População alvo: empresas instaladas nos concelhos da ONTT
- b) Método de Selecção da Amostra

Foi escolhido o método de amostragem estratificada de forma a garantir respostas de empresas de diferentes características. Das características disponíveis na base de sondagem, foram consideradas pertinentes para o presente estudo o sector de actividade, a dimensão da empresa quanto ao número de trabalhadores e a localização geográfica das empresas. Foram escolhidas estas variáveis de estratificação pelo facto de se pressupor que os impactes da PVG seriam distintos consoante estas características das empresas.

Dentro de cada uma destas três variáveis foram seleccionadas as seguintes categorias:

- *Zona geográfica:* as classes correspondentes às diferentes zonas geográficas consideradas foram obtidas com base na localização face à nova ponte segundo a distância tempo. Desta forma, a classificação foi realizada com base nos ganhos de acessibilidade (em minutos) face à criação da nova travessia e acessibilidades complementares, obtendo-se as seguintes classes:
 - Alcochete e Montijo
 - Barreiro e Moita
 - Palmela e Setúbal
 - Benavente e Vila Franca de Xira (excepto Alverca)
 - Alverca¹⁰ e Loures

Foram definidos ainda valores óptimos para o peso de cada uma destas componentes no total da amostra, de forma a garantir um maior número de empresas dos concelhos que obtiveram maiores ganhos de tempo com a construção da PVG, evitando igualmente que as empresas de Palmela/Setúbal e Alverca/Loures obtivessem um peso excessivo na amostra, em virtude destas empresas representarem quase 70% do universo. Desta forma, atribuiu-se um peso bastante superior à zona Alcochete/Montijo, seguindo-se Barreiro e Moita; às restantes áreas foi atribuído um peso no total da amostra idêntico.

- *Sector de actividade:*

Relativamente ao sector de actividade iniciou-se o processo de determinação dos sectores a considerar por eliminar da população alvo o sector da Agricultura, Produção Animal, Pesca e Indústrias Extractivas, pela reduzida representatividade que este sector tem nos Quadros de Pessoal; foram igualmente eliminadas as empresas de Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água, pelo seu reduzido peso no conjunto das empresas que constituem a população alvo.

Por outro lado, com o objectivo de se conseguir mais informação sobre os sectores de maior significado, optou-se por menosprezar alguns sectores em benefício de outros. Desta forma, para a zona Alcochete/Montijo, por se ter

¹⁰ Apesar de Alverca não ser concelho, mas sim uma localidade pertencente ao concelho de V.F. de Xira, para o inquérito efectuado Alverca foi agrupada ao concelho de Loures devido à sua localização face à PVG.

chegado a um número óptimo razoável de empresas a inquirir, foram constituídos os seguintes sectores:

- Indústria transformadora
- Construção e Promoção Imobiliária
- Comércio a Retalho
- Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem
- Restauração e Hotelaria
- Serviços

A inclusão na mesma categoria das empresas de Construção e Promoção Imobiliária, por um lado, e de Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem, teve por base o pressuposto de que sentiriam os efeitos da ponte, e reagiriam a eles de forma semelhante.

Para as restantes zonas, às quais se iria administrar o inquérito a um menor número de empresas, optou-se por constituir sectores, para efeitos de análise, tendo em vista poder evidenciar melhor os efeitos da construção da nova ponte; desta forma, para estas zonas foram seleccionados os seguintes sectores:

- Indústria transformadora
- Construção e Promoção Imobiliária
- Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem

• *Nº de Trabalhadores:*

Para a dimensão das empresas foram seleccionadas três categorias, com base no conceito de Pequena e Média Empresa recomendado pela Comissão Europeia:

- 1 a 9 pessoas ao serviço (Microempresas)
- 10 a 49 (Pequenas Empresas)
- 50 e mais (Médias e Grandes empresas)

Escolhidos os critérios de estratificação foi constituída uma tabela representando o universo estratificado pelas três variáveis seleccionadas, obtendo-se um conjunto

de 54 estratos¹¹, constituídos por grupos de empresas mutuamente exclusivos, através das combinações possíveis entre cada uma das componentes da área geográfica, sector de actividade e dimensão da empresa. Obtidos os estratos, foi efectuada uma selecção aleatória simples dentro de cada estrato das empresas a inquirir; as empresas foram seleccionadas de forma proporcional ao universo.

O Universo considerado, ou seja, a População a Inquirir, está representada no quadro seguinte¹²:

Universo Considerado		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V. F. Xira	Alverca e Loures	Total
Indústrias Transformadoras	N.º	234	383	514	217	1.588	2.936
	%	18,6	14,0	13,0	12,7	19,3	16,5
Construção e Promoção Imobiliária	N.º	85	224	264	104	591	1.268
	%	6,8	8,2	6,7	6,1	7,2	7,1
Comércio a Retalho	N.º	308					308
	%	24,5					28,8
Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem	N.º	139	211	493	238	1.311	2.392
	%	11,1	7,7	12,5	14,0	16,0	13,4
Restauração e Hotelaria	N.º	132					132
	%	10,5					11,5
Serviços	N.º	231					231
	%	18,4					19,3
Total	N.º	1.129	818	1.271	559	3.490	7.267
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A amostra conseguida *à posteriori*, após a realização do inquérito (excluindo portanto as não respostas, resultantes quer de não se ter obtido o número de telefone de empresas constantes na base, por a empresa já ter encerrado ou por ter mudado de instalações, quer pelo responsável da empresa não se encontrar disponível para responder ao questionário), é apresentada no seguinte quadro:

¹¹ 18 estratos para a área de Alcochete/Montijo (1 área geográfica * 6 sectores * 3 classes de dimensão) + 36 estratos para as restantes áreas geográficas (4 áreas geográficas * 3 sectores * 3 classes de dimensão).

¹² No quadro que se apresenta não está representada a dimensão das empresas, na medida em que o cruzamento das três variáveis dá origem a uma tabela extensa com os já mencionados 54 estratos.

<i>Amostra: Concelhos / Sector</i>		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V. F. Xira	Alverca e Loures	Total
Indústria Transformadora	N.º	45	47	27	22	18	159
	%	23,4	61,0	61,4	48,9	54,5	40,7
Construção e Promoção Imobiliária	N.º	5	7	3	1		16
	%	2,6	9,1	6,8	2,2		4,1
Comércio a Retalho	N.º	50					50
	%	26,0					12,8
Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem	N.º	18	23	14	22	15	92
	%	9,4	29,9	31,8	48,9	45,5	23,5
Restauração e Hotelaria	N.º	26					26
	%	13,5					6,6
Serviços	N.º	48					48
	%	25,0					12,3
<i>Total</i>	N.º	192	77	44	45	33	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A distribuição da amostra pela dimensão das empresas apresenta-se nos seguintes quadros:

<i>Amostra: Dimensão / Concelho</i>		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
1 a 9	N.º	144	36	16	16	14	226
	%	75,0	46,8	36,4	35,6	42,4	57,8
10 a 49	N.º	41	32	22	18	13	126
	%	21,4	41,6	50,0	40,0	39,4	32,2
50 e mais	N.º	7	9	6	11	6	39
	%	3,6	11,7	13,6	24,4	18,2	10,0
<i>Total</i>	N.º	192	77	44	45	33	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<i>Amostra: Dimensão / Sector</i>		Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a Retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
1 a 9	N.º	70	8	43	40	44	21	226
	%	44,0	50,0	86,0	83,3	47,8	80,8	57,8
10 a 49	N.º	60	7	5	6	43	5	126
	%	37,7	43,8	10,0	12,5	46,7	19,2	32,2
50 e mais	N.º	29	1	2	2	5		39
	%	18,2	6,3	4,0	4,2	5,4		10,0
<i>Total</i>	N.º	159	16	50	48	92	26	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Dimensão da Amostra e Cálculo do Erro Amostral

Com a amostra das empresas que responderam ao inquérito (391 empresas) obteve-se um erro amostral, para o conjunto da amostra, de 4,9 com um intervalo de confiança de 95,5%, apresentando-se em seguida os cálculos efectuados para a obtenção deste resultado.

Utilizando a fórmula do cálculo do erro amostral para amostras proporcionais para um universo finito...

$$E = \sqrt{\frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{n} \frac{N - n}{N - 1}}$$

Sendo,

E – Erro amostral

σ - Nível de confiança

p – proporção no universo do atributo de que se pretende obter informação

q = 100 – p

N – Número de elementos do Universo

n – Número de elementos da amostra

...e, aplicando-a à realidade do presente estudo...

$$E = \sqrt{\frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50}{391} \frac{7.267 - 391}{7.267 - 1}}$$

... obteve-se o seguinte erro amostral:

E = 4,9, com um intervalo de confiança de 95,5%

Listagem das Empresas Inquiridas

ÁREAS DA AMOSTRA	SECTORES DA AMOSTRA	DESIGNAÇÃO DAS EMPRESAS	CONCELHO	CAE		
Alcochete e Montijo	Indústria Transformadora	CONTAVES COM TRANF DE AVES LDA	ALCOCHETE	15110		
		BARBEIRO NOVO & FOS LDA	ALCOCHETE	15130		
		PADARIA PIQUEIRA LDA	ALCOCHETE	15811		
		CORTICAS H P EXPOR & IMPOR LDA	ALCOCHETE	20522		
		RADISCOR RACOES DISTRIBUICAO E CORTICAS LDA	ALCOCHETE	20522		
		CARVALHO LOURENCO & BRAZ LDA	ALCOCHETE	20522		
		RUFINO & GUERREIRO LDA	ALCOCHETE	20522		
		LOPEZ & LUNA DERIVADOS DE CIMENTO LDA	ALCOCHETE	26660		
		ARTMAN - IND METALOMECANICA LDA	ALCOCHETE	28520		
		METALOMECANICA SOREACO LDA	ALCOCHETE	28520		
		METALO MECANICA PORCAL LDA	ALCOCHETE	29243		
		VITOR MANUEL FERREIRA LOPES	ALCOCHETE	36141		
		CARMONTI IND DE CARNES DO MONTJO SA	MONTIJO	15130		
		CONFEITARIA CISNE LDA	MONTIJO	15812		
		NADIR SOC CORTICEIRA LDA	MONTIJO	20522		
		CLAUDINO BRITO SOARES E FILHOS LDA	MONTIJO	20522		
		DIFA DES INOV FAB ART CORTIÇA LDA	MONTIJO	20522		
		CORTIPRATA COM IND DE CORTICA LDA	MONTIJO	20522		
		CARDOSO & FERREIRA LDA	MONTIJO	20522		
		J M VITORINO GOMES LDA	MONTIJO	20522		
		PAVICOR PAVIMENTOS DE CORTICA LDA	MONTIJO	20522		
		MANUEL JULIO RAPOSO LDA	MONTIJO	20522		
		DECORCORK SOC EXP CORT LDA	MONTIJO	20522		
		FAB CASAL TRANSFORMACAO DE PAPEL HIGIENICO LDA	MONTIJO	21220		
		GRAFICA LUSITANIA LDA	MONTIJO	22220		
		TIPOGRAFIA GRAFEX LDA	MONTIJO	22220		
		MARIO MANUEL PALARE DA SILVA	MONTIJO	22220		
		IMPERALUM SOC COMERCIAL DE REVESTIM E IMPERMEABILIZACOES SA	MONTIJO	24663		
		CADIAR SOC PORTUGUESA DE RECAUCHUTAGEM LDA	MONTIJO	25120		
		MONTVIDRO COMERCIAL DE VIDRO LDA	MONTIJO	26150		
		CERMON CERAMICA DO MONTIJO LDA	MONTIJO	26401		
		CARLOS LUIS PINTO CANASTREIRO	MONTIJO	28120		
		JOAO ESPALHA DA SILVA	MONTIJO	28520		
		METAL PLUS LDA	MONTIJO	28520		
		MARQUES & FALE LDA	MONTIJO	29564		
		MONTITEC-MONTAGENS ELECT E ELECTRONICAS LDA	MONTIJO	31620		
		MOVIBERO MOVEIS LDA	MONTIJO	36141		
		SOC DE TERRAPLANAGENS LDA	MONTIJO	45110		
		ELECTRO CTR MONTAGENS ELETRICAS LDA	MONTIJO	45310		
		AGUAFONE INSTAL ELECTRICAS E CANALJ LDA	MONTIJO	45310		
		ELECTRO ALDEGALENSE LDA	MONTIJO	45310		
		ELECTROMONTI INSTALACOES ELECTRICAS LDA	MONTIJO	45310		
		DESIDERIO JOAQUIM SILVA SOARES	MONTIJO	45310		
		CRESPO & MAIA INSTALACOES ELECTRICAS LDA	MONTIJO	45310		
		ANCAMOR SOC CONST REPAR ELECTR LDA	MONTIJO	45310		
		Construção e Promoção Imobiliária		MANUEL JOAQUIM LOPES BARAO LDA	ALCOCHETE	45211
				FABISAN CONSTRUCOES LDA	MONTIJO	45211
				CASTIÓBRA LDA	MONTIJO	45211
LUCIANO JOAQUIM	MONTIJO			45211		
Comercio a Retalho		MONTICONSTROI SOC DE CONSTRUCOES LDA	MONTIJO	45211		
		LEMAUTO UNIAO DE AUTOMOVEIS SA	ALCOCHETE	50100		
		AUTO LUIS & ARNALDO-OFIC REP AUTOM LDA	ALCOCHETE	50200		
		JOSE JOAQUIM FULGENCIO OLIVEIRA	ALCOCHETE	50200		
		JOSE MANUEL ALVES GUERRA	ALCOCHETE	50200		
		CARLOS MANUEL TOME LDA	ALCOCHETE	50200		
		ADERITO & CARLOS LDA	ALCOCHETE	50200		
		FRANCISCO MANUEL CAEIRO COSTA	ALCOCHETE	50200		
		MERCADINHO BOCAGE COM E IND DE P ALIMENTARES LDA	ALCOCHETE	52112		
		MINI MERCADO 2 DE JANEIRO LDA	ALCOCHETE	52112		
		ANTONIO JOSE DA ASSUNCAO VIEGAS	ALCOCHETE	52112		
		J M L & CATALAO COM DE TABACOS LDA	ALCOCHETE	52260		
		RUI JORGE DOS SANTOS CAVAQUINHA	ALCOCHETE	52310		
		ULPIO GUERREIRO PEREIRA LDA	ALCOCHETE	52320		
		LUCINDA MARIA DA SILVA CALADO	ALCOCHETE	52421		
		MARIA FERNANDA SENA TEIXEIRA DIAS MADURO	ALCOCHETE	52431		
		JOAO BATISTA SEIXAL JUNIOR	ALCOCHETE	52452		
		ROSALIA MARIA INACIA MATIAS RAPOSO	ALCOCHETE	52463		
		RUI MANUEL SANTOS NICOLAU	ALCOCHETE	52488		
		GLORIAMARIS COMERCIALIZACAO DE CONCHAS LDA	ALCOCHETE	52488		
		ANGULO CERTO ARTIGOS DE ARTE LDA	ALCOCHETE	52488		
		EMILIO MANUEL SILVA PEREIRA	MONTIJO	50200		
		LUIS MANUEL MARIA PEREIRA	MONTIJO	50200		
		ROGERIO M S BEATRIZ LDA	MONTIJO	50200		
		STANDMONT-IMPORT COM AUTOMOVEIS LDA	MONTIJO	50200		
		FRANCISCO JOAO PALMA CASTRO	MONTIJO	50300		
		REPRESENTACOES TAMARCA LDA	MONTIJO	50500		
		ALIPIO DA FONSECA AMARO	MONTIJO	52112		
		ANALIA ROSARIO ALCAIDE COELHO	MONTIJO	52112		
		JORDAO & SOUSA LDA	MONTIJO	52220		
		JOAQUIM ARINTO SIMOES	MONTIJO	52220		
		FRANCISCO JOSE GUERREIRO DA SILVA	MONTIJO	52220		
		MARIA JOSE VENTURA CALADO GOMES DA COSTA	MONTIJO	52330		
		VERA LUCIA RODRIGUES CAMPOS MELO	MONTIJO	52330		
		HELENA & DALIA LDA	MONTIJO	52330		
		JOAQUIM JOSE FUTRE CARIA	MONTIJO	52410		
		JOSE BALTAZAR DUARTE LDA	MONTIJO	52421		
		AMELIA BATISTA & ALVES LDA	MONTIJO	52421		
		JOAO CORREIA CESARIO	MONTIJO	52421		
		PORFIRIO & BERNARDO LDA	MONTIJO	52421		
		MARIA ANTONIA PALHAIS DINIS	MONTIJO	52421		
		BARREGOTES COM RET VESTUARIO LDA	MONTIJO	52421		
		JOAQUIM ANTONIO SARAMAGO BORRALHO LDA	MONTIJO	52421		
		ANTONIO DOMINGOS MARQUES MOREIRA	MONTIJO	52432		
		JORGE MANUEL SILVA SOUSA CRISPIM	MONTIJO	52444		
		EXCELAR PRODUTOS ELECTRICOS LDA	MONTIJO	52451		
		SEQUEIRA & SANTOS LDA	MONTIJO	52463		
		ANTONIO JOAQUIM DA SILVA ANJO	MONTIJO	52472		
RANCHEL SOC DE REPRESENTACOES LDA	MONTIJO	52472				
MARIA JULIA MORGADO COSTA SILVA	MONTIJO	52487				
ANTONIO AUGUSTO ROSA DOS SANTOS	MONTIJO	52488				

continua

ÁREAS DA AMOSTRA	SECTORES DA AMOSTRA	DESIGNAÇÃO DAS EMPRESAS	CONCELHO	CAE		
Alcochete e Montijo (cont.)	Serviços	CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DE ALCOCHETE	ALCOCHETE	65123		
		CAIXA DE CREDITO AGRICOLA MUTUO DE ALCOCHETE	ALCOCHETE	65123		
		SAMOESCRITA-GAB. CONTAB. SERV. SAMOUÇO LDA	ALCOCHETE	74120		
		CONTALCOCHETE CONTAB E SERVIÇOS LDA	ALCOCHETE	74120		
		ANTONIO GONCALVES CANHAO LDA	ALCOCHETE	74120		
		MIRALIMP LIMPEZAS LDA	ALCOCHETE	74120		
		ANTONIO MANUEL JESUS ROSA	ALCOCHETE	74700		
		MONTICLINICA CLINICA SAUDE MONTIJO LDA	ALCOCHETE	80101		
		STA CASA DA MISER DE ALCOCHETE	ALCOCHETE	85130		
		FUNDAÇÃO JOAO GONCALVES JUNIOR	ALCOCHETE	85313		
		ALIS ASSOC LIVRE DE SUINICULTORES	ALCOCHETE	85321		
		SANDRA MARIA CARDOSO CANHAO PATARRA	ALCOCHETE	91110		
		FATIMA VIEIRA BELEZA SAUDE E BEM ESTAR LDA	ALCOCHETE	93021		
		TURIMONTI AGENCIA DE VIAGENS LDA	ALCOCHETE	93021		
		CTT CORREIOS DE PORTUGAL SA	MONTIJO	63300		
		CAIXA GERAL DE DEPOSITOS SA	MONTIJO	64110		
		BNC BANCO NAC DE CREDITO IMOBILIARIO SA	MONTIJO	65121		
		BANCO INTERNACIONAL DE CREDITO	MONTIJO	65121		
		BANCO TOTTA & ACORES SA	MONTIJO	65121		
		BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL SA	MONTIJO	65121		
		Cº DE SEGUROS FIDELIDADE SA	MONTIJO	65121		
		Cº SEGUROS MUNDIAL CONFIANCA SA	MONTIJO	66030		
		MAPFRE VIDA SA	MONTIJO	66030		
		MANUEL FERNANDES COIMBRA	MONTIJO	67200		
		AFRA & MENDONCA SOC DE ADVOGADOS LDA	MONTIJO	70120		
		VENANCIO AUGUSTO GOMES	MONTIJO	74110		
		GESTIVA GAB DE CONTABILIDADE GESTAO E INFORMATICA LDA	MONTIJO	74110		
		RESOLUCAO 5 CONTABILIDADE LDA	MONTIJO	74120		
		CONTABILIS SERVICOS DE CONTABILIDADE LDA	MONTIJO	74120		
		JOSE MARIA DE SANDE FALEIRO	MONTIJO	74120		
		INFORFAIA INFORMATIZACAO CONTABILISTICA DE FAIAS LDA	MONTIJO	74120		
		ASSISMONT ASSISTENCIA NA CONTABILIDADE DO MONTIJO LDA	MONTIJO	74120		
		CLICKMAIS SOLUÇÕES INFORMATICAS	MONTIJO	74120		
		REPROPLANO ESTUDO GRAFICO LDA	MONTIJO	74140		
		ANTONIO JOAO BARRETO CARREGOSA	MONTIJO	74401		
		BALILA EDUCACAO DE INFANCIA LDA	MONTIJO	74810		
		MENINOS CRIATIVOS PREST SERV E FORMACAO EM INFORMATICA LDA	MONTIJO	80101		
		LINGUAGEM INSTITUTO DE LINGUAS LDA	MONTIJO	80421		
		VETMONTI VETERINARIA DO MONTIJO LDA	MONTIJO	80421		
		CLUBE DESPORTIVO DE MONTIJO	MONTIJO	85200		
		MARIA GUILHERMINA SANTOS FIGUEIREDO RIBEIRO	MONTIJO	92620		
		NOVA GERACAO CABELEREIROS LDA	MONTIJO	93021		
		LUIS MANUEL LUCAS DA CRUZ	MONTIJO	93021		
		MARIA HELENA CONCHINHA MARTINS ESTADAO	MONTIJO	93021		
		MANUEL ANTONIO VILHENA PEREIRA	MONTIJO	93021		
		PAULA CRISTINA CARDOSO RAMOS	MONTIJO	93021		
		AGENCIA FUNERARIA RAMOS LDA	MONTIJO	93030		
PERFECTO VISUAL-GINASTICA ESTETICA E SAUNA LDA	MONTIJO	93042				
Comercio por Grosso, Transportes e Armazenagem	MANÓFRE LDA	ZAMBUJO EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LDA	ALCOCHETE	51212		
		R M & VALENTIM LDA	ALCOCHETE	51650		
		DIAS DE SOUSA LDA	ALCOCHETE	51650		
		MANUEL DUARTE JESUS CARDOSO	ALCOCHETE	51700		
		JOAO EVANGELISTA MATOS E CASTRO & FILHOS, LDA	MONTIJO	51311		
		TINTAS ROBBIALAC SA	MONTIJO	51320		
		MATERMONTIL MAT DE CONSTRUCAO LDA	MONTIJO	51532		
		ANTONIO MATOS MARQUES	MONTIJO	51532		
		SUBERQUIMICA PRODUTOS QUIMICOS LDA	MONTIJO	51550		
		BIOCHEM IBERICA QUIMICOS AGRICOLAS E INDUSTRIAIS LDA	MONTIJO	51550		
		SEMPO LIMPEZAS E PRODUTOS INDUSTRIAIS LDA	MONTIJO	51550		
		M PEREIRA LDA	MONTIJO	51650		
		TEC 2000 EQUIPAMENTOS TECNICOS PAR IND LDA	MONTIJO	51650		
		MONTIGOMA COM E IND DE BORRACHA LDA	MONTIJO	51650		
		JORGE AUGUSTO SANTOS	MONTIJO	60240		
		JOAQUIM CARVALHO MARQUES	MONTIJO	60240		
		TRANSPORTES MENDONCA & SALETE LDA	MONTIJO	60240		
		Restauração e Hotelaria	ALFOZ II ACTIVIDADES HOTELEIRAS SA	FRANCISCO JOSE DA SILVA	ALCOCHETE	55112
				JOAO ANTONIO REBELO ROSA	ALCOCHETE	55124
				ROGERIO & PAULA LDA	ALCOCHETE	55301
FERNANDO JOSE VENANCIO	ALCOCHETE			55301		
JOSE MATEUS SOARES	ALCOCHETE			55301		
MARIA DANIELA DA CONCEICAO COSTA	ALCOCHETE			55301		
LUIS PEREIRA & NATALIA LDA	ALCOCHETE			55401		
MARIA ADELAIDE PARDAL LABRECA COLACO LDA	ALCOCHETE			55401		
ANTONIO C SALSA LDA	MONTIJO			55122		
SOC DE VIVERES MIRABELA DA SERTA LDA	MONTIJO			55301		
O ARRASTAO SOC HOTELEIRA LDA	MONTIJO			55301		
FINO E IRMA	MONTIJO			55302		
MIVARUTI ACTIVIDADES HOTELEIRAS LDA	MONTIJO			55304		
CIPRIANO ANTONIO DE JESUS MENDES AVOILA	MONTIJO			55306		
VICENTE & COSTA LDA	MONTIJO			55401		
MARIA TERESA RODRIGUES OLIVEIRA COSTA	MONTIJO			55401		
LEONOR LUISA DOS SANTOS ABRANTES GOMES	MONTIJO			55401		
ANTONIO JOAO NOGUEIRA PARREIRA	MONTIJO			55401		
MANUEL MARIA RAMOS	MONTIJO			55401		
DIOGNATA CAFE PASTELARIA LDA	MONTIJO			55401		
JOSE RODRIGUES VICTORIA CORREIA	MONTIJO			55401		
AMERICO BELO CARDOSO	MONTIJO			55401		
ANTONIO LUIS GONCALVES RIBEIRO	MONTIJO			55401		
SOC HOTELEIRA PARQUE BAR LDA	MONTIJO	55403				
CRISTINO CABRAL & RAMOS LDA	MONTIJO	55404				

continua

ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama

continuação

ÁREAS DA AMOSTRA	SECTORES DA AMOSTRA	DESIGNAÇÃO DAS EMPRESAS	CONCELHO	CAE
Barreiro e Moita	Indústria Transformadora	BIOFAX COM IND OLEOS LDA	BARREIRO	15413
		IBERAGAR SOC LUSO ESPANHOLA DE COLOIDES MARINHOS SA	BARREIRO	15893
		HIDROBETAO CORTE FURACAO DEMOLICAO LDA	BARREIRO	18222
		C DAMAS LDA	BARREIRO	18230
		COVELO & PINTO LDA	BARREIRO	20101
		CARPRIMOS TRANSFORMACAO DE MADEIRAS LDA	BARREIRO	20302
		ANA PAULA DA FONSECA CALADO DIAS	BARREIRO	21212
		PAPIROL TRANSFORMACAO PAPEL LDA	BARREIRO	21230
		PLURAL PRODUCAO IMPORTACAO EXPORTACAO OBJECTOS PUBLICIT LDA	BARREIRO	22220
		C P B COMP PETROQUIMICA DO BARREIRO LDA	BARREIRO	24160
		ILEBERTINO ISIDRO DA SILVA	BARREIRO	25120
		BORREVI - SOC DE REVESTIMENTOS LDA	BARREIRO	25130
		PLASTICOS DO SADO LDA	BARREIRO	25210
		AGUAS & REIS LDA	BARREIRO	28520
		FRIOBARRE FRIO E AR CONDICIONADO LDA	BARREIRO	29230
		EMEF EMP DE MANUTENCAO DE EQUIP FERROVIARIO SA	BARREIRO	35200
		EMEF EMP DE MANUTENCAO DE EQUIP FERROVIARIO SA	BARREIRO	35200
		JOSE CARLOS DE FIGUEREDO REBELO	BARREIRO	36141
		ANTONIO CRISTOVAO & BATISTA JOALHEIROS LDA	BARREIRO	36221
		J C TRINDADE LDA	BARREIRO	45310
		JOSE CARLOS FAUSTINO VALENTE	BARREIRO	45410
		ESTORES BOM SUCESSO DE LOUROS E MADEIRA LDA	BARREIRO	45420
		BETOPAVIMENTO PAVIMENTOS EM BETAO E BETONILHAS LDA	BARREIRO	45430
		PASTELARIA TOMILIS LDA	MOITA	15812
		CONFETARIA PERDIGAO,LDA	MOITA	15812
		MARIA DIAS DA PALMA	MOITA	15842
		FRISTADS CONFECCOES LDA	MOITA	18221
		MANUEL GONCALVES MARTINS	MOITA	20301
		ANTONIO MANUEL OLIVEIRA GOMES	MOITA	20302
		PAULO NASCIMENTO DE SOUSA CAEIRO	MOITA	20302
		MADIAL MADEIRAS METAIS LDA	MOITA	20302
		ORLANDO GOUVEIA DOS SANTOS	MOITA	20302
		CORTICAS CATARINO LDA	MOITA	20522
		LABORTECNICA ESPELHAGEM ARTISTICA E DECORATIVA LDA	MOITA	20522
		JOSE FERREIRA PINTO	MOITA	24663
		FRANCISCO ANTONIO NATA VALERIANO	MOITA	26120
		MOITIFER SERRALHARIA CIVIL DA MOITA LDA	MOITA	26660
		ROSADO & ANTUNES LDA	MOITA	28110
		METALURGICA ST ANDRE LDA	MOITA	28120
		FRANCISCO JOSE ALVES NETO	MOITA	28120
		ASSISCONTROL REPARACAO E MONTAGEM EQUIPAMENTO ELECTRICO LDA	MOITA	28520
		SOBREIRA & MOREIRA LDA	MOITA	31620
		ANTONIO JOAQUIM COUVEIRO BANHA	MOITA	36141
		BARITEL DOC DE ELECTRICIDADE & TELECOMUNICACOES LDA	MOITA	45250
		PEDRO MIGUEL DOS SANTOS JORGE CHAMBEL	MOITA	45310
		JOSE JOAQUIM DOS SANTOS	MOITA	45330
		JOAO DE SOUSA MARCELINO	MOITA	45330
				MOITA
Construção e Promoção Imobiliária		CONCARFIL SOC DE CONST LDA	BARREIRO	45211
		SANTAVARES EMPREITEIROS LDA	BARREIRO	45211
		MANUEL NEVES OLIVEIRA LDA	BARREIRO	45211
		CONSTRUFETO SOC CONSTRUCOES LDA	BARREIRO	45211
		MIMOGAL CONSTRUCOES CIVIS LDA	BARREIRO	45212
		SERUCA INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDA	BARREIRO	70120
		CONSTRUCOES AFOITO LDA	MOITA	45211
Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem		CHURRASQUEIRA SNACK BAR PRATO FEITO LDA	BARREIRO	51382
		RECHEIO CASH & CARRY SA	BARREIRO	51390
		AMERICO RODRIGUES & SERUCA LDA	BARREIRO	51430
		HELPAUI COM E REPRESENTACOES GAS LDA	BARREIRO	51510
		UGAL COM PETROLIFERO DE PORTUGAL LDA	BARREIRO	51510
		TIBA COM E IND DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA	BARREIRO	51532
		AFLUXO COM E IND DE EQUIPAMENTO SANITARIO SA	BARREIRO	51532
		FERREIRA & LURDES LDA	BARREIRO	51550
		ANTONIO TRINDADE SERV ENG ELEC LDA	BARREIRO	51640
		RUPEMBA ARTIGOS DE EMBALAGEM LDA	BARREIRO	51650
		TECNICAS DE CONTENTORIZACAO LDA	BARREIRO	51650
		CARLOS ABADE REDES E VEDACOES	BARREIRO	51700
		GRACA & BENTO LDA	BARREIRO	60240
		TRANSPORTES DE CARGA OS LAGARTOS LDA	BARREIRO	60240
		TRANSCONDE SOC DE TANSPTES LDA	BARREIRO	60240
		SODISUL SOC DISTRIBUIDORA DE MATERIAL ELECTRICO BARREIRO LDA	MOITA	51430
		ISAU MAIA LDA	MOITA	51475
		F O DISTRIBUICAO LDA	MOITA	51475
		FERROTUBAL COM IND DE F P TEIX LDA	MOITA	51520
		CARDOSO LEIRIA & VIEGAS LDA	MOITA	51520
		FARILEX SOC COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TINTAS LDA	MOITA	51532
NOVA E VELHA INFORMATICA LDA	MOITA	51640		
EQUAX MM EQUIPAMENTOS MAQ MOTORES LDA	MOITA	51650		

continua

continuação

ÁREAS DA AMOSTRA	SECTORES DA AMOSTRA	DESIGNAÇÃO DAS EMPRESAS	CONCELHO	CAE	
Palmela e Setúbal	Indústria Transformadora	ANABELA MIRANDA COELHO LOURENÇO	PALMELA	15811	
		RIO VINHOS LDA	PALMELA	15831	
		REFRIGUE CONFECÇÕES PARA O FRIO LDA	PALMELA	18220	
		METALÚRGICA ROSA & FILHO LDA	PALMELA	28520	
		SETECOM ELECTRONICA SA	PALMELA	32100	
		FORD ELECTRONICA PORTUGUESA	PALMELA	32300	
		L C MATOS LDA	PALMELA	34200	
		SOMMER ALLIBERT INDUSTRIE P P R I A, SA	PALMELA	34300	
		ZAGOPE EMP GERAL DE OBRAS PUBLICAS TERRESTRES MARITIMAS SA	PALMELA	45230	
		MTS MOINHOS TRIGO SETUBAL SA	SETUBAL	15611	
		SETDOCE SOC INDUSTRIAL DE PASTELARIA LDA	SETUBAL	15812	
		CHAMEAU D OR FAB DE CHOCOLATES SOC LDA	SETUBAL	15841	
		AJS VALENTE-CARPINTARIAS E MARCENARIAS.LDA	SETUBAL	20302	
		FILIFE & FERNANDO FERNANDES LDA	SETUBAL	22220	
		GRAFITROIA COOP OPERARIA DE ARTES GRAFICAS CRL	SETUBAL	22230	
		GRAFICA DE STA MARIA LDA	SETUBAL	22250	
		VIDREIRA INFANTE LDA	SETUBAL	28150	
		EUGENIO REGANHA & LOPES LDA	SETUBAL	28120	
		CJM CARLOS JULIO & MIGUEL LDA	SETUBAL	28520	
		ELEUTERIO SABINO MARTINS	SETUBAL	28520	
		EPSIM EMP DE PROJ SERVICOS INDUSTRIAIS E METALOMECANICOS LD	SETUBAL	28520	
		GBS IND COM DE PECAS AUTO E FERRAMENTAS LDA	SETUBAL	28630	
		JOSE MARIA BONITO NOGUEIRA	SETUBAL	29564	
		MENAVAL REPARACAO E CONSTRUCAO NAVAL LDA	SETUBAL	35111	
		TECNOSERVI MONTAGENS ELETRICAS E MEC E EST TENC LDA	SETUBAL	45310	
		JOAQUIM GONCALVES COSTA	SETUBAL	45330	
		CANALIZACOES ALEXANDRE ISIDORO E ANTONIO BAGULHO LDA	SETUBAL	45330	
		Construção e Promoção Imob.	CONSTRUCOES ROLO & TEIXEIRA LDA	PALMELA	45211
			CONSTRUCOES SUL PONTE LDA	SETUBAL	45211
			ZRP SOC EMPREITADAS PROJECTOS LDA	SETUBAL	45211
		Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem	COOPLISBOA UCRL	PALMELA	51300
			EMIDIO DE OLIVEIRA SILVA & FOS LDA	PALMELA	51341
			REFRISUL SOC DIST DE BEBIDAS DO SUL LDA	PALMELA	51341
	PIKOLIN LUSITANA FAB DE ARTIGOS DE DESCANSO LDA		PALMELA	51474	
	TRIPLEX IMP E EXP LDA		PALMELA	51475	
	A DA COSTA CABRAL LDA		PALMELA	51520	
	JOSE PILOTO LDA		PALMELA	51650	
	VITALIANO J COSTA LDA		PALMELA	51650	
	TRANSPALMELA - TRANSPORTES PUBLICOS DE MERCADORIAS LDA		PALMELA	60240	
	FRANS MAAS LOG PALMELA SRV TRP E LG LDA		PALMELA	63120	
	MANUEL RUI AZINHAIAS NABEIRO LDA		SETUBAL	51370	
	JAIME CASIMIRO MARTINS PINTO		SETUBAL	51650	
	COMCRESUL TRANSPORTES E BOMBAGENS DE BETAO LDA		SETUBAL	60240	
CHAIMAH-SUCIEDADE DE TRANSPORTES LDA	SETUBAL		60240		
Benavente e V.F. Xira	Indústria Transformadora		SAPROPOR - PRODUTOS ALIMENTARES SA	BENAVENTE	15120
			PANIFICACAO BENAVENTENSE LDA	BENAVENTE	15811
			SILVERIO VICENTE MADEIRA	BENAVENTE	15812
		PARAGLAS SOC DE ACRILICOS LDA	BENAVENTE	26140	
		POSTEJO PRE FABRICADOS DE CIMENTO LDA	BENAVENTE	26630	
		BLOCOLAGE BLOCOS MANILHAS VIGAS PRE ESFORCADAS LDA	BENAVENTE	26680	
		PENINSULAR BOMBAGEM DE BETAO	BENAVENTE	26680	
		LIME CONSTRUCAO REPARACOES MAQUINAS ESTRUT MET ELECT LDA	BENAVENTE	28622	
		CARSUL CARROCARIAS METALICAS E DE MADEIRA LDA	BENAVENTE	34200	
		ITALAGRO IND TRANSFORMACAO PRODUTOS ALIMENTARES SA	V.F. XIRA	15320	
		BACARDI MARTINI PORTUGAL LDA	V.F. XIRA	15950	
		CCS CULTURA E COMUNICACAO SOCIAL SA	V.F. XIRA	22130	
		SOARTES ARTES GRAFICAS LDA	V.F. XIRA	22250	
		A H PLASTICOS LDA	V.F. XIRA	25240	
		CIMPOR IND DE CIMENTOS SA	V.F. XIRA	26510	
		CIMMIANTO SOC TECNICA DE HIDRAULICA SA	V.F. XIRA	26650	
		ANODIL-ANOD COLOR DE ALUMINIO SA	V.F. XIRA	28510	
		EQUIPORAVE SOC DE EQUIPAMENTOS PARA PECUARIA LDA	V.F. XIRA	29320	
		MECIMOLDE COM E IND DE MOLDES PARA PLASTICO LDA	V.F. XIRA	29563	
		FRIXIRA SOC REFRIGERACAO E ELECTRICIDADE LDA	V.F. XIRA	45330	
		ISOLACO EMP DE MATERIAIS DE CONSERVACAO INDUSTRIAL LDA	V.F. XIRA	45340	
		DINEUPINTA PINTURAS DECORACAO E DECAPAGEM LDA	V.F. XIRA	45430	
		Construção e Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem	BENAMONTA LDA	BENAVENTE	45211
			JACQUOT PORTUGAL LDA	BENAVENTE	51382
			COOPERTORRES COOP DE RETALHISTAS DE MERCEARIAS DO OESTE CRL	BENAVENTE	51390
			F DOMINGUES & FOS LDA	BENAVENTE	51421
			DOMINGOS FERNANDES FERREIRA & FILHOS LDA	BENAVENTE	51421
			BENAGRO COOP AGRICOLA DE BENAVENTE CRL	BENAVENTE	51550
			EXPRESSOPAPIRO SOC COMERCIAL PAPEIS LDA	BENAVENTE	51640
			CIBEN CENTRO INFORMATICA BENAVENTE LDA	BENAVENTE	51640
			IRRITEJO TECNICAS AGRICOLAS	BENAVENTE	51680
			PROLAVRA PRODUTOS PARA A LAVOURA LDA	BENAVENTE	51680
		MIGUEL MACAU TRANSP ROD MERCAD LDA	BENAVENTE	60240	
	T R S C TRANSPORTES RODOVIARIOS DE SAMORA CORREIA LDA	BENAVENTE	60240		
	TRANSALTO TRANSPORTES DO PORTO ALTO LDA	BENAVENTE	60240		
	PETROLEOS DE PORTUGAL PETROGAL S A	BENAVENTE	63122		
	ANTONIO ROBALO LDA	V.F. XIRA	51441		
	GAZACOS COM DE GAZES E ACOS LDA	V.F. XIRA	51540		
	RAMALHO & FERREIRA LDA	V.F. XIRA	51620		
	N V TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMACAO LDA	V.F. XIRA	51640		
	MAIA & CORREIA LDA	V.F. XIRA	51650		
	PINTO & MIRA TRANSPORTES LDA	V.F. XIRA	60240		
	TRANSPORTES SOUSA MENDES LDA	V.F. XIRA	60240		
TEX TRANSPORTES ENCOMENDAS EXPRESSO LDA	V.F. XIRA	60240			
TRANSPORTES ANDREA LDA	V.F. XIRA	60240			

continua

continuação

ÁREAS DA AMOSTRA	SECTORES DA AMOSTRA	DESIGNAÇÃO DAS EMPRESAS	CONCELHO	CAE	
Alverca e Loures	Indústria Transformadora	SAFAL SOC DE FARINHAS ALIMENTARES PARA ANIMAIS SA	LOURES	15710	
		UNIAO PANIFICADORA DE SACAVEM E STA IRIA LDA	LOURES	15811	
		MARIA MANUELA GOUVEIA GOMES PEREIRA	LOURES	20512	
		GRAFICOISAS INDS GRAFICAS LDA	LOURES	22240	
		GRAF & LITO GAB TECNICO DE ARTES GRAFICAS LDA	LOURES	22250	
		BOMOR IND DE EMBALAGENS E MOLDES LDA	LOURES	28720	
		MIRALMAQUINAS COM E IND DE EQUIPAMENTOS LDA	LOURES	29520	
		JOAQUIM ANTONIO CAPELO MANHITA	LOURES	36110	
		SOARES & SOARES LDA	V.F. XIRA	15812	
		CENTRAL DE CERVEJAS SA	V.F. XIRA	15960	
		AMILCAR ALVES	V.F. XIRA	20512	
		A TREMPE CONSTRUCAO CIVIL E SERRALHARIA CIVIL LDA	V.F. XIRA	28520	
		SERRALHARIA CIVIL VEDATUDO LDA	V.F. XIRA	28520	
		CONREMAI CONST REP MANUTENCAO IND LDA	V.F. XIRA	28520	
		MESANIL METALOMECANICA DE PRECISAO LDA	V.F. XIRA	28520	
		ELECTRO SILCAND BOBINAGENS INST E REPARACOES ELECTRICAS LDA	V.F. XIRA	31100	
		CARLOS ALBERTO SANTOS ABREU	V.F. XIRA	31202	
		A INSTALADORA DE ALVERCA INSTALACOES MANUTENCAO LDA	V.F. XIRA	45310	
		Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem	CORESA CONSERVEIROS REUNIDOS SA	LOURES	51170
			LACTO IBERICA SA	LOURES	51331
	PAULVINHOS LDA		LOURES	51341	
	VICACHO COM E IND DE VINHOS LDA		LOURES	51341	
	SANTOS & QUEIROZ LDA		LOURES	51382	
	EUROFRED SA SUCURSAL PORTUGAL		LOURES	51430	
	ASTRATEC LDA		LOURES	51430	
	MOLAFLEX COLCHOES SA		LOURES	51474	
	VETIQUIMA PRODUTOS QUIMICOS LDA		LOURES	51550	
	AGA ALCOOL E GENEROS ALIMENTARES SA		LOURES	51550	
	TIMA TRACTORES INDUSTRIAIS AGRICOLAS MAQ PARA MADEIRAS SA		LOURES	51620	
	TRANSPORTES ALEXANDRE A PEREIRA LDA		LOURES	60240	
	TRANSPORTES RODOVIARIOS DA PORTELA LDA		LOURES	60240	
	TRANSAUTO-TRANSPORTES DE AUTOMOVEIS LDA	LOURES	60240		
	TERTIR TERMINAIS DE PORTUGAL SA	V.F. XIRA	63122		

3.2. Formulário do Inquérito por questionário

De forma a alcançar os objectivos pretendidos com o inquérito por questionário às empresas, construiu-se um formulário de inquérito composto por quatro partes:

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA DA EMPRESA

Esta parte do questionário é respondida pelos responsáveis da totalidade dos estabelecimentos inquiridos.

PARTE II – AVALIAÇÃO DE IMPACTE NA ACTIVIDADE, EMPREGO E INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

Esta parte do questionário é respondida apenas pelos responsáveis dos estabelecimentos criados até 1996, inclusive.

PARTE III - FACTORES DE LOCALIZAÇÃO

Esta parte do questionário é respondida apenas pelos responsáveis dos estabelecimentos criados após 1996.

PARTE IV - MERCADO IMOBILIÁRIO

Esta parte do questionário é respondida apenas pelos responsáveis dos estabelecimentos de construção civil e promoção imobiliária.

Desta forma, a totalidade das empresas responde à PARTE I do formulário, sendo depois separadas em três grupos, respondendo cada um deles às restantes três partes que constituem o formulário.

Assim, as empresas de construção civil e promoção imobiliária respondem à PARTE I do formulário, sendo os resultados analisados neste anexo em conjunto com os restantes sectores de actividade, e à PARTE IV, sendo os respectivos resultados apresentados e analisados no anexo respeitante ao Mercado Imobiliário.

PARTE I. CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA DA EMPRESA

1. Identificação da empresa

Nome: _____
 Morada: _____
 Concelho: _____ Freguesia: _____
 Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____
 Actividade Económica Principal (CAE) *: _____ N° CAE: _____
 Ano de criação do estabelecimento: _____
 N° Trabalhadores: _____

2.1 Natureza jurídica da empresa

Empresa Pública
 Sociedade por Quotas
 Sociedade Anónima
 Sociedade em Nome Colectivo
 Empresário em Nome Individual
 Outra Qual? _____

2.2. A Origem maioritária do capital social da empresa é

Nacional? ou Estrangeiro?

3. Qual o mercado a que a empresa se dirige

Assinale com uma ou mais cruzes

- a) Concelho
 b) Concelhos vizinhos
 c) AML
 d) Portugal
 e) Estrangeiro

Se assinalou mais do que uma área indique a mais importante _____

4. Como evoluiu o volume de vendas (Assinale com uma cruz para cada coluna).....

Nos últimos dois anos?

Aumentou Muito
 Aumentou
 Estabilizou
 Diminuiu
 Diminuiu Muito

Nos próximos três anos (quais são as suas expectativas)?

Grande Aumento
 Aumento
 Estabilização
 Diminuição
 Grande Diminuição
 Não sabe

5. Como evoluiu o n° de trabalhadores (Assinale com uma cruz para cada coluna e indique o número).....

Nos últimos dois anos?

Aumentou N° postos de trabalho criados _____
 Estabilizou
 Diminuiu N° postos de trabalho extintos _____

Nos próximos três anos (quais são as suas expectativas?)

Aumento N° postos de trabalho a criar _____
 Estabilização
 Diminuição N° postos de trabalho a extinguir _____
 Não sabe

6. Se contratou novos trabalhadores nos últimos dois anos, qual o nível de qualificação dos novos empregados? Foram....

Assinale com uma ou mais cruzes e indique o n° de trabalhadores contratados

- a) Dirigentes e quadros superiores? N° _____
 b) Profissionais altamente qualificados? N° _____
 c) Profissionais qualificados? N° _____
 d) Profissionais não qualificados? N° _____

PARTE II – AVALIAÇÃO DE IMPACTE NA ACTIVIDADE, EMPREGO E INVESTIMENTO DAS EMPRESAS (para estabelecimentos criados antes de 1996, inclusive)

7. Como avalia, de muito positivos a muito negativos, os impactes globais da nova ponte e dos novos acessos rodoviários

7.1 na actividade da sua empresa?

Muito Positivos
 Positivos
 Nulos
 Negativos
 Muito Negativos

7.2 Na actividade económica do concelho?

Muito Positivos
 Positivos
 Nulos
 Negativos
 Muito Negativos

8. Diga como o conjunto de aspectos a seguir apresentados relativamente à ponte Vasco da Gama e novos acessos, influenciou a actividade da empresa, pontuando de 1 – Não Influenciou a 5 – Influenciou muito

	Não Influenciou					Influenciou muito
	1	2	3	4	5	
1. Permitiu uma proximidade maior aos clientes						
2. Aumentou o poder de compra no concelho						
3. Criou oportunidades de negócio no próprio concelho						
4. Alargou o mercado a clientes da outra margem						
5. Reduziu custos de transporte de mercadorias/matérias-primas						
6. Atraiu turistas/visitantes ao concelho						
7. Permitiu contactos facilitados com clientes/fornecedores						
8. Aumentou a actividade económica no concelho						
9. Aumentou a competição na actividade da empresa						
10. Facilitou o recrutamento de novos trabalhadores provenientes de outras áreas						
11. Permitiu obter mais facilmente trabalhadores qualificados						
12. Criou oportunidades de negócio na outra margem						
13. Proporcionou oportunidades de investimento						
14. Aumentou o nº de consumidores no concelho						
15. Melhorou a eficiência do serviço prestado aos clientes						
16. Facilitou o acesso a serviços de apoio às empresas						
17. Facilitou o acesso a serviços públicos						

9. Qual a periodicidade com que utiliza a ponte Vasco da Gama ou os novos acessos complementares para.....

9.1 Contactos Profissionais

a) Ocasionalmente
 b) 1 a 2 vezes por mês
 c) Semanalmente
 d) Mais que um vez por semana
 e) Diariamente

9.2 Expedição/Aquisição de mercadorias

a) Ocasionalmente
 b) 1 a 2 vezes por mês
 c) Semanalmente
 d) Mais que um vez por semana
 e) Diariamente

9.3 Motivos Pessoais

a) Ocasionalmente
 b) 1 a 2 vezes por mês
 c) Semanalmente
 d) Mais que um vez por semana
 e) Diariamente

PARTE III - FACTORES DE LOCALIZAÇÃO (só para empresas que se instalaram na zona do ONTT depois de 1997, inclusive)

7. A empresa tem outros estabelecimentos? Não Sim 7.1. Se sim, onde?

- No mesmo concelho
- Em outros concelhos da AML
- Noutras regiões do país

8. O estabelecimento criado corresponde a uma deslocalização de um outro estabelecimento? Não Sim

8.1 Se sim, de onde?

- Do mesmo concelho
- De outros concelhos da AML
- De outras regiões do país

9. Quando a empresa decidiu instalar um estabelecimento neste concelho, de que forma os seguintes factores influenciaram a decisão, pontuando de 1 – Não Influenciou a 5 – Influenciou Muito:

	Não influenciou					Influenciou muito
	1	2	3	4	5	
1. Perspectivas de crescimento da actividade da empresa no concelho						
2. Boas acessibilidades por estrada						
3. Disponibilidade de terreno ou espaços para a instalação da empresa						
4. Custo do terreno ou espaços para a instalação da empresa						
5. Dinamismo económico do concelho						
6. Existência ou perspectivas de construção da Ponte Vasco da Gama						
7. Fácil acesso ao mercado de fornecedores						
8. Fácil acesso ao mercado de clientes						
9. Proximidade de grandes núcleos populacionais						
10. Disponibilidade de mão de obra qualificada						
11. Baixo custo da mão de obra						
12. Existência de equipamentos sociais						
13. Proximidade de outras empresas						
14. O terreno ou o espaço de instalação eram propriedade da empresa						
15. O custo de transporte dos trabalhadores ao local do estabelecimento						

10. Como avalia, de muito positivos a muito negativos, os impactes globais da nova ponte e dos novos acessos rodoviários

11.1 na actividade da sua empresa?

11.2 Na actividade económica do concelho?

- Muito Positivos
- Positivos
- Nulos
- Negativos
- Muito Negativos

- Muito Positivos
- Positivos
- Nulos
- Negativos
- Muito Negativos

12. Qual a periodicidade com que utiliza a ponte Vasco da Gama ou os novos acessos complementares para contactos:

12.1 Contactos Profissionais

- a) Ocasionalmente
- b) 1 a 2 vezes por mês
- c) Semanalmente
- d) Mais que um vez por semana
- e) Diariamente

12.2 Expedição/Aquisição de mercadorias

- a) Ocasionalmente
- b) 1 a 2 vezes por mês
- c) Semanalmente
- d) Mais que um vez por semana
- e) Diariamente

12.3 Motivos Pessoais

- a) Ocasionalmente
- b) 1 a 2 vezes por mês
- c) Semanalmente
- d) Mais que um vez por semana
- e) Diariamente

PARTE IV. MERCADO IMOBILIÁRIO (apenas para empresas de construção civil e promoção imobiliária)

7. Quais são os concelhos onde constrói habitação actualmente? _____

8. Em média, quantos fogos a empresa constrói por ano? _____

9. Que tipo de habitação a empresa constrói?

a) Apartamentos b) Moradias

Se assinalou mais do que um tipo de habitação indique o mais importante _____

10. Nos últimos três anos como evoluiu a actividade de construção da empresa.....

a) Aumentou b) Manteve c) Diminuiu

11. Diga de que forma os seguintes factores influenciaram a decisão de construir nos concelhos onde constrói actualmente, pontuando de 1 – Não Influenciou a 5 – Influenciou Muito ?

	Não Influenciou				Influenciou Muito
	1	2	3	4	5
1. É o local tradicional de construção	1	2	3	4	5
2. A empresa era proprietária do terreno há vários anos	1	2	3	4	5
3. A existência da ponte Vasco da Gama	1	2	3	4	5
4. As perspectivas de crescimento da procura habitacional no concelho	1	2	3	4	5
5. O preço dos terrenos	1	2	3	4	5
6. A disponibilidade de terrenos para construção no concelho	1	2	3	4	5
7. O custo final de construção por m2 no concelho	1	2	3	4	5
8. As expectativas de evolução dos preços de venda por m2	1	2	3	4	5

12. Antes de iniciar a construção realizou algum estudo de mercado quanto aos segmentos de mercado de habitação em que se iria posicionar? Não Sim 13. Como caracteriza os compradores dos fogos relativamente a...
(indique com uma ou mais cruces)**13.1. A Origem dos clientes**a) População residente no concelho b) População proveniente de outros concelhos da margem sul c) População proveniente de outros concelhos da margem norte

Se assinalou mais do que uma origem indique a mais importante _____

12.3. Estrato económico

- a) Classe baixa
- b) Classe média baixa
- c) Classe média média
- d) Classe média-alta
- e) Classe alta

Se assinalou mais do que um estrato económico indique o mais importante _____

13.3. Níveis Etários (idade média do casal)

- a) Menos de 30 anos
- b) 30 a 39 anos
- c) 40 a 50 anos
- d) + de 50 anos

Se assinalou mais do que um nível etário indique o mais importante _____

13.4. Destino da Habitação

- a) 1ª residência
- b) 2ª residência

Se assinalou mais do que um destino indique o mais importante _____

14. Relativamente ao(s) último(s) edifício(s) construído pela empresa, qual a percentagem aproximada de fogos já vendidos? _____%

15. A venda de fogos tem decorrido de acordo com as expectativas? Sim Não

15.1. Se não, diga quais os factores que influenciam essa situação, pontuando de 1 – Não Influenciou a 5 – Influenciou Muito?

	Não Influenciou					Influenciou Muito
	1	2	3	4	5	
1. As taxas de juro subiram						
2. Os fogos construídos estão desajustados ao tipo de comprador que procura o concelho						
3. A procura global na área não reagiu conforme as perspectivas iniciais						
4. Existe excesso de oferta de construção no concelho						

16. Pensa construir mais fogos na concelho ou em concelhos vizinhos ? Não Sim

17. Se sim, pensa iniciar a construção a que prazo?

- a) A menos de um ano
- b) Entre 1 a 3 anos
- c) Vai esperar que as condições do mercado melhorem

3.3. Apresentação e Análise dos Resultados

Caracterização da Amostra

A amostra obtida através do método exposto anteriormente apresenta as seguintes características principais:

- 10,5% das empresas inquiridas foram constituídas após 1996; destas, a grande maioria foi constituída entre 1997 e 1999, distribuindo-se pela totalidade das áreas geográficas e sectores de actividade considerados¹³;
- Mais de 60% das empresas inquiridas são Sociedades por Quotas (Alcochete/Montijo distingue-se, na amostra, com 28,6% de Empresários em Nome Individual.
- A amostra é constituída predominantemente por empresas de capital maioritariamente nacional, apenas 6% são de capital estrangeiro.
- As empresas da amostra instaladas no Barreiro/Moita, Benavente/V.F. Xira, e Alverca/Loures dirigem-se, na sua maioria, ao mercado nacional, e em seguida à AML. Por outro lado, quase metade das empresas de Palmela/Setúbal dirige-se ao mercado nacional, surgindo o concelho e os concelhos vizinhos em segundo lugar. Alcochete/Montijo distingue-se por mais de 60% das empresas terem como principal mercado o concelho. Em termos sectoriais, apenas as empresas *Industriais* e de *Restauração e Hotelaria* se dirigem maioritariamente ao mercado nacional, as empresas dos restantes sectores assumem-se como predominantemente locais.

¹³ Apesar de o ficheiro dos Quadros de Pessoal apenas incluir empresas constituídas até 1998, inclusive, foi acrescentada à base de sondagem um conjunto de empresas, cuja informação foi obtida através da base de licenciamentos, relacionados com actividades económicas, das autarquias, de forma a inquirir empresas instaladas na ONTT após a construção da PVG.

<i>Amostra: Ano de criação / Concelho</i>		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V. F. Xira	Alverca e Loures	Total
Até 1996	N.º resp.	171	70	38	40	31	350
	%	89,1	90,9	86,4	88,9	93,9	89,5
Após 1996	N.º resp.	21	7	6	5	2	41
	%	10,9	9,1	13,6	11,1	6,1	10,5
Total	N.º resp.	192	77	44	45	33	391
	%	49,1	19,7	11,3	11,5	8,4	100,0

<i>Amostra: Ano de criação / Concelho</i>		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V. F. Xira	Alverca e Loures	Total
1997	N.º	5	2	2	2		11
	%	23,8	28,6	33,3	40,0		26,8
1998	N.º	11	3	3		2	19
	%	52,4	42,9	50,0		100,0	46,3
1999	N.º	5	1		2		8
	%	23,8	14,3		40,0		19,5
2000	N.º		1	1			2
	%		14,3	16,7			4,9
2001	N.º				1		1
	%				20,0		2,4
Total	N.º	21	7	6	5	2	41
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<i>Amostra: Emp. criadas após 1996 / Sector</i>		Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a Retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
1997	N.º	3			3	5		11
	%	18,8			42,9	55,6		26,8
1998	N.º	8	1	1	4	3	2	19
	%	50,0	50,0	100,0	57,1	33,3	33,3	46,3
1999	N.º	3	1				4	8
	%	18,8	50,0				66,7	19,5
2000	N.º	2						2
	%	12,5						4,9
2001	N.º					1		1
	%					11,1		2,4
Total	N.º	16	2	1	7	9	6	41
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<i>Natureza Jurídica da empresa</i>		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
Empresa Pública	N.º resp.	1	1		1		3
	%	0,5	1,3		2,2		0,8
Sociedade Por Quotas	N.º resp.	103	53	33	28	22	239
	%	53,6	68,8	75,0	62,2	66,7	61,1
Sociedade Anónima	N.º resp.	19	8	5	10	7	49
	%	9,9	10,4	11,4	22,2	21,2	12,5
Sociedade em Nome Colectivo	N.º resp.	9	3		4		16
	%	4,7	3,9		8,9		4,1
Empresário em Nome Individual	N.º resp.	55	11	5	2	4	77
	%	28,6	14,3	11,4	4,4	12,1	19,7
Outras	N.º resp.	5	1	1	0	0	7
	%	2,6	1,3	2,3	0,0	0,0	1,8
Total	N.º resp.	192	77	44	45	33	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<i>Natureza Jurídica da empresa</i>		Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a Retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
Empresa Pública	N.º resp.	1			1		1	3
	%	0,6			1,1		2,1	0,8
Sociedade Por Quotas	N.º resp.	102	15	18	67	12	25	239
	%	64,2	93,8	36,0	72,8	46,2	52,1	61,1
Sociedade Anónima	N.º resp.	22		3	15	1	8	49
	%	13,8		6,0	16,3	3,8	16,7	12,5
Sociedade em Nome Colectivo	N.º resp.	7		3	4		2	16
	%	4,4		6,0	4,3		4,2	4,1
Empresário em Nome Individual	N.º resp.	25	1	25	5	13	8	77
	%	15,7	6,3	50,0	5,4	50,0	16,7	19,7
Outra	N.º resp.	2	0	1	0	0	4	7
	%	1,3	0,0	2,0	0,0	0,0	8,3	1,8
Total	N.º resp.	159	16	50	92	26	48	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<i>Origem maioritária do capital social da empresa</i>		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
Nacional	N.º resp.	188	73	40	39	29	369
	%	97,9	94,8	90,9	86,7	87,9	94,4
Estrangeiro	N.º resp.	4	4	4	6	4	22
	%	2,1	5,2	9,1	13,3	12,1	5,6
Total	N.º resp.	192	77	44	45	33	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<i>Origem maioritária do capital social da empresa</i>		Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a Retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
Nacional	N.º resp.	150	16	50	81	26	46	369
	%	94,3	100,0	100,0	88,0	100,0	95,8	94,4
Estrangeiro	N.º resp.	9			11		2	22
	%	5,7			12,0		4,2	5,6
Total	N.º resp.	159	16	50	92	26	48	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<i>Mercado a que a empresa se dirige</i>		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V. F. Xira	Alverca e Loures	Total
Concelho	N.º resp.	118	17	17	12	3	167
	%	61,5	22,1	38,6	26,7	9,1	42,7
Concelhos vizinhos	N.º resp.	55	9	13	8	3	88
	%	28,6	11,7	29,5	17,8	9,1	22,5
AML	N.º resp.	18	15	4	8	7	52
	%	9,4	19,5	9,1	17,8	21,2	13,3
Portugal	N.º resp.	51	41	21	25	22	160
	%	26,6	53,2	47,7	55,6	66,7	40,9
Estrangeiro	N.º resp.	17	11	6	10	6	50
	%	8,9	14,3	13,6	22,2	18,2	12,8
Total do N.º de Casos		192	77	44	45	33	391

Resposta Múltipla

<i>Mercado a que a empresa se dirige</i>		Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a Retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
Concelho	N.º resp.	39	10	40	38	20	20	167
	%	24,5	62,5	80,0	79,2	21,7	76,9	42,7
Concelhos vizinhos	N.º resp.	28	4	18	17	17	4	88
	%	17,6	25,0	36,0	35,4	18,5	15,4	22,5
AML	N.º resp.	27	4	3	8	9	1	52
	%	17,0	25,0	6,0	16,7	9,8	3,8	13,3
Portugal	N.º resp.	86	1	4	7	57	5	160
	%	54,1	6,3	8,0	14,6	62,0	19,2	40,9
Estrangeiro	N.º resp.	32			3	13	2	50
	%	20,1			6,3	14,1	7,7	12,8
Total do N.º de Casos		159	16	50	48	92	26	391

Resposta Múltipla

Análise dos principais resultados obtidos

Dinâmica Evolutiva: Evolução das Vendas

Em termos gerais, verificou-se uma **evolução positiva do volume de vendas, nos últimos dois anos**, das empresas instaladas na região ONTT – cerca de 43,2% das empresas inquiridas viram as suas vendas aumentar (37,1% denotaram uma estabilização neste indicador). Acima da média, encontram-se as empresas de Barreiro/Moita e Palmela/Setúbal. Sectorialmente, as empresas de *Serviços* destacam-se das restantes, pelo facto de a maioria (52,1%) ter afirmado registar um aumento das vendas nos últimos dois anos, seguindo-se, ainda acima da média do verificado no conjunto das empresas inquiridas, a *Indústria Transformadora* e o *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem* (47,8% em ambos os sectores). Salieta-se ainda a diminuição das vendas verificada em 48% das empresas inquiridas de *Comércio a Retalho* e a estabilização em 61,5% das empresas de *Restauração e Hotelaria*.

As expectativas dos empresários face ao **volume de vendas para os próximos anos** são de uma forma geral positivas, considerando que 40,2% espera vir a ter um aumento de vendas (27,9% espera que este indicador estabilize e 17,9% não sabe). Retirando as respostas dos indecisos, continua a verificar-se uma evolução mais positiva na área de Palmela/Setúbal; no entanto, Barreiro/Moita não esperam a continuação do bom desempenho das vendas dos últimos anos; os empresários de Benavente/V.F. de Xira e Alverca/Loures esperam vir a ter uma evolução mais positiva nos próximos três anos do que passado recente. Alcochete/Montijo prevêem desempenhos abaixo da média do conjunto das empresas inquiridas, dando continuidade ao verificado para os últimos dois anos. Sectorialmente, as empresas de *Serviços* e *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem* prevêem a continuação do aumento das vendas; a *Indústria Transformadora* não se apresenta tão optimista, mas ainda assim a quase maioria prevê o aumento das vendas, tendo no entanto um número significativo manifestado dificuldades de previsão. O *Comércio a Retalho* prevê uma inflexão da evolução das vendas, esperando uma parte significativa das empresas um aumento nos próximos três anos. As empresas de *Restauração e Hotelaria* encontrando-se expectantes face

ao futuro, 30,8% não adiantou qualquer prognóstico para a evolução das vendas nos próximos três anos, enquanto que 34,6% prevê a manutenção das vendas. Das empresas de *Construção civil e Promoção Imobiliária*, poucas admitem crescimentos, esperando a maioria uma estabilização das vendas.

Dinâmica evolutiva: Recursos Humanos

A maioria (71,6%) das empresas inquiridas manteve o número de **postos de trabalho nos últimos dois anos**. Palmela/Setúbal e Barreiro/Moita, registaram, à semelhança do que aconteceu na evolução das vendas, um desempenho mais positivo. Pelo contrário, as empresas de Alcochete/Montijo e Alverca/Loures foram as que apresentaram em maior número uma diminuição de efectivos. A evolução do número de trabalhadores positiva verifica-se fundamentalmente nas empresas com mais de 10 trabalhadores, e nos *Serviços e Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem*. A *Indústria Transformadora*, apesar de ter manifestado um aumento do volume de vendas, este não foi acompanhado por um incremento do número de trabalhadores. Aproximadamente um quarto das empresas de *Restauração e Hotelaria* diminuíram os efectivos nos últimos anos. No *Comércio a Retalho*, 72% das empresas manteve o número de efectivos.

A expectativa dos empresários face à **evolução futura do número de trabalhadores** apresenta-se de uma forma geral positiva, melhor do que a situação ocorrida nos últimos dois anos, apesar de cerca de 16% não efectuar qualquer prognóstico. As previsões efectuadas variam consoante os sectores e os concelhos considerados. Com efeito, verifica-se que mais de um quarto dos empresários inquiridos de Palmela/Setúbal e Benavente/V.F. Xira esperam aumentar os efectivos das suas empresas. Sectorialmente, é de esperar que as empresas de *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem* aumentem o número de trabalhadores acima da média do conjunto. Destaca-se ainda a tendência para a estabilização do número de trabalhadores na *Construção e Promoção Imobiliária* e a diminuição dos trabalhadores num número significativo de empresas de *Restauração e Hotelaria* e do *Comércio a Retalho*. Por outro lado,

as empresas com 10 a 45 trabalhadores são as que prevêem um aumento do número de efectivos.

Grande parte dos trabalhadores que as empresas esperam contratar são profissionais qualificados e não qualificados, em desfavor de profissionais altamente qualificados, dirigentes e quadros superiores.

Impacte da Ponte Vasco da gama na actividade das empresas e na actividade económica dos concelhos da ONTT

Os empresários do Barreiro/Moita e Palmela/Setúbal revelaram de forma expressiva (mais de 80%) ter sentido positivamente os **impactes da construção da PVG nas suas empresas**; seguindo-se, com resultados menos expressivos, mas igualmente positivos, Alverca/Loures, Alcochete/Montijo e Benavente/V.F. Xira. Realça-se o facto de 11,3% das empresas de Alcochete/Montijo terem manifestado a ocorrência de impactes negativos na actividade da sua empresa, decorrentes da construção da nova ponte, correspondendo principalmente às empresas de *Comércio a Retalho*. Os sectores que se sentem mais beneficiados pela ponte são o *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem, a Indústria Transformadora e os Serviços*. Relativamente às empresas que se instalaram na ONTT após 1996, em termos gerais, os resultados são idênticos às que se instalaram antes de 1996, com mais uma vez as empresas de Alcochete/Montijo a manifestarem impactes mais negativos.

As análises efectuadas para os **impactes da PVG na actividade económica do concelho**, são em tudo idênticas às dos impactes nas empresas, embora apresentem avaliações ligeiramente mais positivas, isto é, os empresários, com principal incidência os de Alcochete/Montijo, avaliam os impactes da PVG como mais positivos para o concelho do que para as suas empresas.

Segundo as **empresas em actividade na ONTT até 1996**, as questões relacionadas com uma maior proximidade de outras entidades, como consequência de melhores acessibilidades, constituem os **factores associados à PVG que de alguma forma influenciaram a actividade da empresa**, designadamente, uma maior proximidade aos clientes, maior facilidade nos

contactos com clientes/fornecedores e o acesso facilitado a serviços de apoio às empresas. Acresce ainda a influência do aumento da actividade económica no concelho.

Em termos concelhios, Alverca/Loures registam nestes factores avaliações acima da média do conjunto das empresas. Salienta-se que os empresários de Alcochete/Montijo seleccionaram como factores influenciadores da actividade da empresa, os relacionados directamente com a região (e não com as empresas), que foram, a atracção de turistas/visitantes ao concelho e o aumento da actividade económica no concelho.

Sectorialmente, as empresas de *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem* e de *Serviços* foram as que identificaram um maior número de factores, associados à construção da PVG, influenciadores da actividades económica. As empresas de *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem* nomearam como principais factores influenciadores os respeitantes às relações com outras entidades, enquanto que as empresas de *Serviços* identificaram principalmente os factores relacionados com o dinamismo da região, nomeadamente o aumento da actividade económica do concelho, a atracção de turistas/visitantes ao concelho e a criação de oportunidades de negócio no próprio concelho.

Segundo os empresários inquiridos, a nova ponte não veio influenciar o mercado de trabalho (como factor influenciador da actividade da empresa), designadamente no que diz respeito à facilidade de recrutamento de trabalhadores de outras áreas e à facilidade de contratação de trabalhadores qualificados; assim como também não foi percebida pelos empresários a criação de oportunidades de negócio na outra margem e de investimento no próprio concelho, pelos menos associados à PVG.

Relativamente às **empresas que se instalaram na ONTT após 1996**, dos **factores de localização** expostos, as boas acessibilidades por estrada foi o considerado mais influenciador da decisão de instalar o estabelecimento no concelho, em termos gerais, e para todas as áreas consideradas, excepto Palmela/Setúbal. Relativamente à análise sectorial, este factor foi determinante

para as empresas da *Indústria Transformadora, Serviços e Restauração e Hotelaria*.

Para as empresas que se instalaram em Palmela/Setúbal, os principais factores influenciadores identificados foram a proximidade de grandes núcleos populacionais e a proximidade a fornecedores e outras empresas; este último factor também foi identificado pelas empresas do Barreiro/Moita. Por outro lado, as empresas de *Serviços* e de *Restauração e Hotelaria* também consideram como factor de localização importante a proximidade de grandes núcleos populacionais.

Utilização da Ponte Vasco da Gama pelas empresas

Os empresários utilizam a PVG com maior frequência por motivos profissionais (54,8% dos entrevistados fá-lo pelo menos uma vez por semana); em seguida, usam-na para a expedição/aquisição de mercadorias e, por último, por motivos pessoais.

Verifica-se uma relação directa entre a periodicidade da utilização da ponte e a dimensão das empresas, sendo esta relação mais significativa na utilização por motivos de contactos profissionais e de expedição/aquisição de mercadorias.

Em termos concelhios, verifica-se uma maior utilização da ponte pelos empresários de Barreiro/Moita, Palmela/Setúbal e Alverca/Loures por motivos profissionais e de expedição/aquisição de mercadorias. No eixo Alcochete/Montijo utilizam-na com a mesma frequência para qualquer motivo, embora ligeiramente menos para expedição/aquisição de mercadorias; por outro lado, relativamente poucos empresários (cerca de 23%) de Benavente/V.F. Xira e Alverca/Loures utiliza a PVG pelo menos uma vez por semana para motivos pessoais.

Síntese das Principais Conclusões do Inquérito

- ◆ Numa **análise de conjunto da evolução recente e das expectativas da actividade económica** das empresas inquiridas, constata-se que se verificou uma evolução positiva do volume de vendas das empresas, prevendo-se a continuação desta tendência para os próximos três anos.

Relativamente aos recursos humanos, a maioria das empresas manteve os postos de trabalho nos últimos dois anos, esperando, no entanto, vir a contratar novos trabalhadores a médio prazo.

- ◆ Em termos **sectoriais**, as empresas dos sectores do *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem* e dos Serviços foram as que apresentaram uma evolução do volume de vendas e do número de trabalhadores mais positiva no passado recente, sendo também aquelas que se destacam em termos de expectativas para os próximos anos.

As empresas do *Comércio a Retalho*, ao contrário do que se verificou nos últimos dois anos, esperam vir a ter evoluções positivas no volume de vendas, que no entanto não se reflectirá na contratação de novos trabalhadores.

O sector da *Restauração e Hotelaria* é o que apresenta desempenhos inferiores ao conjunto das empresas inquiridas, não mostrando também optimismo face ao futuro.

As empresas de *Construção e Promoção Imobiliária* não se destacaram do desempenho da média do conjunto das empresas, prevendo uma estabilização no futuro da actividade económica.

Por fim, a Indústria Transformadora apesar de ter tido um bom desempenho da evolução das vendas nos últimos dois anos, relativamente ao futuro próximo e aos recursos humanos não se destaca da média das empresas.

- ◆ Em termos **geográficos**, Palmela/Setúbal destaca-se das restantes zonas pelo bom desempenho das suas empresas no passado e pelas expectativas acima da média face à evolução a médio prazo.

Apesar de as empresas do Barreiro/Moita terem registado uma evolução positiva nos últimos dois anos, não esperam a continuação desta tendência no futuro.

Uma proporção acima da média de empresas de Benavente/V.F. Xira espera vir a ter uma evolução positiva do número de trabalhadores nos próximos três anos.

As empresas de Alcochete/Montijo registaram uma evolução abaixo da média e têm expectativas pouco animadoras face ao futuro, devendo-se esta constatação em grande parte às empresas de *Comércio a Retalho* e de *Restauração/Hotelaria*.

- ◆ Os empresários fazem uma avaliação positiva dos **impactes da PVG**, quer nas suas empresas quer na actividade económica dos concelhos onde estas estão instaladas, no entanto, pensam que os concelhos ganharam mais do que as suas empresas com a infra-estrutura.

Por outro lado, analisando a avaliação dos empresários, a PVG veio beneficiar mais as regiões onde estão instaladas empresas de maior dimensão, como Barreiro/Moita e Palmela/Setúbal e menos onde as empresas são predominantemente locais, nomeadamente Alcochete/Montijo. De igual forma, o *Comércio a Retalho* é o sector que demonstra ter tido um impacto menor. Por outro lado, as empresas de *Comércio por Grosso, Transportes e Armazenagem* e de *Serviços*, apesar de serem fundamentalmente pequenas empresas, acompanham as empresas industriais numa avaliação bastante positiva dos impactes da ponte na sua actividade; este facto fica a dever-se, certamente, aos mais intensos contactos com entidades exteriores à região da ONTT por parte destas empresas.

Com efeito, os factores, associados à construção da nova ponte, que as empresas elegem como mais influenciadores da sua actividade são precisamente a maior facilidade no contacto com outras entidades. Realça-se ainda o facto de, segundo os empresários, a PVG não ter tido qualquer influência no mercado de trabalho, pelo menos no que diz respeito à actividade das empresas.

Por fim, para as empresas que se instalaram na ONTT após a construção da PVG, as boas acessibilidades foi um dos factores de localização considerados para a tomada de decisão da escolha da localização da empresa.

- ◆ Um pouco mais de metade dos empresários inquiridos **utiliza a ponte Vasco da Gama** pelo menos uma vez por semana por motivos profissionais, e quase 50% fá-lo com a mesma periodicidade para expedição/aquisição de mercadorias. Mais uma vez, a maior utilização da ponte está associada à dimensão e à localização dos mercados das empresas, uma vez que as empresas mais utilizadoras da ponte são as que se situam no Barreiro/Moita e Palmela/Setúbal.

Apresentação dos resultados obtidos

Dinâmica Evolutiva: Volume de Vendas

Evolução das vendas nos últimos dois anos		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V. F. Xira	Alverca e Loures	Total
Aumentou Muito	N.º resp. %	7 3,6	3 3,9	2 4,5	2 4,4	2 6,1	16 4,1
Aumentou	N.º resp. %	67 34,9	37 48,1	20 45,5	18 40,0	11 33,3	153 39,1
Estabilizou	N.º resp. %	75 39,1	22 28,6	17 38,6	17 37,8	14 42,4	145 37,1
Diminuiu	N.º resp. %	35 18,2	9 11,7	5 11,4	6 13,3	6 18,2	61 15,6
Diminuiu Muito	N.º resp. %	8 4,2	6 7,8	6 13,3	2 4,4	2 6,1	16 4,1
Total	N.º resp. %	192 100,0	77 100,0	44 100,0	45 100,0	33 100,0	391 100,0

Evolução das vendas nos últimos dois anos		Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
Aumentou Muito	N.º resp. %	6 3,8			6 6,5		4 8,3	16 4,1
Aumentou	N.º resp. %	70 44,0	6 37,5	14 28,0	38 41,3	4 15,4	21 43,8	153 39,1
Estabilizou	N.º resp. %	60 37,7	6 37,5	12 24,0	32 34,8	16 61,5	19 39,6	145 37,1
Diminuiu	N.º resp. %	19 11,9	2 12,5	20 40,0	12 13,0	4 15,4	4 8,3	61 15,6
Diminuiu Muito	N.º resp. %	4 2,5	2 12,5	4 8,0	4 4,3	2 7,7		16 4,1
Total	N.º resp. %	159 100,0	16 100,0	50 100,0	92 100,0	26 100,0	48 100,0	391 100,0

Evolução das vendas nos próximos três anos		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V. F. Xira	Alverca e Loures	Total
Grande Aumento	N.º resp. %	4 2,1	5 6,5		1 2,2		10 2,6
Aumento	N.º resp. %	67 34,9	23 29,9	20 45,5	22 48,9	15 45,5	147 37,6
Estabilização	N.º resp. %	54 28,1	23 29,9	12 27,3	12 26,7	8 24,2	109 27,9
Diminuição	N.º resp. %	27 14,1	8 10,4	1 2,3	5 11,1	3 9,1	44 11,3
Grande Diminuição	N.º resp. %	8 4,2	2 2,6	1 2,3			11 2,8
Não Sabe	N.º resp. %	32 16,7	16 20,8	10 22,7	5 11,1	7 21,2	70 17,9
Total	N.º resp. %	192 100,0	77 100,0	44 100,0	45 100,0	33 100,0	391 100,0

Evolução das vendas nos próximos três anos		Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
Grande Aumento	N.º resp. %	4 2,5			3 3,3		3 6,3	10 2,6
Aumento	N.º resp. %	57 35,8	3 18,8	20 40,0	42 45,7	4 15,4	21 43,8	147 37,6
Estabilização	N.º resp. %	48 30,2	7 43,8	6 12,0	26 28,3	9 34,6	13 27,1	109 27,9
Diminuição	N.º resp. %	13 8,2	3 18,8	11 22,0	8 8,7	4 15,4	5 10,4	44 11,3
Grande Diminuição	N.º resp. %	4 2,5	4 3,8	5 10,0		1 3,8	1 2,1	11 2,8
Não Sabe	N.º resp. %	33 20,8	3 18,8	8 16,0	13 14,1	8 30,8	5 10,4	70 17,9
Total	N.º resp. %	159 100,0	16 100,0	50 100,0	92 100,0	26 100,0	48 100,0	391 100,0

Dinâmica Evolutiva: Recursos Humanos

Evolução do n.º de trabalhadores nos últimos dois anos	Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V. F. Xira	Alverca e Loures	Total
	N.º resp.	38	19	17	10	4
%	19,8	24,7	38,6	22,2	12,1	22,5
Média*	6,3	5,5	29,3	7,1	5,0	10,5
N.º resp.	127	44	25	27	18	241
%	66,1	57,1	56,8	60,0	54,5	61,6
N.º resp.	27	14	2	8	11	62
%	14,1	18,2	4,5	17,8	33,3	15,9
Média	4,3	4,4	7,0	6,0	8,1	5,3
N.º resp.	192	77	44	45	33	391
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota (*): Média do número de trabalhadores contratados por empresa

Evolução do n.º de trabalhadores nos últimos dois anos	1 a 9	10 a 45	50 e mais	Total
	N.º resp.	36	40	12
%	15,9	31,7	30,8	22,5
Média	2,5	6,1	51,2	10,5
N.º resp.	152	68	21	241
%	67,3	54,0	53,8	61,6
N.º resp.	38	18	6	62
%	16,8	14,3	15,4	15,9
Média	4,3	5,9	12,3	5,3
N.º resp.	226	126	39	391
%	100,0	100,0	100,0	100,0

Evolução do n.º de trabalhadores nos últimos dois anos	Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a Retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
	N.º resp.	34	4	8	27	3	12
%	21,4	25,0	16,0	29,3	11,5	25,0	22,5
Média	20,4	7,0	4,0	4,7	1,7	4,3	10,5
N.º resp.	92	11	36	53	17	32	241
%	57,9	68,8	72,0	57,6	65,4	66,7	61,6
N.º resp.	33	1	6	12	6	4	62
%	20,8	6,3	12,0	13,0	23,1	8,3	15,9
Média	7,0	1,5	1,5	4,8	3,2	1,5	5,3
N.º resp.	159	16	50	92	26	48	391
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Evolução do n.º de trabalhadores nos próximos três anos		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
N.º resp.		36	13	12	12	5	78
Aumento	%	18,8	16,9	27,3	26,7	15,2	19,9
	Média	2,8	4,5	12,3	3,0	3,3	4,5
Estabilização	N.º resp.	117	48	24	24	19	232
	%	60,9	62,3	54,5	53,3	57,6	59,3
N.º resp.		11	2		4	2	19
Diminuição	%	5,7	2,6		8,9	6,1	4,9
	Média	4,2	41,5		1,5	30,0	12,8
Não Sabe	N.º resp.	28	14	8	5	7	62
	%	14,6	18,2	18,2	11,1	21,2	15,9
Total	N.º resp.	192	77	44	45	33	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Evolução do n.º de trabalhadores nos próximos três anos		1 a 9	10 a 45	50 e mais	Total
N.º resp.		42	32	4	78
Aumento	%	18,6	25,4	10,3	19,9
	Média	2,9	4,4	60,0	4,5
Estabilização	N.º resp.	136	69	27	232
	%	60,2	54,8	69,2	59,3
N.º resp.		8	8	3	19
Diminuição	%	3,5	6,3	7,7	4,9
	Média	2,0	4,2	55,0	12,8
Não sabe	N.º resp.	40	17	5	62
	%	17,7	13,5	12,8	15,9
Total	N.º resp.	226	126	39	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

Evolução do n.º de trabalhadores nos próximos três anos		Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
N.º resp.		31	1	9	26	1	10	78
Aumento	%	19,5	6,3	18,0	28,3	3,6	20,8	19,9
	Média	7,3		2,1	2,8		1,4	4,5
Estabilização	N.º resp.	91	13	29	53	16	30	232
	%	57,2	81,3	58,0	57,6	61,5	62,5	59,3
N.º resp.		8		5	1	2	3	19
Diminuição	%	5,0		10,0	1,1	7,7	6,3	4,9
	Média	21,7		2,0		3,0	1,0	12,8
Não sabe	N.º resp.	29	2	7	12	7	5	62
	%	18,2	12,5	14,0	13,0	26,9	10,4	15,9
Total	N.º resp.	159	16	50	92	26	48	391
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<i>Nível de qualificação dos trabalhadores contratados</i>		Alcochete e Montijo	Barcelo e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
Dirigentes e Quadros superiores	N.º resp. % Média	1 2,6 2,0	2 10,5 1,5	1 5,9	2 20,0	1 25,0 1,0	7 8,0 1,5
Profissionais altamente qualificados	N.º resp. % Média	7 18,4 1,7		3 17,6 2,5	1 10,0		11 12,5 1,9
Profissionais qualificados	N.º resp. % Média	19 50,0 3,1	9 47,4 6,9	11 64,7 2,9	6 60,0 8,0	3 75,0 2,3	48 54,5 4,2
Profissionais não qualificados	N.º resp. % Média	22 57,9 1,7	13 66,4	10 58,8	4 40,0	1 25,0	50 56,8 1,7
<i>Total</i>	N.º resp. %	38 100,0	19 100,0	17 100,0	10 100,0	4 100,0	88 100,0

<i>Nível de qualificação dos trabalhadores contratados</i>		Ind. Transf.	Const. e Prom. Imob.	Com. a Retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
Dirigentes e Quadros Superiores	N.º resp. %	5 14,7		1 12,5	1 3,7			7 8,0
Profissionais altamente qualificados	N.º resp. %	3 8,8	1 25,0	4 50,0			3 25,0	11 12,5
Profissionais qualificados	N.º resp. %	20 58,8	2 50,0	5 62,5	16 59,3		5 41,7	48 54,5
Profissionais não qualificados	N.º resp. %	19 55,9	2 50,0	5 62,5	15 55,6	3 100,0	6 50,0	50 56,8
<i>Total</i>	N.º resp. %	34 100,0	4 100,0	8 100,0	27 100,0	3 100,0	12 100,0	88 100,0

Impacte da Ponte Vasco da Gama na actividade das empresas e na actividade económica dos concelhos da ONTT

Impactes da PVG na actividade da empresa		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
Muito Positivos	N.º resp. %	38 22,6	12 19,0	11 31,4	10 25,6	6 19,4	77 22,9
Positivos	N.º resp. %	76 45,2	41 65,1	18 51,4	13 33,3	16 51,6	164 48,8
Nulos	N.º resp. %	35 20,8	9 14,3	6 17,1	16 41,0	9 29,0	75 22,3
Negativos	N.º resp. %	15 8,9	1 1,6				16 4,8
Muito Negativos	N.º resp. %	4 2,4					4 1,2
Total	N.º resp. %	168 100,0	63 100,0	35 100,0	39 100,0	31 100,0	336 100,0

Estabelecimentos criados até 1996

Impactes da PVG na actividade da empresa		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
Muito Positivos	N.º resp. %	2 10,5	3 42,9	2 33,3	2 40,0	1 50,0	10 25,6
Positivos	N.º resp. %	7 36,8	3 42,9	3 50,0	3 60,0	1 50,0	17 43,6
Nulos	N.º resp. %	8 42,1	1 14,3				9 23,1
Negativos	N.º resp. %	2 10,5		1 16,7			3 7,7
Muito Negativos	N.º resp. %						
Total	N.º resp. %	19 100,0	7 100,0	6 100,0	5 100,0	2 100,0	39 100,0

Estabelecimentos criados após 1996

Impactes da PVG na actividade da empresa		Ind. Transf.	Com. a retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
Muito Positivos	N.º resp. %	6 37,5	1 100,0	3 33,3			10 25,6
Positivos	N.º resp. %	7 43,8		6 66,7	2 33,3	2 28,6	17 43,6
Nulos	N.º resp. %	2 12,5			2 33,3	5 71,4	9 23,1
Negativos	N.º resp. %	1 6,3			2 33,3		3 7,7
Muito Negativos	N.º resp. %						
Total	N.º resp. %	16 100,0	1 100,0	9 100,0	6 100,0	7 100,0	39 100,0

Estabelecimentos criados até 1996

Impactes da PVG na actividade econ. do concelho		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
Muito Positivos	N.º resp. %	43 25,6	8 12,7	9 25,7	7 17,9	6 19,4	73 21,7
Positivos	N.º resp. %	99 58,9	42 66,7	20 57,1	22 56,4	23 74,2	206 61,3
Nulos	N.º resp. %	14 8,3	12 19,0	6 17,1	10 25,6	2 6,5	44 13,1
Negativos	N.º resp. %	11 6,5	1 1,6				12 3,6
Muito Negativos	N.º resp. %	1 0,6					1 0,3
Total	N.º resp. %	168 100,0	63 100,0	35 100,0	39 100,0	31 100,0	336 100,0

Estabelecimentos criados até 1996

Impactes da PVG na actividade econ. do concelho		Ind. Transf.	Com. a retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
Muito Positivos	N.º resp. %	25 17,5	12 24,5	23 27,7	1 5,0	12 29,3	73 21,7
Positivos	N.º resp. %	92 64,3	26 53,1	47 56,6	17 85,0	24 58,5	206 61,3
Nulos	N.º resp. %	25 17,5	4 8,2	11 13,3	2 10,0	2 4,9	44 13,1
Negativos	N.º resp. %	1 0,7	6 12,2	2 2,4		3 7,3	12 3,6
Muito Negativos	N.º resp. %		1 2,0				1 0,3
Total	N.º resp. %	143 100,0	49 100,0	83 100,0	20 100,0	41 100,0	336 100,0

Estabelecimentos criados até 1996

Impactes da PVG na actividade econ. do concelho		Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
Muito Positivos	N.º resp. %	4 21,1	3 42,9	3 50,0	3 60,0	2 100,0	15 38,5
Positivos	N.º resp. %	10 52,6	3 42,9	3 50,0	2 40,0		18 46,2
Nulos	N.º resp. %	4 21,1	1 14,3				5 12,8
Negativos	N.º resp. %	1 5,3					1 2,6
Muito Negativos	N.º resp. %						
Total	N.º resp. %	19 100,0	7 100,0	6 100,0	5 100,0	2 100,0	39 100,0

Estabelecimentos criados após 1996

Impactes da PVG na actividade econ. do concelho		Ind. Transf.	Com. a retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
Muito Positivos	N.º resp. %	9 56,3		3 33,3		3 42,9	15 38,5
Positivos	N.º resp. %	6 37,5	1 100,0	6 66,7	3 50,0	2 28,6	18 46,2
Nulos	N.º resp. %	1 6,3			3 50,0	1 14,3	5 12,8
Negativos	N.º resp. %					1 14,3	1 2,6
Muito Negativos	N.º resp. %						
Total	N.º resp. %	16 100,0	1 100,0	9 100,0	6 100,0	7 100,0	39 100,0

Estabelecimentos criados após 1996

Factores influenciadores da actividade da empresa

	Média							Total
	(escala: 1-não influenciou a 5-influenciou muito)							
	Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures			
Maior proximidade aos clientes	2,92	3,13	3,03	2,72	3,45			3,00
Aumento da actividade económica no concelho	3,09	2,94	2,74	2,67	2,97			2,96
Maior facilidade nos contactos com clientes/fornecedores	2,94	2,97	3,00	2,56	3,39			2,95
Acesso facilitado a serviços de apoio às empresas	2,88	3,02	2,74	3,03	3,16			2,93
Melhoria da eficiência do serviço prestado aos clientes	2,81	2,78	2,63	2,82	2,97			2,80
Atração de turistas/visitantes ao concelho	3,14	2,38	2,31	1,92	2,55			2,72
Criação de oportunidades de negócio no próprio concelho	2,93	2,49	2,49	2,44	2,61			2,71
Acesso facilitado a serviços públicos	2,87	2,57	2,51	2,64	2,42			2,71
Redução dos custos de transporte de merc./mat.-primas	2,54	2,46	2,37	2,41	2,77			2,51
Aumento do n.º de consumidores no concelho	2,90	2,37	2,00	1,90	2,03			2,51
Alargamento do mercado a clientes na outra margem	2,64	2,30	2,17	2,28	2,77			2,50
Aumento do poder de compra no concelho	2,58	2,43	2,03	2,49	2,16			2,44
Aumento da competição na actividade da empresa	2,68	2,29	1,97	2,13	2,42			2,44
Criação de oportunidades de negócio na outra margem	2,20	2,27	2,11	2,05	2,55			2,22
Criação de oportunidades de investimento	2,23	2,10	1,83	2,28	2,00			2,15
Maior facilidade no recrutamento de trab. de outras áreas	1,79	1,67	1,60	1,64	1,35			1,69
Contratação facilitada de trabalhadores qualificados	1,70	1,51	1,43	1,54	1,32			1,58

Factores influenciadores da actividade da empresa

	Média					Total
	(escala: 1-não influenciou a 5-influenciou muito)					
	Ind. Transf.	Com. a Retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	
Maior proximidade aos clientes	3,03	2,57	3,29	3,15	2,73	3,00
Aumento da actividade económica no concelho	2,87	2,82	3,06	2,95	3,29	2,96
Maior facilidade nos contactos com clientes/fornecedores	2,88	2,80	3,18	2,50	3,12	2,95
Acesso facilitado a serviços de apoio às empresas	2,83	2,47	3,40	2,85	2,95	2,93
Melhoria da eficiência do serviço prestado aos clientes	2,71	2,63	3,16	2,65	2,66	2,80
Criação de oportunidades de negócio no próprio concelho	2,49	2,73	2,86	2,90	3,12	2,72
Atração de turistas/visitantes ao concelho	2,51	3,06	2,54	3,05	3,22	2,72
Acesso facilitado a serviços públicos	2,64	2,59	2,72	2,85	2,98	2,71
Redução dos custos de transporte de merc./mat.-primas	2,47	2,16	2,95	2,10	2,41	2,51
Aumento do n.º de consumidores no concelho	2,34	2,65	2,37	2,95	3,00	2,51
Alargamento do mercado a clientes na outra margem	2,22	2,59	2,77	2,90	2,61	2,50
Aumento da competição na actividade da empresa	2,15	2,84	2,64	2,50	2,56	2,44
Aumento do poder de compra no concelho	2,36	2,24	2,60	2,75	2,51	2,44
Criação de oportunidades de negócio na outra margem	2,10	2,31	2,55	2,20	1,88	2,22
Criação de oportunidades de investimento	1,96	2,24	2,46	2,30	1,98	2,15
Maior facilidade no recrutamento de trab. de outras áreas	1,53	1,82	1,82	1,80	1,76	1,69
Contratação facilitada de trabalhadores qualificados	1,51	1,57	1,57	1,55	1,90	1,58

Estabelecimentos criados até 1996 - N.º de respostas: 336

Factores influenciadores da decisão de instalar o estabelecimento no concelho

Boas acessibilidades por estrada
 Proximidade de grandes núcleos populacionais
 Disponibilidade de terreno ou espaços para a instalação da empresa
 Perspectivas de crescimento da actividade da empresa no concelho
 Fácil acesso ao mercado de clientes
 Dinamismo económico do concelho
 Fácil acesso ao mercado de fornecedores
 Existência ou perspectivas de construção da PVG
 Proximidade de outras empresas
 Custo do terreno ou espaços para a instalação da empresa
 O terreno ou o espaço de instalação eram da propriedade da empresa
 Existência de equipamentos sociais
 Disponibilidade de mão-de-obra qualificada
 Baixo custo da mão-de-obra
 O custo de transporte dos trabalhadores ao local do estabelecimento

Estabelecimentos criados após 1996 - N.º de respostas: 39

Média						
(escala: 1-nao influenciou a 5-influenciou muito)						
Alcochete e Montijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total	
3,32	3,43	2,83	3,20	3,00	3,23	
2,68	3,00	3,33	2,60	2,00	2,79	
2,58	3,00	2,67	3,20	3,00	2,77	
2,79	2,71	2,33	3,00	2,00	2,69	
2,95	2,29	2,83	2,20	2,00	2,67	
3,00	2,29	2,17	2,60	1,00	2,59	
2,58	2,57	3,17	2,40	1,00	2,56	
2,63	2,57	2,17	2,60	1,00	2,46	
2,00	3,29	3,17	2,00	1,00	2,36	
2,32	2,43	2,83	2,00	1,00	2,31	
2,16	2,14	2,00	1,40	1,00	1,97	
1,63	2,00	2,17	1,80	2,00	1,82	
1,47	1,86	2,33	2,40	1,50	1,79	
1,58	1,86	1,83	1,80	1,00	1,67	
1,37	2,00	1,67	1,40	1,00	1,51	

Factores influenciadores da decisão de instalar o estabelecimento no concelho

Boas acessibilidades por estrada
 Proximidade de grandes núcleos populacionais
 Disponibilidade de terreno ou espaços para a instalação da empresa
 Perspectivas de crescimento da actividade da empresa no concelho
 Fácil acesso ao mercado de clientes
 Dinamismo económico do concelho
 Fácil acesso ao mercado de fornecedores
 Existência ou perspectivas de construção da PVG
 Proximidade de outras empresas
 Custo do terreno ou espaços para a instalação da empresa
 O terreno ou o espaço de instalação eram da propriedade da empresa
 Existência de equipamentos sociais
 Disponibilidade de mão-de-obra qualificada
 Baixo custo da mão-de-obra
 O custo de transporte dos trabalhadores ao local do estabelecimento

Estabelecimentos criados após 1996 - N.º de respostas: 39

Média					
(escala: 1-nao influenciou a 5-influenciou muito)					
Ind. Transf.	Com. a Retalho	C. Grosso, Transp. e Armaz.	Rest. e Hotelaria	Serviços	Total
3,69	5,00	1,86	3,00	3,67	3,23
2,69	4,00	2,29	3,00	3,17	2,79
2,75	2,00	2,00	3,44	2,93	2,77
2,63	5,00	2,43	2,89	2,50	2,69
2,63	4,00	2,43	2,67	2,83	2,67
2,69	4,00	2,29	2,44	2,67	2,59
2,86	4,00	2,14	2,67	1,83	2,56
2,81	5,00	2,00	2,11	2,17	2,46
2,69	1,00	1,57	2,78	2,00	2,36
2,06	1,00	2,29	2,78	2,50	2,31
2,31	1,00	2,00	1,89	1,33	1,97
1,88	1,00	1,29	2,22	1,83	1,82
1,81	1,00	1,43	2,22	1,67	1,79
1,88	1,00	1,29	1,67	1,67	1,67
1,63	1,00	1,00	1,44	2,00	1,51

Utilização da Ponte Vasco da Gama pelas empresas

<i>Periodicidade da utilização da PVG: contactos profissionais</i>	1 a 9	10 a 49	50 e mais	Total
Ocasionalmente	73 38,0	25 23,1	12 33,3	110 32,7
1 a 2 vezes por mês	30 15,6	10 9,3	2 5,6	42 12,5
Semanalmente	28 14,6	23 21,3	3 8,3	54 16,1
Mais que uma vez por semana	31 16,1	14 13,0	4 11,1	49 14,6
Diariamente	30 15,6	36 33,3	15 41,7	81 24,1
Total	192 100,0	108 100,0	36 100,0	336 100,0

Estabelecimentos criados até 1996

<i>Periodicidade da utilização da PVG: exped. / aquis. de mercadorias</i>	1 a 9	10 a 49	50 e mais	Total
Ocasionalmente	98 51,0	41 38,0	12 33,3	151 44,9
1 a 2 vezes por mês	18 9,4	5 4,6	2 5,6	25 7,4
Semanalmente	27 14,1	17 15,7	5 13,9	49 14,6
Mais que uma vez por semana	15 7,8	17 15,7	3 8,3	35 10,4
Diariamente	34 17,7	28 25,9	14 38,9	76 22,6
Total	192 100,0	108 100,0	36 100,0	336 100,0

Estabelecimentos criados até 1996

<i>Periodicidade da utilização da PVG: motivos pessoais</i>	1 a 9	10 a 49	50 e mais	Total
Ocasionalmente	73 38,0	38 35,2	14 38,9	125 37,2
1 a 2 vezes por mês	36 18,8	22 20,4	4 11,1	62 18,5
Semanalmente	32 16,7	13 12,0	9 25,0	54 16,1
Mais que uma vez por semana	27 14,1	16 14,8	2 5,6	45 13,4
Diariamente	24 12,5	19 17,6	7 19,4	50 14,9
Total	192 100,0	108 100,0	36 100,0	336 100,0

Estabelecimentos criados até 1996

ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama

Periodicidade da utilização da PVG: contactos profissionais		Alcochete e Montlijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
N.º resp.	%	57	13	10	19	11	110
Ocasionalmente		33,9	20,6	28,6	48,7	35,5	32,7
1 a 2 vezes por mês	N.º resp.	28	10	3		1	42
	%	16,7	15,9	8,6		3,2	12,5
Semanalmente	N.º resp.	26	7	7	6	8	54
	%	15,5	11,1	20,0	15,4	25,8	16,1
Mais que uma vez por semana	N.º resp.	25	9	3	5	7	49
	%	14,9	14,3	8,6	12,8	22,6	14,6
Diariamente	N.º resp.	32	24	12	9	4	81
	%	19,0	38,1	34,3	23,1	12,9	24,1
Total	N.º resp.	168	63	36	39	31	336
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Periodicidade da utilização da PVG: exped. / aquis. de mercadorias		Alcochete e Montlijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
N.º resp.	%	82	22	13	22	12	151
Ocasionalmente		48,8	34,9	37,1	56,4	38,7	44,9
1 a 2 vezes por mês	N.º resp.	19	4	1	1		25
	%	11,3	6,3	2,9	2,6		7,4
Semanalmente	N.º resp.	20	10	5	6	8	49
	%	11,9	15,9	14,3	15,4	25,8	14,6
Mais que uma vez por semana	N.º resp.	11	10	5	4	5	35
	%	6,5	15,9	14,3	10,3	16,1	10,4
Diariamente	N.º resp.	36	17	11	6	6	76
	%	21,4	27,0	31,4	15,4	19,4	22,6
Total	N.º resp.	168	63	36	39	31	336
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Periodicidade da utilização da PVG: motivos pessoais		Alcochete e Montlijo	Barreiro e Moita	Palmela e Setúbal	Benavente e V.F. Xira	Alverca e Loures	Total
N.º resp.	%	53	23	11	23	15	125
Ocasionalmente		31,5	36,5	31,4	59,0	48,4	37,2
1 a 2 vezes por mês	N.º resp.	32	8	6	7	9	62
	%	19,0	12,7	17,1	17,9	29,0	18,5
Semanalmente	N.º resp.	29	13	5	4	3	54
	%	17,3	20,6	14,3	10,3	9,7	16,1
Mais que uma vez por semana	N.º resp.	24	11	5	4	1	45
	%	14,3	17,5	14,3	10,3	3,2	13,4
Diariamente	N.º resp.	30	8	8	1	3	50
	%	17,9	12,7	22,9	2,6	9,7	14,9
Total	N.º resp.	168	63	36	39	31	336
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

4. Conceitos Utilizados

Apresentam-se, em seguida, os conceitos utilizados no capítulo da actividade económica, utilizando as definições do DETEFP/MTS.

QUOCIENTE DE DIVERSIFICAÇÃO (CD) – Permite comparar a estrutura de determinada região com a de uma região padrão. Quando o coeficiente de diversificação é 0 a diversificação da região é total, ou seja, não há especialização; quando se aproxima de 1, maior será a especialização da região.

$$CD_c = \frac{\sum_j | X_{cj} / X_{co} - X_{pj} / X_{po} |}{2}$$

Sendo:

X_{cj} – Valor da variável X no concelho c, para a actividade j

X_{co} – Valor da variável X no concelho c, para o conjunto das actividades

X_{pj} – Valor da variável X na região padrão p (distrito ou continente), para a actividade j

X_{po} – Valor da variável X na região padrão p (distrito ou continente), para o conjunto das actividades

QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO (QL) – Funciona como indicador de especialização, na medida em que permite comparar o peso de uma variável num determinado espaço com o seu peso no espaço padrão. Quando o quociente assume valores superiores a 1, podemos dizer que a região em causa é mais especializada na actividade considerada do que a região padrão.

$$QL_{cj} = \frac{X_{cj} / X_{co}}{X_{pj} / X_{po}}$$

Sendo:

X_{cj} – Valor da variável X no concelho c, para a actividade j

X_{co} – Valor da variável X no concelho c, para o conjunto das actividades

X_{pj} – Valor da variável X na região padrão p (distrito ou continente), para a actividade j

X_{po} – Valor da variável X na região padrão p (distrito ou continente), para o conjunto das actividades

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (TMCA) – Ilustra o crescimento médio anual de uma dada variável entre dois períodos de tempo.

$$TMCA = \sqrt[n_t - n_o + 1]{\frac{Y_{n_t}}{Y_{n_o}}} - 1 * 100$$

Sendo:

Y_{tn} – Valor da Variável Y em t_n

Y_{to} – Valor da Variável Y em t_o

III. MERCADO IMOBILIÁRIO

1. Empresas de Construção Civil e Imobiliário, com actividades a nível local - Inquérito

1.1. Formulário do Inquérito

PARTE IV. MERCADO IMOBILIÁRIO (apenas para empresas de construção civil e promoção imobiliária)

7. Quais são os concelhos onde constrói habitação actualmente? _____

8. Em média, quantos fogos a empresa constrói por ano? _____

9. Que tipo de habitação a empresa constrói?

a) Apartamentos

b) Moradias

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Se assinalou mais do que um tipo de habitação indique o mais importante _____

10. Nos últimos três anos como evoluiu a actividade de construção da empresa.....

a) Aumentou

b) Manteve

c) Diminuiu

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

11. Diga de que forma os seguintes factores influenciaram a decisão de construir nos concelhos onde constrói actualmente, pontuando de 1 – Não Influenciou a 5 – Influenciou Muito ?

	Não Influenciou				Influenciou Muito
	1	2	3	4	5
1. É o local tradicional de construção	1	2	3	4	5
2. A empresa era proprietária do terreno há vários anos	1	2	3	4	5
3. A existência da ponte Vasco da Gama	1	2	3	4	5
4. As perspectivas de crescimento da procura habitacional no concelho	1	2	3	4	5
5. O preço dos terrenos	1	2	3	4	5
6. A disponibilidade de terrenos para construção no concelho	1	2	3	4	5
7. O custo final de construção por m2 no concelho	1	2	3	4	5
8. As expectativas de evolução dos preços de venda por m2	1	2	3	4	5

12. Antes de iniciar a construção realizou algum estudo de mercado quanto aos segmentos de mercado de habitação em que se iria posicionar? Não Sim

13. Como caracteriza os compradores dos fogos relativamente a...
(indique com uma ou mais cruces)

13.1. A Origem dos clientes

a) População residente no concelho

b) População proveniente de outros concelhos da margem sul

c) População proveniente de outros concelhos da margem norte

Se assinalou mais do que uma origem indique a mais importante _____

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

12.3. Estrato económico

- a) Classe baixa
- b) Classe média baixa
- c) Classe média média
- d) Classe média-alta
- e) Classe alta

Se assinalou mais do que um estrato económico indique o mais importante _____

13.3. Níveis Etários (idade média do casal)

- a) Menos de 30 anos
- b) 30 a 39 anos
- c) 40 a 50 anos
- d) + de 50 anos

Se assinalou mais do que um nível etário indique o mais importante _____

13.4. Destino da Habitação

- a) 1ª residência
- b) 2ª residência

Se assinalou mais do que um destino indique o mais importante _____

14. Relativamente ao(s) último(s) edifício(s) construído pela empresa, qual a percentagem aproximada de fogos já vendidos? _____%

15. A venda de fogos tem decorrido de acordo com as expectativas? Sim Não

15.1. Se não, diga quais os factores que influenciam essa situação, pontuando de 1 – Não Influenciou a 5 – Influenciou Muito?

	Não Influenciou				Influenciou Muito
	1	2	3	4	5
1. As taxas de juro subiram					
2. Os fogos construídos estão desajustados ao tipo de comprador que procura o concelho					
3. A procura global na área não reagiu conforme as perspectivas iniciais					
4. Existe excesso de oferta de construção no concelho					

16. Pensa construir mais fogos na concelho ou em concelhos vizinhos ? Não Sim

17. Se sim, pensa iniciar a construção a que prazo?

- a) A menos de um ano
- b) Entre 1 a 3 anos
- c) Vai esperar que as condições do mercado melhorem

1.2. Empresas seleccionadas

Critério de Constituição da Amostra

Amostra aleatória estratificada das empresas imobiliárias e de construção civil, dos concelhos ONTT.¹⁴

Lista dos Elementos da Amostra

ZRP, Sociedade de Empreitada Lda.	- Construção Civil
CASTIOBRA Lda.	- Construção Civil
FABISAN Construções Lda.	- Construção Civil
M. Joaquim Lopes Barão Lda.	- Construção Civil
Luciano Joaquim	- Construção Civil
Construções Afoito Lda.	- Construção Civil
MONTICONSTROI Lda.	- Construção Civil
CONCARFIL Lda.	- Construção Civil
CONSTRUFETO Lda.	- Construção Civil
Manuel Neves Oliveira Lda.	- Construção Civil
MIMOGAL Lda.	- Construção Civil
Construções Rolo & Teixeira Lda.	- Construção Civil
BENAMONTA Lda.	- Construção Civil
Construções Sul Ponte Lda.	- Construção Civil
SANTAVARES Empreiteiros Lda.	- Construção Civil
Seruca Investimentos Imobiliários Lda	- Promoç. Imobiliária

¹⁴ Para maior detalhe, consulte-se a metodologia seguida na geração da amostra do inquérito lançado para o presente estudo – cf. Anexo II.3 – Actividades Económicas e Emprego – Inquérito às Empresas

1.3. Apresentação dos Resultados

Tipo de habitação que a empresa constrói

Apartamentos	N.º resp.	14
	%	87,5
Moradias	N.º resp.	4
	%	25,0
Total do N.º de Casos		16

Resposta Múltipla

Evolução da actividade de construção da empresa nos últimos três anos

Diminuiu	N.º resp.	2
	%	12,5
Manteve	N.º resp.	7
	%	43,8
Aumentou	N.º resp.	7
	%	43,8
Total	N.º resp.	16
	%	100,0

Realização de estudos de mercado antes de iniciar a construção

Sim	N.º resp.	2
	%	12,5
Não	N.º resp.	14
	%	87,5
Total	N.º resp.	16
	%	100,0

Destino da habitação

1ª Residência	N.º resp.	13
	%	81,3
2ª Residência	N.º resp.	4
	%	25,0
Total do N.º de Casos		16

Resposta Múltipla

Origem dos clientes

População residente no concelho	N.º resp.	10
	%	62,5
População proveniente de outros concelhos da margem sul	N.º resp.	4
	%	25,0
População proveniente de outros concelhos da margem norte	N.º resp.	5
	%	31,3
Total do N.º de Casos		16

Resposta Múltipla

Factores influenciadores da decisão de construir nos concelhos onde constrói actualmente

É o local tradicional de construção	Média	2,75
A empresa era proprietária do terreno há vários anos		2,44
A existência da Ponte Vasco da Gama		1,63
As perspectivas de crescimento da procura habitacional no concelho		2,63
O preço dos terrenos		2,88
A disponibilidade de terrenos para construção no concelho		2,31
O custo final de construção po m2 no concelho		2,00
As expectativas de evolução dos preços de venda por m2		2,06

N.º de respostas: 16

Estrato económico dos clientes

Classe baixa	N.º resp.	3
	%	18,8
Classe média baixa	N.º resp.	4
	%	25,0
Classe média média	N.º resp.	7
	%	43,8
Classe média alta	N.º resp.	3
	%	18,8
Classe alta	N.º resp.	0
	%	0,0
Total do N.º de Casos		16

Resposta Múltipla

Níveis etários dos clientes

Menos de 30 anos	N.º resp.	12
	%	75,0
30 a 39 anos	N.º resp.	5
	%	31,3
40 a 50 anos	N.º resp.	2
	%	12,5
Mais de 50 anos	N.º resp.	1
	%	6,3
Total do N.º de Casos		16

Resposta Múltipla

A venda de fogos tem decorrido de acordo com as expectativas?

	N.º resp.	8
Sim	%	50,0
Não	N.º resp.	8
	%	50,0
Total	N.º resp.	16
	%	100,0

Factores que influenciaram a venda de fogos não ter decorrido de acordo com as expectativas

	Média
As taxas de juro subiram	4,00
Os fogos construídos estão desajustados ao tipo de comprador que procura o concelho	1,63
A procura global na área não reagiu conforme as perspectivas iniciais	1,38
Existe excesso de oferta de construção no concelho	3,25

N.º de respostas: 8

Perspectiva de construção no concelho ou em concelhos vizinhos

	N.º resp.	10
Sim	%	62,5
Não	N.º resp.	6
	%	37,5
Total	N.º resp.	16
	%	100,0

Perspectiva do início da construção no concelho ou em concelhos vizinhos

	N.º resp.	7
A menos de um ano	%	70,0
Entre 1 a 3 anos	N.º resp.	3
	%	30,0
Val esperar que as condições do mercado melhorem	N.º resp.	0
	%	0,0
Total	N.º resp.	10
	%	100,0

1.4. Síntese e Conclusões

O inquérito efectuado junto das empresa locais do sector imobiliário e de construção civil, permitiu retirar as seguintes conclusões:

- ◆ As empresas não viram o seu nível de actividade significativamente afectado pela construção da PVG.
 - ✓ Apesar de serem empresas que operam predominantemente nos concelhos ONTT,
 - ✓ A sua actividade manteve níveis de intensidade anteriores,
 - ✓ A PVG não afectaria a localização das suas novas construções.
- ◆ De acordo com estas empresas, os factores de localização das novas construções são, por ordem decrescente de importância:
 - ✓ preço do terreno
 - ✓ (proximidade da) zona onde habitualmente realiza construções
 - ✓ perspectiva de crescimento habitacional
- ◆ A actividade destas empresas pauta-se por um padrão bem definido de parâmetros de mercado – Estas empresas constróem:
 - ✓ quase exclusivamente habitações (fogos),
 - ✓ predominantemente, primeiras residências,
 - ✓ para residentes com origem no concelho,
 - ✓ para classes de rendimento médio e médio baixo,
 - ✓ para estratos populacionais jovens (menos de 30 anos)
- ◆ Estas empresas mantêm expectativas prudentes quanto ao evoluir da sua actividade...
 - ✓ conseguiram alcançar bons níveis de colocação das últimas construções concluídas (em média, estariam colocadas 80%);

- ✓ a comercialização não decorreu de um modo inteiramente esperado (apenas cerca de 50% terão sido colocadas sem dificuldades inabituais);
- ✓ identificam como principais factores negativos:
 - i) a subida das taxas de juro
 - ii) o excesso de oferta de habitações na sua zona
- ✓ Ainda assim, pensam vir a lançar novas construções, no concelho ou em concelhos limítrofes, dentro de um prazo não significativamente superior a um ano.

2. Empresas de Construção Civil e Imobiliário, com actividade a nível nacional - Entrevistas

2.1. Guião de Entrevista

Denominação Social

Endereço da Sede

Contacto

Telef.

- Natureza da Actividade da Empresa (Imob./C.Civil)
- A Empresa encontra-se envolvida / prevê vir a envolver-se em projectos imobiliários, em concelhos ONTT¹⁵ ? S/N –Porquê?
- Consequências da NTT para a actividade da empresa

Para o conjunto dos concelhos ONTT --

A) Perspectivas sobre o Presente (A) / sobre o Futuro (B), relativamente a:

2. Intensidade de Construção,
3. Tipos de Construção / Projectos Imobiliários - Factores preponderantes na sua decisão / localização,
4. Perfis dos Compradores – Motivação subjacente à compra – Segmentação do Mercado

B) Histórico de Projectos

1. Tipo de projectos em que tem trabalhado
2. Factores Condicionantes
3. Consequências Decorrentes

¹⁵ Os concelhos objecto de estudo, por parte do ONTT, são os seguintes: Alcochete, Barreiro, Benavente, Loures, Moita, Montijo, Palmela, Setúbal e Vila Franca de Xira.

2.2. Empresas Selecionadas

Critério de Constituição da Amostra

Empresas que aceitaram ser entrevistadas, da lista das quinze maiores empresas de direito português, ordenadas por volume de vendas, do sector da construção civil e do sector da promoção imobiliária, com actividades, projectadas ou em curso, na margem sul do Tejo.

Lista dos Elementos da Amostra

- | | | |
|----|--------------------------|------------------------|
| 1. | ESPART SA | - Promoção Imobiliária |
| 2. | Silfidúcia SA | - Promoção Imobiliária |
| 3. | PROMAN SA | - Promoção Imobiliária |
| 4. | SOPOL SA | - Construção Civil |
| 5. | Soares da Costa SA | - Construção Civil |
| 6. | Construtora Abrantina SA | - Construção Civil |

Entrevistas Complementares

- | | | |
|----|--------------------------|----------------------------|
| 7. | Confidencial Imobiliário | - Publicação Especializada |
| 8. | APEMI | - Associação de Mediadores |
| 9. | Fomento Imobiliário | - Cooperativa Habitacional |

2.3. Síntese e Conclusões

Com a Nova Travessia do Tejo, os concelhos do ONTT passaram a ser encarados com um interesse redobrado, por parte das empresas de construção civil, com relevo no plano nacional. Muito embora se encontrem envolvidas em projectos de construção habitacional na zona geográfica em análise, estas empresas estão particularmente interessadas em projectos de obras públicas, designadamente os induzidos a nível concelhio pela NTT. Este interesse decorre da maior rentabilidade e menor risco proporcionado pelos projectos de obras públicas, quando comparados com os projectos de construção habitacional. Ainda assim, nos projectos de construção habitacional na margem sul do Tejo, estas empresas têm procurado diferenciar o seu produto, mediante criteriosa escolha da localização (acessibilidade e beleza paisagística) e elevada qualidade do projecto.¹⁶

De acordo com estas empresas, a actividade de construção de habitações nos concelhos do ONTT tem sido maioritariamente conduzida por empresas locais.¹⁷ Neste âmbito, a importância das cooperativas de habitação afigura-se marginal, surgindo apenas pontualmente quando incentivadas pelas edilidades.

Para as grandes empresas imobiliárias com actividade na zona do ONTT, a Nova Travessia do Tejo é perspectivada como um factor dinamizador da actividade imobiliária, na margem sul do Tejo, tanto por via dos ganhos de acessibilidade como pela "recuperação da imagem"-- do estuário do Tejo e de diversos concelhos adjacentes -- operada pela construção da nova ponte e pela EXPO'98. Para estas empresas, a NTT terá tido um impacto significativamente positivo, em termos imobiliários, sobre os concelhos de Montijo, Alcochete e Palmela (em particular Pinhal Novo¹⁸). Concelhos como Loures, Setúbal, Moita e Benavente têm

¹⁶ São disso exemplos os projectos da A. Silva & Silva, no Seixal; da Soares da Costa, em Sesimbra; e da Obrecol em Loures.

¹⁷ De acordo com o painel de entrevistados, no concelho do Montijo, p.ex., mais de 90% da construção erigida nos últimos cinco anos foi edificada por empresas de implantação local.

¹⁸ A importância que, em termos de imobiliário, a zona de Pinhal Novo tem ganho decorre não apenas da construção da NTT, mas igualmente do projecto de prolongamento da linha ferroviária da Fertagus.

dado igualmente mostras de dinamismo imobiliário induzido pela NTT, embora de um modo menos contrastante¹⁹. Ainda segundo estas empresas, os concelhos do Barreiro e de Vila Franca de Xira não terão beneficiado significativamente da NTT, em termos imobiliários.

Para as empresas imobiliárias em referência, com a decisão de construção da NTT foi desencadeado um processo de especulação de terrenos para o imobiliário. Este processo, iniciado logo em 1992, viria a ser desincentivado – e, conseqüentemente, moderado – pela publicação de legislação relativa à majoração da tributação das mais-valias imobiliárias, nas áreas adjacentes à Expo e à NTT, em 1997. No segundo semestre de 2000, o crescimento especulativo do preço dos terrenos para construção cessou, podendo mesmo constatar-se a sua redução em alguns concelhos, v.g. Montijo.

A actuação das grandes empresas imobiliárias na margem sul, foi orientada pela procura de projectos cuja rentabilidade pudesse ser protegida. Estas empresas procuraram, abrigar-se da evolução especulativa dos preços dos terrenos e das flutuações do mercado imobiliário, mediante a aquisição de grandes áreas e a escolha de localizações menos expostas ao fenómeno especulativo, onde pudessem ser concretizados projectos diferenciados, tanto pela qualidade de construção, como de concepção. O exemplo extremo desta actuação consubstancia-se no projecto de Santo Estevão, no concelho de Benavente.

Tanto as empresas imobiliárias como de construção civil entrevistadas observam a tendência de redução da densidade de construção²⁰. Esta circunstância decorre não de imperativos de licenciamento, mas de opções do projecto imobiliário.²¹

¹⁹ Foi igualmente referido o concelho do Seixal, como tendo sofrido um impacto positivo moderado.

²⁰ O conceito de densidade de construção a que é feita referência é traduzido pelo quociente

Área Construída / Área Total.

²¹ A este respeito, cumpre referir que foram identificados projectos licenciados para um número significativamente mais elevado de fogos que aqueles que acabaram por ser construídos.

Ainda de acordo com os entrevistados, desde meados de 2000, os preços efectivos²² da habitação terão estagnado em alguns concelhos da margem sul, ou mesmo diminuído.²³

Esta situação pode ser observada em zonas de construção de habitações de tipologia mais convencional, preponderantemente de iniciativa de construtores locais.

Apesar da grande oferta de fogos de tipologia convencional, o impacto depressivo sobre os preços tem sido reduzido, em virtude de:

- a) No sector imobiliário, tradicionalmente os preços não descem, antes estagnarem ou ajustarem em alta²⁴;
- b) Para além de razões históricas, a rigidez dos preços ter razões intrínsecas que se radicam na forma de cálculo do preço de venda: sucessivos "mark-up"²⁵ sobre o preço de aquisição dos terrenos;
- c) Do tempo de ajustamento necessário ao lançamento de novos empreendimentos imobiliários, com uma oferta directamente concorrente com a oferta excedentária existente²⁶.

²² Preço por que realmente acaba por ser realizada a transacção da habitação.

²³ Tomando por referência os fogos T3, constata-se que, nos últimos meses, em Alcochete estes não têm registado alterações de preço, enquanto no Montijo terá ocorrido uma descida de cerca de 10%.

²⁴ Condições de mercado adversas ao vendedor, acabam por traduzir-se em ritmos de venda mais lentos e, consequentemente, em períodos de comercialização tão mais dilatados quanto os encargos financeiros sejam reduzidos e a dimensão financeira da empresa imobiliária seja significativa. Ora, ao longo dos últimos doze meses a taxa de juro tem subido e as empresas imobiliárias e de construção civil com fogos excedentários são de pequena dimensão...

²⁵ O "mark-up pricing" consiste na prática de uma política de preços baseada na construção do preço final por sucessivas adições de parcelas, calculadas em função do histórico da empresa ou das práticas do sector. Esta construção do preço é feita através da aplicação de factores ao custo de partida (custo de aquisição do terreno). Exemplificando: $Pf = Pt \times (1+C1) \times (1+C2) \times \dots \times (1+Cn)$

Em que: Pf é o preço do fogo, por m²; Pt é o preço de aquisição do terreno para construção, por m²; e Ci são os custos inerentes – numa base percentual – a cada operação: projecto, infraestruturacção, construção,...

Actualmente, os detentores de fogos com dificuldades de escoamento procuram acrescentar valor à sua oferta mediante a introdução de funcionalidades adicionais: mobiliário sanitário sofisticado, condicionamento central de ar, CCTVs,...

Relativamente aos padrões de desenvolvimento imobiliário e ao perfil e motivação dos compradores, a sua tipificação e distribuição pelos concelhos ONTT afigura-se uma tarefa complexa. Ainda assim, a monitoração do mercado imobiliário da margem sul que tem sido realizada por algumas empresas, permite retirar as seguintes conclusões:

No concelho de Alcochete, predominam os compradores de classes média e média-baixa (rendimentos médios anuais do agregado familiar entre 14 e 5 mil contos), os estratos etários mais jovens procedem a aquisições, predominantemente para primeira habitação, enquanto os compradores dos estratos etários mais elevados procuram uma segunda habitação, que em alguns casos se tem vindo a converter em primeira habitação, com o termo da vida activa do casal.

O crescimento da oferta habitacional tem sido feito, em larga medida, com recurso a construções unifamiliares, circunstância que tem limitado o crescimento da pressão urbanística

Neste concelho, a construção para fins não habitacionais tende a reforçar a sua importância.

Existe a perspectiva que os condicionalismos decorrentes da existência de áreas de REN de RAN, determinarão restrições significativas ao desenvolvimento da frente ribeirinha.

O concelho de Benavente apresenta um padrão de desenvolvimento imobiliário caracterizado por um crescimento das habitações novas destinadas a primeira

²⁶ Foram identificados novos projectos imobiliários que colocarão no mercado, a curto prazo, fogos com uma tipologia mais evoluída e de mais baixo preço (ref.: preço por m² de T3 cerca de 15 a 20% mais reduzido). Paralelamente, foram referenciados empreendimentos com edifícios acabados exteriormente, mas com os interiores inteiramente em "em bruto"...

habitação, preponderantemente dirigidas a estratos etários jovens de baixos rendimentos (agregados familiares com rendimentos anuais até aos 5 mil contos).

Nesta zona existe uma forte componente de construção não habitacional, com relevo para instalações de actividades logísticas. Não obstante a ocorrência de algumas oscilações de natureza cíclica ou conjuntural, a informação disponível aponta para uma importante procura imobiliária para instalação de actividades de serviços dirigidos para a indústria²⁷.

Em paralelo com esta evolução, constata-se a coexistência de empreendimentos habitacionais de topo-de-gama²⁸, os quais foram acompanhados por iniciativas de construção de habitações individuais com o mesmo posicionamento. Apesar deste quadro, afigura-se pouco provável o surgimento de novos projectos semelhantes no concelho.

Os concelhos de Loures e de Setúbal têm mantido ao longo dos anos uma oferta imobiliária diversificada. A tendência actual é a do reforço da importância da construção para fins habitacionais, designadamente mediante a reconversão de áreas de construção industrial. Em ambos os concelhos, a oferta local tem demonstrado capacidade de satisfazer as necessidades de diferentes estratos etários até à classe de rendimento média-alta. Loures apresenta uma mais reduzida oferta habitacional para esta classe de rendimento, relativamente à observável em Setúbal. Particularmente no concelho de Loures, foi referenciada a tendência para a maior sofisticação da construção habitacional.

Em termos imobiliários, o concelho da Moita surge como um prolongamento do concelho do Montijo, muito embora com menor dinamismo construtivo.

No concelho do Montijo, predominam os compradores de classes média-baixa (rendimentos médios anuais do agregado familiar entre 5 e 6 mil contos), pertencentes a estratos etários com menos de 40 anos. As habitações adquiridas destinam-se, na sua maioria a primeiras habitações. As aquisições de segunda

²⁷ Logística, segurança, limpeza e manutenção industriais.

²⁸ Santo Estevão

habitação incidem quase exclusivamente sobre habitações unifamiliares (moradias).

O desenvolvimento da actividade económica na zona (Montijo e concelhos limítrofes), tem estimulado o imobiliário não-habitacional, em particular, com a implantação de instalações comerciais²⁹ e logísticas³⁰. Conta-se que esta tendência se venha a acentuar no futuro, designadamente com a transferência de unidades actualmente implantadas na margem norte do Tejo (“Linha de Sintra”).

Palmela é um concelho em que o impacto da NTT se produziu de modo significativo mas desigual: mais intensamente ao longo do eixo Pinhal Novo – Montijo e com menor intensidade nas restantes áreas do concelho. Do ponto de vista imobiliário, este concelho encerra um grande potencial por força da conjugação de diversos factores:

- Facilidade de acessos, quer pela Ponte Vasco da Gama (via A12 e N252), quer pela Ponte 25 de Abril (via A2 e ramal da Fertagus);
- Dinamismo próprio das actividades económicas, decorrente da implantação local de grandes empresas;³¹
- Beleza paisagística;
- Proximidade de inúmeras estâncias balneares;
- Amenidade climática e qualidade do ar.

Neste quadro, a localização de Pinhal Novo surge como particularmente favorável para a localização de empreendimentos imobiliários. Esta situação tem sido confirmada pela evolução do sector imobiliário local.

²⁹ V.g. Construção de Centro Comercial pela Soares da Costa SA, no Montijo.

³⁰ Neste âmbito, merecem referência as actividades com implantação no perímetro originalmente afecto ao projecto VALMET.

³¹ Autoeuropa, Visteon, Bertrand Faure,...

Neste concelho muito embora seja manifesta uma diversidade grande de compradores, predominam:

Na zona do Pinhal Novo, estratos etários compreendidos entre os 35 e os 40 anos, pertencentes a classes de rendimento médio (rendimentos médios anuais do agregado familiar entre 8 e 14 mil contos), os quais procuram essencialmente uma nova primeira habitação;

Na periferia de Palmela, ao longo da estrada N379, compradores de classes de rendimento média e média-baixa (rendimentos médios anuais do agregado familiar entre 12 e 5 mil contos) que procuram uma primeira habitação.³²

No concelho de Palmela, o imobiliário para fins não habitacionais, embora tenha perdido importância relativa nos últimos anos, mantém uma dinâmica significativa.

Os concelhos do Barreiro e de Vila Franca de Xira são vistos como não tendo sofrido um impacto significativo com a construção da NTT. A dinâmica recente das suas actividades imobiliárias tem fundamentalmente a ver com factores internos (v.g. PDM, no Barreiro), mas que não conferiram a estes concelhos capacidade para atrair novos residentes do seu exterior. O concelho de Vila Franca de Xira terá, ainda assim, ganho potencial em termos de localização de novas actividades económicas, com a moderação da intensidade do tráfico na Ponte de Vila Franca induzida pela NTT, o que deverá vir reflectir-se na procura de construção para fins não habitacionais.

³² Encontra-se previsto nesta zona o lançamento de empreendimentos imobiliários, relativamente sofisticados, dirigidos aos segmentos das primeiras habitações das classes médias e média-baixa, a preços significativamente competitivos (v.g. Quinta do Anjo).

3. Conceitos Utilizados

ÍNDICE DE PRESSÃO CONSTRUTIVA - Metodologia ³³

Nesta secção apresenta-se a metodologia de cálculo dos indicadores de pressão construtiva. Note-se que esta metodologia está condicionada pela disponibilidade de informação. Os indicadores que a seguir se desenvolvem, têm neste estudo o objectivo de avaliar este fenómeno ao nível da freguesia e do concelho, apenas no âmbito das construções para habitação. Uma primeira questão relevante na construção destes indicadores, é a distinção entre a **pressão construtiva potencial**, avaliada com base no licenciamento de obras, e a **pressão construtiva efectiva**, avaliada com base nas obras concluídas. Neste estudo apenas se analisa a pressão potencial, no entanto também neste caso, a utilização destes indicadores para análise da pressão efectiva é igualmente possível, sendo fácil e directa a sua transposição.

Quando se pretende avaliar o fenómeno da pressão construtiva exercida pela construção de novos edifícios, num dado período ter-se-á que, necessariamente, conjugar num indicador o fluxo associado à nova construção durante o período, com o stock de construção existente no ano inicial do período. Deste modo, a medida privilegiada de pressão construtiva consiste no quociente entre a área ocupada pelas obras licenciadas (fluxo) e a área disponível para construção – área urbanizável (stock). Em termos práticos a medida anterior torna-se impossível de calcular devido à inexistência de dados para o denominador, ou seja, para a área urbanizável. Os PDM constituiriam a única fonte para esta área urbanizável. No entanto, o facto de nem todos os PDM conterem valores para esta área (cerca de 20% não distinguem área urbana consolidada de área urbanizável), conjugado com a situação dos PDM se reportarem a diferentes anos (o que implica que o valor para a área urbanizável pode não ser correcto, dada a grande volatilidade

³³ Esta secção reproduz informação constante da publicação "Pressão Construtiva 2000, Volume I – Áreas Metropolitanas", INE, 2000

deste valor devido aos elevados ritmos de construção), inviabiliza a utilização dos mesmos para este fim.

Dada a impossibilidade de construir o indicador anterior, torna-se necessário recorrer a indicadores *proxy* do mesmo. Para tal, é necessário encontrar um indicador alternativo que esteja fortemente correlacionado com a área urbanizável.

Assim, assume-se como hipótese deste estudo que a densidade de construção é um indicador que tem uma forte correlação com a área urbanizável, se bem que negativa. Parece bastante plausível admitir que unidades territoriais com maiores densidades de construção, ou seja, maiores índices de utilização do seu espaço, registem menos áreas disponíveis para construção. A questão seguinte, reside no modo de avaliar a densidade de construção no início do período.

O indicador escolhido para o efeito é o seguinte:

$$\text{Densidade de Construção} = [(\text{N}^\circ \text{ de Divisões} / (\text{N}^\circ \text{ de Pavimentos} \times \text{Mres})) \times \text{N}^\circ \text{ de Edifícios}] / \text{Área Urbana Total}^{34}$$

Assim no numerador, ao dividir-se divisões por pavimentos, obtém-se uma *proxy* da área média dos pavimentos (ignorando-se as diferenças de altura dos edifícios). Da multiplicação desta área média pelo número de edifícios, resulta uma *proxy* da área construída na unidade territorial em questão. Como no denominador temos a área destinada á construção este indicador constitui uma forma de avaliar a densidade de construção.

Por último, torna-se necessário explicitar a razão da utilização da variável Mres. Na medida em que as divisões só existem os edifícios destinados a habitação e os pavimentos existem para todos os edifícios, independentemente do destino, é necessário introduzir um factor de correcção no número de pavimentos, traduzido pele variável Mres. Esta variável consiste na percentagem média de residencialidade, ou seja, a percentagem do edifício que é destinada a habitação.

³⁴ Área Urbana Total = Área Urbana Consolidada + Área Urbanizável

IV. EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS

1. Investimentos autárquicos

QUADRO 62. Investimentos realizados na Área Social (Investimento por mil habitantes)

Unid.: Contos

Autarquias	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Alcochete	998	8.609	33.329	26.493	47.835	60.839	42.991	26.959	18.882	19.524
Barreiro	464	493	2.102	238	9.789	10.204	15.289	7.531	9.843	3.969
Benavente	11.538	9.025	7.081	10.580	32.602	34.606	34.098	21.346	11.539	9.875
Loures	2.336	2.304	1.672	6.960	0	0	0	9.589	5.145	13.175
Moita	820	2.164	2.186	946	13.462	13.790	13.865	12.547	9.018	7.558
Montijo	3.315	9.550	10.869	1.455	8.876	59.270	12.511	5.119	5.474	22.217
Palmela	2.083	4.036	4.297	6.362	25.868	28.117	34.481	6.428	13.125	18.760
Setúbal	4.379	4.948	7.884	7.361	18.777	16.842	21.618	18.379	18.910	18.841
V. F. Xira	8.374	2.665	998	756	16.650	20.646	29.169	10.952	9.739	18.532
ONTT	3.296	3.155	3.589	5.022	10.049	13.034	13.315	11.061	9.173	13.887

Fonte: ONTT - Dados dos investimentos municipais sectorizados (1990/1999)

QUADRO 63. Investimentos realizados na Área Económica e do Ambiente (Investimento por mil habitantes)

Unid.: Contos

Autarquias	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Alcochete	6.973	19.642	7.428	7.969	40.704	37.183	41.916	7.292	11.655	9.370
Barreiro	351	2.684	7.682	5.939	20.855	21.837	27.815	11.586	6.517	10.545
Benavente	7.794	11.040	7.081	16.518	31.838	35.505	39.578	15.725	9.582	23.081
Loures	2.652	3.926	5.033	5.413	0	0	0	18.654	5.311	2.831
Moita	4.382	7.770	16.744	16.889	27.519	24.338	29.706	8.566	8.700	8.733
Montijo	743	1.504	2.327	4.953	13.611	13.944	17.869	11.488	9.434	18.414
Palmela	8.604	10.736	31.551	53.605	58.289	43.752	41.688	19.455	14.790	14.088
Setúbal	4.021	6.610	20.228	21.719	29.359	32.199	36.354	16.173	17.837	14.207
V. F. Xira	2.836	5.511	6.507	11.486	11.056	17.995	16.696	15.153	9.524	9.877
ONTT	3.167	5.305	9.908	12.308	14.978	15.354	17.043	15.769	8.818	8.471

Fonte: ONTT - Dados dos investimentos municipais sectorizados (1990/1999)

2. Projectos Públicos na área do ONTT aprovados no âmbito do QCA II – 1994/1999

QUADRO 63. Projectos Públicos na área do ONTT aprovados no âmbito do QCA II – 1994/1999

Concelhos	Medida	DI. Candidat.	Projectos	Sector	Executor	Invest. Total	Comp. FJDER
Alcochete	Consev. Valoriz. Património Nat. e Melh. da Qualidade Amb.	14-03-1995	23	AMBIENTE - Protecção da Natureza	Parque Natural do Vale do Guadiana	121.955	90.239
	Reabilitação de zonas degradadas	19-11-1999		RENOVAÇÃO URBANA	Charneca Municipal de Alcochete	13.000	9.750
	Reconstrução das zonas ocupadas por barracas	20-03-1996		RENOVAÇÃO URBANA	Charneca Municipal de Alcochete	10.000	6.500
	Classif. Sobral - Braga	22-11-1996		RENOVAÇÃO URBANA	Charneca Municipal de Alcochete	160.000	104.000
	Recovo. p' utiliz. em fins civis de lazer e equipamentos	29-03-1999		ENERGIA	TRANSGÁS-SOC. PORTUGUESA DE GÁS NATURAL, S.A.	469.487	179.787
	Ambiente	24-01-1997		INDUSTRIA	IDO - Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	634.725	313.363
	Equipamentos Sócio-Económicos	01-10-1998		AMBIENTE - Espetos	Charneca Municipal de Alcochete	175.000	131.250
	Assistência Técnica	08-05-1996		DESPORTO	Charneca Municipal de Alcochete	8.637	6.478
	Área Metropolitana de Lisboa	05-03-1995		RENOVAÇÃO URBANA	Charneca Municipal de Alcochete	10.000	7.500
		03-03-1995		OUTROS	Charneca Municipal de Alcochete	8.071	6.053
		11-07-1996		AMBIENTE - Água	Charneca Municipal de Alcochete	35.000	41.250
		10-07-1997		AMBIENTE - Espetos	Charneca Municipal de Alcochete	60.000	45.000
		10-07-1997		DESPORTO	Charneca Municipal de Alcochete	80.000	60.000
		14-07-1999		EDUCACAO - Ensino Básico	Charneca Municipal de Alcochete	73.821	55.366
TOTAL		24-09-1994	SAUDE	A.R.S. do Região de Lisboa e VIII-1610	209.192	154.641	
					2.265.969	1.365.180	
Barreiro	Renovação das zonas ocupadas por barracas	12-08-1996		RENOVAÇÃO URBANA	Charneca Municipal do Barreiro	320.763	208.496
	Infra. e Equip. dos Ensinos Básico, Secundário e Profiss.	16-07-1998		RENOVAÇÃO URBANA	Charneca Municipal do Barreiro	40.000	26.000
		09-12-1999		EDUCACAO - Ensino Básico	DRE LISBOA	680.000	510.000
		21-11-1994		EDUCACAO - Ensino Básico	DRE LISBOA	123.844	86.522
	INTEGRA	31-03-1997		INTEGRAÇÃO ECONOMICA E SOCIAL	Quilote de Equilíbrio	706.384	482.514
	Introdução do Gás Natural	07-04-1997		TELECOMUNICACOES	SETUAS - Sociedade Produtora e Distrib. de Gás, SA	133.038	66.431
	Desenvolvimento de Telecomunicações Avançadas	17-04-1995		TELECOMUNICACOES	PORTUGAL TELECOM, SA	213.513	106.757
	Serviços Fundamentais de Telecomunicações e Correios	16-03-1999		RENOVAÇÃO URBANA	Charneca Municipal do Barreiro	47.263	23.632
	Área Metropolitana de Lisboa	10-01-1994		RENOVAÇÃO URBANA	Charneca Municipal do Barreiro	75.662	56.746
		10-01-1994		CULTURA	Charneca Municipal do Barreiro	177.870	105.000
		12-11-1996		AMBIENTE	Charneca Municipal do Barreiro	500.533	371.294
		10-03-1997		SAUDE	Centro Social e Paroquial de Santo André - Barreiro	179.397	134.547
		19-03-1997			Centro Social e Paroquial de Santa Inês - Barreiro	225.758	169.318
		16-03-1999			HOSPITAL NOSSA SENHORA ROSARIO - BARREIRO	30.000	22.500
TOTAL					3.462.450	2.176.339	
Benavente	Infra. e Equip. dos Ensinos Básico, Secundário e Profiss.	09-06-1998		EDUCACAO - Ensino Básico	DRE LISBOA	461.309	345.907
	Ambiente	03-12-1996		AMBIENTE - Espetos	CM BENAVENTE	184.500	138.374
	Equipamentos Sócio-Económicos	09-11-1995		AMBIENTE - Espetos	CM BENAVENTE	335.000	243.750
	Vale do Tejo	23-11-1995		AMBIENTE - Espetos	CM BENAVENTE	66.288	49.716
		10-07-1998		TRANSPORTES	CM BENAVENTE	65.295	48.971
		22-06-1998		TRANSPORTES	CM BENAVENTE	133.800	100.350
		14-07-1994		AMBIENTE - Água	CM BENAVENTE	111.209	82.540
		14-07-1994		AMBIENTE - Água	CM BENAVENTE	36.726	27.452
		14-07-1994		AMBIENTE - Espetos	CM BENAVENTE	120.000	90.000
		14-07-1994		AMBIENTE - Espetos	CM BENAVENTE	34.561	25.834
		28-07-1994		AMBIENTE - Espetos	CM BENAVENTE	124.702	93.214
		11-12-1995		TRANSPORTES - Rodovias	CM BENAVENTE	59.536	44.583
				TRANSPORTES - Rodovias	CM BENAVENTE	1.722.826	1.290.696
	TOTAL					1.722.826	1.290.696

ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama

Concelhos	Mediria	DL Caudal	Projectos	Sector	Executor	Invest. Total	Comp. FEDER		
Morta	Conserv. Valoriz. Património Nat. e Meio. da Qualidade Amb. Reabilitação de zonas degradadas Renovação das zonas ocupadas por barracas Infra. e Equip. dos Ensinos Básico, Secundário e Profiss. Introdução do Gás Natural Transportes e Acessibilidades Assistência Técnica Promoção da Actividade Económica Área Metropolitana de Lisboa Construção e Administração de Infra-Estruturas e Equip. de Apoio Científico e Remodelação de Centros de Saúde TOTAL	06-09-1996	Parque de serra ribeirinha - 6ª fase - Alinhamento	AMBIENTE	Câmara Municipal da Moita	226.945	162.588		
		16-09-1996	Parque de serra ribeirinha - 6ª fase - Alinhamento	AMBIENTE	Câmara Municipal da Moita	6.500	4.559		
		19-10-1996	Reabilitação urbana do Bairro do Boqueiro	RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal da Moita	17.500	13.125		
		17-02-1997	Reabilitação urbana do Bairro do Boqueiro	RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal da Moita	64.954	42.220		
		27-02-1997	Moita - Constr. inf. engrand. 72 fogos PER / Vale da Amoreira	RENOVAÇÃO URBANA	INH - Instituto Nacional de Habitação	108.272	25.175		
		21-01-1994	Reabilitação urbana do Vale da Amoreira	RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal da Moita	221.840	144.196		
		21-11-1994	Reabilitação urbana do Vale da Amoreira (2ª fase): construção de piscina	RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal da Moita	445.085	335.799		
		19-10-1999	Escola Básica da Baixa da Banheira	EDUCACAO - Ensino Básico	DRE LISBOA	440.385	330.439		
		30-11-1994	Escola Básica da Baixa da Banheira	EDUCACAO - Ensino Básico	DRE LISBOA	28.804	20.422		
		15-09-1994	Convenção Domésticos - Área A Núcleo 1 Moita	TRANSPORTES - Rodoviários	SETGAS - Sociedade Produção e Distrib. de Gás, SA	26.650	19.088		
		24-03-1997	Beneficiação da EN. 11	TRANSPORTES - Rodoviários	Câmara Municipal da Moita	52.650	30.988		
		19-04-1996	Revisão do Plano Director Municipal	AMBIENTE - Água	Câmara Municipal da Moita	71.657	18.500		
		24-03-1997	Cartografia Digital e Estudos de Conceção e Integração do Sist. de Informação	AMBIENTE - Água	Câmara Municipal da Moita	353.081	226.905		
		01-05-1994	Sanearmento da Culieira da Moita	AMBIENTE - Esgotos	Câmara Municipal da Moita	97.409	70.200		
		15-07-1998	Construção do reatamento básico do eixo duro	AMBIENTE - Esgotos	Câmara Municipal da Moita	226.487	160.001		
		15-07-1998	Construção do reatamento básico do eixo duro	AMBIENTE - Esgotos	Câmara Municipal da Moita	19.912	14.934		
		24-08-1994	Centro de Saúde de Moita	SAUDE	CERCIAMB - Moita/Barrido - Coop.p/Ed.Rehab.Ctmi,In A.R.S. do Região de Lisboa e Vale Tejo	30.210	22.672		
		TOTAL					2.782.347	1.854.376	
		Montijo	Renovação das zonas ocupadas por barracas Infra. e Equip. dos Ensinos Básico, Secundário e Profiss. Const. e Adapt. de Inf. Nov. A Constr. de Emp., Esp. dos Ctn Ambient. Equipamentos Sócio-Económicos Assistência Técnica Área Metropolitana de Lisboa Prom. e Constr. de Inf. de Apoio Tel. e Tecnológico. Assistência Técnica TOTAL	11-04-1996	Crição de equipamentos sociais em zona de realojamento PER (Estreval)	RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal do Montijo	216.712	153.369
				04-11-1996	Crição de equipamentos sociais no Bairro do Estreval (2ª fase)	RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal do Montijo	42.000	24.566
28-02-1997	Reabilitação urbana do Bairro da Casaria			RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal do Montijo	178.816	116.230		
02-07-1996	Reabilitação urbana do Bairro do Alentejo			RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal do Montijo	154.588	100.482		
26-02-1998	Reabilitação urbana em Jangueira			RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal do Montijo	12.089	6.460		
23-07-1998	Reabilitação urbana em Jangueira			RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal do Montijo	51.885	33.725		
24-03-1995	Escola Secundária nº 2 do Montijo - Pavilhões			RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal do Montijo	56.917	36.747		
19-10-1995	Escola Profissional do Montijo - Equipamento			RENOVAÇÃO URBANA	Câmara Municipal do Montijo	141.210	105.908		
19-09-1995	Centro de Engrando do Montijo			EDUCACAO - Ensino Secundário	IND-Complexo de Apoio as Actividades Desport.-CAAD Associação p/Formação Prof. e Desenvol. do Montijo	8.670	5.635		
31-01-1997	A12 - Construção do Lanco Montijo - Nú de Setúbal			TRANSPORTES - Rodoviários	Instituto do Emprego e Formação Profissional	238.530	193.897		
08-06-1998	Sistema Elevatório da Baixa II - Seixalinho			TRANSPORTES - Rodoviários	BRISA - Autoestradas de Portugal, SA	15.640.785	4.632.236		
07-02-1995	ETAR II - Seixalinho(continuação)			AMBIENTE - Esgotos	Câmara Municipal do Montijo	200.000	150.000		
06-11-1995	Pavilhão Desportivo do Estreval			AMBIENTE - Esgotos	Câmara Municipal do Montijo	316.500	237.375		
21-09-1998	Estação de Tratamento de Águas Residuais			AMBIENTE - Esgotos	Câmara Municipal do Montijo	131.650	87.500		
15-05-1998	Plano Municipal do Ambiente			AMBIENTE	Câmara Municipal do Montijo	9.000	6.750		
28-12-1995	Plano Estratégico da Área Central da Cidade do Montijo			AMBIENTE	Câmara Municipal do Montijo	15.000	7.500		
12-10-1995	Plano Estratégico da Área Central da Cidade do Montijo			AMBIENTE	Câmara Municipal do Montijo	10.000	5.000		
16-11-1995	Referencia Redes Águas e Saneamento do Concelho			AMBIENTE	Câmara Municipal do Montijo	160.000	120.000		
21-12-1995	Rembolsação de vime municipal Mercedes Nº 1			AMBIENTE	Câmara Municipal do Montijo	300.000	225.000		
30-03-1996	ACTIVIDADES DE ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS			INDUSTRIA	Câmara Municipal do Montijo	96.589	72.441		
23-02-1994	Projecto SODHEO - Hospital Digital do Montijo	SAUDE	CENTRO TECNOLÓGICO DA CORTICA - CTCOR	3.588	2.534				
25-02-1992			Hospital Digital do Montijo	18.000	13.500				
TOTAL					17.868.798	6.356.176			
Palmeira	Desenvolvimento da Base do Sistema de G&T Infra. e Equip. dos Ensinos Básico, Secundário e Profiss. Desenvolvimento de Telecomunicações Avançadas Serviços Fundamentais de Telecomunicações e Corretos Gaseoluto Setúbal - Braga Ambiente Equipamentos Sócio-Económicos Transportes e Acessibilidades Assistência Técnica Área Metropolitana de Lisboa Construção e Remodelação de Centros de Saúde TOTAL	24-09-1996	Rickettsia Concreti e a Celula Homopiteta Estrutura Antigenica, Processo de L.	CIENCIA E TECNOLOGIA	INSTITUTO NACIONAL DE SAUDE DR. RICARDO JORGE	13.333	10.000		
		30-03-1996	Escola Básica de Hermenegildo Capelo/Palmeira	EDUCACAO - Ensino Básico	DRE LISBOA	82.886	62.165		
		30-03-1996	Escola Básica de Pidal Novo	EDUCACAO - Ensino Básico	DRE LISBOA	73.215	51.251		
		26-03-1997	Ampliação do nó de comutação digital de Palmeira com oferta de RDIS	TELECOMUNICACOES	PORTUGAL TELECOM, SA	65.176	1.800		
		17-08-1995	Ampliação do Nó de Comutação Digital de Palmeira	TELECOMUNICACOES	PORTUGAL TELECOM, SA	210.175	51.251		
		19-12-1997	Fábrica Industrial de Rio Frio	ENERGIA	TRANSIGAS SOC. PORTUGUESA DE GAS NATURAL, S.A	199.449	84.070		
		05-03-1997	Fábrica Industrial de Rio Frio	ENERGIA	TRANSIGAS SOC. PORTUGUESA DE GAS NATURAL, S.A	199.449	79.780		
		16-05-1996	ETAR de Pidal Novo	AMBIENTE - Esgotos	CM PALMEIRA	377.564	283.173		
		07-10-1994	Sistema de abastecimento de água ao complexo Autoestrada FORD/VW	AMBIENTE - Água	CM PALMEIRA	176.073	123.251		
		07-10-1994	Estação de tratamento de águas residuais e industriais (autoestrada FORD/VW)	AMBIENTE - Água	CM PALMEIRA	211.177	119.911		
		07-10-1994	Rede de drenagem de águas domésticas, industriais e pluviais (AUTEUR. FVW)	AMBIENTE - Água	CM PALMEIRA	301.681	211.177		
		09-09-1998	Esq. - Aldeia de Marques II B - Trasec 2	AMBIENTE - Água	CM PALMEIRA	35.500	26.625		
		09-09-1998	Vias de Acesso ao Corral Auto-Europas/FORD/VW-Env. da Marinha II b-trasec 1 e 4	TRANSPORTES - Rodoviários	CM PALMEIRA	46.886	18.120		
		10-01-1985	Vila de 2 habas de rodagem de acesso ao complexo autoestrada FORD/VW-VIA SUL	TRANSPORTES - Rodoviários	CM PALMEIRA	57.611	40.328		
		07-10-1994	Plano de Pormenor de Palmeira	OUTROS	CM PALMEIRA	17.414	12.190		
		17-05-1996	Plano de Pormenor de Palmeira	OUTROS	CM PALMEIRA	15.000	7.500		
		17-01-1995	Piscina Municipal do Pidal Novo	DESPORTO	CM PALMEIRA	54.026	37.818		
		15-09-1998	Escola Básica de Palmeira	EDUCACAO	CM PALMEIRA	472.141	308.135		
		18-11-1998	Saneam. da Baixa Sueste do Pidal Novo-1ª e 2ª Trase	AMBIENTE - Água	CM PALMEIRA	216.493	108.246		
		01-09-1994	Extensão de Saúde de Pidal Novo	SAUDE	CM PALMEIRA	76.983	58.449		
24-08-1994			A.R.S. do Região de Lisboa e Vale Tejo	104.194	78.419				
TOTAL					2.886.141	1.809.263			

ONTT - Estudo de Avaliação dos Impactes Sócio-Económicos da Ponte Vasco da Gama

Condições Setúbal	Medida	Dic. Camilid.	Projectos	Sector	Execuções	Invest. Total	Comp. F.F.D.R.
Conserv. Valenci. Faturamento Nat. e Met. da Qualidade Amb.	Restituição de zonas degradadas	24.09.1994	Prevenção e valorização do Parque Natural da Arrábida	AMBIENTE - Protecção da Natureza	Parque Natural do Vale do Guadiana	369.753	265.979
	Renovação das zonas ocupadas por barragens	09.08.1993	Prevenção e valorização da Reserva Natural do Estuário do Sado	RENOVACAO URBANA	IGAPHE	270.390	197.740
	Renovação das zonas ocupadas por barragens	28.12.1993	Análise de terrenos para infra-estruturação e equipamentos no P. I. de Setúbal	RENOVACAO URBANA	IGAPHE	494.122	370.592
	Renovação das zonas ocupadas por barragens	10.12.1996	Integração do Plano Integrado de Setúbal	RENOVACAO URBANA	IGAPHE	1.626.320	1.219.800
	Renovação das zonas ocupadas por barragens	28.11.1997	Plano Integrado de Setúbal - construção de infra-estruturas e equipamentos	RENOVACAO URBANA	IGAPHE	1.476.700	943.818
	Renovação das zonas ocupadas por barragens	02.12.1997	Centro Urbano de Adajon de Baixa Vila	RENOVACAO URBANA	Câmara Municipal de Setúbal	17.071	13.073
	Renovação das zonas ocupadas por barragens	15.11.1999	Plano Integrado de Setúbal - Construção de infra-estruturas (2ª fase)	RENOVACAO URBANA	IGAPHE	194.537	145.903
	Renovação das zonas ocupadas por barragens	24.09.1998	Renovação urbana do Centro de Setúbal e envolvente	RENOVACAO URBANA	IGAPHE	58.620	43.985
	Renovação das zonas ocupadas por barragens	04.08.1998	Centro Comunitário do Bocale	RENOVACAO URBANA	Câmara Municipal de Setúbal	469.014	201.266
	Desenvolvimento da Base do Sistema de C&T	24.03.1997	Centros sociais da Baixa Vila	RENOVACAO URBANA	Câmara Municipal de Setúbal	326.379	273.800
	Infra-estruturas do Ensino Superior	25.06.1994	Materiais Compositos Poliméricos/Cerâmicos para Sensores Piezo-e Pieletrônicos	CIENCIA E TECNOLOGIA	UNINOVA	11.111	8.333
		13.12.1984	Inst. Pol. de Setúbal - Exc. Sup. de Clinc. Empresariais	EDUCACAO - Ensino Superior	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCACAO DO INST. POL. SETUBAL	75.289	56.446
		13.12.1984	Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal	EDUCACAO - Ensino Superior	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCACAO DO INST. POL. SETUBAL	1.381.483	1.036.113
		12.09.1995	INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL - 1.º Período Curricular	EDUCACAO - Ensino Superior	Dimensão, C.A.L. (Pólo de Baixa Vila) Universidade do Alentejo	187.450	93.725
		21.11.1994	Escola Secundária D. Manuel Martins/ Setúbal	EDUCACAO - Ensino Secundário	DRE/LEBDA	60.000	45.000
		18.10.1995	Escola Secundária D. Manuel Martins/ Setúbal	EDUCACAO - Ensino Secundário	DRE/LEBDA	396.465	433.469
		05.10.1995	Escola Profissional de Setúbal - Infra-estruturas	EDUCACAO - Ensino Secundário	Fundação Escola Profissional de Setúbal	18.931	12.905
		31.03.1999	D.R. - Dinamizar em rede	EDUCACAO - Ensino Secundário	AFAPACDM - Set. bal	536.199	268.099
		09.07.1997	Centro de Formação Profissional de Setúbal	FORMACAO ECONOMICA E SOCIAL	Instituto de Emprego e Formação Profissional	5.121	3.840
		09.11.1998	C.F.P. - Setúbal - Módulos 5, 6 e 7	FORMACAO ECONOMICA E SOCIAL	Instituto de Emprego e Formação Profissional	267.735	200.801
		22.10.1999	Reconstrução Área CDFO Nicheo 1 - Setúbal Doméstico	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	18.041	13.546
		16.07.1999	Urbanizações 4ª Fase	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	60.767	24.307
		31.05.1999	Convenção de Gasodomésticos 1ª fase	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	145.694	58.242
		31.05.1999	Rede Distribuição Primária 9ª fase	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	22.660	9.056
		01.06.1999	Reconstrução - Área A Nicheo 1 - Setúbal - Doméstico	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	577.083	212.423
		04.12.1996	Reconstrução - Área B Nicheo 1 - Setúbal - Doméstico	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	119.492	47.797
		09.01.1997	Urbanizações 2ª Fase	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	135.335	54.134
		07.12.1997	Rece de Distribuição Secundária - 3ª Fase	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	93.817	37.527
		12.10.1996	Reconstrução - Área C Nicheo 1 - Setúbal - Doméstico	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	387.690	235.000
		05.09.1997	Reconstrução - Área D Nicheo 1 - Setúbal - Doméstico	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	249.875	99.500
		18.06.1997	Reconstrução - Área E Nicheo 1 - Setúbal - Doméstico	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	126.861	50.744
		10.07.1997	Reconstrução - Área F Nicheo 1 - Setúbal - Doméstico	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	185.590	74.236
		04.11.1997	Rece de Distribuição Primária - 4ª fase	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	187.158	74.863
		04.12.1997	Reconstrução - Área G Nicheo 1 - Setúbal - Doméstico	ENERGIA	SETUBAL - Sociedade Promotora e Distrib. de Gás SA	745.197	298.077
		07.04.1997	Análise do nº de com. de ligação digital de Setúbal com oferta de RDIS	TELECOMUNICACOES	PORTUGAL TELECOM. SA	106.588	53.294
		17.04.1995	Ampliação do nº de Com. de ligação Digital de Quinta do Conde	TELECOMUNICACOES	PORTUGAL TELECOM. SA	47.680	23.831
		03.10.1995	Ampliação do nº de Com. de ligação Digital de Quinta do Conde	TELECOMUNICACOES	PORTUGAL TELECOM. SA	109.206	45.624
		03.10.1995	Modernização da Terminal dos Fontalves	TELECOMUNICACOES	PORTUGAL TELECOM. SA	1.209.000	500.000
		06.11.1996	Aplicação do Plano de Emergência Interno	TRANSPORTES - Portulários	APSS-Adminit. dos Portos de Setúbal e Staunina	24.488	16.181
		25.10.1994	Substituição do equipamento de rotação no cais de Terminal dos Fontalves	TRANSPORTES - Portulários	APSS-Adminit. dos Portos de Setúbal e Staunina	250.000	187.500
		25.10.1994	Centro de controlo via rádio de Setúbal	TRANSPORTES - Portulários	APSS-Adminit. dos Portos de Setúbal e Staunina	51.294	38.071
		06.10.1994	Centro de controlo via rádio de Setúbal	TRANSPORTES - Portulários	APSS-Adminit. dos Portos de Setúbal e Staunina	100.000	75.000
		04.08.1994	PORES-Plano de ordenamento urbanístico de Setúbal (Estuário)	AMBIENTE - Espaços	Câmara Municipal de Setúbal	4.959.189	815.022
		18.09.1998	Intercepção (rede de Azulejo e Enastado de Quinta do Conde)	AMBIENTE - Resíduos Sólidos	Câmara Municipal de Setúbal	68.000	66.000
		14.10.1994	Estação de tratamento de resíduos sólidos	AMBIENTE - Resíduos Sólidos	Câmara Municipal de Setúbal	650.165	453.116
		07.10.1994	Vale de tratamento individual do complexo FORD/AVY	AMBIENTE - Água	Câmara Municipal de Setúbal	33.382	25.037
		28.12.1998	Estudo Incidência Ambiental da Const. da rede de ETP nº demolibção do ARCO	AMBIENTE - Água	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	4.382	2.913
		25.06.1997	Deteção e controlo de fugas na Pedreira de Setúbal	AMBIENTE - Água	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	6.000	3.291
		08.07.1996	Plano Municipal do Ambiente	AMBIENTE - Água	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	16.848	11.250
		11.11.1996	Reconhecimento do Parque Natural de Setúbal	AMBIENTE - Água	Câmara Municipal de Setúbal	4.675	3.079
		06.1997	Reconhecimento do Parque Natural de Setúbal	AMBIENTE - Água	Câmara Municipal de Setúbal	20.000	13.400
		14.10.1998	Reconhecimento da Inam. Jurídica dos Fontalves de Setúbal	TURISMO	REGAO DE TURISMO DE SETUBAL - COSTA AZUL	32.000	24.000
		27.07.1998	Projeto da Rota dos Vinhos	TURISMO	REGAO DE TURISMO DE SETUBAL - COSTA AZUL	8.515	6.386
		07.04.1998	Promoção Especial para a EXPO 98	TURISMO	REGAO DE TURISMO DE SETUBAL - COSTA AZUL	24.672	18.504
		11.11.1996	Organização e participação em actividades promocionais	SERVICOS	CESET-CENTRO EMP.INOVACAO SETUBAL	15.508	11.031
		06.1997	Organização e participação em actividades promocionais	SERVICOS	CESET-CENTRO EMP.INOVACAO SETUBAL	31.328	23.066
		23.06.1997	Fomento da Actividade Empresarial do Rocio de Setúbal	SERVICOS	ASSOC. EMPRESARIAL DA REGAO DE SETUBAL - AERSE	316.115	237.087
		12.03.1997	III Fórum Regional de Setúbal	SERVICOS	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	3.300	2.273
		23.06.1997	Direcções ao Exterior	SERVICOS	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	3.731	2.798
		07.07.1996	Plano Estratégico Trienal de Investimentos	OUTROS	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	4.900	3.784
		18.02.1997	Promoção das Actividades Económicas da Península de Setúbal através de Feiras	OUTROS	Associação de Municípios do Distrito de Setúbal	5.300	3.185
		30.06.1995	Crição de Empresas	OUTROS	CESET-CENTRO EMP.INOVACAO SETUBAL	46.000	23.551
		20.07.1995	Passagem Democrática do Quebedo	OUTROS	Câmara Municipal de Setúbal	40.850	30.638
		10.04.1997	Reconstrução Parque Batin	RENOVACAO URBANA	Câmara Municipal de Setúbal	263.335	197.501
		21.08.1996	Plano de Actividades	INDUSTRIA	DIGREI - DIRECCAO GERAL DAS RELACOES ECONOMICA	203.796	32.783
		28.02.1994	ACTIVIDADES DE ENGENHARIA E TECNICAS AFINS	INDUSTRIA	UNESUL - Associação Universitária Empresa do Sul	22.729	17.047
		08.09.1994	Porto de Setúbal-Estudios para Amostragem da Doça de Pesca	PISCAS	APSS-Adminit. dos Portos de Setúbal e Staunina	16.607	14.000
		16.11.1999	Centro de Estudos de Pesca do S. Filipe de Setúbal	TURISMO	ENATUR	123.800	92.850
		09.07.1997	Centro de Realidade Prof. da AFAPACDM - Set. bal	SAUDE	AFAPACDM - Set. bal	11.461	8.596
		29.05.1994	Sistema de Informação e Comunicação - sub-rede setúbal	SAUDE	A. R. S. do Oeste de Lisboa e Vale Tejo	23.974	17.980
			Hospital Distrital de Setúbal (Ampliada)	SAUDE	DIRECCAO GERAL-DAS INSTALACOES E EQUIP. DA SAUDE	3.774.517	2.830.888
			TOTAL			27.463.388	15.636.888

3. Síntese das entrevistas com responsáveis autárquicos e de dados extraídos dos Planos de Actividades Municipais

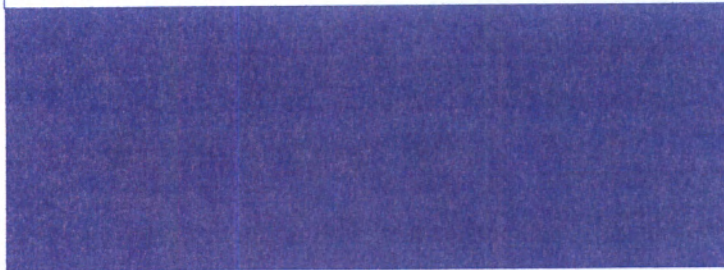
Temas Concelhos	Transportes e Mobilidade	Actividade Económica e Emprego	Mercado Imobiliário	Equipamentos e Infra- Estruturas
<i>Alcochete</i>	<p>Necessidade de concretizar a variante à Vila, para desviar o tráfego do centro histórico.</p> <p>Conclusão do IC 3 para facilitar ligações norte/sul ao longo da margem esquerda do Tejo.</p>	<p>Dinamização de áreas para localização de actividades económicas: BATEL, PASSIL e "Espaço Firestone" (investimento em actividades de carácter lúdico-comercial).</p> <p>Aposta municipal no desenvolvimento das actividades turísticas relacionadas com o aproveitamento das características ambientais e frente ribeirinha.</p>	<p>Apresenta o índice de pressão construtiva mais elevado da AML, provocando um crescimento habitacional acentuado. Todavia, a importância relativa em termos de moradias poderá implicar pressões sobre o território menos significativas que noutros concelhos.</p> <p>Refira-se que na zona do Samouco privilegia-se um tipo de construção mais densa.</p>	<p>Investimentos no sector da educação, principalmente ao nível do ensino pré-escolar e secundário.</p> <p>Projecto de investimento relacionado com o Centro de estágio do S.C.P.</p> <p>Aposta na criação de infra-estruturas que permitam usufruir o rio como zona de lazer (Alcochete) e para a prática de desportos náuticos (Samouco).</p>

<p><i>Barreiro</i></p>	<p>Apenas após o IC 13 é que a Ponte Vasco da Gama (P.V.G.) se tornou acessível à população do Barreiro.</p> <p>Necessidade da 3ª ponte para dinamizar o concelho e permitir a requalificação urbana e ambiental do Barreiro.</p>	<p>Requalificação da zona ocupada pelo Quimiparque – cerca de 300 ha - com vista à sua utilização para fins habitacionais e lazer.</p>	<p>Crescimento urbano poderá ser mais devido a transferências internas de população do que derivado da atracção de novos habitantes devido ao efeito P.V.G.</p> <p>O crescimento urbanístico verificado ao longo da última década esteve muito relacionado com a aprovação do P.D.M. do Barreiro em 1994 e da subsequente definição de novas zonas de expansão urbana.</p>	<p>Apostas na continuação da recuperação do parque habitacional e na requalificação urbana e ambiental.</p> <p>Apontada a necessidade de um projecto POLIS para o Barreiro.</p>
	<p><i>Benavente</i></p>	<p>Necessidade do IC 3 para facilitar o acesso ao longo da margem esquerda do rio Tejo.</p>	<p>Dinamização de zonas para localização de actividades económicas – ex: Vale Tripeiro.</p> <p>Concelho receptor de algumas actividades anteriormente localizadas no Montijo – ex: empresas do sector agro-pecuário.</p>	<p>Desenvolvimento de uma área residencial inserida no segmento alto do mercado imobiliário – Herdade de Sto. Estevão.</p>

<p><i>Loures</i></p>	<p>Oportunidade no âmbito da nova Auto-Estrada (A10) no sentido de constituir uma alternativa viária nas ligações entre o futuro Aeroporto da Ota e a Grande Lisboa, na "centrando" Loures na AML.</p> <p>Reforço das ligações entre a rede municipal e a rede regional de acessibilidades que atravessam o concelho.</p>	<p>Alguma indefinição quanto ao tipo de actividades que interessa atrair ao concelho – A logística seria uma oportunidade interessante mas está condicionada pelo preço e pelas características morfológicas do solo.</p> <p>Os impactes no território derivados da localização deste tipo de actividades seriam significativos, mas os impactes ao nível do emprego seriam residuais.</p>	<p>Crescimento da oferta habitacional junto ao rio – efeito derivado da EXPO 98 e não efeito da introdução da P.V.G.</p> <p>Elevação do preço do solo e pressão construtiva transferida do interior do concelho para a zona ribeirinha, com padrões de qualidade mais elevados nos fogos construídos.</p>	<p>Registam-se intenções de desenvolver projectos estruturantes:</p> <p>Parque da Várzea – grande área de lazer ao longo do Vale do Trancão até ao Tejo.</p> <p>Hospital de Loures – Necessidade premente do concelho.</p> <p>Centro de Atletismo de alta competição (possibilidade de ligar este Centro ao futuro Hospital, no âmbito da investigação na área da medicina desportiva)</p>
	<p><i>Moita</i></p>	<p>Necessidade de melhorar ligações aos eixos regionais que atravessam a Península de Setúbal.</p>	<p>Transferência das actividades tradicionais (ex: cortiça) para a indústria de confecções e posteriormente para a Construção, Logística e Serviços.</p> <p>Movimentos pendulares da população para Lisboa, Setúbal e Almada.</p>	<p>Crescimento urbanístico ao longo da década de 90, com incidência de pedidos de loteamentos após o início da construção da PVG.</p> <p>Existe um projecto de loteamento para fins residenciais para 10 a 15 mil habitantes, que inclui a construção de equipam. desportivos, culturais e de educação até ao 3º</p>

<p><i>Montijo</i></p>	<p>Necessidade da via circular exterior ao Montijo no sentido de facilitar acessos à P.V.G.</p> <p>Reforço da ligação entre as duas áreas do concelho.</p>	<p>e Almada.</p> <p>Transferência das actividades tradicionais (ex: suinicultura e cortiça) para a Construção e Logística.</p> <p>Projectos para instalação de superfícies comerciais e de lazer de grande dimensão.</p>	<p>ciclo.</p> <p>Crescimento urbano com aquisição de terrenos logo após a decisão de construção com fins especulativos.</p> <p>Pressão urbana a deslocar-se para a periferia do concelho.</p> <p>A procura e oferta de habitação estão desajustadas: oferta excede a procura e esta prefere diferentes tipologias das que se estão a desenvolver.</p>	<p>Alguns projectos estruturantes:</p> <p>Projecto do Porto do Seixalinho em fase de arranque – Infra-estrutura que permitirá concretizar um importante interface de transportes para o concelho.</p> <p>Projecto Parque de Jogos (Infra-estrutura que incluirá equipamentos para vários tipos de desporto – ténis, campo relvado, pavilhão, piscina e pista de atletismo).</p>

<p><i>Palmela</i></p>		<p>O PDM de Palmela prevê áreas específicas para actividades económicas - Atracção IDE para Palmela.</p> <p>Crescimento de actividades logísticas, no seguimento do que já vinha a acontecer antes da Nova Ponte devido aos acessos já existentes.</p>	<p>Pressão construtiva embora o efeito possa estar mais relacionado com factores conjunturais de mercado e a oferta de espaços urbanizáveis.</p> <p>A área entre Palmela e Montijo (Pinhal Novo) é a zona de expansão que poderá estar mais relacionada com um efeito derivado da Nova ponte, embora não se possa afirmar que esta tenha sido o factor indutor do crescimento.</p>	<p>Tratando-se de um dos concelhos mais carenciados da área do ONTT, ainda existem necessidades prementes de investimento ao nível da Educação, Saúde, Cultura e Desporto.</p>
<p><i>Setúbal</i></p>		<p>Existem condicionantes territoriais e ambientais que não permitem implementar grandes áreas dedicadas a projectos da indústria.</p> <p>Estratégia no sentido de aproveitar ao recursos naturais para actividades ligadas ao turismo e lazer e aposta no desenvolvimento dos serviços e comércio.</p>	<p>Pressão construtiva embora o efeito seja mais relacionado com factores conjunturais do mercado imobiliário e da própria estratégia municipal, do que com a P.V.G.</p>	<p>Perspectivas de investimento mais relevantes para o concelho:</p> <p>Recuperação de património edificado.</p> <p>Construção de pista de atletismo.</p> <p>Candidatura ao Programa Polis.- requalificar a zona urbana ribeirinha que não está sob a alçada da A.P.S.</p>
<p><i>V.F. Xira</i></p>	<p>As acessibilidades são consideradas uma das áreas mais problemáticas</p>		<p>Pressão construtiva embora o efeito seja mais relacionado com factores conjunturais. Na zona sul do</p>	<p>Prioridades de investimento:</p>

	<p>do concelho, prevendo-se um conjunto de novas vias que retirem o tráfego do centro e criem acessos directos ao futuro hospital e que criem novos nós de ligação à A1.</p>		<p>concelho – Alverca – a expansão urbana também se encontra relacionada com o efeito Expo 98.</p>	<p>Equipam. Saúde –Novo hospital. Recuperação núcleo histórico – Programa Rehabita. Parque urbano ribeirinho de Alhandra. Projectos em estudo: Complexo Desportivo de V.F.de Xira. Corredor Verde – Colinas V.F.de Xira. Parque de Lazer de Vialonga.</p>
---	--	--	--	---

BIBLIOGRAFIA

CCRLVT – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (1999), Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo.

CEDRU/INXL (2000) – **Dimensões Urbano-Metropolitanas e Emprego**. Relatório Final. Instituto do Emprego e Formação Profissional.

CONFIDENCIAL IMOBILIÁRIO (2000), **Mercado Imobiliário em Portugal: 1988-1999**, Lisboa.

COSTA, N. Marques (2001), **“Mobilidade, Habitação, Equipamentos e Serviços”**, Apresentação no Seminário “Os tempos e a Organização das Cidades – Promover a igualdade e a qualidade de vida na AML”, INA, Oeiras, 2001.

DGTT – Direcção-Geral de Transportes Terrestres / DTL – Delegação de Transportes de Lisboa (2000), **Mobilidade e Transportes na AML**, (1ª Versão), Lisboa.

FERNÁNDEZ, J.J. Ares *et al* (2000), **OBECAUDE: La Autopista del Atlántico – Movilidad, Demanda de Transporte y Localización Empresarial**, Santiago de Compostela, IDEGA – Universidade de Santiago de Compostela.

IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional (1996-1999), **Concelhos, Desemprego Registado, Rácios corrigidos de desemprego registado**.

INE – Instituto Nacional de Estatística (1991), **XIII Recenseamento Geral da População**

INE – Instituto Nacional de Estatística (1993 a 1999), **Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo**.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2000), **Pressão Construtiva – Áreas Metropolitanas: 2000, Volume I**, Lisboa.

INXL/CEDRU (2000) – **Deslocalização de Empresas e Emprego**. Relatório Final. Instituto do Emprego e Formação Profissional.

ONTT – Observatório da Nova Travessia do Tejo (2000), **Relatório de Caracterização**, CCRLVT – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Maio, Lisboa.

ONTT – Observatório da Nova Travessia do Tejo (2000), **6.º Relatório de Progresso**, Outubro, Lisboa.

POLÈSE, M. (1998), **Economia Urbana e Regional – Lógica espacial das transformações económicas**, Coimbra, APDR.